



Centro de Interpretação

Império de Gaza

Wendy Carlota Júlio Mutisse | Trabalho de Conclusão de Curso 2025





Ficha técnica

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico

Trabalho de Conclusão de Curso | 2024-2025

Grau: Licenciatura em Arquitectura e Planeamento Físico

Linha Temática: Arquitectura

Tema: Centro de Interpretação do Império de Gaza

Tutor: Arq.º João Silva

Candidata: **Wendy Carlota Júlio Mutisse**

Nº de Estudante: 20200720

Email: wmutisse@gmail.com

Área de intervenção: Bairro Chamanculo "C" | Cidade de Maputo

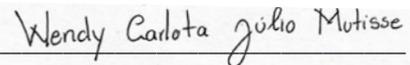
Local e data: Maputo, Julho de 2025

Declaração de honra

Asseguro, por minha honra, que o trabalho de culminação de curso apresentado neste livro, nas pranchas do projecto, na maquete e na apresentação para a defesa é de minha autoria, não resultado de cópia, plágio ou qualquer método ilícito para a produção do mesmo, excepto onde declarar explicitamente o contrário.

“Declaro que este relatório é resultante do trabalho exaustivo de investigação pessoal e independente, o seu conteúdo é original e as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia. Declaro ainda que este relatório não foi submetido e/ou aceite em nenhuma outra instituição para aquisição de qualquer grau.”

Permito a reprodução deste trabalho por meios digitais ou qualquer outro meio, desde que seja citado o autor.

A handwritten signature in black ink on a light grey rectangular background. The signature reads "Wendy Carlota Júlio Mutisse" in a cursive script.

Wendy Carlota Júlio Mutisse

Termo de Aprovação

Wendy Carlota Júlio Mutisse
Centro de Interpretação do Império de Gaza

Monografia submetida ao Júri, designada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane, como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Arquitectura e Planeamento Físico.

Monografia aprovada em Maputo 01 de Agosto de 2025

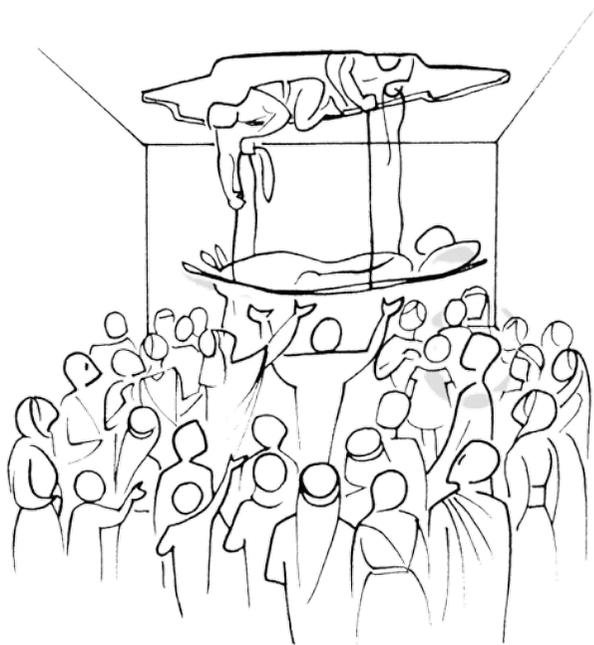
Por


Supervisor: Prof. João Silva, Arq.
Universidade Eduardo Mondlane


Argüente: Prof. Bernardino Ângelo Jaieia
Universidade Eduardo Mondlane


Presidente: Prof. Vino Mussagy
Universidade Eduardo Mondlane





Dedicatória

Dedico, antes de tudo, a Deus, que é a fonte da vida, da força e da coragem que me sustentaram até aqui.

Aos meus pais, Júlio Luís Mutisse e Orlanda Macaringue Mutisse, por me ensinarem a erguer a cabeça, honrar as minhas origens e caminhar com dignidade, sem nunca esquecer de onde venho.

Aos meus avôs, Luís Mutisse, Alina Mondlane, António Macaringue e Carlota Tembe, todos filhos de Gaza, que mesmo sem terem tido grandes oportunidades de estudo, investiram no conhecimento dos seus filhos e netos. Foram eles que, com palavras simples e gestos firmes, ensinaram-nos a ter amor-próprio, orgulho pelas nossas raízes e respeito pela nossa história. É o legado deles que carrego comigo até hoje, como âncora.

À comunidade dos investigadores, sobretudo aqueles que, como eu, persistem em resgatar, estudar e valorizar temas que dão vida à nossa herança colectiva, e acima de tudo acreditam que recontar a nossa história é também reconstruir quem somos.

E, por fim, a mim mesma, por ter acreditado, resistido e escolhido continuar com fé, coragem e esperança a escrever a minha própria história. Por nunca desistir de procurar quem sou, de onde venho e o que posso semear no mundo

Agradecimento

“Em tudo dai graças, porque essa é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18). Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo suporte constante, por ter-me concedido sabedoria para conduzir esta pesquisa até aqui e coragem para enfrentar todas as dúvidas que surgiram pelo caminho, assim como por me abençoar com a melhor rede de apoio que poderia existir.

Aos meus queridos pais, Júlio Luís Mutisse e Orlanda António Macaringue Mutisse, expresso a minha gratidão pelo amor incondicional, pela dedicação e investimento constante, pelo apoio em todas as dimensões da minha vida e por me proporcionarem a liberdade de sonhar e escolher o meu caminho.

À minha irmã e colega de profissão, Arq.ª Júlia Mutisse, sou imensamente grata pelos conselhos, apoio técnico e moral, e por ser um exemplo de persistência e inspiração. Agradeço às minhas irmãs, sobrinhos e família alargada, pelo suporte afectivo e pelas palavras de encorajamento que nunca me faltaram.

Um agradecimento especial ao meu tutor, Arq.º João Silva, pela orientação firme, pelas críticas construtivas, pelo estímulo constante e por acreditar nesta investigação e na relevância do tema.

Expresso também a minha sincera gratidão às instituições que abriram portas para esta pesquisa: Museu da Revolução, Arquivo Histórico de Moçambique, Centro de Estudos Africanos da UEM, assim como aos moradores do bairro de Chamanculo (José Augusto), que partilharam histórias, memórias e perspectivas que enriquecem este trabalho.

Aos meus amigos, colegas de turma e professores, que tornaram esta jornada académica mais leve, desafiadora e inspiradora, endereço o muito obrigada pela amizade, companheirismo, debates e momentos partilhados, que despertaram em mim uma sede ainda maior de aprender, investigar e não me conformar.

Resumo

Sem identidade, uma sociedade perde o seu valor. Este é o caso de Moçambique, onde a política de assimilação colonial diluiu as raízes culturais ao impor uma visão eurocêntrica que desvalorizou tradições locais. Durante o período colonial, a assimilação exigia que os moçambicanos adotassem a língua, a religião e os costumes portugueses como forma de “civilização”, atacando diretamente estruturas sociais e culturais de Impérios como o Império de Gaza. Este Império, além de ser um símbolo de resistência contra a opressão colonial, foi uma das principais forças na formação da identidade cultural do sul de Moçambique.

Com a globalização acelerada, essa tendência de apagamento cultural persiste, agravando o distanciamento das novas gerações das suas heranças. Neste contexto, o presente trabalho alinha-se à Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a proteção dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, e estabelece que o Estado tem a responsabilidade de incentivar a criação de instituições como centro de interpretação e centros de interpretação, além de promover a revitalização de tradições culturais.

Dessa forma, propõe-se a concepção de um Centro de Interpretação do Império de Gaza que será acessível à comunidade e desempenhará um papel central na promoção da educação histórica e da coesão cultural. A arquitectura, nesse sentido, emerge como uma ferramenta poderosa para criar não apenas estruturas físicas, mas também experiências sensoriais e imersivas que conectem os visitantes às suas raízes históricas.

Para alcançar este objectivo, é fundamental compreender a história do Império de Gaza, o conceito de centro de interpretação e como a arquitectura pode transformar narrativas culturais em ambientes que promovam reflexão, identidade e pertencimento.

Palavras-chave: Império de Gaza, Património Histórico, Arquitectura, Mediação cultural

“Fragil é o presente sem passado. Mediocre é o futuro sem presente. Triste é o Homem sem memória”

- José Craveirinha

Abstract

Without identity, a society loses its value. This is the case of Mozambique, where the colonial assimilation policy diluted cultural roots by imposing a Eurocentric vision that devalued local traditions. During the colonial period, assimilation required Mozambicans to adopt the Portuguese language, religion, and customs as a means of “civilization,” directly undermining the social and cultural structures of empires such as the Gaza Empire. This empire, beyond being a symbol of resistance against colonial oppression, was one of the main forces shaping the cultural identity of southern Mozambique.

With accelerated globalization, this trend of cultural erasure persists, further distancing younger generations from their heritage. In this context, the present work aligns with Law no. 10/88 of 22 December, which mandates the protection of both tangible and intangible cultural heritage in Mozambique, and establishes that the State is responsible for encouraging the creation of institutions such as interpretation centers, as well as promoting the revitalization of cultural traditions.

Accordingly, this proposal envisions the creation of a Gaza Empire Interpretation Center, which will be accessible to the community and play a central role in promoting historical education and cultural cohesion. Architecture, in this sense, emerges as a powerful tool for creating not only physical structures but also immersive and sensorial experiences that connect visitors to their historical roots.

To achieve this goal, it is essential to understand the history of the Gaza Empire, the concept of interpretation centers, and how architecture can transform cultural narratives into environments that foster reflection, identity, and belonging.

Keywords: Gaza Empire, Historical Heritage, Architecture, Cultural Mediation

'Fragile is the present without the past. Mediocre is the future without a present. Sad is Man without memory'
- José Craveirinha

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- Nota Introdutória
- Problemática
- Motivação
- Justificativa
- Delimitação do tema
- Objectivos

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

- Teoria base
- Eixo 01: o espaço público e sua valência cultural
- Eixo 02: centro de interpretação como instrumento de preservação cultural
- Eixo 03: arquitectura como linguagem universal - narrativa de memória e identidade
- Casos de estudo
- Quadro legal do património cultural moçambicano



METODOLOGIA

- Método de abordagem
- Método de procedimento
- Técnicas
- Tipo de amostragem
- Instrumentos de pesquisa

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

- Origens e fundação
- Extensão territorial e estrutura política
- Relação com os portugueses
- Batalhas
- Queda do império e conquista portuguesa
- Organização espacial e formas de construção
- Organização política-militar
- Organização social
- Actividades
- Cultura e tradição
- Fauna e flora
- Legado do império de gaza

O ESPAÇO

- Localização da área de intervenção
- Factores de escolha da área de intervenção
- Relação com o centro de interpretação do império de gaza
- Quadro legal: interpretação do regulamento de chamanculo "C"
- Análise da área de intervenção
- Dimensão social, económica, natural
- Ambiente construído
- Síntese

05

SOLUÇÃO PROJECTUAL

- Conceito do projecto
- Premissas
- Estratégias de intervenção
- Programa
- Relação urbanística
- Simbolismo
- Paisagismo
- Infraestruturas

07

CONSIDERAÇÕES FINAIS

08

PROGRAMA E PERFIL DO USUÁRIO

- Tipo de actividades
- Perfil do usuário
- Standards referência de dimensionamento
- Programa descritivo construído

06

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

09

Capítulo I

Introdução

NOTA INTRODUTÓRIA
PROBLEMÁTICA
MOTIVAÇÃO
JUSTIFICATIVA
DELIMITAÇÃO DO TEMA
OBJECTIVOS

Introdução

Nota introdutória

A preservação do património cultural é um imperativo vital para salvaguardar a história, identidade e memória de uma sociedade.

No contexto africano, a história e as tradições são muitas vezes transmitidas oralmente, que é o principal veículo de comunicação e parte intrínseca da nossa cultura como base da pedagogia tradicional, práticas religiosas, identidade colectiva e da continuidade espiritual dos povos. No entanto, a tradição oral, apesar de sua riqueza, enfrenta sérios riscos de desaparecimento e preservação em contextos de mudança acelerada, urbanização e marginalização das culturas locais. Por analogia com as preocupações de Mbiti (Mbiti, 1969), se essas tradições orais não forem registradas e estudadas criticamente, podem desaparecer, comprometendo a memória coletiva e as narrativas históricas de períodos como o pré-colonial.

Em contextos pós-coloniais como o moçambicano, onde as memórias históricas foram muitas vezes silenciadas ou distorcidas por narrativas eurocêntricas, há necessidade de recuperar e valorizar a herança cultural local torna-se urgente. Os locais histórico-culturais, como centros de interpretação, museus, monumentos históricos e que têm a mesma natureza de um museu pelas suas funções de aquisição, documentação, conservação e de comunicação, assumem um papel de destaque como guardiões e narradores das histórias e da cultura destes povos, como sublinha a Política de Museus (Ponto nº5., Resolução n.º 11/2010 de 2 de Junho).

Neste cenário, os centros de interpretação emergem como equipamentos culturais essenciais para se tornar os primeiros objectos e artefactos culturais tangíveis e expressivos, mais do que repositório de artefactos históricos, arqueológicos e outros objetos de significado cultural. Tornam-se um espaço físico onde as narrativas orais podem ser preservadas e compartilhadas de forma duradoura através da própria modelação arquitectónica, garantindo que as histórias, mitos, rituais e conhecimentos tradicionais sejam perpetuados para as futuras gerações, promovendo um senso de identidade e orgulho cultural.

Como aponta (Manda, et al., 2024), no seu artigo Desafios na incorporação da diversidade cultural nas estruturas do poder moçambicano na administração (público e privado): questões étnicas, tribais e culturais, “a diversidade cultural é uma característica fundamental de Moçambique, composta por uma ampla variedade de etnias, tribos e culturas que coexistem no país. No entanto, a diversidade muitas vezes não é adequadamente representada nas estruturas do poder moçambicano, levando à exclusão e marginalização de grupos culturais importantes e falta de representatividade.”. Todavia, reconhece-se que embora rico em diversidade e complexidade cultural, é necessário a definição de estratégias eficazes para lidar com questões culturais e étnicas.

O caso do Império de Gaza constitui um exemplo paradigmático da desvalorização da história africana nos sistemas formais de ensino e na construção da memória coletiva urbana. Esta formação política e militar, uma das mais influentes do sul de Moçambique entre 1824 e 1895, estendeu-se pelas atuais províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e partes de Manica e Sofala (José, 2021). O seu impacto ultrapassou o domínio territorial, influenciando profundamente a organização social, linguística, espiritual, política e cultural da região. Vestígios dessa influência ainda se manifestam em práticas quotidianas, modos de vida e estruturas de parentesco. No entanto, apesar da sua relevância histórica e simbólica, o Império de Gaza tem sido sistematicamente silenciado nos currículos escolares, onde é tratado de forma superficial. Do mesmo modo, a sua memória permanece praticamente ausente da paisagem cultural urbana, contribuindo para o enfraquecimento do sentimento de pertença e da valorização das raízes históricas por parte das novas gerações. Esta ausência revela uma lacuna crítica na forma como o passado africano é representado, estudado e celebrado nos espaços educativos e públicos.

No entanto, apesar da sua relevância histórica e simbólica, o Império de Gaza tem sido sistematicamente silenciado nos currículos escolares, onde é tratado de forma superficial. Do mesmo modo, a sua memória permanece praticamente ausente da paisagem cultural urbana, contribuindo para o enfraquecimento do sentimento de pertença e da valorização das raízes históricas por parte das novas gerações. Esta ausência revela uma lacuna crítica na forma como o passado africano é representado, estudado e celebrado nos espaços educativos e públicos.

O presente trabalho propõe o desenvolvimento de um Centro de Interpretação do Império de Gaza que explora a arquitectura como meio expressivo de narração histórica enquanto linguagem interpretativa e sensível que ultrapassa os limites da funcionalidade e da estética, mas também incorpora elementos narrativos simbólicos como som, cor, materialidade, luz, cheiro, textura e forma, capazes de despertar a memória colectiva do visitante, numa experiência espacial imersiva e didáctica.

Através de um estudo e análise profunda sobre a origem, concepção, implementação, dimensões socioculturais e económicos do Império, associadas à investigação do potencial comunicativo da arquitectura como instrumento de narração e preservação histórica, este trabalho propõe uma intervenção que transforma o espaço num lugar onde a memória se materializa, a identidade se reforça e as histórias ganham corpo, voz e permanência.

Problemática

Moçambique enfrenta uma crise profunda na preservação do seu património cultural, marcada por dois fenómenos interligados: a degradação contínua dos sítios histórico-culturais e a crescente desvalorização da identidade nacional, especialmente entre as gerações mais jovens. Esta realidade compromete não apenas a memória coletiva do país, mas também a sua capacidade de construir um futuro enraizado nos valores e saberes locais.

De acordo com a UNESCO, grande parte do património cultural imaterial em várias comunidades do mundo corre o risco de desaparecer em apenas uma geração, caso não sejam implementadas estratégias eficazes de salvaguarda. Para se manter vivo, esse património deve permanecer relevante para a comunidade, ser continuamente recriado e transmitido de geração em geração. Contudo, a UNESCO alerta que salvaguardar não significa fixar ou congelar tradições num estado “puro”, mas sim garantir a transferência ativa de conhecimentos, práticas e significados, adaptando-os ao presente e mantendo-os funcionais para o futuro (UNESCO, s.d.).

O caso do Império de Gaza é particularmente emblemático dessa negligência. Há esforços dispersos, como monumentos em Chaimite, Manjacaze, ou locais como a fortaleza que preserva o túmulo de Ngungunhana, mas estes elementos não se articulam entre si como um conjunto coerente. A maioria dessas iniciativas concentra-se em momentos de conflito ou resistência militar, negligenciando os aspectos sociais, espirituais, culturais e administrativos do império que poderiam oferecer uma narrativa mais ampla, rica e educativa.

Adicionalmente, a falta de funcionalidade prática e de modelos sustentáveis de gestão nos espaços reabilitados agrava o problema. Jaime Moreno, representante da cooperativa espanhola envolvida na preservação do património em Moçambique, afirma que “se o edifício recuperado não tiver uma utilidade prática, em poucos anos os problemas recomeçam”, reforçando a necessidade de transformar esses espaços em centros vivos, dinâmicos e sustentáveis, com uso social e económico integrado. Assim, torna-se urgente conceber espaços de memória e interpretação que não apenas preservem os vestígios do passado, mas que também construam pontes com o presente e o futuro, articulando identidade, educação, turismo cultural e coesão social.

Em suma, a problemática, portanto, não se limita à protecção do património edificado, mas engloba também a necessidade de criar espaços acessíveis e educativos que resgatem e celebrem a herança cultural. A concepção de um Centro de Interpretação do Império de Gaza é uma resposta direta a essa lacuna, propondo um espaço arquitectónico que une preservação histórica e experiência sensorial, promovendo uma conexão significativa entre o passado e o presente, bem como para refletir sobre os desafios do presente e orientar o futuro.

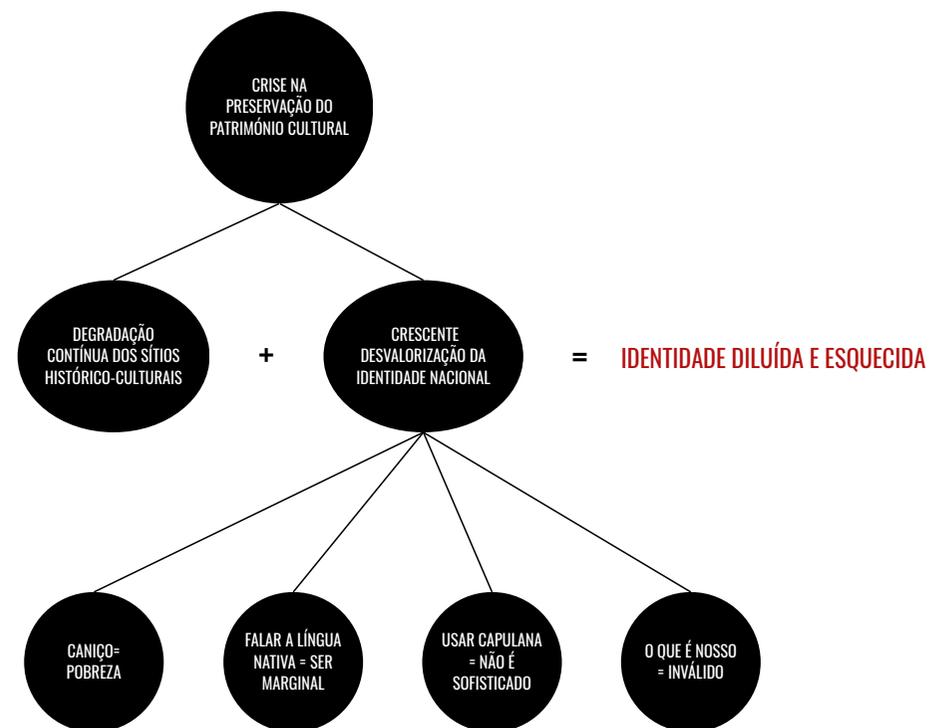


Fig 1: Diagrama resumo da problemática. Fonte: Autora

Motivação

A motivação por trás desta proposta é impulsionada pela combinação de uma série de factores que refletem a necessidade urgente de preservar, celebrar e promover a história e a cultura moçambicanas de factores pessoais, bem como de factores pessoais.

A jornada para este trabalho nasce de uma jornada íntima pela busca da minha própria identidade, onde procuro compreender, valorizar e perpetuar as raízes culturais que definem quem somos e de onde viemos enquanto povo. Enquanto descendente (paternal e maternal) de Gazenses, tenho orgulho do legado histórico e cultural que molda a minha identidade e a de muitos moçambicanos, mas reconheço que há muitas lacunas na sua compreensão como um todo. O Império de Gaza representa não apenas um capítulo do passado, mas um elemento vivo que ainda pulsa em costumes, práticas, ritmos e linguagens que ressoam em várias práticas culturais das comunidades do sul de Moçambique. Recuperar esse legado por meio da arquitectura é também um acto de resistência simbólica contra a invisibilização histórica, e um compromisso com a valorização da diversidade cultural como fundamento de um futuro mais consciente.

Enquanto académica, reconheço o papel da arquitectura como uma linguagem universal e atemporal, além da sua função prática. Mais do que projectar estruturas físicas, a arquitectura tem o poder de materializar, perpetuar e comunicar histórias, evocar memórias, inspirar reflexões, conectando o passado ao presente e projetando-o para o futuro. No contexto do Império de Gaza, este trabalho procura transformar a arquitectura numa ferramenta de resgate e valorização cultural, promovendo a herança histórica através de um espaço simbólico e educativo, fomentando o orgulho cultural e o conhecimento, como este legado pode guiar as escolhas para o futuro.

interpretada, o centro promove a conscientização sobre a importância do património cultural, incentivando a educação e o respeito pelas tradições.



Fig 2: Sala de exposição sobre o Império de Gaza na Fortaleza de Maputo. Fonte: Autora



Fig 3: Imagem panorâmica da área de intervenção. Maputo, Chamanculo "C"

Justificativa

O presente estudo justifica-se pela sua relevância teórica, prática e social no contexto da preservação da história e da identidade cultural moçambicana.

Do ponto de vista teórico, ao investigar como a arquitectura pode interpretar e representar legados culturais profundos, como o do Império de Gaza, o trabalho contribui para consolidar o entendimento da arquitectura como linguagem cultural, capaz de transmitir valores, narrativas e símbolos históricos, principalmente no contexto moçambicano. Esta abordagem oferece novas possibilidades de reflexão e intervenção no território, em especial em contextos urbanos que enfrentam o apagamento de referências identitárias, reforçando a importância do projecto arquitectónico na construção de lugares com significado e pertença.

A nível metodológico, a proposta ganha relevância por explorar formas contemporâneas e sensíveis de comunicar o passado, utilizando a simbologia, expresso na sua vertente tangível e intangível, para criar uma experiência imersiva e educativa. Em tempos marcados pela globalização e pela perda acelerada de referências locais, este trabalho busca contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel da arquitectura na construção de identidade de forma sistemática, pertença e memória colectiva.

Além disso, a proposta dialoga com os objectivos estabelecidos pela Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal do património cultural moçambicano, tanto material quanto imaterial. O artigo 4º dessa lei estabelece como responsabilidade do Estado incentivar a criação de instituições como museus e centros culturais para promover a preservação, valorização e revitalização das tradições populares, bem como estimular a participação comunitária na preservação da herança cultural.

Socialmente, o projecto responde à necessidade de fortalecer a conexão das gerações actuais com suas raízes históricas. Ao criar um espaço onde a história do Império de Gaza pode ser vivenciada e interpretada, o centro promove a conscientização sobre a importância do património cultural, incentivando a educação e o respeito pelas tradições.

Portanto, justifica-se esta pesquisa por oferecer uma resposta projectual e culturalmente situada a uma problemática nacional, promovendo a valorização de um legado negligenciado e afirmando a arquitectura como ferramenta de transformação social e reconexão simbólica com o passado.



Delimitação do Tema

O tema deste trabalho está delimitado para garantir clareza e viabilidade na investigação, em conformidade com os princípios metodológicos propostos por Marconi e Lakatos. Refere-se ao processo de especificação do tema, tornando-o mais específico e viável para a realização da investigação, através da identificação clara do sujeito (foco central da investigação), objecto de estudo e da limitação da área geográfica, bem como temporal (Marconi & Lakatos, 2003).

Este projecto tem como foco central a concepção de um Centro de Interpretação do Império de Gaza, explorando a relação entre arquitectura, memória histórica e identidade cultural.

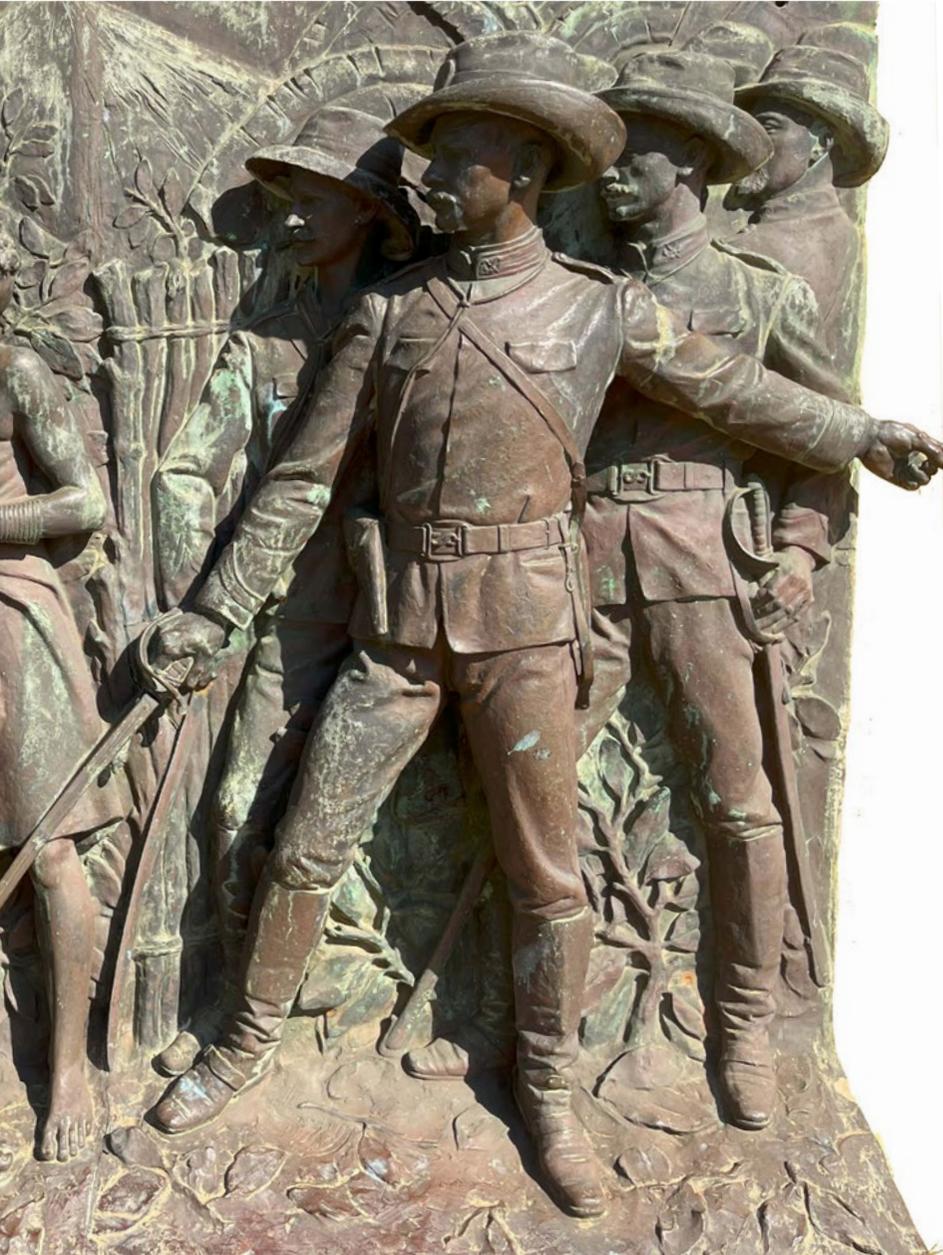
O sujeito da investigação é a preservação e valorização da história do Império de Gaza, um dos Impérios mais significativos do sul de Moçambique, cuja história é marcada pelo período de 1824 a 1895. Este recorte temporal é essencial para compreender as contribuições culturais e políticas do Império e o impacto da sua história na formação da identidade moçambicana.

O objeto de estudo é a proposta arquitectónica do centro, cuja função será resgatar narrativas culturais, promover o conhecimento histórico e inspirar reflexões sobre a identidade moçambicana.

A área geográfica escolhida para o projecto é o bairro Chamanculo C, na cidade de Maputo, uma zona com forte carga simbólica e histórica, bairro foi um dos primeiros a ser habitado durante o período colonial, servindo como zona de residência para a população moçambicana nativa. É marcada pela presença de moradores de diversas regiões do país, predominantemente com origens nas províncias de Gaza, Inhambane e Sofala que são regiões directamente ligadas ao antigo império (Tsevele, 2023), bem como por indivíduos do país África do Sul.



Fig 4: Relevo que representa a prisão de Ngungunhane, localizada na Fortaleza de Maputo. Fonte: Autora.



Objectivos

Geral

Desenvolver um projecto arquitectónico que comunique e preserve o legado histórico do Império de Gaza, alinhado às necessidades culturais e sociais contemporâneas.

Específicos

- Investigar o papel histórico, político, espiritual e cultural do Império de Gaza e a sua influência nas práticas contemporâneas do sul de Moçambique.
- Analisar as limitações e lacunas das atuais estratégias de preservação e valorização do património cultural moçambicano, com foco nos monumentos e sítios relacionados ao Império de Gaza.
- Analisar referências arquitetônicas nacionais e internacionais em projectos culturais que promovam imersão e educação histórica, bem como a sua relação com os utentes;
- Definir critérios de sustentabilidade física, económica e social para garantir a manutenção e relevância contínua do centro ao longo do tempo.

Capítulo II

Metodología

MÉTODO DE ABORDAGEM
MÉTODO DE PROCEDIMENTO
TÉCNICAS
TIPO DE AMOSTRAGEM
INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Metodologia

É entendida como um conjunto de ferramentas e métodos de estudos que são utilizados para garantir a qualidade e alcance dos resultados, respondendo às perguntas como?, com quem? Onde? e quando?, composta por método de abordagem, de procedimento, técnicas, delimitação do universo e tipo de amostragem. (Marconi & Lakatos, 2003). Este capítulo detalha as estratégias utilizadas para responder às questões centrais da pesquisa: como foi feita a coleta de dados, com quais instrumentos, onde foi conduzida e qual o alcance dos resultados obtidos.

Pela natureza do objectivo definido, este estudo adopta uma abordagem qualitativa, centrada na interpretação e compreensão de fenómenos culturais, sociais e espaciais relacionados com o Império de Gaza e a sua materialização arquitectónica através de um Centro de Interpretação.

A investigação baseia-se na triangulação metodológica, para garantir a robustez dos dados recolhidos e a profundidade na interpretação dos dados, com o intuito de alcançar uma visão mais robusta, multidimensional e fundamentada do fenómeno estudado.

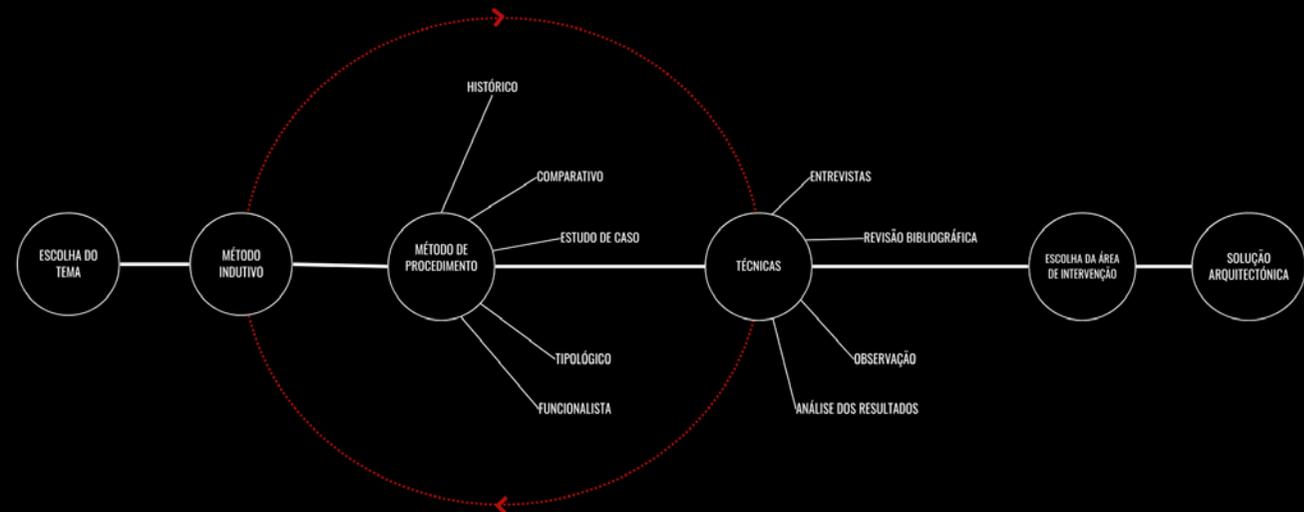


Fig 5: Diagrama resumo da metodologia usada pela autora. Fonte: Autora

Método de abordagem

Para explorar a relação entre o Império de Gaza, a preservação cultural e a arquitectura, adoptou-se o método indutivo. Essa abordagem partiu da análise de elementos concretos, como documentos históricos, entrevistas, observações e estudos de casos, para a formulação de princípios gerais sobre o papel da arquitectura na preservação e comunicação do património cultural. Permite igualmente construir inferências baseadas na realidade local, respeitando o contexto histórico-social de Chamanculo C e o legado do Império de Gaza.

Método de procedimento

Para dar resposta à complexidade e natureza interdisciplinar do tema, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

A. Histórico: permitiu investigar a evolução do Império de Gaza, analisando os eventos que moldaram sua grandeza e queda, bem como os aspectos sociais, culturais, económicos e naturais deste Império, que exercem influência sobre a sociedade moçambicana contemporânea. A análise considerou fontes documentais, como obras literárias e teses académicas, além de relatos orais que oferecem perspectivas complementares, de forma a buscar compreender como eventos passados influenciam o presente e o futuro.

B. Comparativo: foram estabelecidas comparações entre fenómenos históricos e contemporâneos, como a função dos centros de interpretação em Moçambique e em outros contextos internacionais, identificando as suas semelhanças, diferenças e oportunidades de adaptação ao contexto sociocultural e económico de Moçambique. Foram estudadas as formas como estes espaços interpretam a história, relacionam-se com os seus usuários e com a envolvente urbana.

C. Estudo de caso: foram analisados criticamente o Centro de Interpretação da Matola (Moçambique), o Museu Judaico de Berlim (Alemanhã), o Centro de Interpretação de Mapungubwe (África do Sul), O Centro cultural Tjibaou (Nova Caledónia) e o Memorial da Paz de Hiroshima (Japão), considerando-se critérios como organização espacial, simbolismo, linguagem arquitectónica, relação com a envolvente e emoção transmitida ao visitante.

D. Tipológico: singiu-se na investigação e análise de características funcionais e espaciais de centros de interpretação, identificando quais delas podem ser adaptadas ou reinventadas para melhor representar a cultura do Império.

E. Funcionalista: permitiu compreender como os espaços culturais podem atender às necessidades sociais e culturais actuais, na medida que promove a interação comunitária, educação patrimonial, o

lazer e desenvolvimento económico.

Técnicas

A colecta de dados nesta pesquisa foi realizada a partir de três procedimentos técnicos principais: revisão bibliográfica, entrevistas e observação directa intensiva.

A. Revisão Bibliográfica: a revisão teórica centrou-se em documentos históricos e académicos sobre o Império de Gaza, a história moçambicana, património cultural, espaços públicos, arquitectura de memória e análise do Bairro Chamanculo C. Foram consultadas obras académicas, livros, artigos científicos, relatórios técnicos e legislações nacionais e internacionais sobre património cultural e espaços públicos, dentre as fontes consultadas, destacam-se:

- História de Moçambique volume I e II;
- Usos e Costumes dos Bantu;
- Ngungunhana;
- Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo;
- PARTE III Enquadramento histórico, étnico e político de Mandlakazi: do Mfecane ao Estado de Gaza e Império de Gaza;
- Catálogo do Património Histórico e Cultural de Chamanculo “C” – AVSI;
- Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique, que se destacam a Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro (protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano) e Resolução n.º 11/2010, de 2 de Junho (Política de Museus);

Embora reconhecido como uma das principais formações políticas africanas e símbolo da resistência nacional, a história do Império de Gaza tem sido registrada de forma fragmentada e muitas vezes superficial. Observa-se um foco predominante nas batalhas e conflitos militares, com pouca ênfase em aspectos igualmente relevantes, como a organização social, práticas espirituais, expressões culturais, arquitectura tradicional, indumentária e dinâmicas do quotidiano.

Essa fragmentação pode ser explicada, em parte, pela forma como os registros históricos foram produzidos e preservados. Durante o período colonial, a documentação histórica foi feita maioritariamente por agentes portugueses, muitas vezes sob uma perspectiva eurocêntrica, o que levou a ênfase em narrativas que desvalorizavam ou reduziam a complexidade dos impérios africanos. Após a independência de Moçambique, muitos desses documentos foram levados e/ou permaneceram fora do alcance local, dificultando o acesso a fontes primárias abrangentes. Além disso, no contexto actual, as barreiras burocráticas existentes nos arquivos e instituições públicas nacionais continuam

a dificultar o acesso a documentos históricos relevantes, criando entraves à pesquisa acadêmica e aprofundada. Tal realidade reforça a dependência da tradição oral como uma fonte valiosa de transmissão da memória histórica, o que, embora valiosa, está sujeita à erosão com o passar das gerações, especialmente sem mecanismos adequados de salvaguarda e registo.

Para a percepção da parte do património cultural do Bairro do Chamanculo C, teve-se como o Catálogo do Património Histórico e Cultural do Chamanculo C e entrevistas dirigidas aos moradores e fazedores de arte que também fundamentaram o estudo.

B. Entrevistas: foram realizadas entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, com o intuito de captar narrativas vivas e conhecimentos locais muitas vezes ausentes nas fontes escritas. Esta abordagem permitiu aceder a percepções, memórias e interpretações que enriquecem a compreensão do legado do Império de Gaza e do património cultural associado.

Participaram das entrevistas:

- Chefe do Departamento Cultural da Província de Gaza (Alfredo Cossa), que ofereceu uma visão institucional sobre as iniciativas de preservação da história do Império de Gaza a nível provincial. Partilhou detalhes sobre episódios menos conhecidos, como as lutas entre irmãos, o simbolismo presente na estrutura do império, e destacou as lacunas nas representações museológicas atuais.
- Guia turística do Museu da Revolução Nacional, que explicou como, em geral, a história do Império é narrada ao público, apontando práticas culturais e rituais ainda preservados, a complexa relação entre os portugueses e o império, os episódios de traição (como o dos Marongas de Marracuene), bem como o impacto da Conferência de Berlim na redefinição territorial e política da região.
- Artistas e grupos culturais do bairro de Chamanculo “C”, que se dedicam à preservação do legado do Império através da arte e da performance. As entrevistas abordaram o modo como esse legado é incorporado nas práticas culturais atuais, as dificuldades enfrentadas para manter vivas essas expressões, e os espaços utilizados para a sua transmissão.
- Moradores e público em geral, especialmente da área de intervenção, foram entrevistados para aferir o grau de conhecimento sobre a história do Império de Gaza, as fontes pelas quais esse conhecimento foi adquirido (oralidade, escola, meios de comunicação, etc.) e a relevância percebida dessa herança no quotidiano.
- Júlia Mutisse, responsável pelo catálogo do património histórico e cultural do Chamanculo “C”, forneceu informações sobre os esforços de mapeamento cultural comunitário, destacando as potencialidades e fragilidades da valorização patrimonial num contexto urbano informal.

- Usuários da área da Junta e do seu terminal de transporte, cuja perspectiva ajudou a compreender a forma de apropriação quotidiana do espaço público e o potencial que este possui para a implementação de uma intervenção cultural com ligação à memória histórica local.
- Sr. Sertório, guia turístico moçambicano residente na África do Sul, relatou como a história de Ngungunhane e do Império de Gaza é divulgada no exterior e qual é a sua recepção entre os sul-africanos, apontando também percepções contrastantes entre a narrativa internacional e a moçambicana.

As entrevistas permitiram compreender o grau de pertença identitária relacionado ao Império de Gaza, os desafios enfrentados na preservação das práticas culturais herdadas e a percepção comunitária sobre o espaço urbano.

C. Observação: constituiu uma etapa fundamental da metodologia, permitindo uma compreensão empírica da dinâmica quotidiana da área de intervenção e dos seus contextos envolventes. Esta técnica foi aplicada de forma contínua e sistemática, com foco na apropriação dos espaços públicos, nos usos informais e nas manifestações culturais espontâneas, tanto no bairro como em equipamentos culturais relevantes a nível nacional.

Foram realizadas visitas de campo com registo fotográfico e anotações de campo, priorizando a observação não-participante, a fim de captar com maior fidelidade o comportamento natural dos utilizadores dos espaços. Os fluxos de circulação pedonal.

Foram observados:

- A presença e ausência de mobiliário urbano;
- A realização de práticas como vendas ambulantes, rodas de conversa, jogos, danças e pequenos eventos culturais; e os seus horários
- As condições ambientais e infraestruturais da área (manutenção, limpeza, iluminação, vegetação, acessibilidade);
- A relação dos habitantes com os espaços históricos, como a Praça Filipe Samuel Magaia.

Em adição, observações foram feitas em centros de interpretação e museus em Maputo e Gaza, das quais se destacam a Fortaleza (Maputo), o Museu da Revolução Nacional (Maputo), Centro-Franco Moçambicano (Maputo), Centro de Interpretação da Matola (Matola), Centro de Interpretação de Eduardo Mondlane (Gaza), Monumentos (Chaimite, Gwaza-Muthini, Manjacaze, Coolela) e Centro Comunitário do Chamanculo C, com o objetivo de compreender as formas de uso, condições das infraestruturas, relação com o público, modos de gestão e funcionamento, eventos acolhidos, suas semelhanças, papel simbólico/linguagem expositiva e funcional destes equipamentos culturais e os seus impactos na comunidade, bem como no espaço urbano.

Esta técnica permitiu identificar estratégias espaciais empregues para narrar memórias coletivas. Foram analisados elementos que reforçam a experiência imersiva como:

- Luz e sombra, Materialidade e texturas, Acústica, Formas simbólicas e proporções, Uso de cor e ritmo, Circulação, Escala emocional e monumentalidade, Integração com a envolvente, Vegetação e paisagem, Presença de vazio e contemplação.

D. Análise e interpretação dos resultados: a análise dos dados obedeceu a duas fases principais:

Descoberta da relação: Os dados foram cruzados e comparados para estabelecer ligações entre os fenómenos históricos, sociais e espaciais observados, que permitiu a construção de um entendimento mais abrangente sobre a importância de um espaço cultural interpretativo sobre o Império de Gaza e como se deve pensar na sua implementação e concepção tendo em conta as necessidades do bairro Chamanculo C e a envolvente imediata.

Generalização: A sistematização dos dados permitiu a identificação de padrões e tendências, necessidades e oportunidades que fundamentaram a elaboração do programa de necessidades e orientaram o desenvolvimento do partido arquitectónico do Centro de Interpretação.

- Tipo de amostragem: a amostragem foi intencional e qualitativa, com enfoque em individualidades-chave com conhecimento, envolvimento e experiência directa com a cultura, património histórico-cultural do Império de Gaza e a área de intervenção.
- Instrumentos de Pesquisa: os instrumentos seleccionados visam captar tanto os aspectos tangíveis como os intangíveis relacionados com a história do Império de Gaza, o uso do espaço urbano e as percepções da comunidade local, destacando-se:
 1. Questionários e entrevistas;
 2. Registos fotográficos e audiovisuais;
 3. Mapas, plantas e documentos urbanísticos;
 4. Diário de campo, fichas de resumo e notas de observação;

E. Conceitos-Chave:

Património cultural: é o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana. O património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais moçambicana (Cap II, artigo 3.o/1, Lei no 10/88, de 22 de Dezembro).

Centro de interpretação: é uma instituição cultural especializada na mediação cultural, cuja principal finalidade é comunicar informações e significados sobre o património a que está vinculado. Diferente da maioria dos museus tradicionais, o centro de interpretação não tem como função central colecionar ou conservar bens originais, mas sim interpretá-los e torná-los acessíveis através de réplicas, recursos interativos e outras estratégias comunicativas (DIAS, s.d.)

Mediação cultural: é compreendida como um processo dialógico entre dois universos distintos, que articula práticas, estratégias e metodologias voltadas para aproximar o público dos bens culturais, estabelecendo pontes entre as pessoas, as obras de arte, o património e os espaços de memória. Para além de apenas facilitar o acesso, a mediação visa provocar o encontro, o questionamento, a participação activa e a construção de sentidos partilhados, tornando a experiência cultural mais significativa e inclusiva (Silva, 2016)

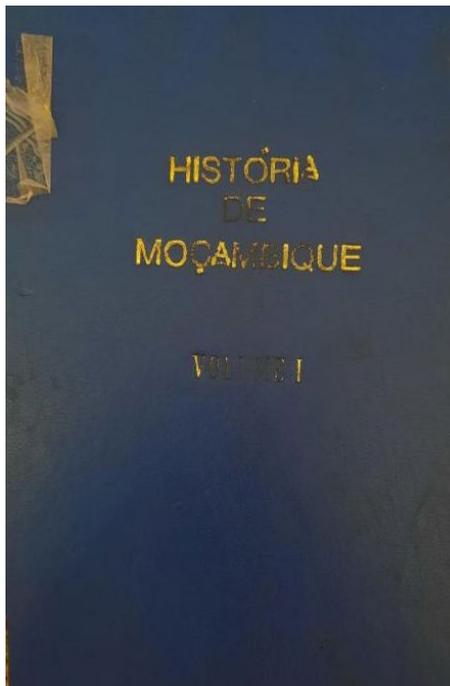
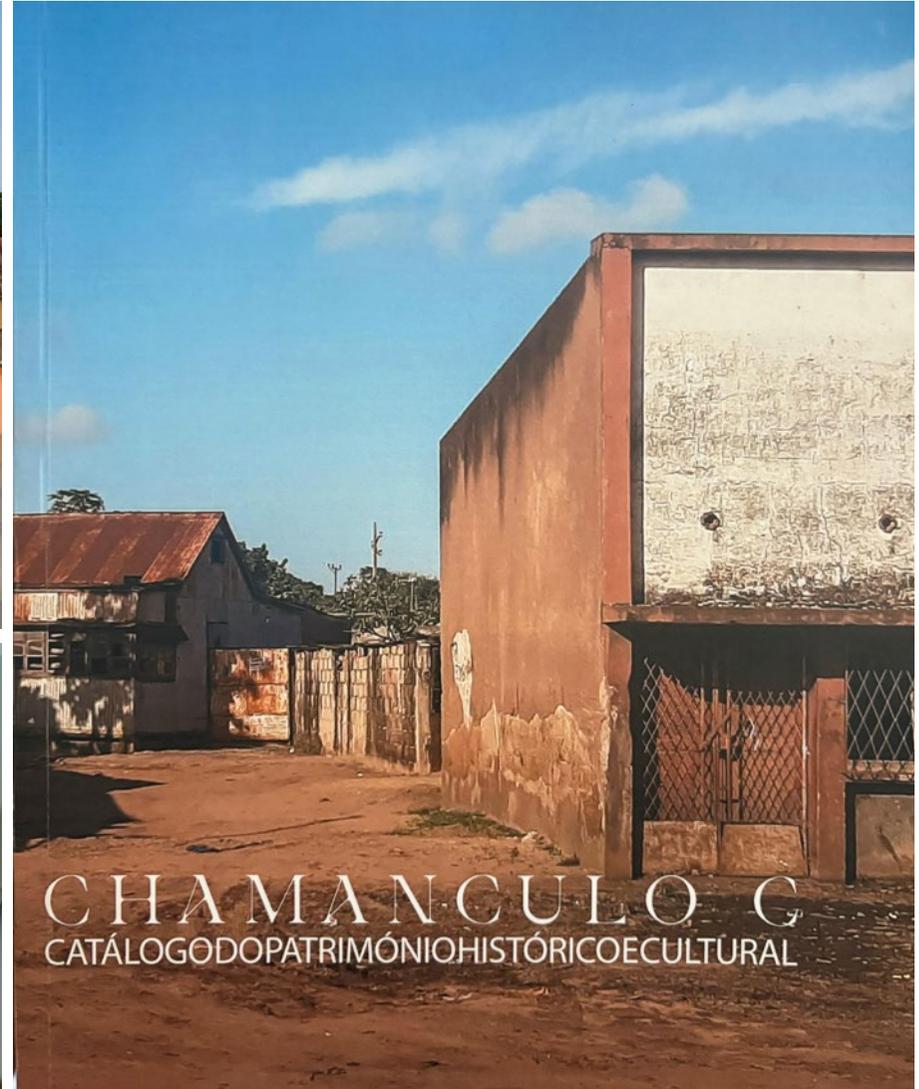


Fig 6: Processo de recolha de dados. Fonte: Autora



Capítulo III

Enquadramento

Teórico

TEORIA BASE

EIXO 01: O ESPAÇO PÚBLICO E SUA VALÊNCIA CULTURAL

EIXO 02: CENTRO DE INTERPRETAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

EIXO 03: ARQUITECTURA COMO LINGUAGEM UNIVERSAL - NARRATIVA DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

CASOS DE ESTUDO

QUADRO LEGAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL MOÇAMBICANO

Enquadramento teórico

Teoria Base

Marconi & Lakatos (2003, p. 224), afirmam que o Enquadramento Teórico refere-se a etapa da criação de uma base sólida da fundamentação da pesquisa, de modo a garantir uma interpretação mais concisa dos dados e uma melhor inserção do tema dentro do contexto científico. Este enquadramento visa, portanto, garantir uma inserção consistente do estudo no universo científico existente, permitindo uma leitura crítica e fundamentada dos dados recolhidos e das decisões projectuais que dele decorrerem.

Diante da necessidade de construir uma fundamentação sólida para a interpretação dos dados e para a elaboração de soluções arquitectónicas eficazes, estruturou-se a presente investigação a partir de três eixos conceptuais inter-relacionados: (1) O Espaço Público e a sua Valência cultural; (2) Centro de Interpretação como Instrumento de Preservação Cultural; e (3) a arquitectura como linguagem capaz de narrar, materializar e perpetuar as heranças culturais.

A selecção das bases teóricas busca, portanto, articular conceitos de diversas disciplinas, das quais se destacam a arquitectura, história, antropologia cultural e o urbanismo, de modo a estabelecer um quadro interpretativo amplo capaz de sustentar as decisões de projecto e garantir a relevância social e cultural da intervenção proposta.

Esses eixos teóricos são articulados para fornecer uma abordagem interpretativa e interdisciplinar que conecte o legado histórico-cultural do Império de Gaza às demandas e possibilidades contemporâneas da cidade de Maputo.

A teoria base, neste caso, reflete o papel dos centros de interpretação na preservação cultural e sua integração em zonas estratégicas urbanas, onde o objetivo não é apenas documentar o passado, mas traduzi-lo em experiências sensoriais e espaciais que inspirem novas percepções e fortalecem a identidade cultural.

Eixo 1: O Espaço Público e Sua Valência Cultural

O espaço público é reconhecido como o elemento central na organização das cidades e na promoção de interações sociais. Eles desempenham um papel fundamental na construção da vida urbana e na consolidação da identidade coletiva. Segundo Carr et al. (1992) espaço público é todo aquele de acesso livre, onde as pessoas podem circular, encontrar-se, socializar, expressar-se, exercer a sua colectividade e participar na vida cívica. São, portanto, mais do que suportes físicos: são arenas sociais, culturais e políticas onde se manifesta a pluralidade da sociedade.

A. Valências dos Espaços Públicos: Físicas, Sociais, Culturais e Simbólicas

Jan Gehl (2013), defende que espaços públicos bem projetados promovem encontros, lazer e pertencimento, sendo cruciais para a qualidade de vida urbana. Portanto, as valências dos espaços públicos transcendem a sua configuração arquitectónica. A sua configuração pode ser agrupadas em quatro dimensões principais, nomeadamente:

Física: refere-se à forma, dimensão, mobiliário, pavimentação, arborização, acessibilidade, iluminação e conforto ambiental. Um espaço público bem projetado deve oferecer condições físicas que favoreçam o uso diverso e prolongado por diferentes grupos sociais.

Social: o espaço público é lugar de encontros e trocas, promovendo a coesão e fortalecendo o sentido de comunidade. Facilita o convívio intergeracional, a construção de laços sociais e o exercício da cidadania.

Cultural: actua como palco de práticas culturais locais, rituais, celebrações e expressões artísticas. Em contextos como o moçambicano, onde a oralidade e o ritual têm papel central na transmissão do conhecimento, o espaço público assume uma função vital na preservação das tradições.

Simbólica: abriga marcos de memória coletiva, como monumentos, estátuas, espaços de resistência ou de celebração. O espaço público comunica valores, carrega narrativas e projeta identidades.

B. Espaços Públicos como Instrumentos de Preservação Cultural

A importância dos espaços públicos na preservação cultural está associada à sua capacidade de abrigar e dar visibilidade às manifestações imateriais da cultura: os rituais, as danças, os cânticos, os encontros tradicionais. Em sociedades onde a memória é frequentemente transmitida oralmente e pelas práticas coletivas, como em Moçambique, estes espaços tornam-se verdadeiros arquivos vivos da cultura. São ainda lugares privilegiados de educação informal, possibilitando que as gerações mais jovens tenham contacto com o passado coletivo e com valores locais. Ao reforçar o senso de pertença, os espaços públicos qualificam-se como plataformas de valorização da identidade.

C. Os 12 Critérios de Jan Gehl para um Bom Espaço Público

A qualidade dos espaços públicos está intimamente ligada à experiência que estes oferecem aos seus utilizadores. Jan Gehl (2011), referência incontornável nos estudos sobre vida urbana, propôs 12 critérios que definem um espaço público de qualidade, dos quais podem ser organizados em 3 grupos, nomeadamente Protecção, Conforto e Prazer. Esses critérios servem como diretrizes para avaliar e projectar espaços urbanos que promovam a interação social, segurança e bem-estar dos usuários.



Fig 7: Os 12 Critérios de Jan Gehl para um Bom Espaço Público. Fonte: Archidaily

01 Protecção

Critério 01: Contra o Tráfego: espaços públicos devem garantir a segurança física dos utilizadores, especialmente em relação à circulação de veículos motorizados.

Este princípio pode ser materializado através de várias estratégias, como por exemplo: a criação de uma separação física clara entre zonas pedonais e rodoviárias; Uso de pavimentos diferenciados e mobiliário urbano como barreiras visuais e táteis; e calçadas amplas.

Critério 02: Segurança nos Espaços Públicos: a segurança é um dos pilares fundamentais para garantir a vitalidade e o sucesso dos espaços públicos. Um ambiente seguro não apenas prolonga o tempo de permanência dos utilizadores, mas também promove a apropriação do espaço, reforçando os laços comunitários e a confiança urbana. Quando as pessoas se sentem seguras, tendem a usar mais o espaço, transformando-o num ambiente vivo, diverso e economicamente dinâmico. A segurança, portanto, não é apenas uma condição prévia para o uso, mas também um indicador da qualidade e vitalidade do espaço público.

Jane Jacobs na sua obra seminal *The Death and Life of Great American Cities*, defende que a segurança no espaço público não depende exclusivamente da presença policial formal, mas, sobretudo,

da capacidade de os cidadãos comuns observarem as ruas, conceito que ela denominou de “natural surveillance” (vigilância natural). Para Jacobs, a presença constante de olhos atentos, habitantes, comerciantes, transeuntes é o que cria ruas vibrantes e seguras.

Elementos como a Iluminação adequada, visibilidade (visão desimpedida), presença de pessoas, o princípio do “olhar natural da rua” (natural surveillance) e a integração de usos mistos que mantêm a área ativa ao longo do tempo, são fundamentais para garantir a sensação de segurança.

Critério 03: Contra Experiências Sensoriais desagradáveis: em adição ao valor estético e acessibilidade do espaço público, deve-se garantir a protecção contra condições sensoriais desagradáveis como o vento, ruído e poluição.

As condições climáticas nem sempre são as melhores para se realizar actividades ao ar livre, por isso, os lugares públicos devem contar com áreas adequadas para proteger-se do calor, da chuva e do vento, e evitar, assim, uma experiência sensorial incômoda. Barreiras vegetais contra o ruído, uso de vegetação para filtrar o ar, zonas de sombra e conforto climático são formas de proteger os usuários. Se considerarmos que as áreas verdes ajudam a aliviar o calor, a poluição e os ruídos, a sua multiplicação em áreas urbanas deveria ser uma medida incentivada pelos órgãos responsáveis.

02 Conforto

Conforto, segundo Jan Gehl, é o requisito essencial para que um espaço seja apropriado e utilizado. Engloba não apenas o conforto físico, mas também psicológico, ambiental e simbólico, e influencia diretamente o tempo de permanência e a qualidade da experiência urbana.

Critério 06: Ter onde Sentar: a presença de assentos confortáveis, acessíveis, distribuídos estrategicamente e com vista agradável aumenta significativamente o tempo de permanência. Gehl defende que sentar é um acto de apropriação do espaço, uma vez que permite o descanso, a socialização, a contemplação e dá tempo para que o espaço seja experienciado com profundidade.

O exercício deste critério pode ser expresso através da colocação de bancos sob árvores, muros baixos, degraus adaptados e assentos móveis. O desenho deve contemplar opções com e sem encosto, isoladas e em grupo, à sombra e ao sol. Como produto, pode-se destinar lugares para descanso, lazer e leitura, respeitando as relações de proximidade ou distância entre os usuários.

Critério 09: Locais para exercitar: os espaços públicos devem incentivar o movimento, não só o caminhar, mas também actividades físicas leves como brincar, correr ou dançar, que contribuem para uma boa saúde física e mental.

Este critério estabelece que os locais públicos devem garantir o acesso a equipamentos desportivos a todos os cidadãos, independentemente da sua idade ou condição física. Associado a estes equipamentos, a implantação de caminhos para caminhadas, escadarias acessíveis, áreas abertas multifuncionais e espaços adaptáveis para jogos ou performances culturais.

Os resultados da InCRÓNICA (INS, 2025), estudo financiado pelo Governo do Canadá e implementado pelo INS, em parceria com o MISAU, Instituto Nacional de Estatística e Organização Mundial da Saúde, revela que em Moçambique, entre 2005 e 2024, registou-se um aumento dos factores de risco para doenças cardiovasculares na população, em geral. O sedentarismo ou inactividade física subiu de 6.5 para 14.3 por cento, sendo mais predominante em mulheres.

Critério 10: Escala Humana: escala humana refere-se à adaptação das dimensões dos espaços, edifícios, mobiliários e elementos urbanos às proporções e percepções naturais do corpo humano. Trata-se de garantir que o ambiente construído possa ser facilmente compreendido, percorrido e apropriado pelas pessoas no seu quotidiano. Para Jan Gehl (2013), a relação directa entre o ser humano e o espaço confere ao ambiente urbano qualidade, conforto e sentido de pertença.

Historicamente, muitos processos de planeamento urbano, especialmente durante períodos de modernização acelerada, negligenciaram a escala humana em favor de modelos monumentais, de grandes infraestruturas e de amplas vias rodoviárias, criando espaços inóspitos e desumanizados. Em contrapartida, Gehl defende que a consideração cuidadosa da escala humana, com edifícios que não oprimem visualmente, mobiliário urbano acessível, detalhes que convidam à aproximação e texturas perceptíveis, transforma os espaços em locais mais legíveis, acolhedores e seguros.

Critério 11: Possibilidade de aproveitar o Clima: a qualidade de um espaço público está intimamente ligada à sua capacidade de responder de forma inteligente e sensível às condições climáticas locais. De acordo com Jan Gehl, a adaptação climática é fundamental para garantir a frequência e o conforto dos usuários ao longo do ano. Em Maputo, onde predomina um clima tropical húmido, com temperaturas elevadas em grande parte do ano, torna-se essencial proporcionar sombra eficaz durante as horas de maior insolação e promover a ventilação natural dos espaços.

Para alcançar esse objetivo, é recomendável a implementação de estratégias de sombreamento, como o uso de vegetação de copa densa, pergolados e coberturas leves, bem como a criação de espaços com fontes de água que ajudem a refrescar o microclima através da evaporação. A orientação solar correcta dos percursos e edifícios, associada ao aproveitamento dos ventos dominantes para ventilação cruzada, é um recurso crucial para melhorar o conforto térmico.

Sem a adequada resposta climática, mesmo espaços bem projectados podem tornar-se inóspitos durante períodos de calor intenso ou de intempéries. Nas regiões de clima extremo, como é o caso de Maputo em certas épocas do ano, o sucesso de actividades ao ar livre depende directamente da criação de ambientes que ofereçam protecção, conforto e atractividade, que permitem o uso contínuo e a vitalidade do espaço público.

Critério 12: Boa Experiência Sensorial: a conexão emocional com o espaço é reforçada pelos sentidos, que nos permitem criar memória afectiva, sensação de pertencimento e bem-estar. Ao ativar positivamente os sentidos, um espaço público cria ligações emocionais mais profundas com os seus utilizadores.

A criação de uma experiência sensorial rica é fundamental para o sucesso de qualquer espaço público. Um espaço verdadeiramente acolhedor deve estimular os sentidos de forma positiva, oferecendo diversidade visual, tátil, sonora e olfativa que incentive a interação e a permanência (GEHL, 2013). A presença de diferentes texturas, sons naturais, aromas agradáveis e uma variedade de estímulos visuais gera um ambiente dinâmico e envolvente.



Fig 8: Jardim dos namorados, Maputo, Polana. Fonte: Autor



Fig 9: Jardim dos professores, Maputo, Polana. Fonte: Autor



Fig 10: Ramblas, Barcelona

03 Prazer

Refere-se à satisfação emocional e psicológica dos utilizadores. Um espaço que promove prazer é aquele que estimula o encontro, a observação e a permanência espontânea.

Critério 04: Espaço para caminhar: caminhar é o modo mais democrático e acessível de deslocamento urbano. A caminhabilidade é a base de qualquer cidade viva e sustentável. Um bom espaço para caminhar deve ser contínuo, plano, seguro, interessante e protegido. A presença de caminhos acessíveis, convidativos e confortáveis é essencial para estimular a mobilidade ativa e fortalecer a relação das pessoas com o espaço urbano.

Quanto mais agradável e seguro for o percurso, maior será a circulação de pessoas no espaço público. Para que os espaços públicos atraiam pessoas a fim de caminhar, é importante que estes apresentem certas características em toda a sua extensão. Neste sentido, se existem fachadas interessantes de edifícios, calçadas largas e niveladas, uso de pavimentos permeáveis, marcos visuais, arborização e iluminação adequada e superfícies regulares que garantam o acesso a todos, este critério se cumprirá em toda sua totalidade.

Critério 05: Espaço de Permanência: permanecer no espaço público é um indicador de qualidade urbana. Espaços que incentivam a permanência são essenciais para transformar áreas de mera circulação em verdadeiros lugares de convivência. Um bom espaço de permanência oferece oportunidades para uma ampla gama de actividades, como estar, observar, interagir, consumir ou simplesmente descansar, tornando-se um motor para a vitalidade social, económica e cultural.

Critério 07: Possibilidade de Observar: a observação social é um comportamento humano universal. Ver e ser visto confere ao espaço público um dinamismo especial, aumentando o sentimento de segurança e de pertença. Como afirma Gehl, “as pessoas são atraídas por outras pessoas”.

Observar permite que mesmo quem está só se sinta parte de uma coletividade. Dispor bancos voltados para corredores de circulação, instalar vitrines culturais, criar pequenas praças animadas e janelas interativas em edifícios que voltam para o espaço público. Ambientes que oferecem múltiplos pontos de observação favorecem a vigilância natural.

Critério 08: Oportunidade de Conversar: a socialização é uma das funções mais nobres do espaço público. Para que tal interação aconteça de maneira espontânea e fluida, é essencial que o espaço seja projectado com uma configuração que favoreça encontros informais, proporcionando conforto acústico e condições ambientais agradáveis.

A disposição estratégica do mobiliário urbano é crucial: bancos dispostos face a face, mesas públicas para refeições compartilhadas, quiosques culturais, pequenas áreas de piquenique e zonas de sombra cuidadosamente planeadas que convidem à permanência prolongada. A redução de fontes de ruído intenso, como o tráfego motorizado, deve ser garantida através da criação de barreiras naturais (vegetação densa, taludes) ou de um layout urbano inteligente para permitir que as pessoas possam conversar sem interrupções.

A arquitetura tem o poder de induzir ou inibir a socialização. Através da forma, escala, disposição dos elementos e condições ambientais proporcionadas, a arquitetura pode estimular o encontro, a partilha e o fortalecimento dos vínculos sociais. Um espaço bem desenhado cria zonas de “fricção social”, onde o encontro casual se torna natural e incentivado.

D. A realidade dos Espaços Públicos em Maputo

A herança colonial portuguesa influenciou a organização espacial da cidade, promovendo a criação de avenidas largas, praças formais e zonas ajardinadas no centro urbano, sobretudo para uso da população colonial. Entretanto, essa configuração foi, em grande parte, desigual e excludente, deixando as zonas periféricas com infraestruturas precárias, desprovidas de espaços públicos qualificados e inclusivos.

Nos dias de hoje, Maputo ainda enfrenta o desafio de redefinir o papel e a qualidade dos seus espaços públicos, tanto nos bairros centrais como nas zonas suburbanas. A cidade possui parques e praças emblemáticos como o Jardim Tunduru, a Praça da Independência e o Parque dos Continuadores, que são exemplos clássicos de espaços urbanos formais. Contudo, estes espaços não representam a totalidade da experiência urbana da população.

Segundo o Plano Estruturante da Cidade de Maputo (PEUMM) e o Plano Parcial de Urbanização do Chamanculo C (PPU-Chamanculo C), existe um esforço recente para qualificar os espaços públicos como infraestruturas de inclusão e valorização cultural. Entretanto, o que se observa na prática é que grande parte desses espaços carece de manutenção, infraestrutura básica, sinalização, equipamentos de lazer e paisagismo coerente com o clima local. Isso compromete a função social do espaço público e reduz o seu potencial como cenário de intercâmbio cultural e cidadania ativa.

Nos bairros periféricos de Maputo, como Chamanculo, Mafalala, Maxaquene e Hulene, os espaços públicos caracterizam-se por uma ocupação espontânea e multifuncional, refletindo a resiliência e

criatividade das comunidades locais. Esses espaços, frequentemente não planejados, tornam-se pontos de encontro onde coexistem atividades diversas como comércio informal, circulação pedonal, lazer, práticas religiosas, despejo de resíduos e eventos culturais comunitários.

Essa multiplicidade funcional revela um potencial latente para a criação de espaços urbanos vivos e inclusivos, que respondem diretamente às necessidades do cotidiano dos moradores, mesmo em contextos de precariedade infraestrutural. Como observa Lage (2020), “a informalidade espacial em Maputo não representa apenas ausência de planejamento, mas uma forma alternativa de produção do espaço urbano, onde se exprimem as práticas sociais e culturais da população”.

Contudo, essa vitalidade coexiste com desafios significativos. A ausência de desenho urbano qualificado, a sobreposição de funções sem regulação adequada e a falta de políticas públicas consistentes resultam em ambientes vulneráveis, muitas vezes insalubres e pouco seguros. A carência de investimento público em infraestrutura básica, iluminação, acessibilidade e mobiliário urbano compromete a qualidade desses espaços, perpetuando desigualdades no acesso à cidade.

Assim, os bairros periféricos de Maputo demonstram, por um lado, a potência transformadora da apropriação comunitária dos espaços públicos, e, por outro, a urgência de políticas integradas que reconheçam, valorizem e qualifiquem essa realidade urbana plural.

Em termos de infraestrutura física, é recorrente se verificar os seguintes problemas nos seus espaços públicos:

- Ausência de mobiliário urbano adequado (bancos, mesas);
- Zonas de sombra ou proteção solar;
- Árvores e cobertura verde eficaz;
- Ausência de iluminação pública funcional e contínua;
- Escassez de zonas pedonais seguras e acessíveis para todos
- Equipamentos de recreação ou expressão cultural.

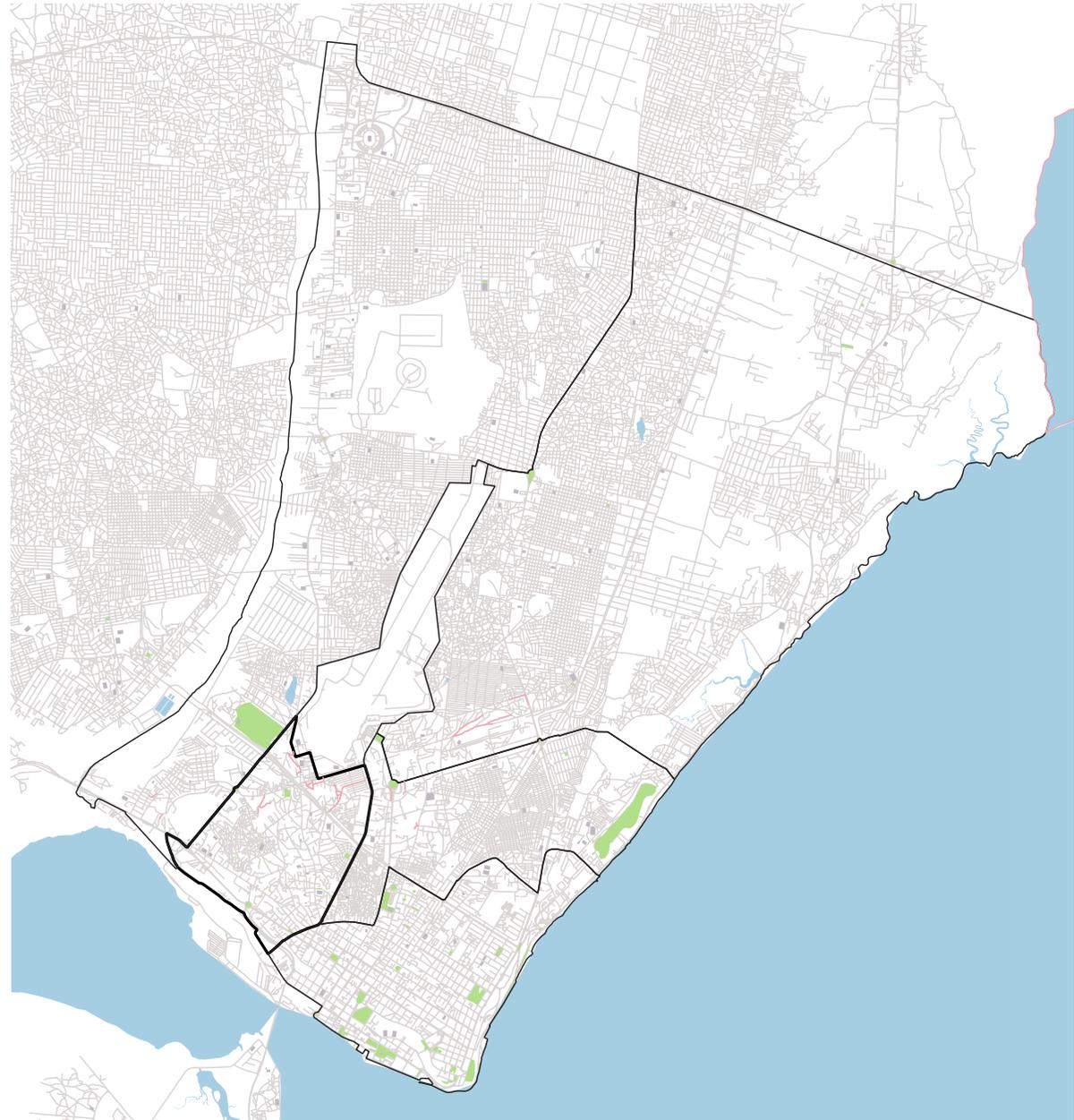


Fig 11: Mapa dos espaços públicos na Cidade de Maputo. Fonte: Autora



Fig 12: Jogo local, Pidjónsa, Fonte: Ildefonso Colação



Fig 13: Dança tradicional, convívio no bairro. Fonte: Ildefonso Colaço



Fig 14: Parque Estrela, Chamanculo C. Fonte: Autora

Contudo, é importante notar que há potencialidades significativas. Em bairros como Chamanculo C, por exemplo, existe um forte tecido social e artístico, uma identidade cultural robusta, e uma memória coletiva viva que pode ser mobilizada como base para a revitalização dos espaços públicos. Há potencialidades relevantes a destacar, como:

Tecido social e cultural ativo: Em bairros periféricos, existe uma identidade comunitária forte, expressa na arte, na música, no teatro e em manifestações culturais tradicionais, que podem ser revitalizadas nos espaços públicos.

Apropriação espontânea do espaço: Mercados, feiras, rodas de música e práticas religiosas mostram que, mesmo com carências materiais, os espaços públicos são vividos e ressignificados diariamente pelas comunidades, revelando a capacidade dos cidadãos de reivindicar o espaço público como lugar de vida e produção cultural.

Existência de equipamentos dispersos: Escolas, igrejas, associações culturais e pequenas praças oferecem pontos de apoio para redes culturais urbanas que podem ser integradas de forma estratégica no planeamento da cidade (AVSI, 2020).

Portanto, é possível afirmar que a realidade dos espaços públicos em Maputo é marcada por uma tensão entre carência estrutural e riqueza da sua vida comunitária e cultural. O desafio está em transformar essa energia comunitária e criativa em políticas urbanas inclusivas, que respondam às necessidades locais, respeitem os valores culturais e estimulem a ocupação digna e sustentável dos espaços da cidade.

Eixo 02: Centro de Interpretação como Instrumento de Preservação Cultural

Neste sentido, a preservação da memória coletiva através de espaços físicos ganha especial relevância, sobretudo em contextos culturais cuja história é fortemente transmitida por via oral, como é o caso de Moçambique. Com a ausência de mecanismos institucionais de registo e valorização sistemática, muitos elementos do património cultural correm o risco de desaparecer silenciosamente.

Neste cenário, os centros de interpretação emergem como espaços fundamentais para a mediação da memória e a afirmação da identidade cultural, sobretudo nos meios urbanos onde os laços comunitários e a história local tendem a diluir-se.

Mais do que instituições de conservação, os centros de interpretação operam como plataformas educativas, sensoriais e inclusivas, com múltiplos papéis:

- Documentar, conservar e comunicar histórias locais, práticas culturais e saberes tradicionais;
- Estimular a conexão intergeracional, aproximando crianças e jovens das suas raízes e das narrativas ancestrais;
- Contém os efeitos homogeneizadores da globalização, preservando especificidades culturais que correm o risco de ser diluídas no contexto da modernidade.

No contexto moçambicano, a memória do Império de Gaza revela-se particularmente vulnerável devido a múltiplos factores históricos e contemporâneos:

- Marginalização das narrativas africanas: Desde o período colonial até hoje, há uma sistemática distorção ou silenciamento das histórias africanas em favor de perspectivas eurocêntricas (Nhantumbo, 2020).
- Globalização e urbanização acelerada: Estes processos têm incentivado o abandono de práticas culturais tradicionais, substituídas por modos de vida globalizados e muitas vezes desconectados da história local.
- Insuficiência de documentação escrita: A forte tradição oral moçambicana, sem o correspondente registo escrito sistemático, aumenta a vulnerabilidade da memória coletiva ao esquecimento e à perda de autenticidade (Honwana, 2002).

Nesse sentido, os centros de interpretação emergem como uma solução para combater essas ameaças, transformando memórias e narrativas históricas em experiências acessíveis, imersivas e compreensíveis, que ajudam a preencher lacunas na história, promover a educação e inspirar a valorização do património cultural.

Eixo 03: Arquitectura Como Linguagem Universal: Narrativa de Memória e Identidade

A arquitetura, como linguagem universal e atemporal, possui o poder singular de materializar conceitos culturais, históricos e simbólicos, traduzindo ideias abstratas em experiências espaciais concretas. Ao articular tempo, espaço e cultura, ela torna-se um instrumento de mediação entre o passado e o presente, entre o tangível e o intangível.

Conforme Peter Zumthor defende no seu livro *Atmospheres: Architectural Environments. Surrounding Objects*, “a arquitetura só se torna relevante quando consegue criar atmosferas que estabelecem uma conexão emocional com o ser humano”. Assim, para além da função utilitária, a arquitetura torna-se um meio narrativo, capaz de evocar emoções, preservar memórias e reforçar identidades coletivas.

Este princípio manifesta-se através da selecção criteriosa de elementos como: Material, Texturas, Escala, Proporções, Acústica, Formas, Luz/sombra, Cheio/vazio, Cores, Padrões, Circulação, Vegetação, Ritmo, Organização espacial, Simbologia. A manipulação cuidadosa destes elementos são essenciais para criar espaços que não apenas comunicam o passado, mas também conectam os visitantes emocionalmente à história e à cultura representadas.

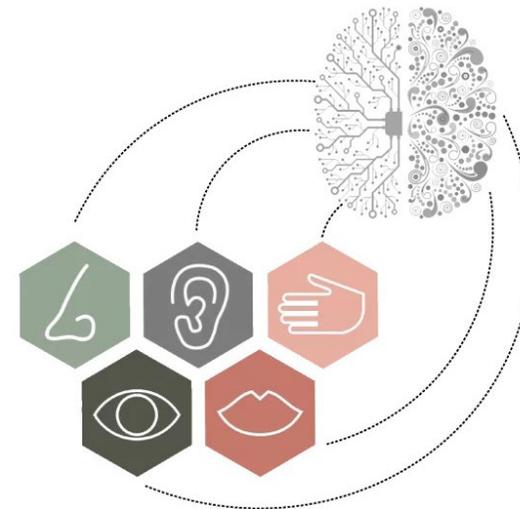


Fig 15: DNeuroarquitectura—como os ambientes construídos impactam o cérebro humano. fonte: <https://www.tkdesigner.com.br/neuroarquitectura-ambientes-impactando-o-cerebro/>



Fig 16: Árvore onde Ngungunhane realizou o Kupahla enquanto prisioneiro. Fortaleza de Maputo. Fonte_ Autora

Casos de estudos

Histórias convertidas em espaços

Para aprofundar a compreensão sobre como a arquitetura pode funcionar como instrumento de interpretação cultural e emocional da memória histórica, foram selecionados quatro casos de estudo que exploram distintos contextos e abordagens projetuais. A escolha baseou-se na relevância programática, na sensibilidade com que os projetos tratam as narrativas culturais e na diversidade de soluções espaciais, sensoriais e materiais adoptadas.

Cada projecto analisa a história e a memória a partir de uma perspectiva única, mas todos compartilham a capacidade de transformar e comunicar narrativas coletivas em experiências tangíveis, utilizando a arquitetura como uma linguagem universal capaz de conectar o passado ao presente de forma profunda e traduzir eventos históricos e culturais em experiências imersivas.

A. Monumento e Centro de Interpretação da Matola

Localização: Cidade da Matola, Moçambique

Ano: 2011

Contexto: o Centro de Interpretação da Matola é uma instituição pública, sem fins lucrativos, de carácter cultural e científico, com a missão de preservar, interpretar e divulgar a história da luta contra o regime do Apartheid, destacando o papel solidário de Moçambique. O centro imortaliza o episódio de 30 de Janeiro de 1981, data em que forças do Apartheid atacaram Matola, resultando na morte de 17 ativistas sul-africanos anti-apartheid, 5 moçambicanos e 1 português, um marco na luta anti-colonial e anti-racista. (Matias, 2015).

Classificado como Património Cultural de Classe A, o complexo integra valores históricos, político-patrióticos, didácticos, arquitectónicos, económicos e sócio-culturais, tornando-se um símbolo da memória colectiva e da identidade pan-africana.

Programa funcional

A composição combina monumento ao ar livre multifuncional e edifício fechado com zonas de exposição, arquivos, auditório e áreas de pesquisa.

- Entrada/Átrio Principal
- Exposição Permanente
- Sala de reunião
- Área de máquinas

- Sanitários
- Administração
- Copa
- Estacionamento
- Monumento

Inserção urbana/paisagística

Está inserido num bairro residencial da Matola, articulando um espaço cerimonial aberto (monumento) e um edifício fechado (centro interpretativo). Esta dualidade cria uma experiência de percurso, onde forma, materialidade, cor e pavimento conduzem o visitante numa narrativa física e emocional, da praça aberta ao interior interpretativo.

Intenção arquitectónica

A arquitectura traduz claramente a intenção de ligar forma, cor e história, articulando uma função memorial com uma função educativa, reflexiva e cultural. Este simbolismo e a experiência sensorial, que despertam sentimento de ódio, dor, tristeza, felicidade (pela aliança dos países) e no fim reflexão sobre como não deixarmos mais ser escravizados unindo esforços, são expressos das seguintes maneiras:

- **Escala e proporção:** três obeliscos vermelhos (destaque) que representam as três casas destruídas; cada um contém as coordenadas específicas e está orientado na direcção da respectiva casa. Obeliscos menores cinzentos circundam a praça com os nomes dos países da linha de frente (África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia), destacando a solidariedade regional.
- **Cor:** vermelha simboliza o sangue derramado das vítimas, e a preta -remete à luta, dor e resistência.
- **Materiais e texturas:** é uma paleta material que dialoga directamente com a narrativa simbólica, equilibrando peso e leveza, opacidade e transparência, rugosidade e suavidade.

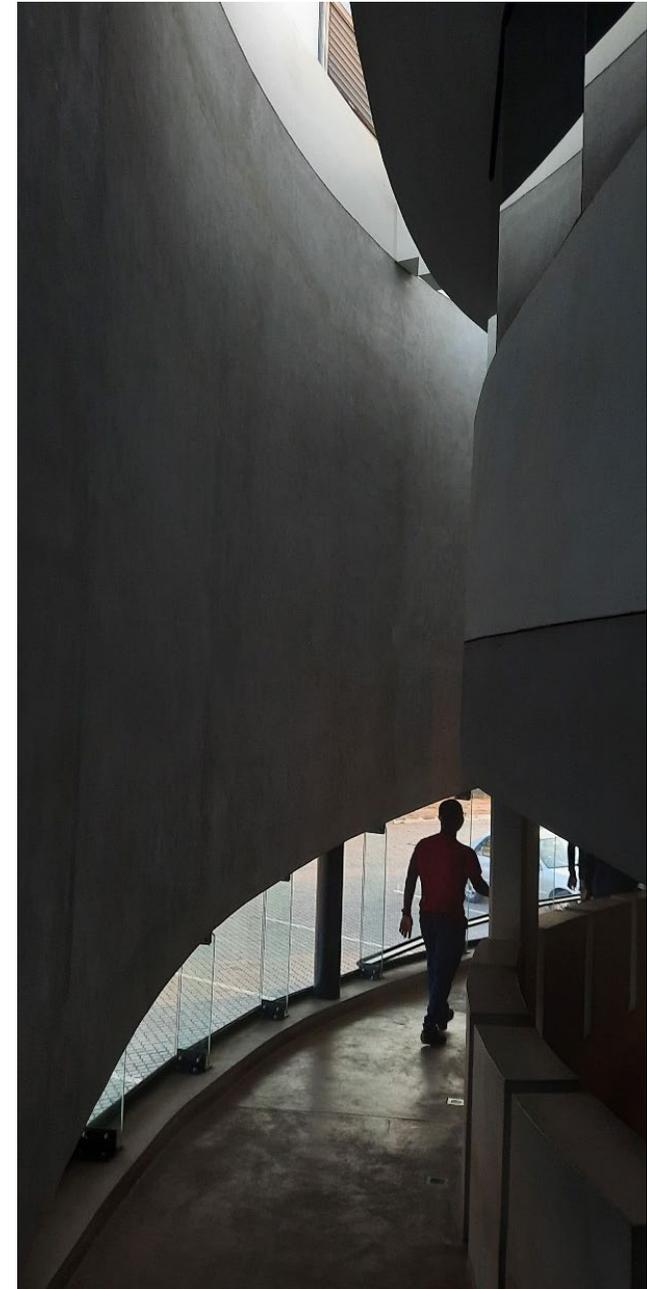
Exterior: O conjunto arquitectónico combina betão aparente, metal (nomeadamente as tiras metálicas que funcionam como quebra-sóis e elementos simbólicos) e pavimento em pavé, garantindo permeabilidade e conforto de circulação. Os obeliscos, feitos em betão pintado, reforçam a monumentalidade e o carácter simbólico, criando um contraste visual entre o peso da memória e a leveza das formas abertas. Apesar de remeter a um episódio destrutivo, o edifício evita uma aparência literal de ruína.



Fig 17 e 18: Monumento e Centro de Interpretação da Matola. Fonte: Júlio Simbine



Fig 19 e 20: Monumento e Centro de Interpretação da Matola. Fonte: Autora



Interior: predomina o cimento queimado nos pavimentos e superfícies de circulação, criando uma atmosfera austera, coerente com o tema de resistência e luto. O átrio principal destaca-se pela aplicação de pedra natural local não polida, que confere textura rústica e conecta o espaço com os materiais autóctones. A fachada envidraçada estabelece uma relação directa com o exterior, filtrando luz natural e criando jogos de luz e sombra dramáticos.

- **Luz e sombra:** luz natural é controlada de forma a dramatizar volumes e intensificar a leitura dos espaços:

Às 12h, o mapa África do Sul-Moçambique é projectado no chão do átrio pelo desenho da cobertura. A sala principal, mais fechada, cria ambiente solene, reforçando o impacto emocional.

Zonas de transição mantêm a alternância de luz intensa e penumbra, intensificando a narrativa histórica.

- **Quebra-sóis:** feito em Tiras metálicas e placas perfuradas interpretam as armas e os impactos dos disparos nas residências.
- **Continuidade espacial:** a ausência de muros expressa abertura, união e continuidade da memória, ligando a praça, o monumento e o centro num só percurso. No primeiro piso, uma varanda panorâmica permite vista directa ao monumento.

O pavimento exterior do centro de interpretação e do átrio mantém o mesmo acabamento, reforçando a continuidade entre dentro e fora.

A frase de Samora Machel, “Que venham!!”, gravada no pavimento e no átrio, mantém vivo o espírito de resistência. Toda a informação é apresentada em Português e Inglês, tornando o conteúdo acessível a públicos diversos.

- **Sequência espacial:** o trajecto inicia-se na praça aberta, onde o visitante é convidado a percorrer e a interagir com os elementos simbólicos expostos ao ar livre. A ausência de muros reforça a sensação de continuidade física e visual entre o espaço cerimonial externo e o edifício fechado. O acesso ao centro faz-se por uma rampa suavemente manipulada e por uma escadaria, que também funciona como bancos, incentivando momentos de pausa, observação e convívio. Ao entrar, o visitante é acolhido por um átrio de pé-direito alto, marcado por uma grande imagem que representa o líder do ANC na altura do ataque e o presidente Samora Machel de mãos dadas, símbolo da união e da solidariedade. A fachada envidraçada estabelece uma relação fluida com o exterior, ampliando a percepção de integração entre memória e território.

À medida que a narrativa se desenvolve, o pé-direito diminui gradualmente, criando uma sensação de compressão espacial que intensifica o recolhimento e a introspecção. Na sala de exposição prin-

cipal, localizada no núcleo central, a luz natural torna-se mais controlada, quase ausente, isolando o visitante do exterior para uma experiência de imersão total.

O espaço expositivo interno expõe imagens de grande dimensão das casas destruídas, mini telas com vídeos, embora nem sempre estejam activas, retratos de líderes panafricanos, uma cronologia detalhada dos factos históricos moçambicanos e sul-africanos, com ênfase nas tentativas de assassinato de figuras emblemáticas como Eduardo Mondlane, além de um obelisco em homenagem aos 13 combatentes mortos no ataque. O ataque de 16 de Junho, envolvendo crianças, também é recordado. Toda a narrativa é disposta linearmente nas paredes, guiando o visitante pela sucessão dos acontecimentos.

No centro desta sala encontram-se bancos estratégicos, permitindo momentos de paragem para assistir a documentários ou participar de momentos didácticos conduzidos por guias. As cores dominantes (vermelho, preto e cinzento) reforçam o peso dramático do espaço, evocando sentimentos de ódio, dor e orgulho pela união dos líderes africanos e a luta contra o Apartheid.

A experiência estende-se ao piso superior, alcançado novamente por uma rampa, que reabre a relação visual com o exterior através de paredes envidraçadas. Esta rampa, no interior, inicia-se num ponto mais elevado (símbolo de glória) e vai perdendo altura de forma gradual, acompanhando a narrativa que se torna mais densa e emotiva.

No piso superior, o percurso culmina num auditório onde são exibidos testemunhos de familiares das vítimas e líderes africanos, encerrando simbolicamente o itinerário de glória, dor e resiliência. Assim, o espaço expositivo anexo e o circuito interno ampliam a narrativa central através de documentos, imagens, vídeos e cronologias, aprofundando o entendimento sobre o ataque, os mártires e o contexto geopolítico, ao mesmo tempo que celebram a solidariedade do povo moçambicano.

- **Paisagem:** a parte externa é concebida para abrigar diversas actividades, criando uma relação mais suave com a envolvente imediata.

Os mobiliários A área externa funciona como praça pública, para cerimónias oficiais, descanso, lazer, sessão fotográfica e interação espontânea por pessoas de diversas faixas etárias e condições físicas, suportando a actividades comerciais ao redor, bem como a escassez de praças qualificadas ao redor.

Gestão e relação com o público:

O Centro de Interpretação da Matola é utilizado principalmente para visitas escolares organizadas e cerimónias oficiais realizadas em datas comemorativas ligadas à luta contra o Apartheid. Apesar do seu elevado valor histórico e simbólico, o centro enfrenta uma baixa frequência quotidiana, tornando-se, na prática, um espaço de uso esporádico.

De modo geral, o público que frequenta o local é composto por estudantes, professores, grupos de pesquisa e algumas pessoas interessadas pela história do episódio de 30 de Janeiro de 1981. Contudo, ao longo dos anos, observa-se um declínio gradual de visitantes.

Na reportagem televisiva “Monumento da Matola com cada vez menos visitantes” (Miramar, 2023), encarregados de educação como Cardoso Chume e Stélio Tinga, e outros visitantes, manifestaram preocupação com a falta de interesse geral pela cultura histórica, defendendo que cabe aos pais e educadores promoverem visitas regulares, para que as novas gerações conheçam o envolvimento de Moçambique na luta pela libertação da África Austral.

O repórter destaca que, na prática, muitas pessoas dirigem-se ao local mais pela estética do monumento, usando-o como cenário para fotos ou ponto de encontro, do que propriamente para aceder ao edifício de interpretação e aprofundar a narrativa histórica.

Entretanto, ao meu ver, é importante salientar que uma das principais razões para o desinteresse recorrente não se limita apenas à falta de conhecimento histórico da população, mas também ao pouco dinamismo da programação do centro. O uso fixo e rígido, centrado quase exclusivamente em exposições permanentes e actos protocolares, limita a realização de actividades complementares, como oficinas, exposições temporárias, eventos artísticos e encontros comunitários, que poderiam revitalizar o espaço e diversificar o seu público.

Assim, fica evidente que o Centro de Interpretação da Matola, embora tenha uma força simbólica marcante, necessita de estratégias de gestão mais flexíveis e criativas, capazes de manter viva a memória colectiva de forma participativa e contínua.

Pontos fortes

- Potência simbólica imediata e de fácil leitura;
- Boa articulação sequencial das qualidades espaciais, funcionais, sensoriais e simbólicas;
- Soluções criativas e adequadas ao contexto;
- Valor educativo claro e impacto turístico.

Pontos fracos

- Programa e definição dos espaços rígido, sem flexibilidade para usos múltiplos ou eventos regulares;
- Baixa capacidade de atrair público fora das datas comemorativas;
- Manutenção dependente das doações, governos de Moçambique e África do Sul.



Fig 21: Monumento e Centro de Interpretação da Matola. Fonte: Autora



Fig 22: Monumento e Centro de Interpretação da Matola, Visita de estudo. Fonte: Facebook

B. Centro de Interpretação Mapungubwe

Localização: Parque Nacional Mapungubwe, Província de Limpopo, África do Sul

Arquitetos: Peter Rich Architects

Ano: 2008

Área: Total combined floor area: 1130 m² - Total site area: 2750 m²

Contexto e propósito: o Centro de Interpretação de Mapungubwe situa-se no coração de uma paisagem declarada Património Mundial pela UNESCO, onde prosperou, entre os séculos XI e XIV, um dos mais importantes reinos da África Austral, símbolo do poder comercial, cultural e espiritual das civilizações bantu pré-coloniais. O projeto foi encomendado pelo governo sul-africano com o objetivo de materializar a história do Reino de Mapungubwe para as gerações actuais, articulando ruínas arqueológicas, paisagem e interpretação contemporânea.

Programa funcional

- Entrada/Átrio Principal
- Administração
- Sanitários
- Restaurante
- Loja de artesanato
- Sala de exposição
- Sala de ensino e aprendizagem
- Miradouro/Anfiteatro ao ar livre
- Estacionamento

Inserção urbana/paisagística

O edifício emerge suavemente da topografia rochosa, dialogando com o terreno árido e com o vasto horizonte do Parque Nacional. Em vez de competir visualmente com a monumentalidade da paisagem, a arquitetura propõe-se como extensão da terra, respeitando o lugar e o carácter sagrado das colinas ancestrais.

Intenção arquitectónica

- **Concepção espacial e simbólica (narrativa proposta):** os espaços de exposição e aprendizagem assumem a forma de dez abóbadas de forma livre, a maior das quais se estende por 14,5 metros, e uma série de abóbadas e cúpulas regulares dispostas em um layout triangular ligadas entre si por passarelas em rampa. O método de abóbada usado depende de argamassa de gesso de presa rápida e ladrilhos de terra colocados na borda. O baixo impacto ambiental é alcançado através do emprego de mão de obra e materiais locais. (AKDN, s.d.)

- **Forma:** a forma principal é uma linguagem de abóbadas, cúpulas e parábolas hiperbólicas, organizadas em módulos triangulares:

Abóbadas retangulares distribuem forças horizontais por contrafortes maciços. A abóbada é uma tecnologia de construção antiga, que se assemelham a um sistema de cavernas, o que é culturalmente significativo. As cavernas eram consideradas aqui não apenas como locais de refúgio e abrigo, mas também eram usadas ritualmente, em cerimônias de chuva. Cúpulas de tamborim remetem a formas meditativas. (Fagan, 2010).

O conjunto assemelha-se a um sistema de cavernas interligadas, culturalmente significativas como espaços de abrigo e cerimônia de chuva. O arranjo triangular, típico das aldeias Venda, manifesta a ancestralidade e o pertencimento ao lugar. (PETERRICHARCHITECTS, 2009).

- **Acessos:** parece que estou a entrar na caverna. Ausência do muro. O percurso da estrada até ao visitante com que ele já interage com a natureza envolvente.

- **Escala e Proporção:** a monumentalidade é contida:

Vãos generosos (a maior abóbada atinge 14,5 m) contrastam com a escala humana dos espaços de circulação.

A variação de altura das abóbadas e passagens planas cria uma coreografia de expansão e compressão, que dramatiza a travessia, do vale à colina, do mundo exterior ao sagrado interior.

- **Material e textura:** abóbadas de tijolos artesanais, moldados à mão com terra local, erguem-se sem cofragem, usando a técnica vernacular de timber vaulting.

Pedras soltas de entulho removido do local sem nenhum acabamento revestem os exteriores, mimetizando as colinas rochosas, bem como os pavimentos.

Ferro, aço, madeira nativa e caniços são combinados em passarelas, coberturas planas, grades e sombreamentos, integrando rusticidade e leveza.

Texturas rugosas dos tijolos e pedras expostas evocam o carácter primitivo das cavernas, enquanto detalhes de vidro pintado e policarbonato adicionam leveza e cor.

- **Luz e Sombra:** a luz natural é cuidadosamente orquestrada, criando ritmo dinâmico. Grandes áreas recortadas nas abóbadas permitem a entrada de uma luz suave, filtrada por painéis de vidro colorido, folhas de policarbonato, caules de eucalipto e grades de ferro desenhadas com o padrão das plantas locais kanniedood. A luz não é apenas iluminação, é símbolo de revelação. O jogo de luz e sombra simula a penumbra sagrada das cavernas, conferindo uma atmosfera de contemplação e reforçando a leitura ritual do espaço. A luz refletida nas lagoas resfria o ar e projeta padrões orgânicos nos intradorsos de tijolo.



Fig 21: Centro de Interpretação Mapungubwe. Fonte: Peter Rich Architects Website

- **Som:** o eco sussurrante dentro das abóbadas cavernosas lembra rituais ancestrais. O som natural da savana (vento, pássaros, insetos, movimento da vegetação) invade os espaços semiabertos, misturando-se ao percurso interno. A ausência de ruído urbano intensifica o carácter sagrado e de refúgio.

Paisagismo

O paisagismo é de mínima intervenção, restaurando a flora autóctone da savana:

Árvores nativas sombreiam espaços de estar e caminhos. Passarelas elevadas e terraços conectam blocos construtivos sem ferir o solo. Os assentos moldados nos próprios terraços e muros dão lugar a um mobiliário de múltipla funcionalidade.

As varandas lembram o kgotla, tradicional espaço de encontro africano. Piscinas rasas funcionam como espelhos de água, resfriando o ar e refletindo a luz, reforçando o ritual da água tão presente nos cultos de chuva locais.

Sequência espacial

Visível de seu portão de entrada, o Centro Mapungubwe é acessado através de um vale de onde o afloramento de novos edifícios se funde naturalmente com a encosta sul de um planalto rochoso. A partir daqui, há uma vista para uma colina a cerca de 1 km de distância, onde o sítio arqueológico original foi descoberto e escavado. A análise inteligente do local e a forma como ele está estruturado para acomodar o programa tornam-se mais aparentes à medida que você se move da entrada no vale para o planalto 14m acima.

A concepção espacial do Centro de Interpretação de Mapungubwe traduz-se num percurso imersivo que guia o visitante desde a entrada no vale, passando por rampas, pátios, passarelas elevadas, miradouros até culminar nos espaços abobadados de exposição, que remetem a cavernas ancestrais.

A sequência é intencionalmente ritualística: começa-se num espaço de recepção iluminado por um óculo solar, avança-se por passagens sombreadas que simulam cavernas e culmina-se num espaço sagrado, a sala abobadada que guarda o icónico Rinoceronte Dourado, símbolo de Mapungubwe.

Sustentabilidade

O edifício aplica princípios de sustentabilidade vernacular e passiva:

- Uso de materiais locais com baixo impacto ambiental.
- Estruturas abobadadas maximizam a inércia térmica.
- Ventilação cruzada e iluminação natural reduzem consumo energético.
- A obra envolveu mão-de-obra local, capacitando pedreiros e artesãos na técnica tradicional de tijolo.

Pontos fortes

- Inserção discreta na paisagem;
- Concepção simbólica coerente;
- Referência mundial em arquitectura vernacular adaptada;
- Integração com roteiros de turismo cultural;
- Síntese entre forma contemporânea e técnicas ancestrais.

Pontos fracos

- Manutenção intensiva das coberturas de tijolo artesanal;
- Localização remota limita acessos para alguns grupos: Apesar de todo o valor simbólico e arquitetónico, a visita regular é muito modesta. O local é remoto, com acesso restrito, e está dentro de um Parque Nacional, distante de grandes centros urbanos. Para muitos turistas, o foco principal é o safári e a paisagem natural, e a visita ao centro é muitas vezes apenas complementar.



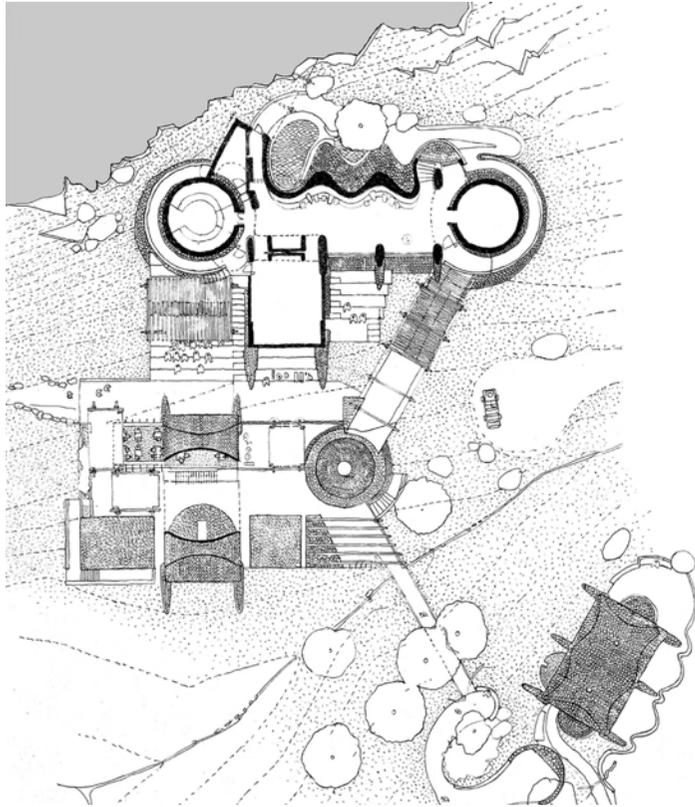
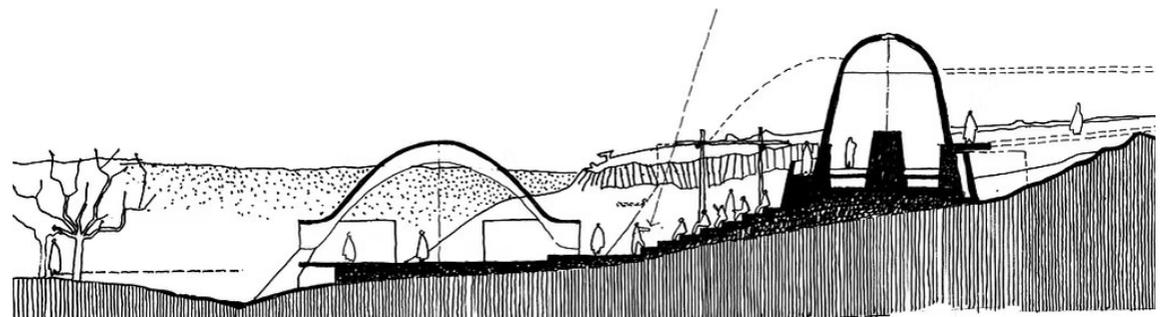
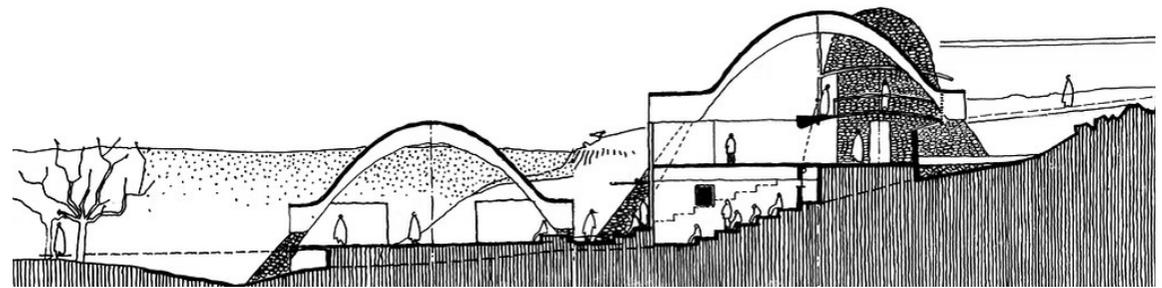


Fig 23, 24 e 25: Centro de Interpretação Mapungubwe. Fonte: Peter Rich Architects Website



C. Museu Judaico de Berlim

Localização: Berlim, Alemanha

Arquitetos: Daniel Libeskind

Ano: 2001

Contexto: o Museu Judaico de Berlim é uma das obras mais emblemáticas do desconstrutivismo e um marco mundial da arquitetura memorial. Mais do que um espaço expositivo, o edifício é ele próprio uma narrativa construída, um monumento físico à memória, à perda irreparável e à reconstrução cultural. A proposta traduz, em geometria e espaço, as tragédias e a resistência do povo judeu: as formas quebradas e distorcidas materializam a fragmentação da memória, enquanto os espaços de silêncio e vazio convidam à reflexão sobre o impacto do Holocausto.

Programa e Áreas

- Entrada/Átrio Principal
- Exposição Permanente
- Eixo do Holocausto
- Área de Conferências
- Área de máquinas
- Sanitários
- Administração
- Estacionamento
- Café
- Jardim do Exílio

Inserção urbana/paisagística

Implantado em Kreuzberg, o edifício é anexado ao antigo Kollegienhaus, um palácio barroco. A volumetria angular e fragmentada faz referência direta à destruição e ruptura histórica. Num local marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo Holocausto, o museu atua como ponte simbólica entre o passado trágico e o presente, tentando “curar” feridas históricas.

Intenção arquitetónica

Libeskind denominou o projeto de “Between the Lines”, explicitando a intenção de trabalhar a história judaica-alemã como um tecido cruzado de presenças, ausências e possibilidades de reconciliação. Assim, o edifício não é apenas contendor, mas conteúdo em si: seus ângulos agudos, corredores inclinados e vazios cortantes tornam-se metáforas arquitetónicas da fragmentação de uma memória violada. O visitante é convidado a percorrer fisicamente a ausência, sentindo na pele a instabilidade dos pisos inclinados, o peso do silêncio e a opressão dos volumes claustrofóbicos. A forma desconstruída, repleta de fissuras e cortes abruptos, simboliza a impossibilidade de recompor integralmente o que foi perdido, mas também reafirma a força de resistir pela lembrança.

Concepção espacial e simbólica(narrativa proposta)

- **Forma, Escala e Proporção:** a volumetria é monumental e fragmentada, criando contrastes entre espaços amplos e verticais e corredores estreitos que parecem comprimir o corpo. A Torre do Holocausto, com os seus 24 metros de altura, reforça a opressão vertical, enquanto os corredores angulados e estreitos, que rasgam o volume principal, geram um percurso de incerteza. A forma quebrada do museu, com sua pele metálica de zinco, funciona como uma cicatriz urbana, um rasgo na malha de Berlim que se recusa a ser invisível. Cada corte oblíquo nas fachadas sugere uma ferida aberta na paisagem, que se prolonga na experiência interior.
- **Luz e Sombra:** um dos recursos mais potentes do museu é o uso dramático da luz. Pequenas fendas oblíquas deixam entrar cortes de luz intensa, que contrastam com zonas quase totalmente sombrias. O percurso é pontuado por áreas de penumbra, onde o silêncio e o jogo de sombras convidam à introspecção. Na Torre do Holocausto, a luz alta e distante intensifica o sentimento de clausura, evocando a precariedade da esperança. A gestão minuciosa de luz e sombra transforma o edifício numa experiência sensorial, onde o espaço se torna quase ritualístico.
- **Cor, Materiais e texturas:** a materialidade do museu é fria, dura e desconfortável, tal como a memória que carrega. O zinco, que reveste a fachada, confere uma aparência austera e industrial, refletindo o céu de Berlim e camuflando-se nos invernos cinzentos. Internamente, o betão aparente, o vidro e o ferro, bem como tons frios são dominantes: superfícies ásperas, sem ornamentos, que rejeitam o conforto. Em partes do percurso, o piso inclinado obriga o corpo a lutar contra o desequilíbrio, reforçando a consciência física do visitante. Assim, cada materialidade fala de uma história que não é lisa, mas cheia de fraturas. O vidro simboliza a transparência e a busca pela verdade.
- **Som:** o desconforto acústico é parte do projecto, evoca solidão, ausência, trauma. O silêncio absoluto é interrompido pelos passos que ecoam nos corredores metálicos e pelos ruídos inesperados. Uma das experiências mais pungentes é a instalação “Fallen Leaves”, composta por milhares de discos de ferro com rostos vazados que, ao serem pisados, rangem, um som metálico, incômodo, que materializa vidas interrompidas. Na Torre do Holocausto, o som ambiente é o zumbido do vento passando pelas fendas, lembrando o vazio deixado pela ausência.
- **Sequência Espacial:** o museu articula-se a partir de uma geometria não linear, organizada em torno de três eixos principais: o Eixo do Holocausto, o Eixo do Exílio e o Eixo da Continuidade. Cada um propõe um percurso físico e simbólico. O Eixo do Holocausto conduz à Torre do Holocausto, uma câmara alta, fria e quase totalmente escura, onde a única abertura de luz rasga

a escuridão numa fenda vertical, um espaço de isolamento total, que sugere o beco sem saída enfrentado por milhões de vítimas.

O Eixo do Exílio conduz ao Jardim do Exílio, um pátio externo composto por 49 colunas de concreto, cada uma coroada por uma oliveira (representam a paz e a permanência), e um piso inclinado que perturba o equilíbrio do visitante, metáfora clara do deslocamento forçado.

O Eixo da Continuidade reconduz à exposição principal, propondo um fio de esperança e reconstrução após o confronto com o vazio e o exílio.

Este “void externo” é um espaço de pausa, deslocamento e desconforto, que prolonga a experiência sensorial do interior para a rua.

A circulação é intencionalmente labiríntica, para que o corpo experimente a desorientação, uma forma de pedagogia espacial, onde o visitante não é apenas espectador, mas participante ativo de uma narrativa de perda, dor e sobrevivência.

Pontos fortes

- O Museu Judaico é um dos museus mais visitados de Berlim.
- Uso dinâmico: exposições permanentes, exposições temporárias, eventos culturais, concertos, workshops.
- Qualidades espaciais, funcionais, sensoriais ou simbólicas interligadas
- Soluções criativas e adequadas ao contexto.
- Psicologicamente extenuante em que muitos visitantes relatam sair emocionalmente abalados e outros não conseguem terminar a visita.
- Conceitos narrativos adaptáveis (uso de símbolos ou plantas como elementos de memória).

Pontos fracos

- Alto custo de manutenção de superfícies metálicas e controle de temperatura interna



Quadro legal do Património Cultural Moçambicano

A preservação do património cultural em Moçambique está amplamente consagrada no quadro legal e normativo do país, que reconhece a cultura como um instrumento privilegiado de afirmação e valorização da identidade nacional, tal como previsto na Resolução n.º 12/97 de 10 de Junho sobre a Política Cultural e sua Estratégia de Implementação.

O Governo reconhece o papel da Cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da Unidade Nacional, da identidade individual e de grupo.

Conforme consagrado na Lei n.º 10/88, de 12 de Dezembro, Cap II, artigo 3/1, entende-se como património cultural o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana. Os bens culturais imateriais, como a oralidade, os ritos, o folclore, as tradições populares, as línguas nacionais e todas as formas de criação artística e literária independentemente do suporte ou veículo por que se manifestem, são considerados elementos essenciais da memória coletiva do povo, estando igualmente protegidos por lei. (LEI N.º 10/88, ARTIGO 3/2).

Esta base legal atribui ao Estado um papel central na criação, valorização e promoção de instituições vocacionadas à proteção e disseminação cultural, como bibliotecas, arquivos, museus e centros de interpretação (Lei n.º 10/88, Capítulo III, Artigo 4.º). Neste âmbito, o projecto do Centro de Interpretação do Império de Gaza encontra respaldo legal como uma medida concreta de preservação e promoção de um património cultural específico de natureza imaterial, a memória coletiva associada ao Império de Gaza, cuja história, valores, práticas culturais e organização social continuam a influenciar a identidade de muitos moçambicanos, especialmente nas regiões do sul.

A mesma lei estabelece ainda que o Estado deve promover o estudo, registo e revitalização das tradições culturais populares e incentivar a fruição pública dos bens culturais, o que corrobora a necessidade de uma arquitetura acessível, educativa e sensorial, como a proposta deste centro. O artigo 4.º da referida lei também sublinha que é responsabilidade do Estado estimular a criação de instituições científicas e culturais, como centros de interpretação, e garantir que estes se tornem pontos de encontro entre a área social, científica e cultural da comunidade.

Além disso, o património cultural está também vinculado à Constituição da República de Moçambique (CRM), que no seu artigo 45.º, alínea d), reforça o dever de todos os cidadãos de proteger os valores culturais do país. A Constituição atribui ao Conselho de Ministros a responsabilidade pela

classificação e proteção dos bens culturais (Artigo 203.º/2, alínea a), em conjugação com o Artigo 12.º da Lei n.º 10/88). Esta dimensão reforça o entendimento de que o Império de Gaza, como uma entidade de valor histórico excepcional, deveria ser oficialmente classificado como património cultural imaterial, dada a sua relevância na construção da identidade moçambicana.

Entretanto, verifica-se que a memória do Império de Gaza permanece amplamente ausente dos roteiros museológicos formais e das estratégias de valorização patrimonial inscritas nas políticas públicas moçambicanas actuais. Embora exista o Monumento a Ngungunhana em Chaimite, classificado como património edificado de interesse nacional pelo Inventário Nacional do Património Cultural (MINEDH, 2015), o Império, enquanto fenómeno histórico, cultural e territorial, carece de uma estrutura interpretativa que promova uma leitura integrada, didática e sensorial da sua complexidade. Apesar da existência de monumentos isolados, como o Monumento a Ngungunhana em Chaimite, na Fortaleza de Maputo, por exemplo, a memória do Império de Gaza é condensada numa única e pequena sala expositiva, com conteúdo limitado e interpretativamente superficial, cujo enfoque restringe-se quase exclusivamente à figura de Ngungunhana, limitando a compreensão das redes de poder, dinâmicas territoriais e expressões culturais que sustentaram o Reino.

A Resolução n.º 12/97, ao definir o papel dos centros de interpretação como espaços de preservação, investigação e comunicação da memória coletiva e da cultura material e espiritual, fortalece ainda mais a legitimidade da proposta. Essa política incentiva a institucionalização dos centros já existentes, bem como o apoio a novas iniciativas em todas as províncias, promovendo o desenvolvimento de redes culturais e educativas a nível nacional.

Falta uma abordagem integrada, pedagógica e sensorial que permita compreender o Império de Gaza em toda a sua complexidade, política, social, cultural, económica e simbólica. Nesse sentido, o Centro de Interpretação proposto surge como uma resposta crítica às lacunas existentes no sistema nacional de preservação e difusão da memória histórica, oferecendo um espaço qualificado para a investigação, comunicação e experimentação da herança cultural moçambicana. Ao articular património, arquitectura e educação, o projecto alinha-se às responsabilidades do Estado e às aspirações da sociedade moçambicana em preservar e transmitir, de forma crítica e inclusiva, o seu legado.

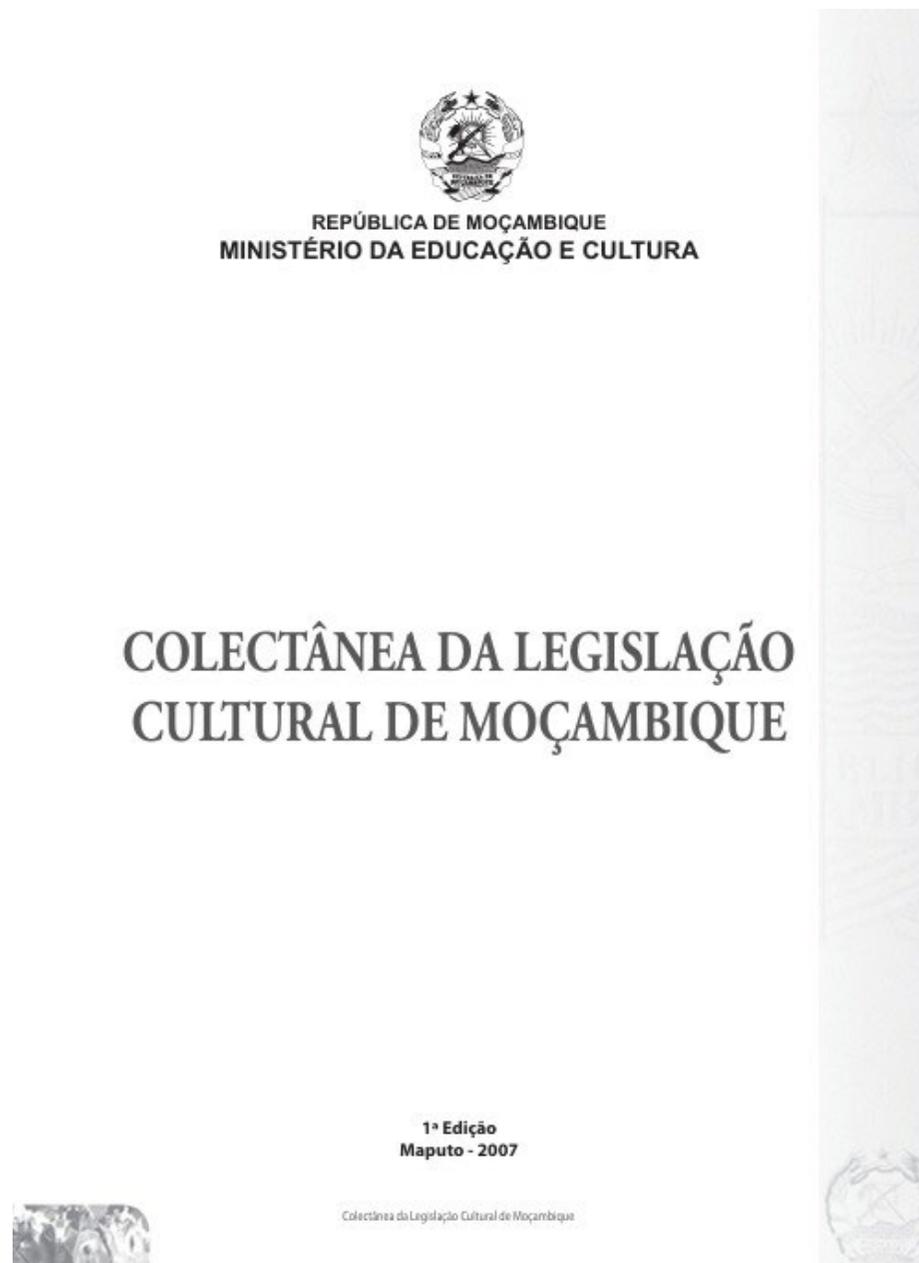


Fig 29 e 30: Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique. Fonte: https://arqueologia2014.weebly.com/uploads/3/7/2/3/37232577/1_colectanea_da_legislacao_cultural_de_mocambique.pdf

Capítulo IV

Enquadramento Histórico

ORIGENS E FUNDAÇÃO
EXTENSÃO TERRITORIAL E ESTRUTURA POLÍTICA
RELAÇÃO COM OS PORTUGUESES
BATALHAS
QUEDA DO IMPÉRIO E CONQUISTA PORTUGUESA
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FORMAS DE CONSTRUÇÃO
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA-MILITAR
ORGANIZAÇÃO SOCIAL
ACTIVIDADES
CULTURA E TRADIÇÃO
FAUNA E FLORA
LEGADO DO IMPÉRIO DE GAZA

Enquadramento Histórico

Este capítulo apresenta uma análise aprofundada da formação, evolução, estrutura sócio-política e simbólica do Império de Gaza, articulando suas dimensões históricas e culturais com os conceitos arquitectónicos que orientam o projeto do Centro de Interpretação. Pretende-se evidenciar como o entendimento crítico do passado fornece subsídios para uma abordagem projectual coerente, contextualizada e respeitosa do legado do Império.

Origens e Fundação

O Império de Gaza foi **fundado por Soshangane** (também conhecido como Manicusse) no início do século XIX, durante o período histórico conhecido como **Mfecane/Difaqane**, marcado por lutas intensas e profundas transformações políticas no sul da África. Este contexto foi seguido por um extenso movimento de migrações Nguni (Pélissier, p. 107), desencadeado principalmente pela expansão do Império Zulu sob o comando de Shaka Zulu. Derrotado pelos Zulus, Soshangane migrou para o norte, estabelecendo o seu domínio sobre uma vasta região que hoje corresponde ao **sul de Moçambique e partes do Zimbabwe**.

Entre 1821 e 1858, Soshangane consolidou-se como o **primeiro rei do Estado de Gaza, estabelecendo a capital em Chaimite(Gaza) entre 1838 e 1840**. Em 1836, enfrentou e atacou um grupo de Boers vindos do Transvaal, demonstrando já a força militar organizada que seria uma marca do seu reinado. Após a sua morte, **em 1858, o poder passou ao seu filho Mawewe**, que transferiu a **capital para Mossurize(Manica)**, ao norte do rio Save, em 1862, aproveitando a posição estratégica da região. (José, 2021).

Em 1884, Umdungazwe, depois apelidado Ngungunhane, filho de Muzila, **ascendeu ao poder em Mossurize**, ao norte do rio Save, consolidando ainda mais a autoridade Nguni sobre o território. Para isso, contou com o apoio do guerreiro Ualalapi, que assassinou o seu irmão Mafemana para garantir a sua ascensão ao trono.

A. Extensão Territorial e Estrutura Política

O **Império de Gaza abrangia uma vasta faixa entre os rios Limpopo e Zambeze**, com Chaimite, Mossurize e Mandlakazi como capitais em diferentes momentos. A estrutura administrativa centralizada, inspirada no modelo Nguni, e o poderio militar coeso foram cruciais para a expansão territorial e a manutenção da soberania face às pressões externas. As mudanças de capital, de Chaimite para Mossurize(1862), e depois para Mandlakazi (atual Manjacaze em 1889), refletiram estratégias de defesa e reposicionamento político, sobretudo para escapar às pressões portuguesas e britânicas interessadas na mineração de ouro em Manica e no controlo de rotas comerciais vitais. Nestas regiões também havia escassez de recursos(Costa, 1899).

No auge de sua influência, o Império de Gaza estendia-se desde o rio Zambeze até o rio Maputo, abrangendo grande parte do sul de Moçambique, território que hoje se encontra quase totalmente dentro das fronteiras do país. A dimensão era tão vasta que, para percorrê-la de um extremo ao outro, podiam ser necessários até dois meses de viagem. (Vilhena, 1996)

Esta vastidão obrigou à criação de uma rede administrativa eficaz, inspirada nas estruturas tradicionais das sociedades Nguni. Assim, filhos do rei e chefes de linhagem importante recebiam territórios compostos por um ou vários reinos assimilados, garantindo o controlo descentralizado mas coordenado do império.

A expansão de Gaza foi impulsionada sobretudo pela política de assimilação das populações locais, prática comum entre outros reinos Nguni. Até 1845, os jovens guerrilheiros, sob o comando de Manicusse, já haviam conquistado toda a zona costeira até ao Zambeze, consolidando uma frente marítima estratégica. (Costa, 1899)

A relação com os ingleses e portugueses variou entre períodos de confronto direto e momentos de entendimentos tácticos. Após a **vitória decisiva em 1834, quando o exército Nguni derrotou uma expedição portuguesa vinda de Inhambane**, houve uma trégua temporária, sem confrontações diretas com os colonos portugueses instalados na costa. No entanto, as tensões nunca cessaram por completo e culminaram em conflitos abertos no final do século XIX, como a Batalha de Magul, Gwaza Muthine e Coolela.

Apesar da superioridade bélica dos portugueses, a queda do Império foi também favorecida por alianças internas com chefes locais como Moamba, Matsolo e Mavota, que ofereceram suporte logístico e rotas estratégicas aos colonizadores, enfraquecendo a resistência Nguni.

B. Principais Batalhas

• 1859: Conflito entre Irmãos

Após a morte de Soshangane, Mawewe, o herdeiro, procurou consolidar o poder atacando os próprios irmãos mais velhos, incluindo Muzila, que administrava vastos territórios herdados. O objetivo de Mawewe era ampliar o seu património pessoal, considerado insuficiente. Esta ofensiva interna gerou uma onda de inimizades, tanto internas como externas, pois o rei hostilizou também vassallos e vizinhos, minando alianças importantes. Isolado, Mawewe manteve boas relações apenas com o rei da Suazilândia. Derrotado, Muzila refugiou-se no Transvaal.

• 1861: Aliança contra Mawewe

Os inimigos de Mawewe aliaram-se ao seu irmão Muzila, formando uma frente unificada para retaliar os abusos do herdeiro.

- **1861-1864/1868 : Guerra Civil e Coligação Vitoriosa**

Esta coligação, que incluía Muzila, descendentes da aristocracia Nguni, populações do Vale do Incomati, caçadores de marfim estabelecidos em Lourenço Marques e comerciantes interessados em proteger as rotas de caça de elefantes, iniciou uma guerra civil prolongada. Entre 1861 e 1864 (ou possivelmente até 1868, segundo algumas fontes), o conflito resultou na vitória da coligação, consolidando Muzila como novo líder legítimo do Império de Gaza.

C. Avanço da Ocupação Colonial

- **1884-1885: Conferência de Berlim**

As decisões da Conferência de Berlim intensificaram a pressão europeia para a ocupação sistemática de Moçambique, forçando Portugal a reafirmar o seu domínio sobre o território, sobretudo em resposta à disputa com potências rivais, causando uma revolta por parte de Ngungunhane (Serra, Moreira, & Medeiros, 1982). O célebre Mapa Cor-de-Rosa simbolizou a ambição portuguesa de ligar Angola a Moçambique, mas também evidenciou o conflito de interesses com a expansão britânica (Pélissier, 2000).

- **1886: Início das Companhias Militares**

A partir de 1886, Portugal reforçou a ação militar através de companhias militares e campanhas organizadas, lançando ofensivas contra Estados vizinhos, como Massangano, e impondo a submissão de diversas chefaturas locais para consolidar o seu controle.

- **1889: Transferência da Capital para Mandlakazi**

Perante o avanço da disputa colonial e a intensificação da ocupação, a capital do Império de Gaza foi transferida para Mandlakazi (atual Manjacaze, que significa 'grande força'), no vale fértil do Limpopo. Esta mudança estratégica visava garantir acesso a recursos vitais, reforçar a defesa do império e dificultar as investidas inglesas e portuguesas, sobretudo em relação à exploração aurífera de Manica.



Fig 31: Mapa do Império de Gaza. Fonte: MMO

D. Resistência Armada e Batalhas Decisivas

- **1894: Tentativa Fracassada de Invasão de Marracuene**

Os portugueses tentaram pela primeira vez invadir Marracuene pelo rio Incomati, contando com o apoio estratégico de nativos de Marracuene considerados traidores, nomeadamente. Moamba, Matsolo e Mavota, chefes que ofereceram informações privilegiadas e apoio logístico às tropas coloniais. Contudo, Mahazule e Mulungu descobriram a ofensiva e prepararam uma emboscada engenhosa: cordas e armadilhas no rio danificaram as hélices dos barcos, permitindo a vitória ronga e resultando na morte de quase todos os soldados portugueses (Simão, p.11).

- **2 de Fevereiro de 1895: Gwaza Muthine (Batalha de Marracuene)**

Na nova ofensiva, António Enes reforçou a política de imposição militar do “prestígio” português, mirando régulos rebeldes como Nwamatibjana(Zixaxa), Mahazule, Mulungu e Mazvaya, enquanto consolidava alianças com chefaturas já submetidas, como Inyaka, KaTembe, Mavota e Matsolo, para fechar o cerco ao Império de Gaza de Ngungunhana, visto como o maior entrave à ocupação total. Marracuene, berço de régulos resistentes, tornou-se o ponto de partida da ‘reconquista’ de Lourenço Marques. (Simão, 2000).

A força ronga, com cerca de 4.000 guerreiros liderados pelo jovem príncipe Nwamatibjana iMpfumo (Zixaxa), enfrentou bravamente as tropas portuguesas sob o comando do major Alfredo Augusto Caldas Xavier. Porém, a coragem ronga não foi suficiente para conter o impacto decisivo da traição de Moamba, Matsolo e Mavota. Estes chefes não só ofereceram rotas seguras e bases de abastecimento, como também guiaram as tropas coloniais pelos caminhos menos vigiados, desarticulando a resistência e permitindo o avanço português. A traição deles foi crucial para selar a derrota ronga e abriu caminho para o colapso da última muralha de defesa do sul de Moçambique. Após a derrota, Ngungunhane acolhe Zixaxa. (DELGOABAYWORLD, 2017)

E. Batalhas Finais

- **8 de Setembro de 1895: Batalha de Magul**

A Batalha de Magul foi um dos episódios centrais na campanha de ocupação militar lançada por António Enes, então Comissário Régio em Moçambique. Visava desarticular o núcleo de poder do Império de Gaza, enfraquecendo militar e psicologicamente as forças de Ngungunhana. Magul localizava-se numa zona estratégica de passagem para o interior, permitindo o avanço português em direcção aos principais redutos Nguni.

Apesar da superioridade numérica e do conhecimento do terreno por parte das tropas locais, a arti-

lharia moderna e a logística bem organizada dos portugueses ditaram a vitória europeia. Para muitos guerreiros Gaza, esta batalha simbolizou o início do cerco final à sua autonomia.

- **7 de Novembro de 1895: Batalha de Coolela**

A Batalha de Coolela é considerada o último grande confronto organizado entre chefaturas fiéis ao antigo Império de Gaza e as forças coloniais portuguesas. Após Magul, as chefaturas dispersas tentaram reagrupar resistências locais, mas enfrentaram um inimigo que, além de superior em recursos bélicos, controlava rotas vitais de abastecimento.

Coolela consolidou o fim de qualquer tentativa de reerguer a estrutura político-militar Nguni. Depois desta derrota, a capacidade de mobilização das populações foi drasticamente reduzida, obrigando muitos chefes a renderem-se ou a aceitar acordos de submissão.

F. Prisão e Exílio

- **Fuga de Ngungunhane**

Quando a pressão portuguesa se tornou insustentável, Ngungunhana optou por retirar-se para Chaimite, um local sagrado para a linhagem real de Gaza, simbolizando uma última tentativa de preservação da dignidade e do poder espiritual do império. Foi acompanhado da sua mãe, Impimbocazana(Yaziyo Nhlana), figura de grande influência simbólica na corte, e de Sonle, sua esposa preferida, que representava também uma aliança interna entre famílias de poder. (Costa, p. 65).

- **28 de Dezembro de 1895: Fim do Império de Gaza**

A captura de Ngungunhana em Chaimite foi cuidadosamente planeada por António Enes como um ato de demonstração do “prestígio imperial português”. Após a prisão dos soldados de Ngungunhane, Xiketo e Manhoni, Ngungunhana foi aprisionado sem possibilidade de reagrupar aliados ou reorganizar qualquer frente de defesa. Para a coroa portuguesa, essa prisão era mais que uma vitória militar, era um gesto político, mostrado em jornais e relatos oficiais como prova da “civilização” e “pacificação” de uma das mais resistentes chefaturas do sul de África.

- **1897- Combate de Macontene: Última Resistência de Maguiguana**

Mesmo depois da queda do imperador, a chama da resistência não se apagou totalmente. Maguiguana Cossa, um dos generais mais fiéis de Ngungunhana, e outros guerreiros, continuaram a lutar, recorrendo a emboscadas e à mobilização de pequenas aldeias que ainda mantinham lealdade à estrutura de Gaza. O seu decapitação, em combate, tornou-se símbolo trágico do preço pago por defender até ao fim a autonomia Nguni. Para muitos historiadores, Maguiguana encarna o último suspiro militar do império. (MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, 1897).



Fig 32: Captura de Ngungunhana. Fonte: Delagoabay



Fig 33: Celebração da Batalha de Magul. Fonte: Delagoabay

Queda do Império e Conquista Portuguesa

A. Exílio nos Açores

- 13 de Março de 1896- chegada dos prisioneiros em Portugal. Após a sua captura, Ngungunhana foi enviado primeiro para a prisão de Monsanto, em Lisboa, onde foi exibido como troféu político. Posteriormente, foi deportado para a Ilha Terceira, nos Açores, juntamente com o príncipe Zixaxa, o seu filho Godide, o tio conselheiro Mulungo e as suas sete esposas principais. (Rocha, 2025) (Gungunhana, o Vencido - Parte I e II, 1997).

O objetivo era claro: isolar a linhagem real, quebrar o elo de comando e impedir qualquer mito de retorno que pudesse reacender revoltas. Durante o exílio, o regime português promoveu a conversão religiosa:

- Ngungunhana foi baptizado como Reinaldo Frederico;
- Godide tornou-se António;
- Mulungo foi renomeado José;
- Zixaxa, tornou-se Roberto.

As esposas foram transferidas para Cabo Verde, uma estratégia deliberada, já que o regime católico rejeitava a poligamia. Além disso, separá-las de Ngungunhana reduzia a força moral e a coesão da sua rede de lealdades familiares.

B. Chegada e Últimos Dias

- 23 de Dezembro de 1906: Ngungunhane morre na Ilha Terceira. Julho de 1911: Morte de Godide, o jovem príncipe que, para muitos, simbolizava a possibilidade de renascimento de Gaza.

Setembro de 1912: Falecimento de Mulungo, o tio conselheiro, último guardião de memórias políticas da corte.

Novembro de 1927: Morte de Zixaxa.



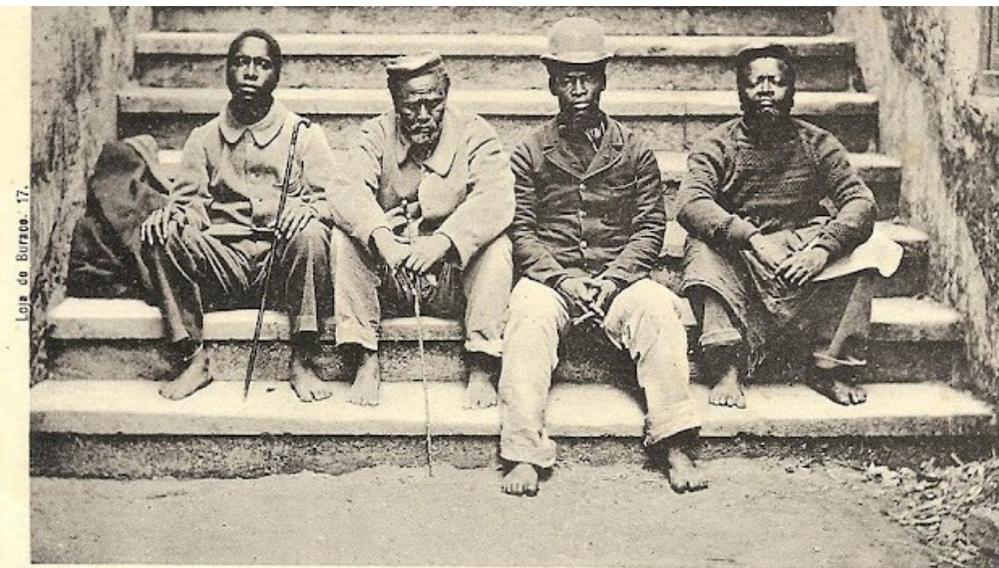
Fig 34: Mapa Cor de Rosa. Fonte: ResearchGate



Fig 35: Chegada dos comitiva do Império de Gaza em Portugal. Fonte: Facebook



Fig 37: Ngungunhana e companheiros em Açores. Fonte: DelagoaBay



Zichacha.

Molungo.

Godide.

Gungunhana.

Fig 36: Ngungunhana e companheiros em Açores. Fonte: DelagoaBay

Organização espacial e formas de construção

A organização espacial do Império de Gaza expressava, em cada aldeia, os princípios de hierarquia, segurança e controle social típicos das sociedades Nguni. As povoações eram estrategicamente localizadas a uma distância considerável da orla marítima e de quaisquer portos pluviais, obrigando visitantes e estrangeiros a deslocarem-se longas distâncias a pé ou montados em burros, já que os cavalos eram frequentemente vítimas de horsesickness, uma doença que comprometia a sua utilização naquelas paragens (Vilhena, 1996).

A. Hierarquia espacial

As aldeias (Kraal) eram concebidas com uma planta circular, reforçando simbolicamente a coesão social e o poder do centro. Um recinto de paliçadas, feito de paus delgados, caniços e entrelaçado com arbustos espinhosos, envolvia o núcleo habitacional, com altura média de 1,5 metros para proteger dos predadores e reforçar a vigilância (Vilhena, 1996, p. 73).

No interior, as palhotas circulares organizavam-se em torno de uma área central destinado ao estábulo cercado do Gado (animal que simbolizava riqueza), mas também acumulava funções de tribunal, templo, cemitério, fortaleza e quartel. Em muitos casos, junto ao centro erguia-se uma árvore de grande sombra, espaço de assembleia e símbolo de proteção espiritual (Costa, 1899, p. 72). Geralmente as aldeias eram pequenas, contando com poucas palhotas, mas a realidade era diferente das aldeias dos chefes, devido ao elevado número de mulheres, filhos, servos (concentravam na periferia do núcleo) e rebanhos. As cozinhas eram cúpulas de capim, assentes em estacas e dispostas no centro da povoação.

As palhotas dispunham-se segundo uma hierarquia social. A palhota do soberano ocupava sempre o ponto central e mais elevado do círculo, expressando a soberania e legitimidade simbólica, que lhe permitia acessos especiais, vigilância e proteção por parte dos guardas. Ao redor distribuíam-se as palhotas das esposas, filhos, servos e, nas aldeias maiores, havia sempre uma ou duas palhotas reservadas para viajantes e forasteiros. (Vilhena, 1996, p. 75).

B. Materiais e Formas Construtivas

As palhotas eram erguidas com troncos de árvore e caniço, formando uma armação em cone coberto de capim seco. O capim era cortado em feixes de 3 a 4 palmos (aproximadamente 60–80 cm), amarrado com palha comprida para garantir isolamento térmico e resistência à chuva (Vilhena, 1996, p. 73).

Segundo Costa (1899, p. 33), a estrutura tinha dimensões generosas:

Diâmetro: 10 a 15 metros.

Altura interior: 3 a 5 metros, podendo chegar a 12 metros até ao vértice

Paredes: 1,5 a 2 metros de altura, construídas em barro misturado por vezes com gordura animal, formando um revestimento duro e brilhante, semelhante ao mármore, e facilitando a impermeabilidade. O pavimento interior tinha o mesmo tratamento e acabamento.

No centro, uma braseira escavada aquecia o ambiente, reduzia a umidade e afugentava insetos.

Algumas palhotas eram artisticamente rebocadas com adobe por dentro e por fora, recebendo relevos e pinturas que distinguiam a casa do líder ou de figuras de status elevado.

C. Acesso e Protecção

O cone exterior das palhotas estendia-se quase até ao chão, funcionando como barreira natural contra o vento e a chuva, bem como visual. A palhota tinha apenas 1 abertura destinada para o acesso, que era feito por uma única porta pequena, em média 0,8 metros de altura por 0,4–0,5 metros de largura, que obrigava o visitante a entrar de gatas (símbolo de respeito ao erguer a cabeça), reforçando o controlo do espaço e dificultando ataques surpresa (relato do médico Ângelo de Mendonça Franco in Vilhena, 1996, p. 74).

D. Particularidades do Edifício Real

A casa do rei, sobretudo na época de Muzila, tinha à frente um recinto semicircular de caniço alto, tapando metade da fachada principal, uma barreira visual que preservava a intimidade e afastava curiosos (Vilhena, 1996, p. 15; 74)

Enquanto a realeza dispunha de amplos recintos, as famílias comuns habitavam em palhotas simples, cada uma abrigando uma família nuclear. Essa diferença arquitetónica reforçava a divisão social.

Organização política-militar

O Império de Gaza destacava-se por uma organização político-militar poderosa e temida, moldada a partir da herança de Tchaka, o lendário imperador Zulu. O exército de Gaza combinava táticas Nguni de disciplina férrea com inovações trazidas pelo contacto com colonos europeus.

As armas tradicionais, como as azagaias de arremesso e os machados de combate, eram predominantes, mas entre 1850 e 1870 as espingardas de carregar pela boca já se tornavam comuns, apesar de consideradas pouco eficientes devido ao custo elevado da pólvora e munições. Para além do aparato militar, o rei partilhava decisões estratégicas com um conselho restrito, composto pela alta aristocracia, entre os quais se destacava a figura de sua mãe, frequentemente consultada em assuntos de grande importância (Costa, 1899).

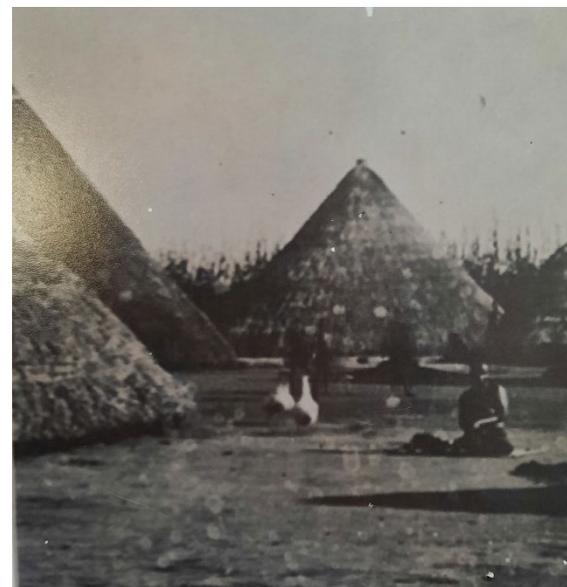
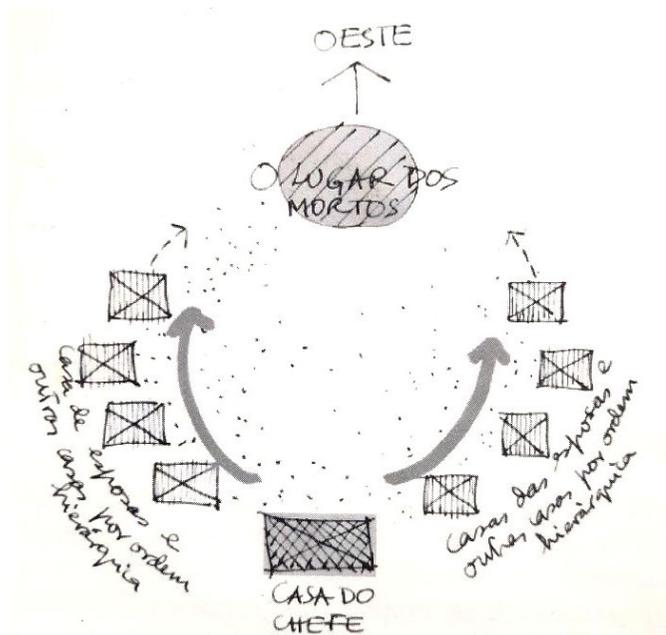


Fig 38, 39, 40, 41, 42, 43: Forma de organização das aldeias da Família Alargada do povo Tsonga(sul de Moçambique) no início do século XX. Fonte: BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, p.150 e MENEZES, Carlos, et al. *Um Olhar para o Habitat informal moçambicano de Lichinga a Maputo*, p.65

Organização social

A estrutura social de Gaza espelhava uma rígida divisão em classes, observada tanto no núcleo central Nguni como nas sociedades satélites. A hierarquia administrativa era claramente delineada:

- Rei de Gaza: autoridade máxima.
- Alta aristocracia: descendentes diretos da linhagem real (netos ou bisnetos paternos do monarca).
- Média aristocracia: Comandantes, Nguni de estatuto inferior, régulos/chefes locais e assimilados, frequentemente cativos de guerra elevados a posições de liderança.
- Cabeças de grupo (Tinhloko): chefes de linhagem secundária que faziam a ponte entre aristocracia e povo submetido.
- Povo.

As tarefas quotidianas refletiam esta hierarquia:

- Jovens serviam como auxiliares administrativos e soldados;
- Mulheres e raparigas capturadas eram entregues como esposas ou auxiliares domésticas;
- Cativos de guerra trabalhavam no cultivo, pastoreio, recolha de lenha e outras funções produtivas, embora o estatuto de cativo não fosse hereditário, permitindo certa mobilidade social (Serra, Moreira, & Medeiros, 1982, p. 111).
- Habitantes

O mosaico étnico do Império era composto por M'chopes, Macuacuas, Machungos, Mabalueques, Mabaloi e Machanganas/Landís, grupos Tonga que dominavam a região antes da chegada de Manicusse (Costa, 1899). O termo Changana significa “súbito” ou “povo de Sochangana”, reforçando a identidade coletiva moldada pela liderança Nguni (Serra, Moreira, & Medeiros, 1982, p. 113)

Economia: base produtiva e comércio

Combinava agricultura de subsistência, pastoreio, artesanato especializado e redes de comércio local e externo. As principais culturas eram mapira (sorgo), milho miúdo (penissetum, maxemim) e mandioca, adubadas com cinzas de capim. (Costa, 1899).

O gado bovino, símbolo de status e riqueza, era criado nas zonas montanhosas de Mossurize, foz do rio Save, sudoeste de Inhambane e vale do Limpopo (Rocha, 2025). Especialistas como ferreiros, carpinteiros, tecelões e oleiros produziam utensílios, vestuário e ornamentos, enquanto o comércio de marfim, venda de peles e exportação de escravos complementavam a receita do império. As relações comerciais estendiam-se até a Zululândia e Suazilândia, importando-se missangas, lingotes de latão, braceletes e tecidos.

Parte da produção agrícola e da caça era entregue como tributo aos chefes, mantendo o fluxo de recursos para a aristocracia. A moeda incluía enxadas e, a partir de 1870, libras de ouro traziam Tributos (parte da produção agrícola, caça era dada aos chefes pela população).

Cultura e Tradição

- Línguas faladas

Língua: O changana, do grupo Tsonga, era a língua predominante, mantendo viva a identidade cultural e absorvendo vocábulos europeus (português, holandês, inglês) ao longo do século XIX (Junod, 1996).

- Danças tradicionais

Entre as expressões culturais, destacava-se o Xigubo, dança guerreira de origem zulu, com movimentos vigorosos e indumentária cerimonial que celebrava a resistência. A música, acompanhada por tambores, cantos e chocalhos, reforçava ritos de passagem, invocações espirituais e cerimónias de vitória. O Xigubo é praticado principalmente nas regiões interiores de Gaza e Maputo e representa a resistência colonial do país.

- Usos e costumes

Dormia-se em esteiras(usadas como principal mobiliário- cama,cadeira,) à volta de uma fogueira interior, que aquecia e afastava insetos.

Móveis como cadeiras e camas de engonços foram introduzidos por Muzila, vindos do Natal, mas o transporte era difícil durante as migrações.

Travesseiros de madeira eram pequenas obras de arte.

Em algumas aldeias havia sombreiros, tetos de colmo sobre estacas, onde os homens conversavam e fumavam (Vilhena, 1996, p. 75)

A poligamia era prática comum, reforçando alianças políticas e status social.

- Indumentária

Homens: Usavam mbaya, tecido de algodão azul escuro ou listrado de preto e vermelho, amarrado na cintura até a meia perna. Em contexto de guerra, vestiam capacete preto de penas de avestruz para confundir os inimigos, escudo de pele de boi abraçado na mão esquerda que segura, rabos de búfalo e boi presos ao pescoço, braços e pernas, totalizando cerca de 18 kg de peso (Costa, 1899,p.47).

Mulheres: Segundo (Junod, 1996), Vestiam capulanas maioritariamente da cintura para baixo expondo os seios, saias e kimawu, adornadas com colares de conchas (Costa, 1899).

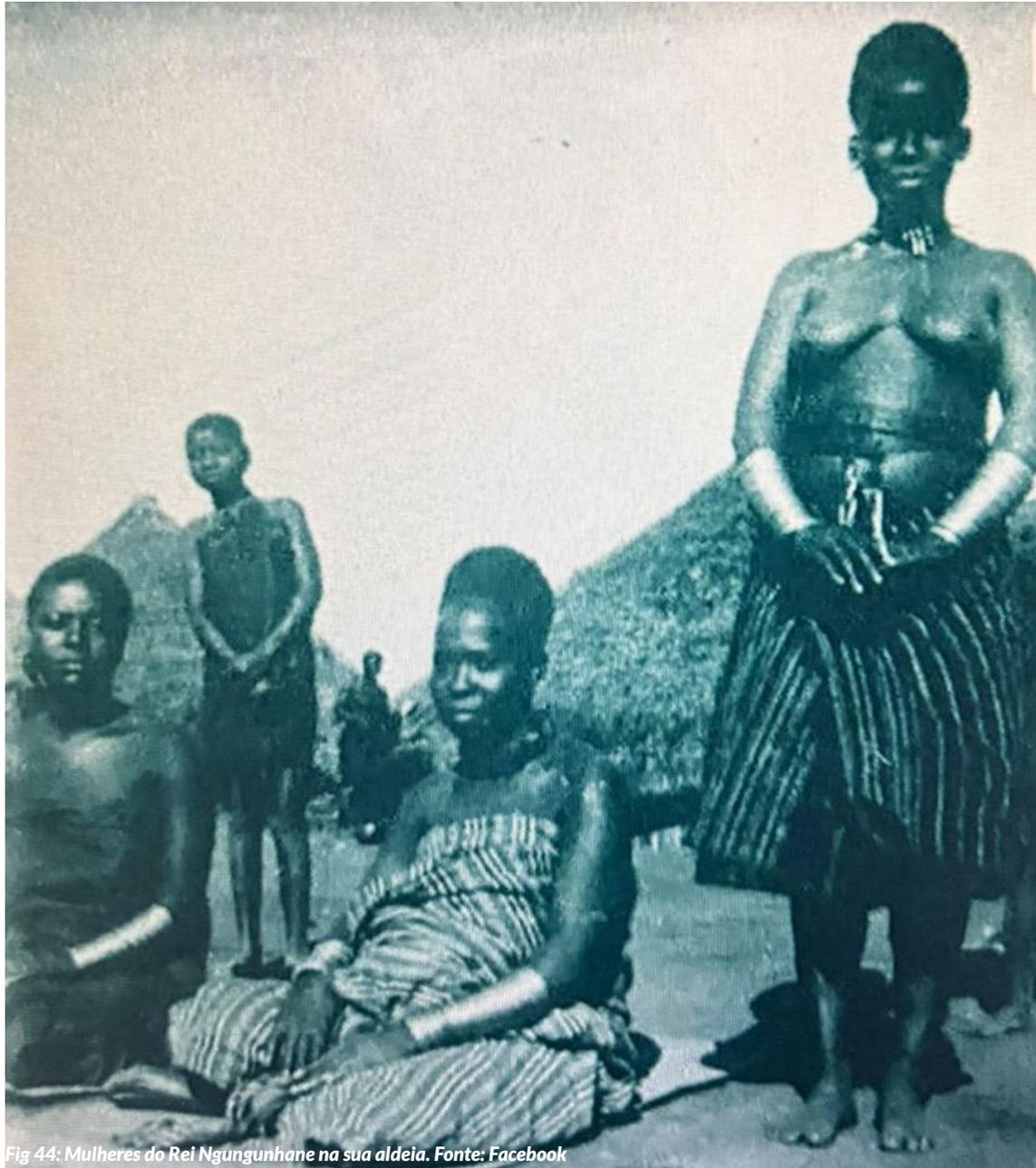


Fig 44: Mulheres do Rei Ngungunhane na sua aldeia. Fonte: Facebook



Fig 45: Ngungunhane e as sete mulheres. Fonte: DelagoaBay



Fig 46: Curandeiros e homens do Império de Gaza. Fonte: Facebook

Religião e Ritos

O exercício do poder real estava associado ao exercício das cerimónias mágico-religiosas. Anualmente o rei chefa alguns ritos ligados ao ciclo-agrário. O mais importante, o Nkwaya (Incuála) de Gaza realizava-se em Fevereiro e era determinado pelo aparecimento das primeiras frutas, semelhante ao Nwaya Swazi. Esta cerimónia libertava as tensões sociais e transformava-as em factor de unidade e de prosperidade (Departamento Histórico da UEM, 1982, p. 117).

Havia ainda o Mbengululu, cerimónia que fortalecia guerreiros antes das campanhas militares, e o Lobolo, prática de casamento por dote.

- Medicina Tradicional

Os tinyanga (curandeiros) eram guardiões do conhecimento medicinal, aplicando saberes sobre plantas, rituais de proteção e aconselhamento espiritual.

Cerimónias como Kupahla, ou seja de invocação dos espíritos dos antepassados ou Tinguluvi eram realizadas.

- Música de Guerra

Fauna e Flora

A região do Império de Gaza era caracterizada por uma biodiversidade rica, com uma variedade de espécies de fauna e flora. A fauna era composta por animais como elefantes, leões, antílopes e aves diversas. A flora era composta por savanas, florestas e áreas de vegetação densa, que forneciam recursos naturais essenciais para a subsistência das comunidades locais.

Legado do Império de Gaza

O legado mais visível do Império de Gaza manifesta-se na força viva da identidade Changana, uma das maiores comunidades étnicas do sul de Moçambique, que ainda hoje mantém viva a língua Changana, preserva danças guerreiras como o Xigubo e transmite de geração em geração as histórias de resistência, realeza e luta. A língua, a música, as festas e os ritos mantêm-se como ponte de coesão social, pelo que une passado e presente.

O Império de Gaza consolidou-se como símbolo da resistência africana contra a penetração colonial europeia. O nome de Ngungunhana, último imperador, tornou-se um ícone nacional, lembrado pela sua tentativa de conter o avanço português, mesmo que a traição de chefaturas que se aliaram aos colonizadores tenha acelerado a queda do reino. Locais como Chaimite, onde Ngungunhana foi capturado, assim como restos de kraals, caminhos antigos e antigas aldeias reais, permanecem como lugares de memória visitados em cerimónias, estudos académicos e roteiros patrimoniais.

No período pós-independência, o Estado moçambicano resgatou a figura de Gaza como um símbolo de unidade, dignidade africana e autonomia, contrapondo-se à herança colonial. Nas escolas, nos monumentos, nos livros, nas danças e canções, Gaza é celebrado como exemplo de um povo que soube governar vastos territórios com sistema próprio, cultura sólida e capacidade de resistência. Em 1985, Samora Machel deu força a essa recuperação simbólica quando exigiu formalmente a Portugal a devolução dos restos mortais de Ngungunhana, deportado e enterrado nos Açores. O pedido visava resgatar a dignidade histórica e completar o gesto de reparação que a independência prometera, ainda que nunca se tenha concretizado totalmente.

A arte contemporânea, por sua vez, abraçou esta herança. Escritores como Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa revisitaram o mito de Gaza nos seus romances, lançando luz sobre contradições, silêncios e heroísmos esquecidos. As suas obras, premiadas internacionalmente, ajudaram a deslocar Gaza do pedestal oficial, abrindo espaço para debates mais profundos. Músicos como Jay Argh, podcasts como os da Sara, exposições e performances de artistas urbanos continuam a visitar esse passado, atualizando-o na linguagem de hoje.

Apesar de toda esta força simbólica, importa reconhecer que a narrativa dominante ainda é muito centrada em torno de Ngungunhana, apresentado como herói absoluto e mártir da soberania africana. Esta centralidade, alimentada pela historiografia oficial e pelos discursos de Estado, nem sempre faz justiça à complexidade coletiva que sustentou Gaza.



Fig 47: Guerreiros Nguni. Fonte: Facebook

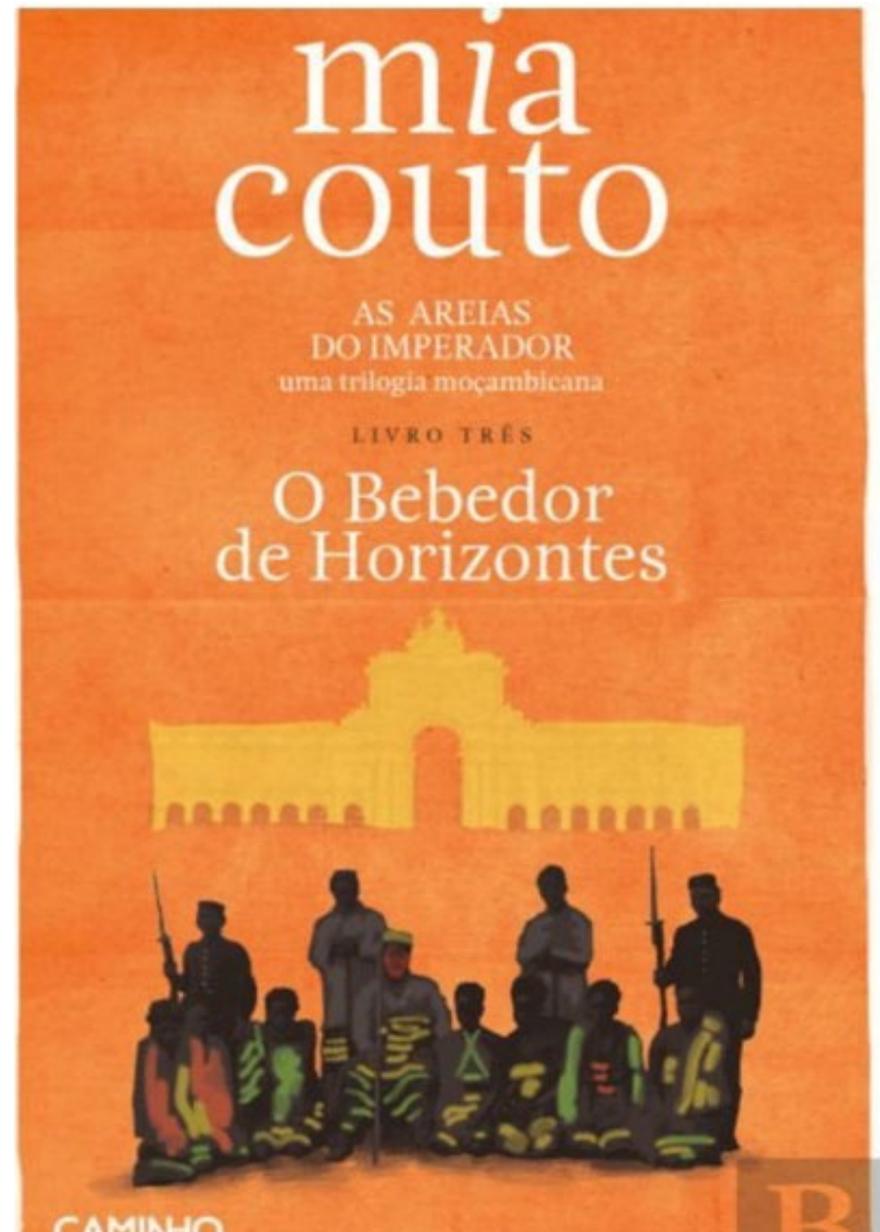


Fig 48, 49, 50 : As areias do imperador: uma trilogia moçambicana. Fonte: Mabuko

Capítulo V

O ESPAÇO

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
FACTORES DE ESCOLHA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
RELAÇÃO COM O CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO IMPÉRIO DE GAZA
QUADRO LEGAL: INTERPRETAÇÃO DO REGULAMENTO DE CHAMANCULO “C”
ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
DIMENSÃO SOCIAL
DIMENSÃO ECONÓMICA
DIMENSÃO NATURAL
AMBIENTE CONSTRUÍDO
SÍNTESE

O espaço

Localização da área de intervenção

A área de intervenção está situada no Município de Maputo, no Distrito de Nihamankulu, no Bairro de Chamanculo, concretamente no Bairro de Chamanculo C, considerado um antigo bairro histórico e o mais populoso do distrito, sendo delimitado:

- Oeste e Norte: pela Av. de Moçambique e pelos bairros Luís Cabral e Unidade 7
- Este: pelos bairros Chamanculo D, Xipamanine e Chamanculo B
- Sul: pela Av. do Trabalho.

Segundo o Censo populacional de 2017, no bairro de Chamanculo C, que tem aproximadamente 139.67 ha de área total, residem 22.602,00 habitantes, o que representa 17,8% da população total do distrito. (INE, 2021).

Factores de escolha da área

A escolha da área de intervenção para a implantação do Centro de Interpretação do Império de Gaza foi realizada com base em critérios estratégicos que garantem a viabilidade, acessibilidade e relevância histórica e cultural do projecto.

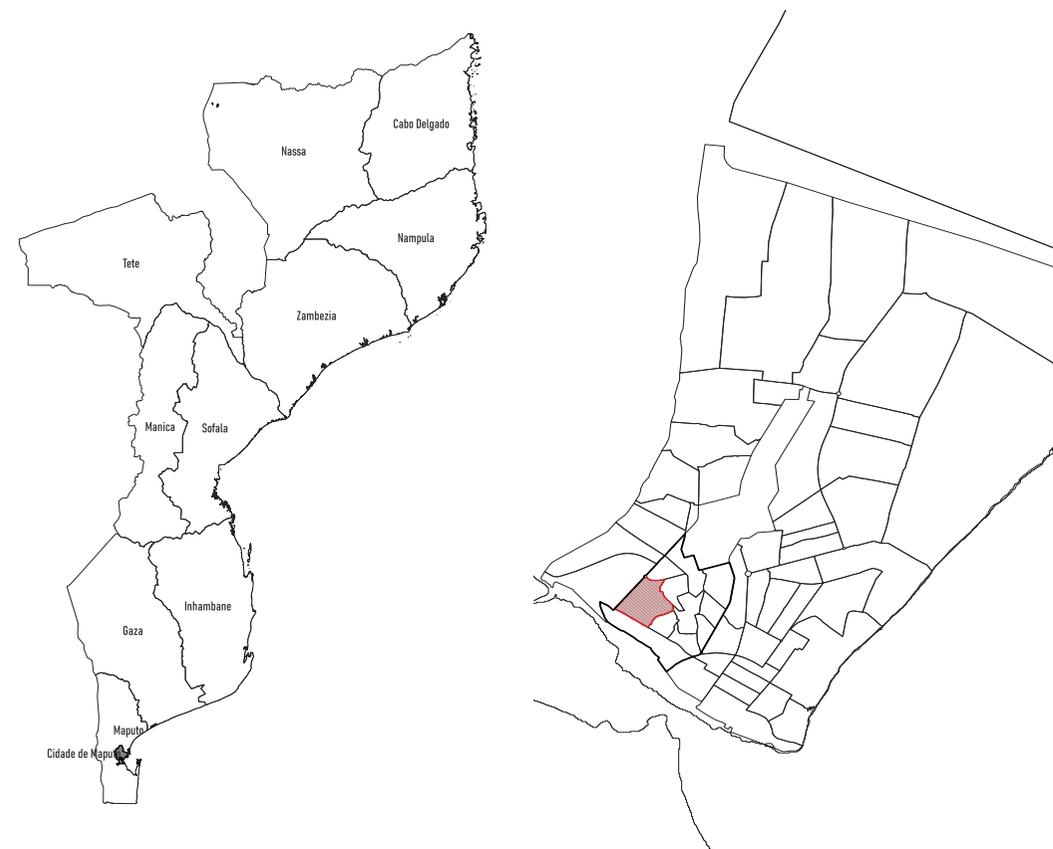
1. Existência de Plano Parcial de Urbanização (PPU)

A área escolhida encontra-se dentro de uma zona abrangida por um Plano Parcial de Urbanização (PPU), o que facilita a implementação do projecto dentro dos parâmetros urbanísticos definidos. A existência de um PPU assegura que o espaço seja planeado e regulamentado, evitando conflitos de uso do solo e garantindo infraestruturas básicas, acessibilidade e sustentabilidade ambiental.

2. Proximidade ao Público-Alvo

O centro será um espaço voltado não apenas para historiadores e turistas, mas também para a população local, jovens e estudantes, que devem ter fácil acesso ao conhecimento e à valorização da sua herança cultural. A área escolhida encontra-se em proximidade com zonas densamente povoadas, garantindo que a comunidade se aproprie do espaço e que o centro tenha um papel ativo na preservação da identidade moçambicana. Além disso, muitos dos habitantes são descendentes diretos dos povos que faziam parte do império, tornando o espaço ainda mais representativo.

Chamanculo é um bairro localizado na periferia do leste da capital moçambicana, no distrito de Nihamankulu. Tem habitantes oriundos de diversos pontos do país, maioritariamente da tribo Tsonga, falantes do Xichangana, Xirhonga e Cicopi. (Tsevele, 2023)





3. Fácil Acesso

O terreno está situado próximo a vias principais e ao sistema de transporte público, permitindo que o centro seja facilmente alcançado tanto por visitantes locais como por turistas.

Chamanculo C está localizado numa área central e estratégica da cidade de Maputo, possuindo boas ligações viárias e facilidade de acesso através de transporte público. A proximidade com o Terminal da Junta, um dos maiores terminais de transporte da cidade, facilita o deslocamento de visitantes de diferentes partes de Maputo e até mesmo de outras províncias.

A sua localização estratégica favorece o fluxo de pedestres, garantindo que o espaço seja percebido e utilizado regularmente.

4. Conexão Histórica e Cultural

A selecção do local leva em consideração sua relevância histórica e cultural no contexto do Império de Gaza. O centro precisa estar inserido num ambiente que dialogue com a narrativa que pretende contar, garantindo coerência e autenticidade na experiência do visitante. A proximidade a sítios históricos e espaços de memória fortalece a proposta, criando um percurso cultural conectado e enriquecedor.

Chamanculo C tornou-se um centro de resistência social e cultural, refletindo a mesma resiliência e espírito de luta que caracterizaram o Império de Gaza na sua oposição à dominação estrangeira. O bairro foi palco de mobilizações políticas, manifestações artísticas e estratégias de organização comunitária, servindo como um dos pilares da preservação da identidade moçambicana num contexto de opressão colonial e assimilação cultural.

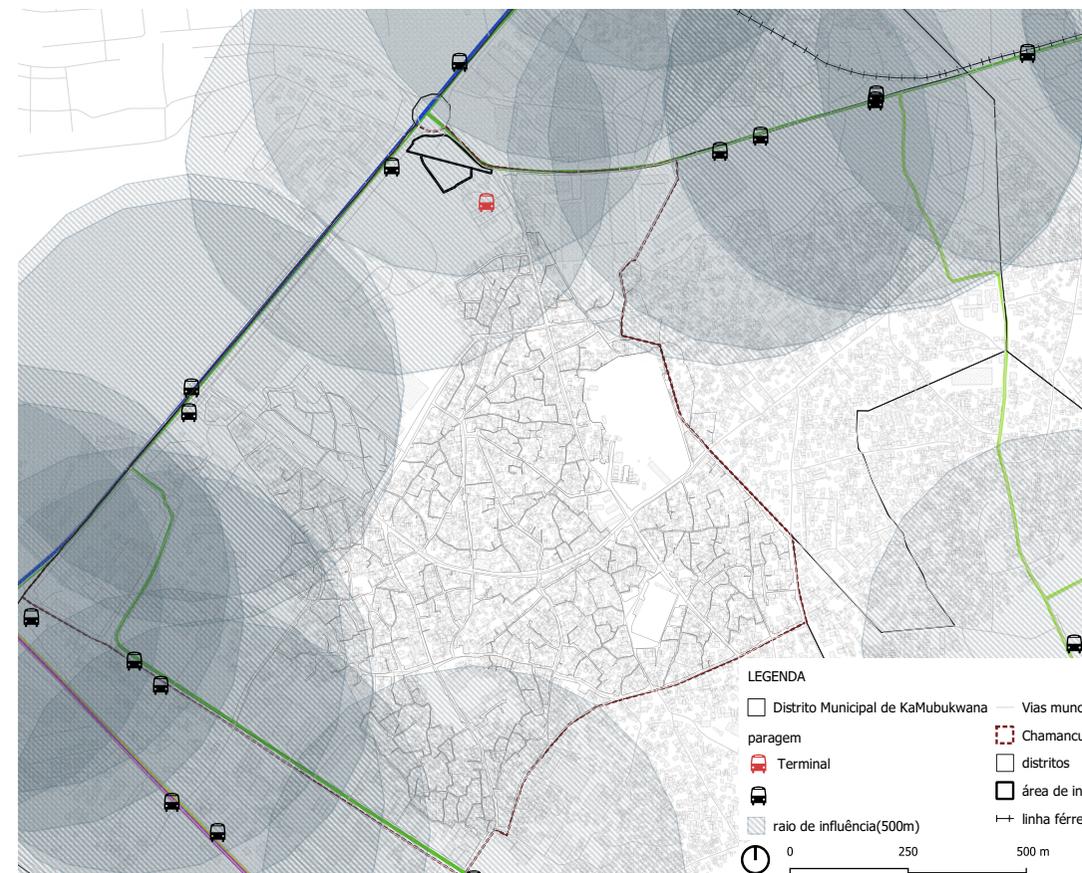
O bairro de Chamanculo carrega, até hoje, fragmentos vivos da história de resistência ligada ao Império de Gaza. Uma das figuras mais emblemáticas dessa memória é Zixaxa, cujo nome real era Mamatibejana, Também conhecido por Nuamantibiane e, mais tarde, baptizado como Roberto Frederico Zichacha.

Zixaxa foi uma liderança local de grande relevância, que chefiava uma pequena tribo tributária de Ngungunhana, chamado Reino de Zixaxa localizado muito próximo a Lourenço Marques. (Vilhena, 1995). A sua força organizativa e espírito de insubmissão materializaram-se em dois ataques decisivos à então cidade de Lourenço Marques (actual Maputo), realizados entre 14 de Outubro de 1894 e 7 de Janeiro de 1895. Esses ataques representaram uma séria ameaça ao domínio colonial português e forçaram Portugal, já em grave crise financeira, a enviar uma expedição militar dispendiosa para proteger a cidade e “pacificar” a região. (DELAGOABAYWORLD, 2017).

Como homenagem a esta figura de coragem e rebeldia, existe um Campo Desportivo Zixaxa no bairro de Chamanculo, um espaço de grande valor simbólico, embora actualmente se encontre degrada-

do e carente de revitalização. Este facto demonstra não apenas a força desta memória, mas também a necessidade urgente de resgatar e valorizar patrimónios locais que reforçam o sentimento de pertença e orgulho histórico das comunidades.

Além disso, historicamente, é um ponto de convergência de diversas culturas moçambicanas, especialmente devido ao fluxo migratório das províncias do sul do país, regiões anteriormente abrangidas pelo Império de Gaza (INE, 2023). Durante o período colonial, muitos habitantes da antiga capital do império migraram para Maputo, instalando-se em bairros como Chamanculo, onde mantiveram práticas culturais, tradições linguísticas e laços comunitários que remontam à época do domínio de Gaza. A título de exemplo, segundo o estudo “Padrão Linguístico em Moçambique” Xichangana é a segunda língua mais falada na região Sulh (INE, 2023).

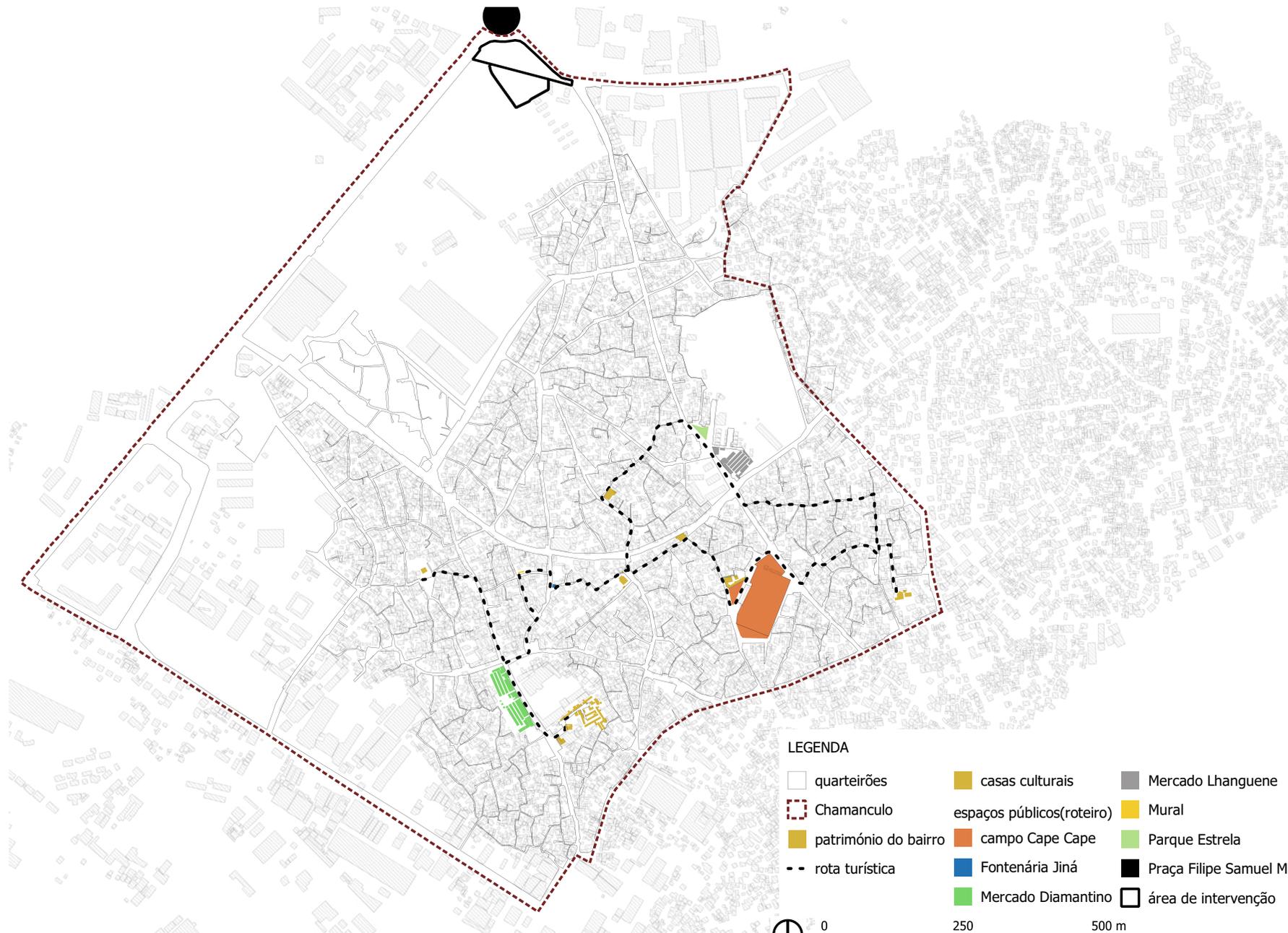




tipais
rota
intervenção
a

rotas de transporte
1
2
3
5

ESC 1:10000



5. Presença de Infraestruturas Básicas

A viabilidade do projecto também depende da existência de redes de infraestrutura essenciais, como abastecimento de água, eletricidade, drenagem, saneamento e telecomunicações.

A área escolhida apresenta as condições necessárias para a instalação do centro sem grandes desafios técnicos, reduzindo custos de implementação e tornando a construção mais sustentável e eficiente.

6. Capacidade de Atração Turística

O Centro de Interpretação do Império de Gaza pretende tornar-se um marco cultural e turístico, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros interessados na história de Moçambique e da África Austral. A escolha do local foi orientada pelo seu potencial de receber turistas, estando próximo a outras atrações. A área selecionada fortalece o circuito turístico da cidade, promovendo o crescimento económico local e incentivando a valorização do património cultural.

Apesar de Chamanculo C não ser uma área tradicionalmente turística, sua localização central e proximidade com outros marcos urbanos faz com que o bairro tenha potencial para atração de visitantes. Actualmente existe uma iniciativa em andamento a ser desenvolvida pela Fundação AVSI em colaboração com a comunidade, para a criação de um roteiro turístico oficial no bairro, que pretende conectar os principais elementos patrimoniais e culturais de Chamanculo C. Esse roteiro incorpora locais como:

- Antigas casas coloniais e estruturas urbanas marcantes;
- Monumentos e praças históricas;
- Ateliers de artistas e espaços culturais;
- Mercados locais e espaços de sociabilidade.

A criação de um roteiro oficial é uma estratégia para combater o estigma associado ao bairro, mostrando sua riqueza histórica, artística e comunitária. Além disso, fortaleceria a economia local, valorizando artistas, comerciantes e guias culturais.

Com base na análise do património e do potencial turístico, o Centro de Interpretação do Império de Gaza pode ser facilmente integrado nesse roteiro por três razões principais:

- Proximidade à Praça Filipe Samuel Magaia, garantindo facilidade de acesso e conexão com outros marcos históricos;
- Valor histórico do Centro de Interpretação, que se relaciona diretamente com a identidade do bairro e da cidade de Maputo;

- Falta de um espaço qualificado para iniciar ou finalizar os roteiros turísticos, já que não há um ponto estruturado para recepção e orientação de visitantes.

7. Disponibilidade de Terreno

A disponibilidade de terreno é um critério fundamental na definição de áreas para intervenções urbanas, sobretudo quando se trata de projectos de carácter público e cultural. A escolha de locais já desocupados ou subutilizados permite evitar processos de reassentamento, conflitos fundiários e custos adicionais com expropriações ou compensações, que muitas vezes inviabilizam ou atrasam a execução do projeto.

A área escolhida para a implantação do centro em Chamanculo C corresponde a um terreno subaproveitado, o que permite que o projecto seja integrado ao espaço urbano sem a necessidade de grandes desapropriações ou remoções. A ocupação desse espaço com um equipamento cultural trará requalificação urbana, transformando uma área pouco valorizada num ponto de referência para a cidade.

8. Interesse Público

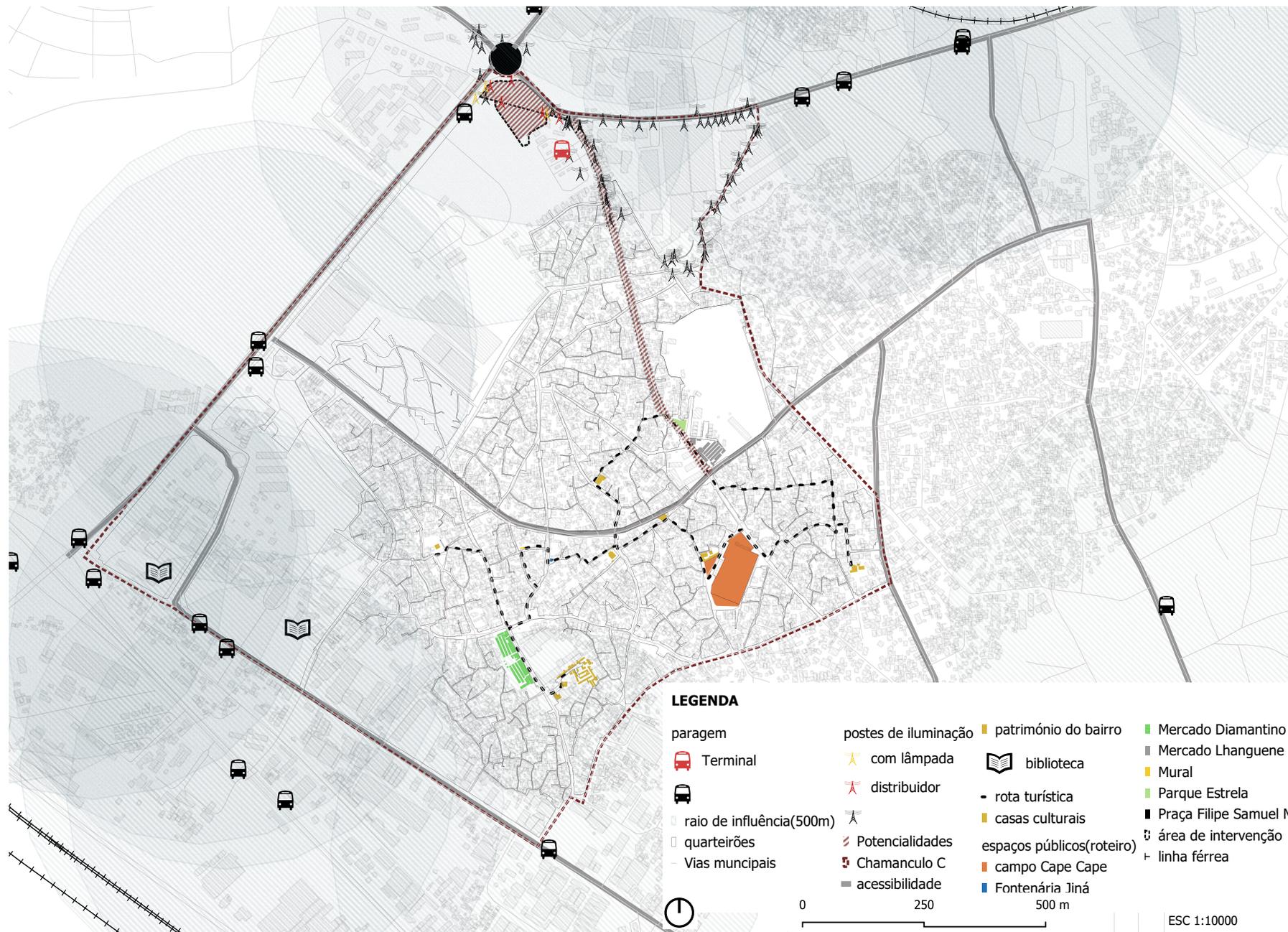
A criação do centro responde a uma demanda coletiva por espaços de cultura, educação e lazer na cidade de Maputo. A seleção do local levou em consideração o interesse da comunidade e das instituições governamentais e educacionais, garantindo que o projecto tenha apoio institucional e social.

A presença do centro fortalecerá a identidade local e oferecerá oportunidades de educação e lazer para diversas faixas etárias. O interesse público na revitalização de Chamanculo C é evidente nas iniciativas locais de conservação da memória do bairro, sendo o centro um projecto que complementa esses esforços.

9. Conexão com Outras Infraestruturas Culturais e Educacionais

O projecto foi pensado para fortalecer o ecossistema cultural e educacional da cidade, conectando-se a centros de interpretação, centros culturais, bibliotecas e universidades. Essa proximidade permite que o centro se relacione com outras iniciativas culturais, promovendo intercâmbios de conhecimento, pesquisas e exposições itinerantes.

Além disso, a localização do centro no bairro pode incentivar programas educativos para escolas da região, oferecendo uma plataforma para actividades extracurriculares e projectos pedagógicos voltados para a história e cultura moçambicana.



10. Necessidade de Infraestruturas Culturais

A localização escolhida carece de espaços culturais significativos, tornando o projecto uma resposta directa à falta de infraestruturas dedicadas à preservação da história e à promoção da cultura moçambicana.

A análise das dimensões sociais e culturais do bairro de Chamanculo C revela uma forte vocação artística e histórica, além de um potencial significativo para a valorização cultural e turística. Entretanto, o bairro possui carência de espaços culturais, sendo um bairro onde a cultura popular se manifesta de forma vibrante, mas sem locais adequados para seu fortalecimento.

O bairro tem uma expressiva comunidade artística, abrangendo diversas áreas como música, teatro, dança, escultura, artes plásticas e literatura. Estima-se que o bairro abriga mais de 16 artistas activos, entre os quais destacam-se nomes como, Guibissa – músico da velha guarda e professor de música; Samuel Malumbe – ator e dramaturgo com reconhecimento nacional; Outros artistas plásticos e escultores renomados.

De acordo com estudos sobre a produção cultural em Chamanculo C, a maior parte das actividades artísticas ocorre em espaços domésticos, devido à falta de infraestrutura dedicada às artes.

Segundo o relatório (Anon., p. 32), a comunidade sente falta de espaços culturais estruturados, que permitam ensaios, apresentações e exposições. Atualmente, há um défice significativo de locais apropriados para o desenvolvimento cultural, o que limita a visibilidade e o crescimento da cena artística local.

11. Estudo dos Espaços de Produção Artística

A maior parte das produções artísticas no bairro ocorre em residências particulares, dificultando a promoção e comercialização das obras.

10.1 Principais locais de produção e exposição identificados:

- **Atelier particulares nas residências:** especializado em escultura e pintura, reconhecido pela qualidade das obras, mas com carências em termos de espaço de ensino, produção e exposição.
- **Centro Comunitário do Chamanculo “C”:** é um dos poucos espaços do bairro que abriga actividades artísticas e culturais, mas não atende à demanda existente. De acordo com depoimentos dos próprios artistas, há grandes limitações estruturais e funcionais, como a falta de espaços para ensaios e exibição de obras.

10.2 Actividades Culturais e Artísticas

Entrevistas realizadas com 6 artistas do bairro revelaram as seguintes actividades desenvolvidas atualmente:

- Produção Individual – Artes plásticas, escultura e literatura.
- Aulas de música – 4 músicos lecionam instrumentos musicais.
- Aulas e ensaios de dança – 1 dançarina oferece aulas, mas sem espaço adequado, e um grupo ensaia na residência de um dos integrantes
- Cinema e produção audiovisual – 1 cineasta atua na produção de documentários.

10.2 Desafios e Carências dos Artistas Locais

- Falta de locais para exposição de obras no bairro;
- Ausência de locais para venda de arte no bairro ;
- Falta de estúdios para gravação de música e videoclipes;
- Falta de espaços para ensaios de dança e teatro;
- Necessidade de locais para dar aulas de arte e música;
- Falta de valorização dos artistas na sociedade;
- Ausência de casas culturais no bairro;
- Dificuldades financeiras para compra de materiais.

A implantação do Centro de Interpretação do Império de Gaza pode atuar como uma resposta directa às carências identificadas, servindo como um espaço cultural multifuncional, que além de valorizar a história, também gera benefícios, como:

- Oferece locais estruturados para ensaios e apresentações;
- Disponibiliza galerias para exposição e comercialização de obras;
- Funciona como um ponto de encontro para artistas e pesquisadores;
- Atrai turistas e gera oportunidades económicas;
- Incentiva oficinas e formações culturais.



Fig 57, 58: Paulo Jorge (Pugilista e Treinador) a dar aulas de Boxe na sua residência. Fonte_ Catálogo do Património Histórico e Cultural do Chamanculo C(Júlia Mutisse-AVSI)

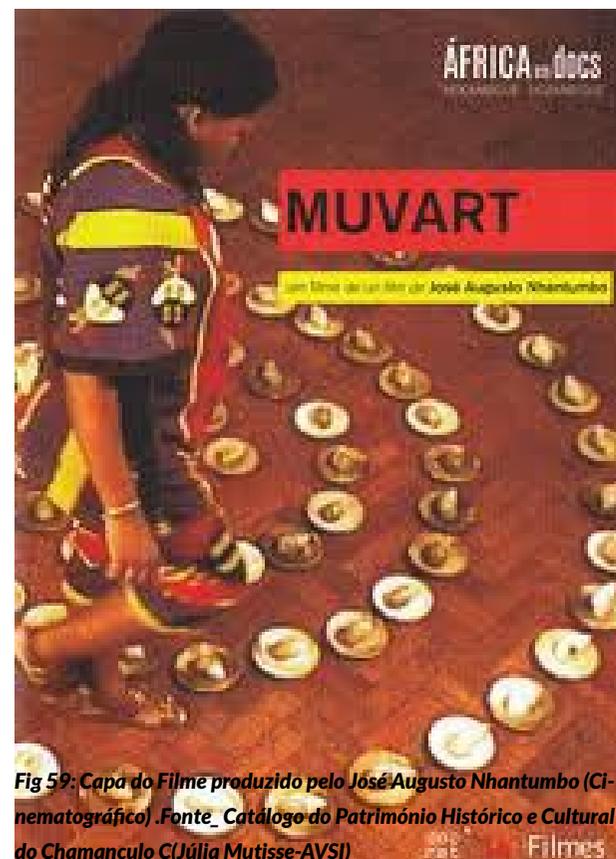
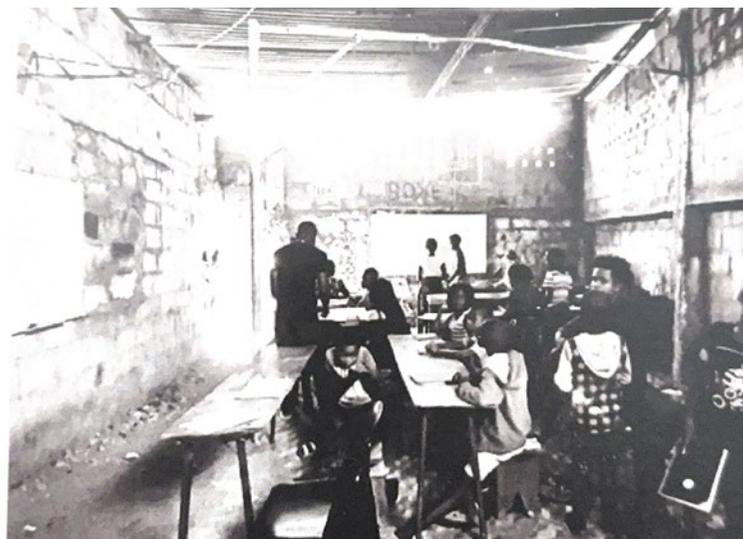


Fig 59: Capa do Filme produzido pelo José Augusto Nhamitumbo (Cinematográfico) .Fonte_ Catálogo do Património Histórico e Cultural do Chamanculo C(Júlia Mutisse-AVSI)



Fig 60: Edmundo Mawindo (Dançarino Tradicional) a dançar Xigubo. Fonte_ Catálogo do Património Histórico e Cultural do Chamanculo C(Júlia Mutisse-AVSI)

Aspectos legais: Interpretação do regulamento do Chamanculo “C”

A proposta para a implantação do Centro de Interpretação do Império de Gaza no bairro Chamanculo C é embasada no Regulamento do Plano Parcial de Urbanização do Bairro de Chamanculo C (PPUBCC) de Novembro de 2015, que estabelece diretrizes específicas para a classificação do solo, uso do espaço e intervenções urbanísticas. Este aprofundamento detalha como o projecto se alinha às normas legais, respeitando as características da área de intervenção no que tange a sua funcionalidade e a preservação ambiental.

A. Classificação do solo

De acordo com a Secção VI, Capítulo III, Artigo 18.º/2, alínea b), a área de intervenção está classificada como **Espaço Verde de recreio e lazer**.

Estes espaços são integrados ao tecido urbano e funcionam como locais de convivência, lazer e recreação.

Defende-se através deste trabalho que embora a área seja originalmente classificada como espaço verde de recreio e lazer, a implantação de um equipamento cultural de interesse público, como o **Centro de Interpretação do Império de Gaza**, é viável e justificada, na medida que amplia a função do espaço verde, tornando-o um ponto de referência comunitário e educativo.

Essa adaptação alinha-se ao princípio de que espaços verdes não precisam ser exclusivamente naturais, mas podem ser multifuncionais, desde que mantenham características ecológicas e sociais.

A proposta representa uma abordagem equilibrada, que preserva a função original do espaço e potencializa seu impacto na vida urbana e comunitária, agregando espaços para actividades educativas e culturais, bem como áreas de lazer, jardins temáticos e mobiliário urbano, garantindo a continuidade da função social do espaço.

B. Espaços Verdes de Recreio e Lazer

Ao abrigo do artigo 27.º, Os solos afetos aos Espaços Verdes são definidos por duas características principais:

- Áreas ameaçadas pelas cheias;
- Áreas de máxima infiltração.

Essas especificações ressaltam a importância de proteger zonas ecologicamente sensíveis, tanto para mitigar os riscos associados a eventos naturais extremos, como inundações, quanto para assegurar a recarga dos aquíferos subterrâneos. As áreas de máxima infiltração desempenham um papel crucial no equilíbrio hídrico, promovendo a retenção de água no solo e reduzindo o impacto de escoamento superficial em áreas urbanas.

A caracterização estabelecida no artigo sugere que qualquer intervenção arquitectónica ou paisagística nestes solos deve priorizar a preservação de suas funções naturais, utilizando soluções que minimizem impactos negativos sobre o meio ambiente, como pavimentos permeáveis e vegetação adaptada.

Artigo 28.º Identificação

O artigo 28.º/2. identifica as Áreas Verdes de Recreio e Lazer como espaços integrados no tecido urbano habitacional. Estas áreas são projetadas para:

- Promover Convívio Social: Funcionam como praças, jardins e espaços públicos destinados a encontros e actividades recreativas.
- Melhorar a Qualidade de Vida: Contribuem para o bem-estar físico e psicológico dos habitantes, criando ambientes de lazer e descanso.

Esses espaços desempenham um papel estratégico no planeamento urbano, equilibrando densidade populacional e qualidade ambiental. Eles são essenciais para a regeneração urbana e para o fortalecimento das comunidades locais, além de oferecerem refúgios ecológicos em áreas altamente urbanizadas.

Artigo 31º - Áreas Verdes de Recreio e Lazer

Determina que as áreas verdes assinaladas em planos de zoneamento devem ser alvo de intervenções específicas e urbanisticamente detalhadas.

Carácter Urbano: As intervenções devem ter um forte enfoque urbano, promovendo o uso funcional e estético dessas áreas.

- Pavimentos Impermeáveis e Semipermeáveis: Devem ser utilizados para balancear a funcionalidade do espaço e a necessidade de infiltração de água.
- Vegetação em caldeiras: Árvores plantadas em caldeiras são essenciais para criar sombra, reduzir ilhas de calor e melhorar a estética.
- Mobiliário Urbano: A inclusão de bancos, luminárias e outros elementos aumenta o conforto e a usabilidade do espaço público.

C. Aspectos Construtivos

Regras urbanísticas para áreas de equipamento

Visto que na área acima supracitada se pretende alocar um edifício cultural, houve necessidade de seguir os parâmetros das áreas de equipamento, estabelecidos no regulamento em vigor.

Nos termos do disposto na secção V, referente às áreas de equipamento, o artigo 26.º/6 estabelece as regras urbanísticas para zonas de equipamento propostos, que são:

Indicadores urbanísticos	Índices urbanísticos
Coefficiente de Afectação do Solo	0,7
Coefficiente de Ocupação do Solo	2,1
Coefficiente de Impermeabilização do Solo	0,6
Cércea	≤ 12m
Tipologia Funcional	Equipamentos e serviços
Afastamentos (mínimos) aos limites anterior e posterior do terreno	0 e 5m
Afastamentos(mínimos) aos limites laterais do terreno	Entre 0 e 5m
Percentagem de verde	10%
Estacionamento(mínimo por área construída)	1 lugar por cada 50 m ²

Nestes espaços permite-se, ainda, a execução de obras de edificação devendo a configuração, a volumetria e a implantação dos edifícios, ser definidos de forma a integrarem-se harmoniosamente na envolvente. A configuração e a implantação dos edifícios, bem como o tratamento dos espaços exteriores envolventes e estacionamentos dos espaços propostos para equipamentos devem preferencialmente ser definidas em estudos posteriores de maior detalhe.

Dimensão de Estacionamento

Segundo o Artigo 38.º disposto na Secção II do Capítulo IV, é obrigatório prever estacionamento conforme os parâmetros estabelecidos:

- Área bruta mínima por lugar à superfície para veículos ligeiros: 12,5 m².
- Área bruta mínima por lugar à superfície para veículos pesados: 75 m².

Segurança e Edificação

Conforme o descrito no capítulo V, artigo 45.º/1 os projectos de obras a elaborar devem assegurar o cumprimento das normas de segurança contra incêndios em edifícios, nomeadamente as prescrições e os requisitos destinados às condições de segurança e acessibilidades universal.

Relativamente à prevenção e redução da vulnerabilidade sísmica, construções e a envolvente, nomeadamente no uso de materiais com comportamentos sísmicos distintos, bem como considerar as diferenças de volumetria, por serem factores susceptíveis de aumentar a vulnerabilidade edificado. Segundo o plasmado no Artigo 48.º/2. do mesmo capítulo, a profundidade dos edifícios respeitará o limite de 30 metros para facilitar ventilação e iluminação natural.

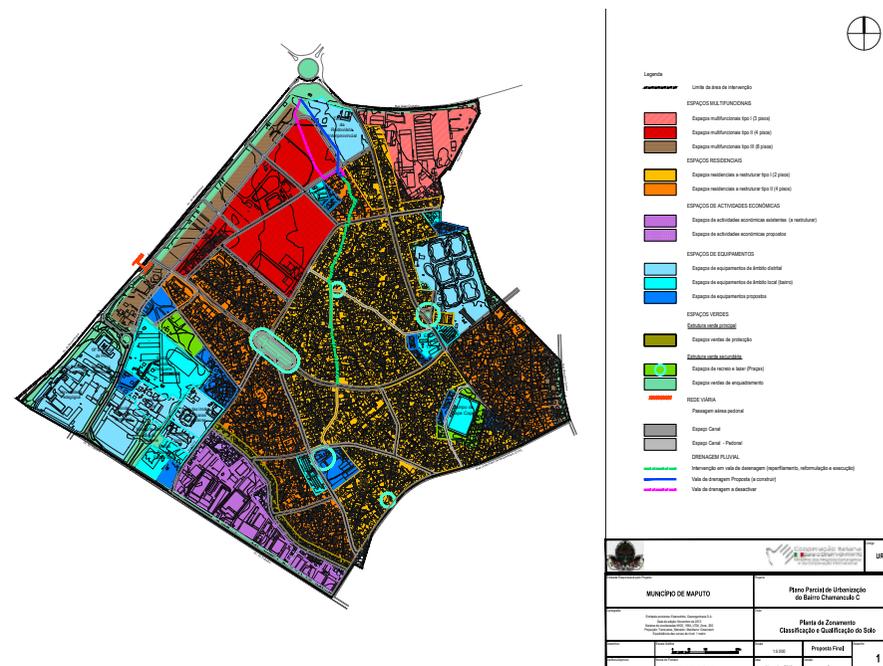


Fig 60: Mapa de Zoneamento do Bairro de Chamanculo C. Fonte: PPU-Chamanculo C

Análise da área de intervenção

A área seleccionada, com uma extensão total de **10496 m²** localiza-se numa zona estratégica do bairro de Chamanculo C, junto à entrada pedonal do Terminal da Junta e em frente à Praça Filipe Samuel Magaia, um dos marcos simbólicos do bairro.

Neste capítulo, são apresentados e discutidos, de forma sistemática, os principais dados sobre a área de intervenção, com especial enfoque nas suas dimensões sociais, económicas, naturais, funcionais e espaciais. A análise parte de observações empíricas, cartografias, diagnósticos técnicos e entrevistas comunitárias, permitindo compreender não apenas as características físicas do lugar, mas também as formas de uso, as vocações latentes e os desafios urbanos que a proposta arquitetónica poderá responder.

A. Dimensão social

A análise socioespacial da área de intervenção revela um território profundamente activo e multifuncional, cuja apropriação quotidiana pelos seus utilizadores demonstra a vitalidade urbana e o potencial de regeneração sociocultural. O uso do espaço apresenta ritmos diferenciados ao longo da semana e do dia, organizando-se de maneira orgânica em torno de actividades económicas informais, sociabilidade comunitária e circulação estratégica.

- **Formas do uso do espaço**

A análise temporal do uso do espaço revela diferentes padrões de ocupação ao longo do dia e da semana, indicando que a área tem grande vocação para actividades de permanência, sociabilidade e economia informal.

Durante a semana (segunda a sexta-feira):

- **Manhã:** O espaço começa a ser ocupado logo ao amanhecer, por trabalhadores que utilizam as vias de acesso para deslocamento e por vendedores ambulantes que montam suas bancas de produtos diversos nas áreas fronteiriças;
- **Meio-dia:** Regista-se o pico de uso, com a convergência de passageiros, comerciantes e moradores que procuram refeições rápidas. O espaço adquire carácter de praça, onde ocorrem múltiplas interações, trocas e socializações breves.
- **Tarde:** Há uma leve redução no fluxo, mas o comércio de produtos electrónicos, vestuário e alimentos mantém-se estável, sustentando a presença de pequenos grupos dispersos.
- **Noite(até por volta das 23h):** O espaço ganha nova dinâmica, com a presença de vendedores de comida, além de pequenos grupos que se reúnem para socializar, dos quais são principalmente os transportadores de semicolectivos que fazem rotas interprovinciais e os passageiros.

Nos finais de semana:

- **Sábados:** É o dia de maior movimento. A actividade comercial expande-se, com novas bancas temporárias, carros de venda ambulante e um alargamento espontâneo das zonas de comércio. Jovens utilizam o espaço para lazer (jogar futebol e conversar) e encontros informais.
- **Domingos:** Há uma leve redução no fluxo de pessoas, o que faz com que a actividade comercial reduza ligeiramente.

- **Actividades Praticadas na Área**

- Comércio informal: Venda de alimentos, roupas, electrónicos e utensílios domésticos.
- Estacionamento de veículos
- Jogos e lazer: Crianças utilizam áreas livres para futebol e brincadeiras improvisadas.
- Travessia e circulação: A área é um importante eixo de deslocamento pedonal, conectando os moradores a pontos estratégicos do bairro, como o Terminal da Junta, o interior do bairro e a paragem.

- **Percepção das pessoas: o que gostam e o que não gostam, sugestão de melhoria**

A escuta activa da comunidade, por meio de entrevistas e observações, revelou uma relação ambígua com o espaço, simultaneamente de apropriação funcional e de insatisfação infraestrutural.

Aspetos positivos destacados:

- Movimento constante e sensação de segurança: A presença de muitas pessoas reduz o risco de criminalidade.
- Comércio acessível e diversificado: A disponibilidade e facilidade de aquisição de produtos variados facilita a vida da população.
- Ambiente propício à socialização informal.

Aspetos negativos destacados:

- Falta de infraestrutura adequada para o comércio e lazer.
- Elevada insalubridade devido à acumulação de resíduos sólidos, odores e presença de vetores (moscas, mosquitos e outros).
- Falta de bancos, sombreamento e áreas de descanso.
- Ausência de iluminação pública adequada durante a noite.

Sugestões de melhoria apontadas pela comunidade:

- Criação de espaços organizados para o comércio informal.
- Instalação de bancos, árvores e mobiliário urbano para melhorar o conforto.
- Implementação de iluminação pública eficiente.
- Organização das travessias para maior segurança dos pedestres



Fig 61, 62, 63, 64: Área de Intervenção. Fonte: Autora

B. Dimensão económica

A área é marcada por uma forte presença do comércio informal (vendedores ambulantes, bancas informais e pequenos estabelecimentos fixos), que sustenta grande parte da população e movimenta as ruas do bairro. A dinâmica comercial local não apenas gera renda para os comerciantes, mas também fortalece a segurança urbana e cria um fluxo constante de pessoas, tornando o espaço mais activo, o que reduz situações de criminalidade associadas a áreas desertas.

• Sector de Alimentação

O setor de **alimentação** representa uma parcela significativa na área de intervenção, na qual foi possível contabilizar 6 número de pontos de venda. São comercializados nestes pontos Alimentos e refeições prontas (pão, peixe frito, maçaroca, badjia, carne grelhada, frutas, vegetais, xima, arroz), bolachas, chips, doces, amendoim, castanha.

Alguns destes alimentos são confeccionados no local, outros vêm prontos e vendidos em bancas móveis, containers e na bagageira de carros.

Principais desafios enfrentados pelos vendedores

- Falta de infraestrutura adequada: não há espaços organizados para os vendedores;
- Falta de espaços cobertos para venda e consumo : os clientes muitas vezes comem em pé ou em locais improvisados;
- Dificuldade de acesso a água para higiene e preparação;
- Dificuldades de armazenamento de produtos, principalmente nos dias de chuva;
- Exposição dos vendedores ao sol e à chuva;
- Falta de iluminação à noite, dificultando a venda e a segurança dos comerciantes;

• Sector de Roupas, calçados e Acessórios

O comércio de vestuário e calçados é altamente dinâmico, com aproximadamente 5 bancas improvisadas e roupas expostas em estruturas temporárias. São comercializadas Roupas e calçados novos e usados.

Principais desafios enfrentados pelos vendedores

- Exposição ao sol e à poeira;
- Falta de iluminação à noite, dificultando a venda e a segurança dos comerciantes;

• Sector de productos electrónicos e acessórios

Este segmento é composto principalmente pela venda de dispositivos de pequeno porte, com destaque para carregadores, cabos USB, rádios portáteis, fones de ouvido, capas de proteção para telemóveis e telemóveis usados ou reconicionados. A actividade é desenvolvida por vendedores autó-

nomos que, em muitos casos, também realizam pequenas reparações técnicas, como substituição de baterias, ajustes de conectores ou instalação de aplicações.

As bancas de venda são geralmente estruturas improvisadas, adaptadas a partir de mesas de madeira, lonas ou caixas de plástico, dispostas ao longo dos eixos de circulação pedonal mais intensos.

C. Dimensões e aspectos naturais

A área de intervenção caracteriza-se por uma topografia maioritariamente plana, com exceção de uma secção secundária que apresenta uma cota inferior.

Essa diferença de nível, embora subtil, tem implicações diretas no escoamento superficial das águas pluviais, na drenagem natural e no potencial de aproveitamento paisagístico da área mais baixa como espaço verde, zona de amortecimento ou de captação de águas.

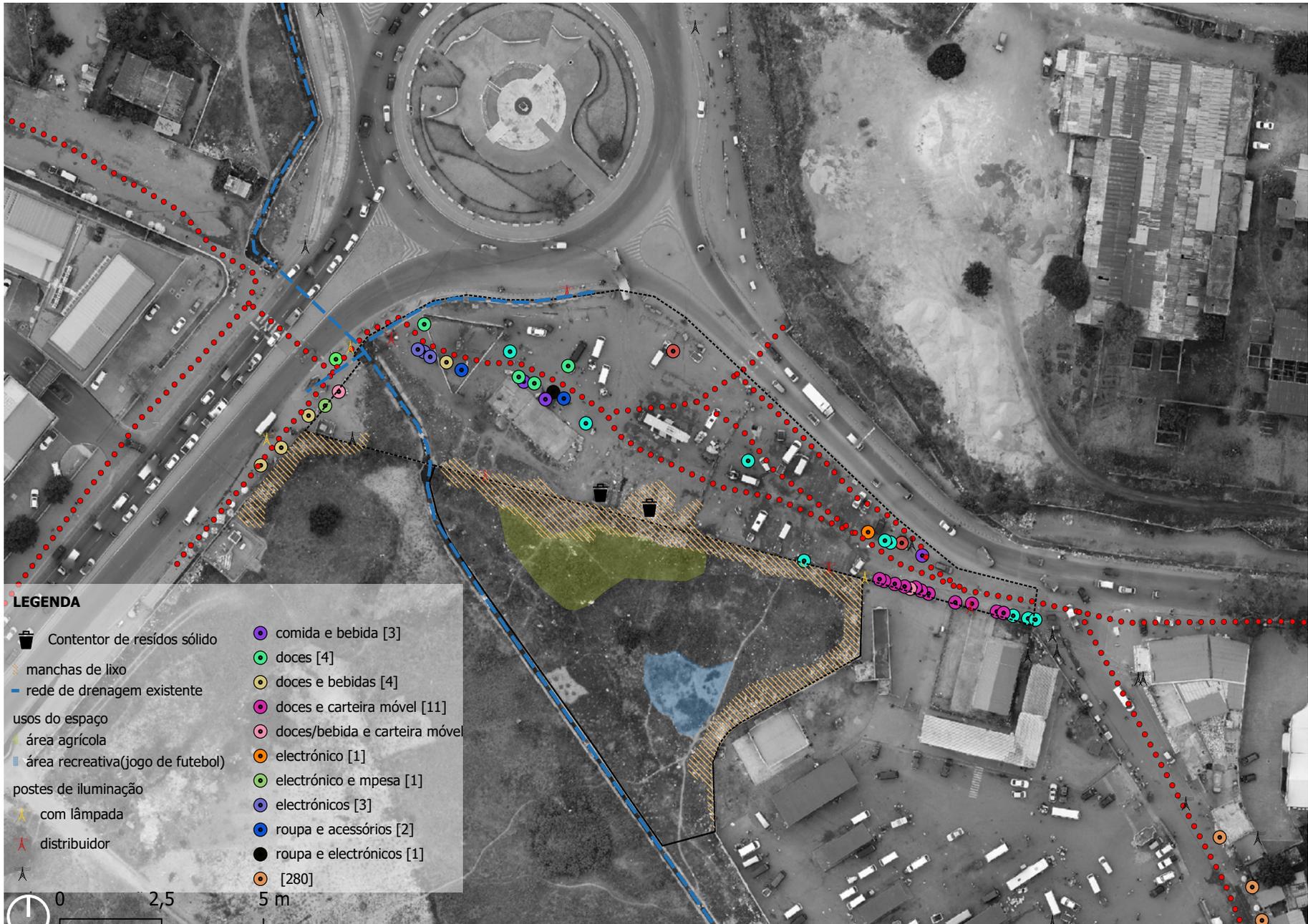
A configuração natural do terreno favorece intervenções que exigem baixos volumes de escavação e facilita a acessibilidade universal. Esta morfologia facilita a construção de percursos contínuos e inclusivos, sem a necessidade de soluções técnicas complexas de adaptação ao relevo.

A vegetação existente é escassa e de carácter espontâneo, limitada a gramíneas rudimentares e algumas espécies arbustivas dispersas, o que reforça a necessidade de um plano paisagístico ativo que recupere a qualidade ambiental do local e aumente a permeabilidade do solo.

D. Ambiente construído

A área envolvente ao terreno de implantação é marcada por uma diversidade tipológica que reflete diferentes períodos históricos. O mapa de gabarito da área evidencia uma variação de alturas que raramente ultrapassa os dois pisos, mantendo uma escala predominantemente horizontal. A paisagem construída caracteriza-se pela coexistência de três grupos dominantes:

- **Arquitetura contemporânea e institucional** - na proximidade direta da área de intervenção encontram-se infraestruturas de maior escala, como o Terminal Rodoviário da Junta, com linguagem arquitetónica funcional, linhas rectas, e materiais como betão armado, alvenaria rebocada e cobertura metálica.
- **Edificado da era colonial**- persistem algumas construções do período colonial, com fachadas ornamentadas, beirais proeminentes, cobertura em telha cerâmica e varandas frontais.
- **Construções informais e autoconstruídas**- predominam nas margens casas construídas em madeira, zinco e blocos de cimento, muitas vezes sem reboco. Essas construções revelam estratégias de sobrevivência e adaptação da população local, e são geralmente de tipologia uni-familiar térrea.



Síntese

A análise da área demonstra um grande potencial para revitalização, tornando-se um espaço polivalente e inclusivo. A vocação do espaço permite que ele actue como um ponto de convergência entre diferentes actividades comunitárias, reforçando sua importância para a população.

A análise multidimensional da área de intervenção evidencia um território com elevado potencial para revitalização urbana e cultural, capaz de se transformar num espaço público qualificado, polivalente e inclusivo. A vocação actual do espaço, fortemente marcada por práticas comerciais informais e encontros sociais espontâneos, revela a sua importância como centralidade funcional e simbólica no cotidiano dos moradores.

A proposta para o futuro Centro de Interpretação insere-se nesse contexto como catalisador de uma nova lógica de ocupação urbana, onde memória, cultura e vivência comunitária se articulam. A transformação deste vazio urbano subutilizado em um espaço estruturado e integrador responde diretamente às carências identificadas, tanto físicas como simbólicas, e propõe soluções que valorizam os usos existentes ao mesmo tempo que ampliam as possibilidades de apropriação pela comunidade.

Eixos Estratégicos

- **Reforço das Conexões Urbanas:** Reforçar o eixo ativo e contínuo que conecta o interior do bairro à área de intervenção, promovendo a integração física.
- Estruturar o espaço como um eixo vital que articula comércio, lazer e cultura, promovendo inclusão socioespacial, dinamização económica local e valorização simbólica do território.
- **Requalificação do Espaço Subutilizado:** Reinterpretar a área atualmente degradada como uma sala de visitas do bairro, um espaço de encontro, celebração e pertencimento que respeita os usos vigentes e estimula novas práticas culturais e educativas.
- **Melhoria da Experiência Urbana:** Garantir infraestrutura adequada e acessível para os diferentes perfis de utilizadores, comerciantes, transeuntes, residentes e visitantes, com condições de conforto, segurança, permanência e circulação que qualifiquem a vivência urbana.





Capítulo VI

PROGRAMA E

PERFIL DO USUÁRIO

Programa e Perfil do Usuário

O programa arquitectónico de um centro de interpretação deve responder coerentemente às funções culturais, sociais, educativas e científicas que o fundamentam. Para tal, foram definidos três pilares essenciais:

- **Tipologia de actividades;**
- **Perfil do público-alvo;**
- **Referências dimensionais e padrões de uso.**

1. Tipo de actividades

O programa funcional estrutura-se em cinco grandes categorias de actividades:

- **Actividades Culturais e Educativas:** enquadram-se exposições permanentes e temporárias, eventos culturais, oficinas de arte, visitas guiadas, ciclos de palestras e projecções audiovisuais. Estes espaços devem ser flexíveis para se adaptarem a novas narrativas e linguagens expositivas, respondendo à evolução da produção cultural e à dinâmica da comunidade local.
- **Actividades Científicas:** para fomentar a produção do conhecimento, bem como registo sistemático do património do Império de Gaza, enquadram-se nesta tipologia espaços destinados à investigação, documentação e preservação digital. Para isso, o programa prevê uma biblioteca especializada, um arquivo físico e digital, sala de documentação, salas de estudo e apoio a pesquisadores.
- **Actividades Administrativas:** para garantir a gestão eficaz do centro, definiu-se áreas para a direcção, secretaria, reuniões (espaços de trabalho para equipas de curadoria, comunicação e produção cultural).
- **Actividades de Rentabilização e Dinamização Económica:** para contribuir para a sustentabilidade financeira, integram-se espaços gastronómicos tradicionais (restaurante e bancas), loja de artesanato, salas multiuso (aluguer de espaços para workshops, conferências), área para eventos externos e festas.
- **Áreas de Serviço e Apoio Geral:** compreendem espaços técnicos, sanitários públicos e de funcionários, balneários, áreas de armazenamento, instalações de manutenção e apoio logístico.

2. Perfil do público-alvo

O espaço deve acolher uma diversidade de públicos, reafirmando o seu carácter inclusivo e intergeracional:

- Crianças e jovens, principais beneficiários de actividades educativas e visitas escolares, num processo de construção de identidade cultural.
- Adultos, residentes locais ou visitantes, interessados na preservação do património e na participação em eventos culturais.
- Investigadores e académicos, atraídos pelos recursos documentais, espaços de estudo e pela possibilidade de intercâmbio de conhecimento.
- Artistas, curadores e produtores culturais, que encontram no centro um espaço de criação, exposição e experimentação.
- Comerciantes e empreendedores criativos, especialmente ligados à economia local de base cultural (artesanato, gastronomia, produtos identitários).

3. Referências dimensionais e padrões de uso

A definição dos dimensões e capacidades dos espaços obedece a normas técnicas consolidadas e boas práticas:

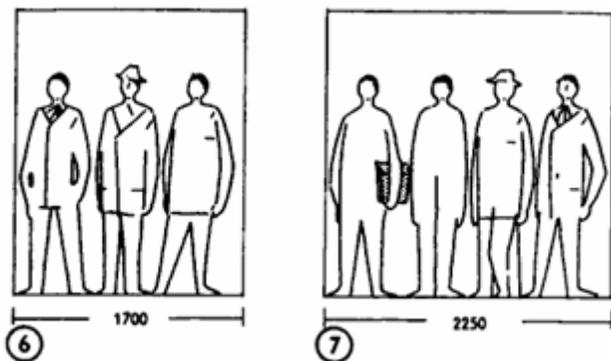
- Neufert – Arte de Projetar em Arquitetura e Metric Handbook: Planning and Design Data servem como guia para áreas mínimas, fluxos e proporções espaciais.
- Legislação e regulamentos nacionais e municipais aplicáveis a espaços culturais em Moçambique.
- Observação das formas de uso dos espaços culturais locais, tendo como referência os padrões de frequência dos principais museus e centros culturais e centros de Interpretação de Maputo e da diáspora.
- Estudos de casos reais: Levantamento de dados de fluxo de visitantes, actividades e perfil de público, com base em entrevistas e dados de instituições semelhantes.

A. Acessibilidade Universal

- **Corredores principais de acesso público:** largura mínima de 1,80 m a 2,25 m para permitir o fluxo confortável de visitantes e cadeirantes em sentido oposto.

- **Corredores internos de áreas expositivas:** mínimo de 1,50 m, com alargamentos pontuais para zonas de pausa e contemplação.

Rampas de acessibilidade: inclinação máxima de 8,33% (1:12) com patamares a cada 9 metro.



B. Sala de Exposição e Interpretação

- **Área mínima por visitante:** 2,5 a 4,0 m²/pessoa, permitindo fluidez e conforto durante a circulação e fruição dos conteúdos.
- **Altura mínima livre:** 3,0 m, com recomendações entre 3,5 a 4,5 m para espaços expositivos com instalações suspensas ou painéis verticais.
- **Iluminação e ventilação:** Iluminação natural deve ser controlada (com filtros ou brises) para evitar danos ao acervo. Ventilação cruzada natural ou mecânica é essencial para conforto térmico e preservação dos materiais.
- **Tratamento Cromático:** a cor do espaço interfere diretamente no comportamento e bem-estar dos visitantes.
- **Cores quentes e claras:** estimulantes e acolhedoras, ideais para zonas interativas ou de socialização.
- **Cores frias e escuras:** introspectivas e estáticas, apropriadas a áreas de contemplação ou reflexão.
- **Branco:** utilizado como cor de ordem e neutralidade, ajuda a destacar elementos expositivos, clarificar ambientes e estruturar percursos.

C. Sala Multiuso

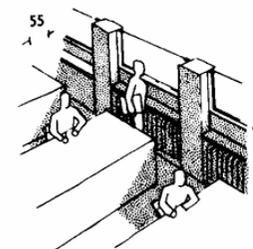
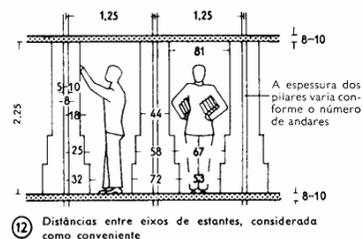
- **Superfície mínima por utilizador:** 1,0 m²/aluno.
- **Pé-direito mínimo:** 3,2 m, garantindo ventilação adequada e flexibilidade no uso de equipamentos audiovisuais.
- Deve prever isolamento acústico e pontos de energia distribuídos para múltiplas configurações de uso.

D. Biblioteca e Arquivo

- **Área por posto de leitura:** 2,0 m²/lugar, assegurando conforto e privacidade.
- **Corredores entre estantes:** largura entre 0,85 m e 1,0 m, permitindo acessibilidade universal.
- **Área de acervo com livre acesso:** mínimo de 0,08 m² por livro.
- **Altura de prateleiras acessíveis:** entre 0,40 m e 1,80 m, respeitando a ergonomia do utilizador.

E. Condições ambientais

- Boa ventilação natural e iluminação controlada (com suporte artificial de qualidade).
- Vedação eficiente contra poeira, fundamental para a preservação do acervo.



F. Instalações Sanitárias (áreas molhadas)

- **Dimensão mínima por cabine standard:** 1,20 m x 0,90 m.
- **Cabines acessíveis (Pessoas com mobilidade reduzida):** mínimo 1,50 m x 1,50 m, com barras de apoio, lavatório adaptado e espaço de manobra (diâmetro mínimo de 1,50 m livre).
- **Lavabos por sexo:** 1 unidade para cada 15 visitantes permanentes, conforme estimativa de ocupação máxima simultânea.
- 1 lavatório por cada 30 visitantes.

H. Balneários

Área mínima por balneário (chuveiro): 1,00 m x 1,10 m.

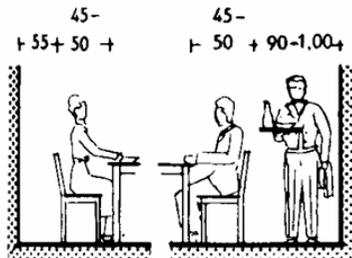
- Número mínimo: 1 chuveiro por cada 10 pessoas em uso regular, com áreas separadas por gênero ou com cabines individuais.
- Materiais de acabamento de fácil limpeza, não escorregadios e resistentes à humidade.
- Ventilação natural cruzada e/ou ventilação mecânica forçada (exaustores).

I. Administração e Apoio Técnico

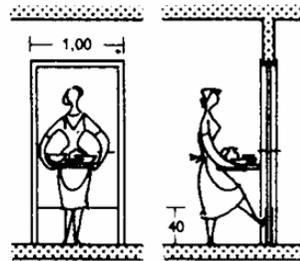
- Área mínima por posto de trabalho: 4,5 a 6,0 m².
- Sala de reunião pequena: mínimo de 12 m² (para até 6 pessoas)
- Sala média (até 10 pessoas): 16 a 20 m².
- pé direito: 2,5-6,0 m²
- Iluminação natural difusa

J. Loja e Restaurante

- Loja de produtos artesanais: 1,5 a 2,0 m² por visitante (fluxo médio estimado).
- Restaurante/café: 1,2 m² por lugar sentado + 40% de área de circulação e apoio.



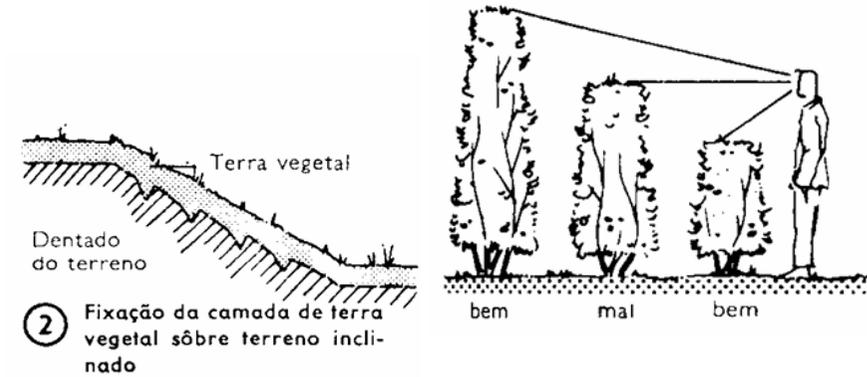
- ① A distância mínima da mesa à parede varia conforme hajam ou não empregados



- ⑧ Porta pendular entre a cozinha e a sala de jantar, abrindo para ambos os lados. Fôrro metálico até 40 cm de altura para empurrá-la com o pé

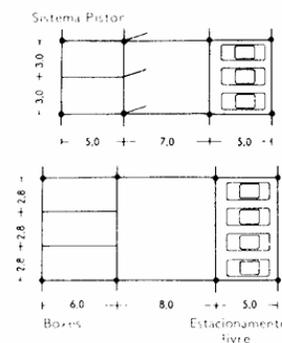
K. Paisagismo e Espaços Externos

- Largura mínima de passeios: 1,50 m (padrão universal).
- Espaço para eventos ao ar livre: ≥ 2,5 m²/pessoa.
- Zonas permeáveis e sistemas de bio-retenção conforme práticas de paisagismo sustentável.

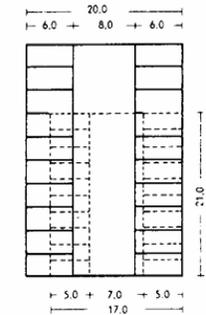


- ② Fixação da camada de terra vegetal sôbre terreno inclinado

L. Estacionamento



- ① Localização conveniente dos pilares em garagem para estacionamento livre ou com boxes

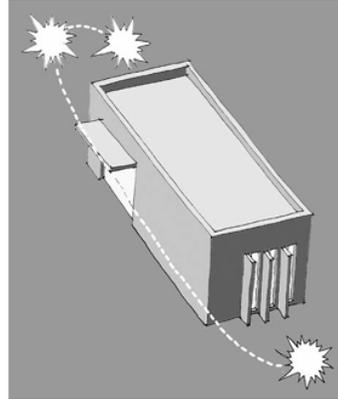
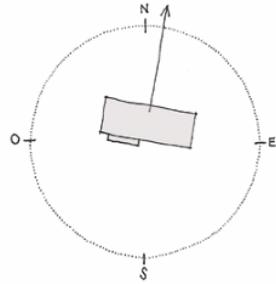


- ② Paralela entre estacionamento livre e com boxes

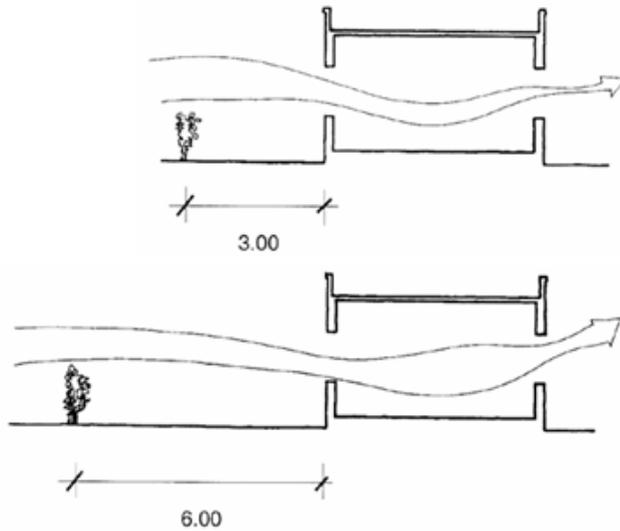
M. Iluminação e ventilação

Em regiões do hemisfério Sul, e onde a questão do sobreaquecimento é prioritária, como no caso de Moçambique, a melhor orientação é a Norte, sendo contudo aceitável uma variação até 45° (entre Nordeste e Noroeste).

A área de envidraçado deve ser reduzida ao indispensável. É recomendado que não ultrapasse 40% da área das fachadas a Norte e a Sul, e 20% a Nascente, considerando já que os vãos têm sombreamento adequado. A Poente o uso de vãos envidraçados deve ser evitado.



{ FIG. 3.15 } Optimização da orientação solar para a zona de Maputo. A melhor orientação para a fachada principal é de 5°0'N. As melhores orientações para outras regiões são indicadas no anexo A1. Para o território Moçambicano, a orientação aceitável não deve exceder uma variação até 45° a partir do Norte.



de ar. { FIG. 3.52 } Quanto maior for a distância entre o edifício e as árvores, mais força terá a entrada da brisa.

1. Programa Descritivo Construído

Interno

Função	Espaço		Nºusuário(simultaneamente)	área mínima/usário(m²)	área final(m²)	
Atendimento ao público	Recepção/Administração		5	6,0 - 8,0	28,00	
	Sala de reunião		7	2,5 - 3,0	19,12	
	Sala da direcção		2	6,0 - 8,0	16,63	
	Documentação e curadoria	Sala de livros		10	2,0 - 3,0	42,37
		Sala de leitura(2)		10-12	2,5 - 3,0	34,82
		Sala de documentação		6-10	4,0 - 6,0	23,41
		Sala de Arquivo e curadoria		6-10	4,0 - 6,0	33,25
Exposição e multifuncional	Sala permanente		40-70	3,0-4,0	352,09	
	Sala multiuso		30-60	2,5-3,5	58,32	
Convivência e lazer	Mini-Restaurante	Cozinha(interna+externa)	3-4	3,0 - 4,0	30,17	
		Área de refeição interna	10	1,8 - 2,5	26,38	
		Dispensa	-	-	4,04	
	Espaço exterior coberto		-	-	794,61	
Venda	Loja de recordações		7	2,0 - 2,5	14,27	
Apoio e serviços	Armazém		-	4,0 - 6,0	9,90	
	Copa		5	1,8 - 2,5	12,36	
	Serviço		4		10,96	
	Sala de máquinas		-		9,52	
	Gestão de RSU		-		3,43	
	Sanitários	Masculino		4	2,0-2,5	19,14
		Feminino		4		19,21
		Pessoas com mobilidade condicionada		1	3,75	6,20
	Balneários	Masculino		3	2,0-2,5	7,21
Feminino			3	2,0-2,5	7,84	
Total Geral					1.583,25	

Externo

Função	Espaço	Nºusuário (simultaneamente)	Número de vagas	área mínima/usário (m ²)	área final(m ²)
Bancas	Gastronómica(4)	4	4	1,5 - 2,0	25,55
	Electrónicos(3)	2	3		8,16
	Roupa/Acessórios(3)	2	3		15,63
Áreas Instalações sanitárias públicas	Masculino	3	3 3 1		18,29
	Feminino	3			18,9
	Pessoas com mobilidade condicionada	1			3,34
Estacionamento	Estacionamento	16	16	12,5	445,05
Lazer	Arquibancada	30		0,6 - 1,2	532,8
	Playground	15		5,0 - 10	350
Total					1.417,72

Capítulo VII

SOLUÇÃO

PROJECTUAL

CONCEITO DO PROJECTO
PREMISSAS
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO
PROGRAMA
RELAÇÃO URBANÍSTICA
SIMBOLISMO
PAISAGISMO
INFRAESTRUTURAS

O espaço

Conceito do projecto

O principal foco desta proposta é o simbolismo arquitectónico e as sensações sensoriais que se pretende despertar nos usuários. A intenção não é reproduzir literalmente o passado, mas resgatá-lo criticamente, reinterpretando-o e adaptando-o às novas formas de vivência, às necessidades actuais das comunidades e à necessidade contemporânea de reflectirmos sobre as múltiplas possibilidades de narrar a história através da arquitectura aliada a técnicas e materiais modernos.

O conceito arquitectónico parte da ideia de resgate e reinterpretação do modo de vida e da expressão artística do Império de Gaza, em especial a disposição circular das antigas aldeias, onde os espaços simbólicos, comunitários e privados se organizavam em torno de um centro comum. Ao retomar esta configuração tradicional, a proposta projectual atribui-lhe uma nova leitura, contextualizada às exigências urbanas, tecnológicas e sociais do presente.

Premissas

- Resgate e valorização da história: Criar uma relação direta entre forma arquitectónica e conteúdo interpretativo
- Valorizar o espaço público como meio de encontro e troca de saberes
- Flexibilidade espacial
- Conexão sensorial: Estabelecer um vínculo emocional com o usuário, através da luz, som, textura, cheiros e contacto directo com a paisagem.
- Sustentabilidade ambiental e económica: optar por soluções passivas e uso de materiais, uso inteligente de poucos recursos, tal como faziam as comunidades do império.
- Integração urbana: Respeitar o contexto físico, social, cultural e ambiental onde o projecto se insere.

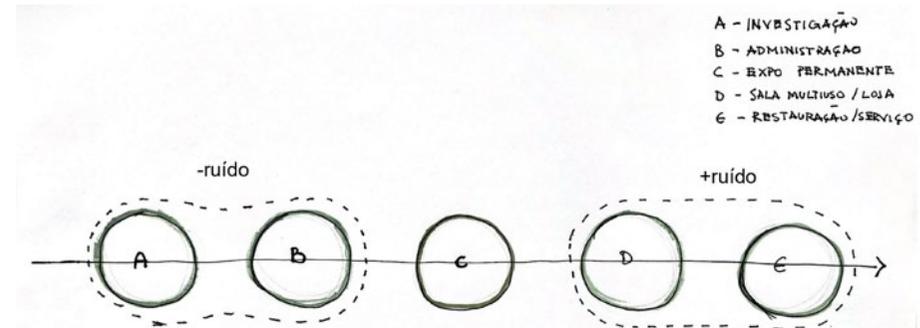
Estratégias de intervenção

A. Articulação do programa

O programa funcional foi estruturado em quatro núcleos principais:

- Atendimento ao público
- Área educacional e de pesquisa
- Exposição e eventos
- Convívio, lazer e apoio

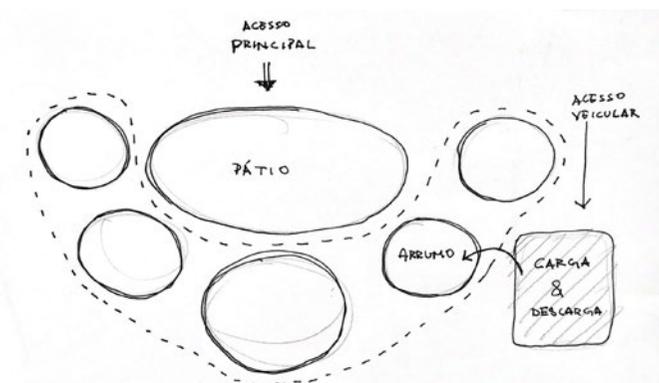
A separação respeita a graduação de fluxos sonoros, níveis de interação e intensidade das actividades, agrupando funções compatíveis e criando zonas tampão entre actividades.



B. Disposição espacial e formato dos edifícios

A concepção simbólica do Centro de Interpretação do Império de Gaza parte da disposição de cinco edifícios circulares organizados num semi-círculo, inspirados na organização tradicional das antigas aldeias do Império, onde o kraal e a casa do rei constituíam o núcleo de poder, saber e encontro comunitário.

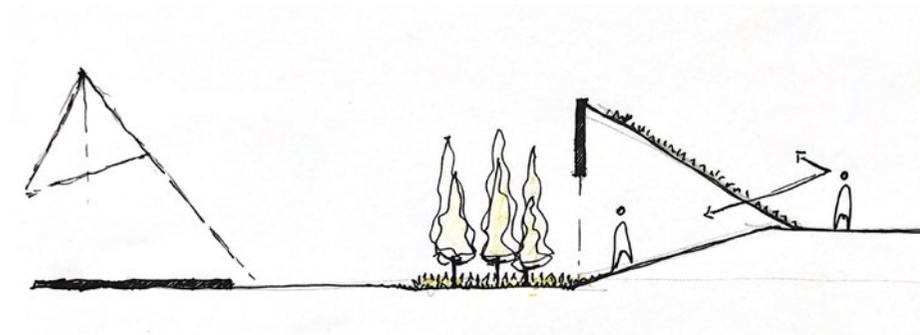
Tal como na aldeia, cada volume representa uma função específica. Nesta proposta, o edifício central, de maior dimensão, abriga a Sala de Exposição Permanente, funcionando como coração narrativo e simbólico, tal como a casa do Rei. Nas laterais imediatas do edifício central, localiza-se o bloco administrativo e a sala multifuncional. Nos extremos esquerdo e direito situa-se o bloco de investigação e o bloco de restauração/apoio, respectivamente.



C. Relação com a entrada e a entrada

O centro articula-se de forma fluida com o terreno através dos acessos principais e serviços que são estrategicamente definidos para garantir circulação segura, fluida e hierarquizada. A entrada principal, de carácter acolhedor, destaca-se por elementos simbólicos que evocam a chegada a um recinto sagrado através da manipulação da topografia do terreno, criando uma sensação de entrada baixa que era símbolo de respeito, onde as pessoas entradas vergadas. Acoplada a vegetação, convidam o visitante a transitar do exterior para o universo interpretativo do centro.

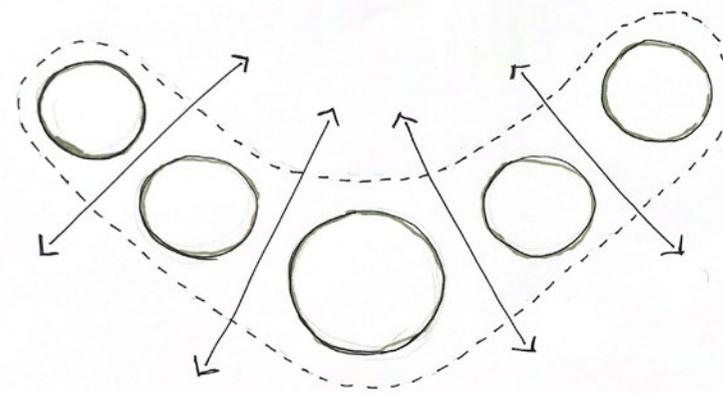
Um muro simbólico, de altura controlada, abraça parcialmente o conjunto, remetendo à cerca que demarcava as aldeias. Ele fecha o espaço como uma muralha, remetendo um sentido de pertença e proteção, ao mesmo tempo que cria enquadramentos visuais para o exterior mais leves através da vegetação.



D. Cobertura dos edifícios

A cobertura assume um formato contínuo, que interliga os edifícios facilitando a circulação entre os volumes definida por corredores, convidando o visitante a vivenciar transições de luz, sombra, cheio e vazio.

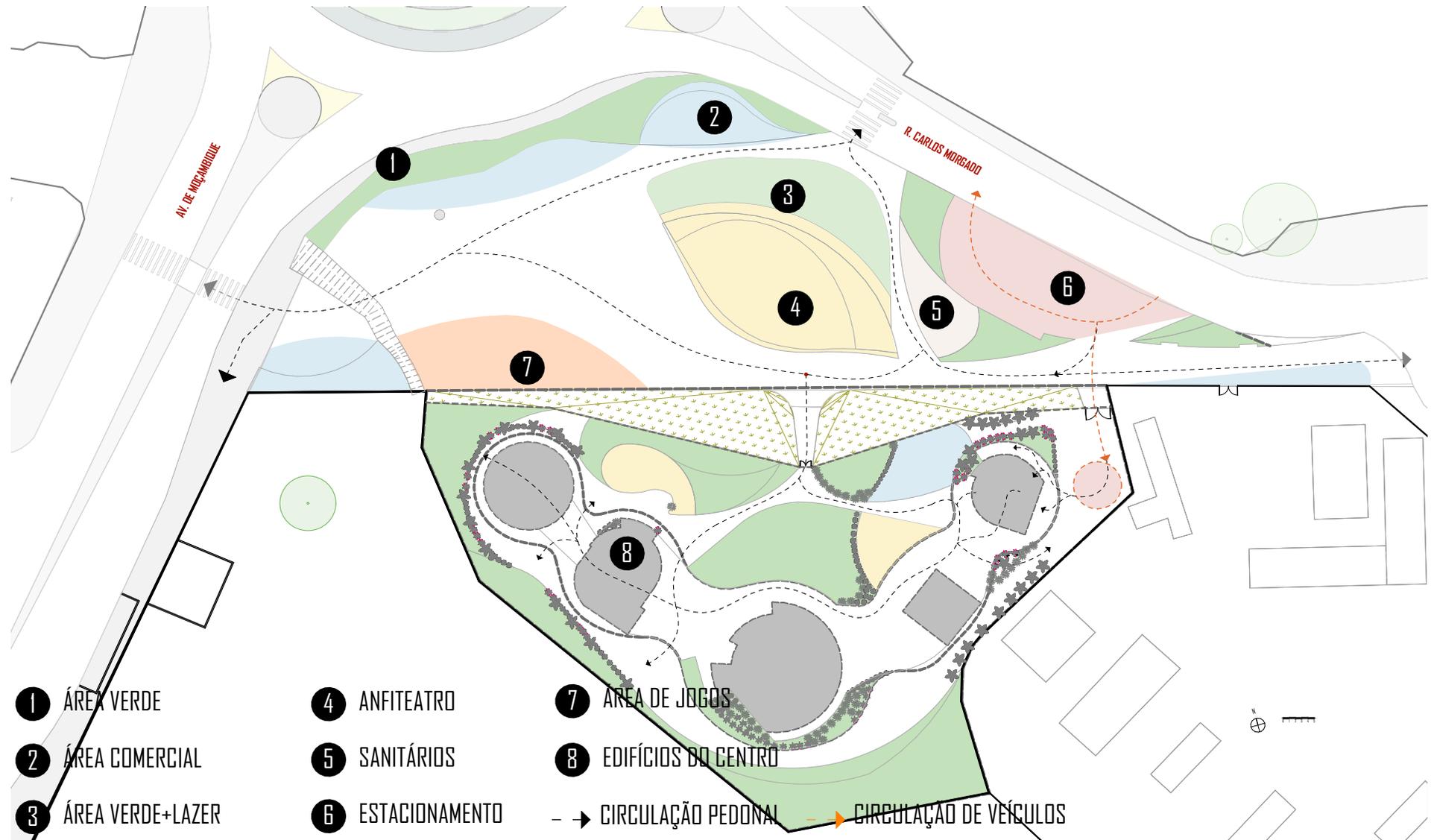
Com a intenção de respeitar a forma cónica, a cobertura externa de cada edifício foi inspirada na forma das lanças tradicionais usadas como ferramenta de proteção colectiva. Em homenagem aos homens guerreiros e braços direito de Ngungunhane que foram com ele para Açores, a lança (elemento de defesa) localizada na fachada como quebra-sol, protege as aberturas envidraçadas da insolação do verão e inverno.



LANÇA (RESISTÊNCIA) E PROTEÇÃO
EM HOMENAGEM AOS SOLDADOS E COMANDANTES



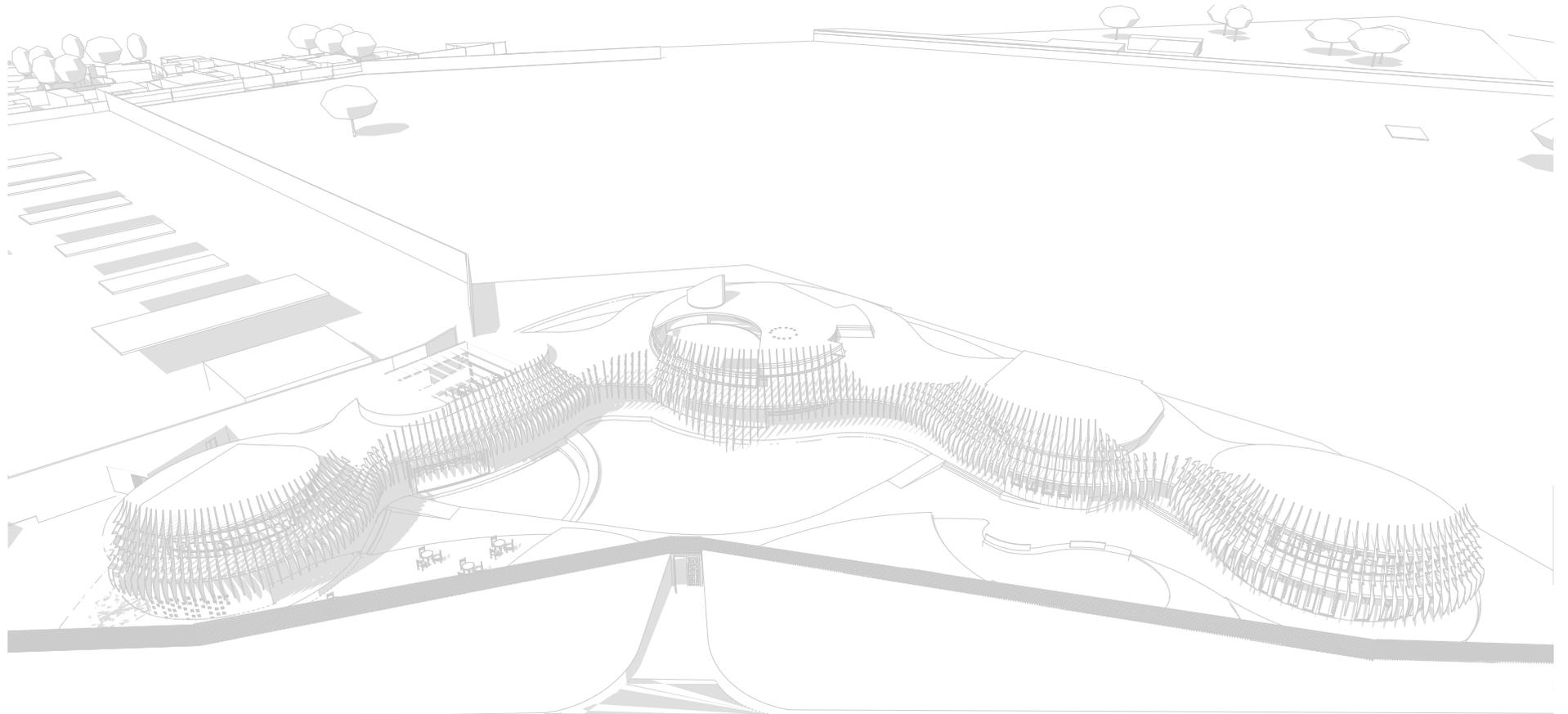
PLANTA GERAL | ZONEAMENTO



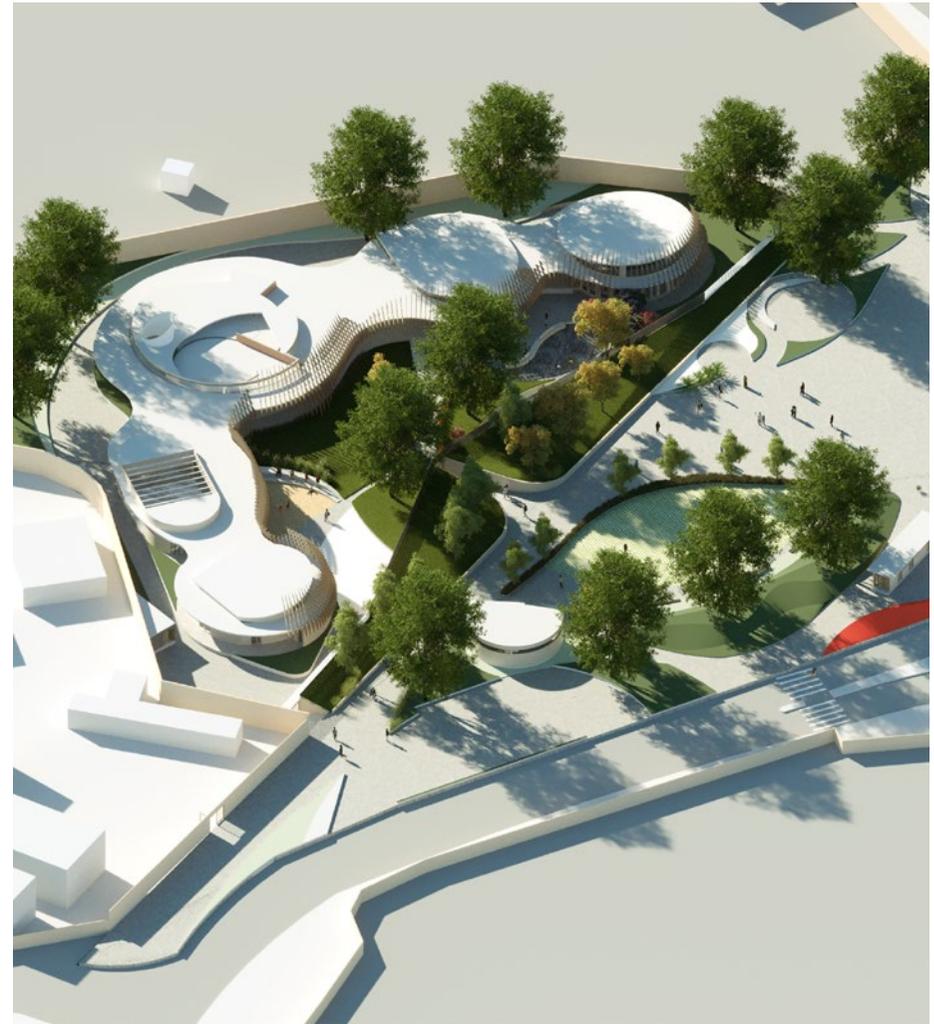
PLANTA GERAL | PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



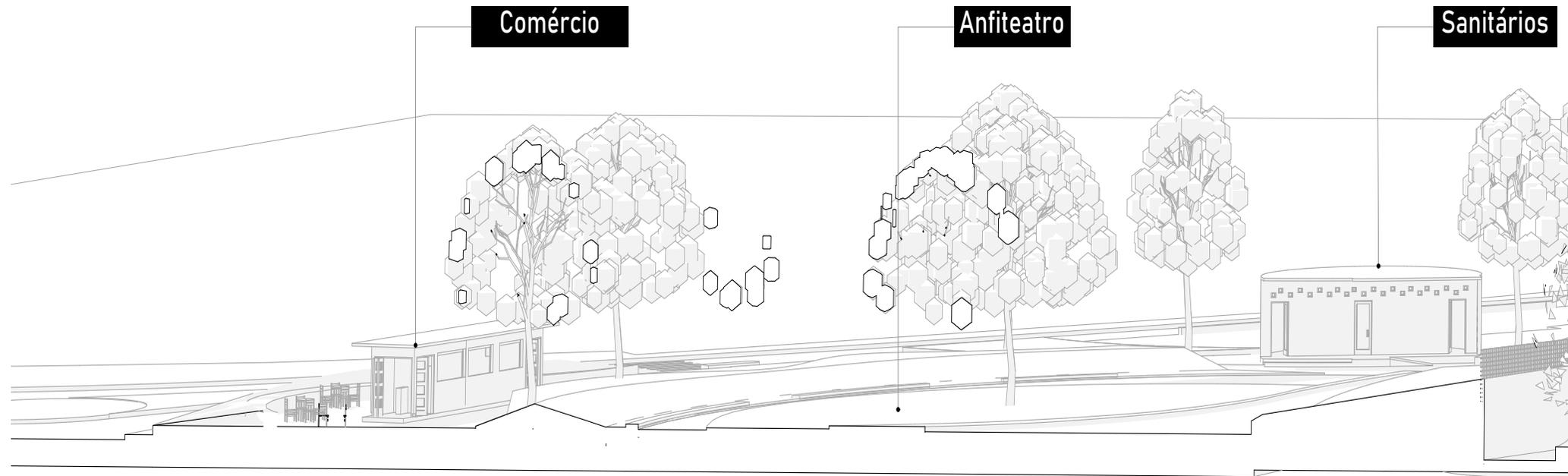
PLANTA GERAL | **IMAGEM TRIDIMENSIONAL**

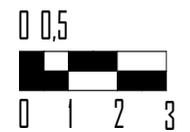
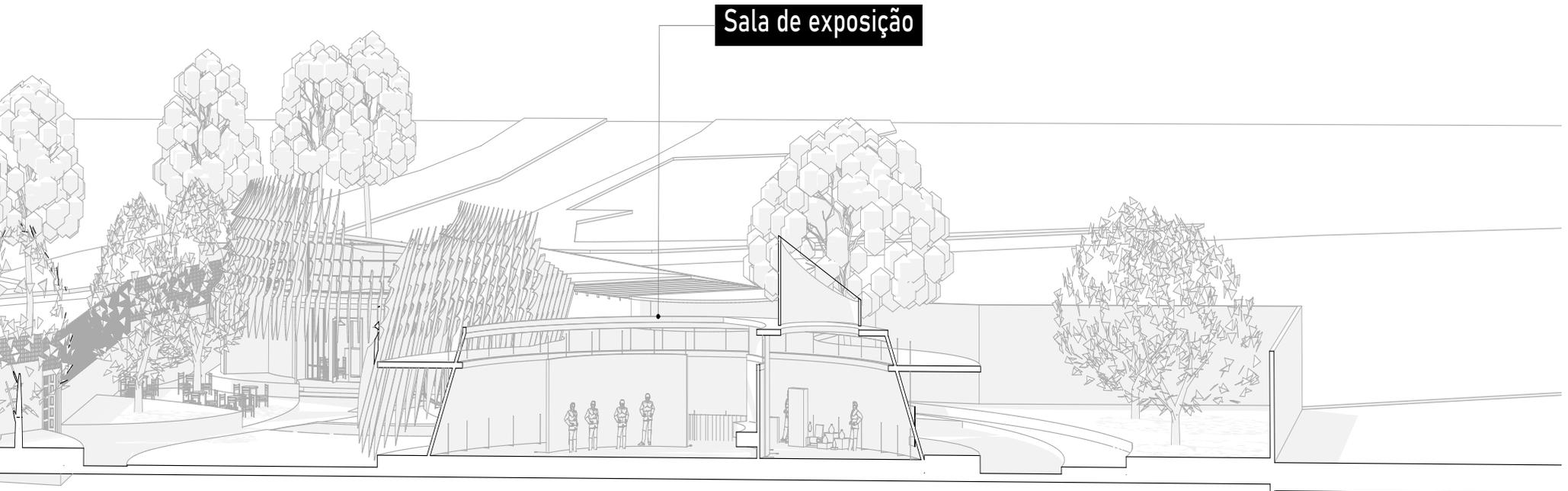


PLANTA GERAL | **IMAGEM TRIDIMENSIONAL**

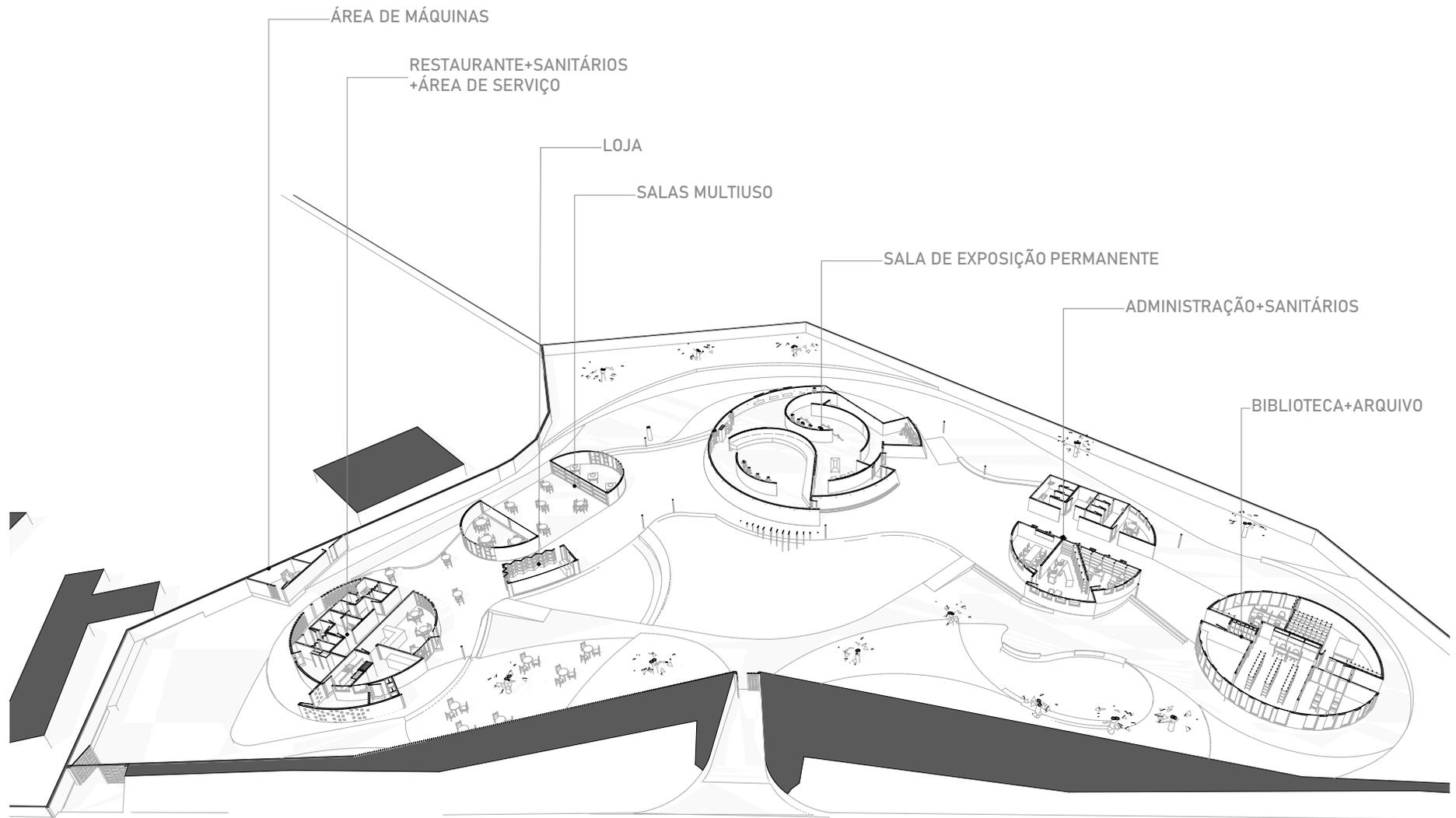


PLANTA GERAL | **CORTE LONGITUDINAL**





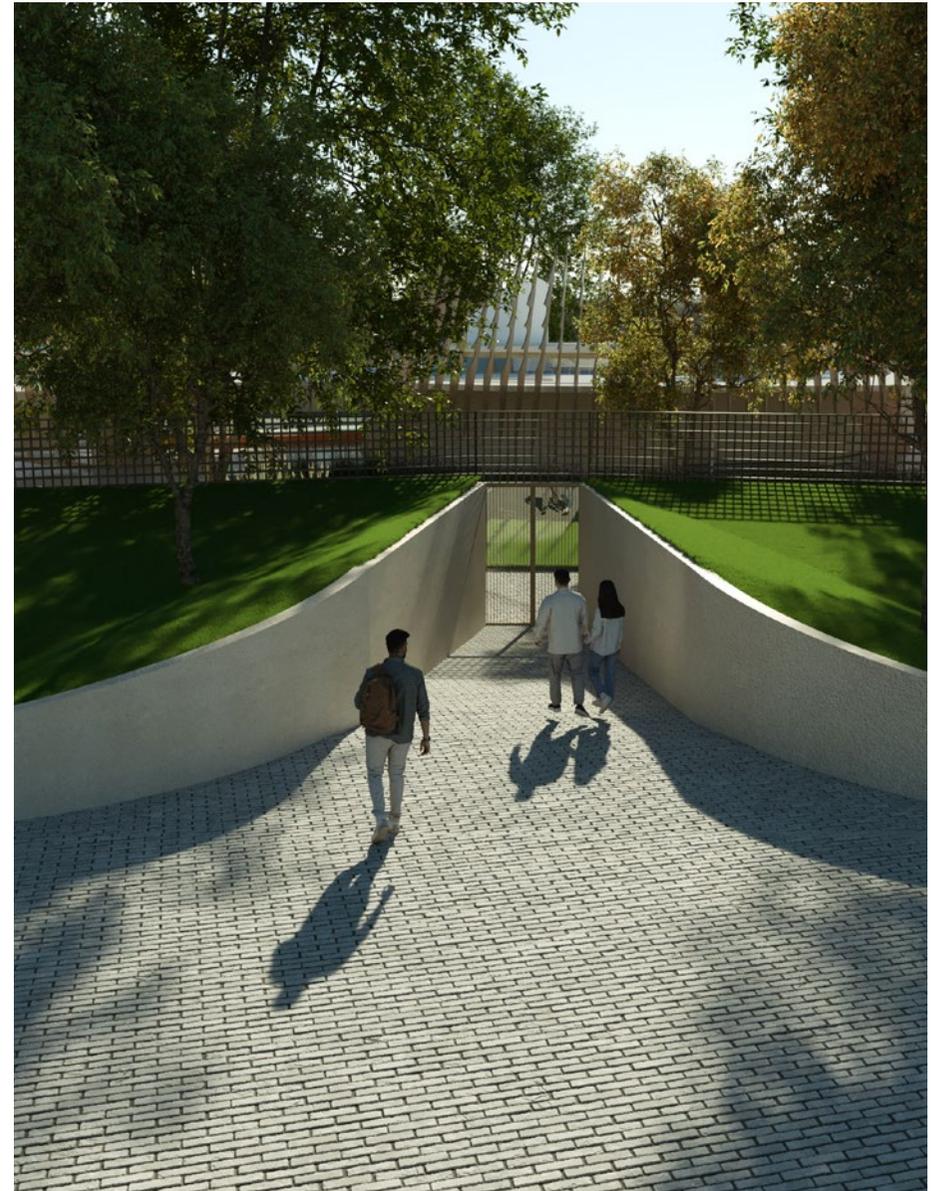
PLANTA GERAL | **CORTE VOLUMÉTRICO**

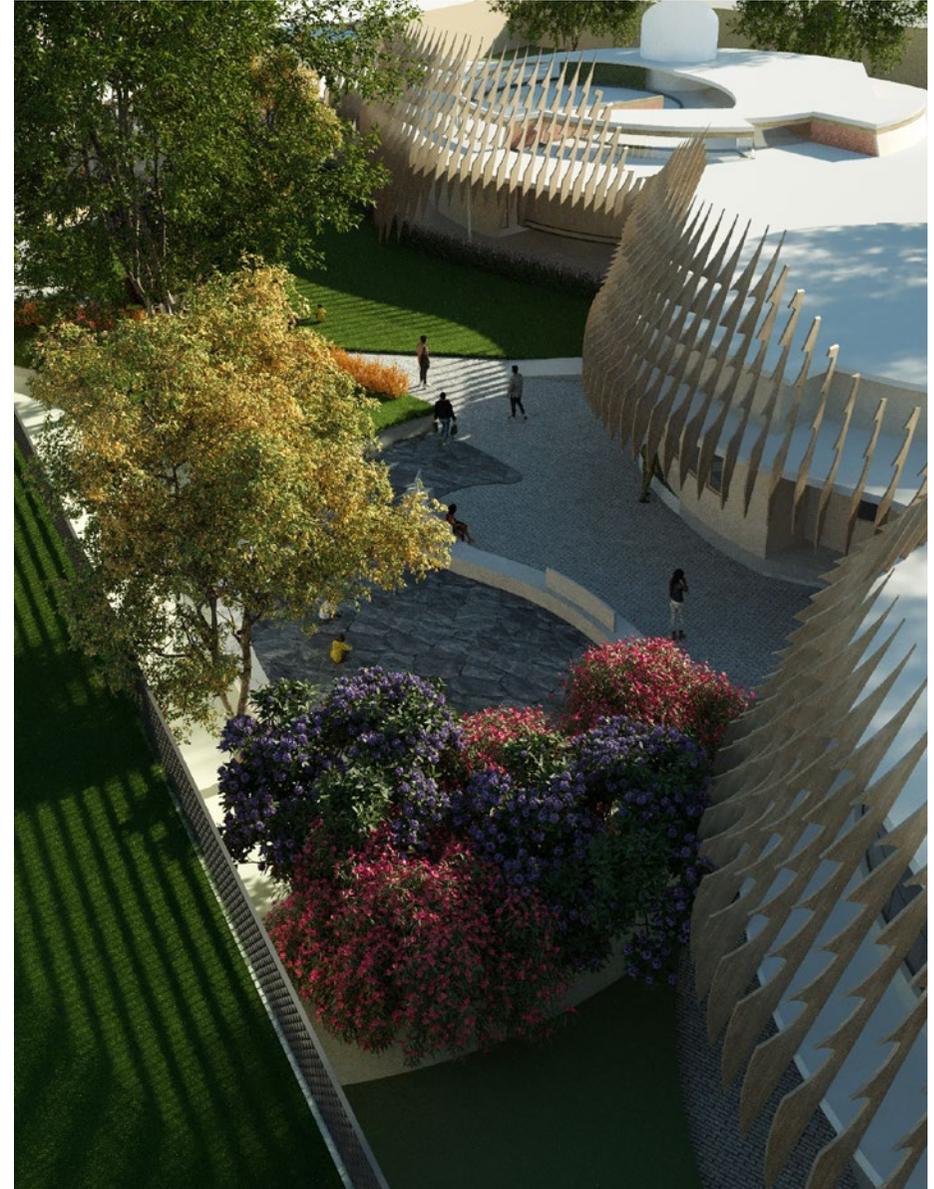


PLANTA GERAL | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**



PLANTA GERAL | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**





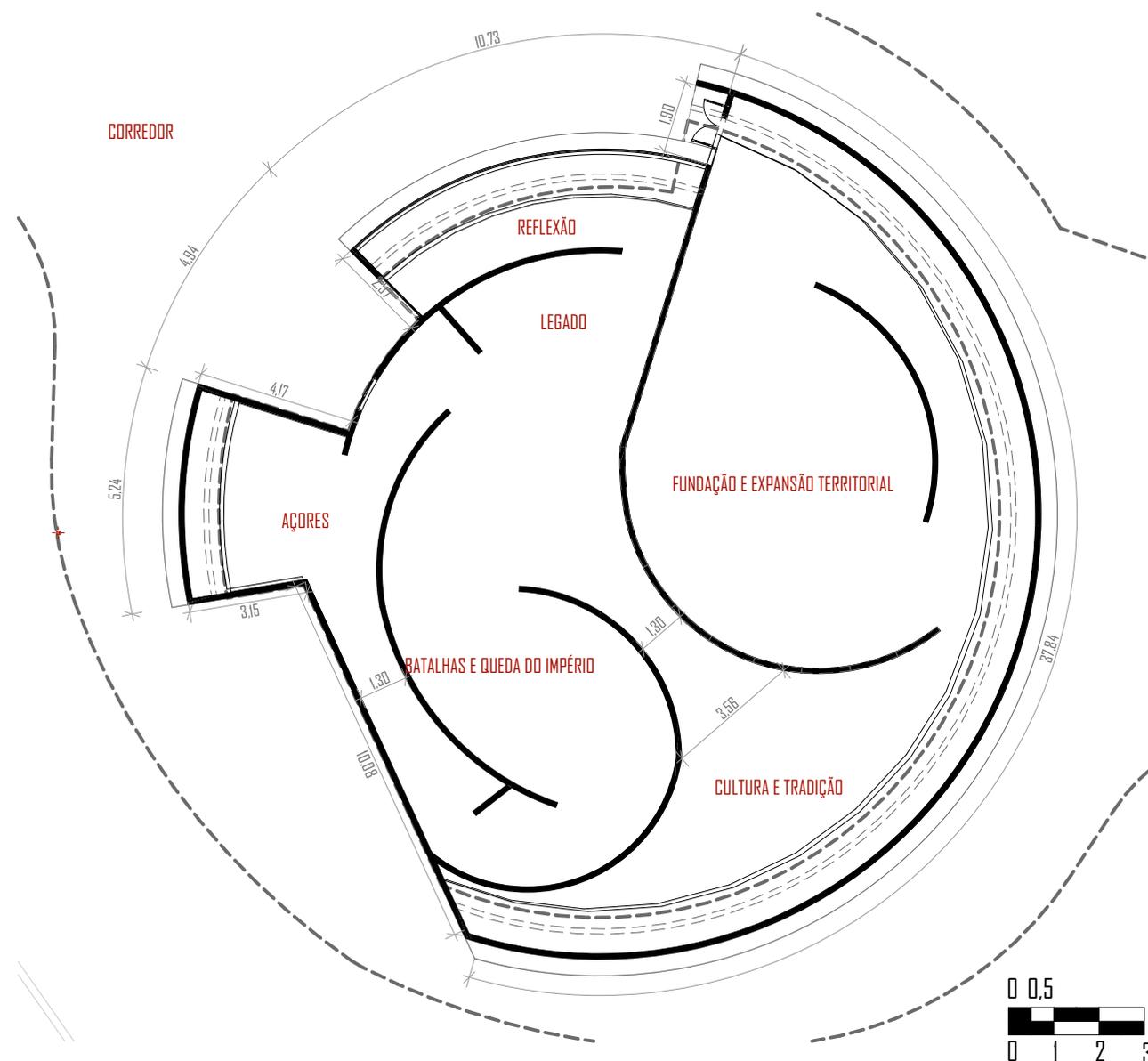
EXPOSIÇÃO PERMANENTE | ZONEAMENTO

A exposição é **organizada como um relógio**, guiando o visitante por uma viagem **cronológica** pela história do Império de Gaza.

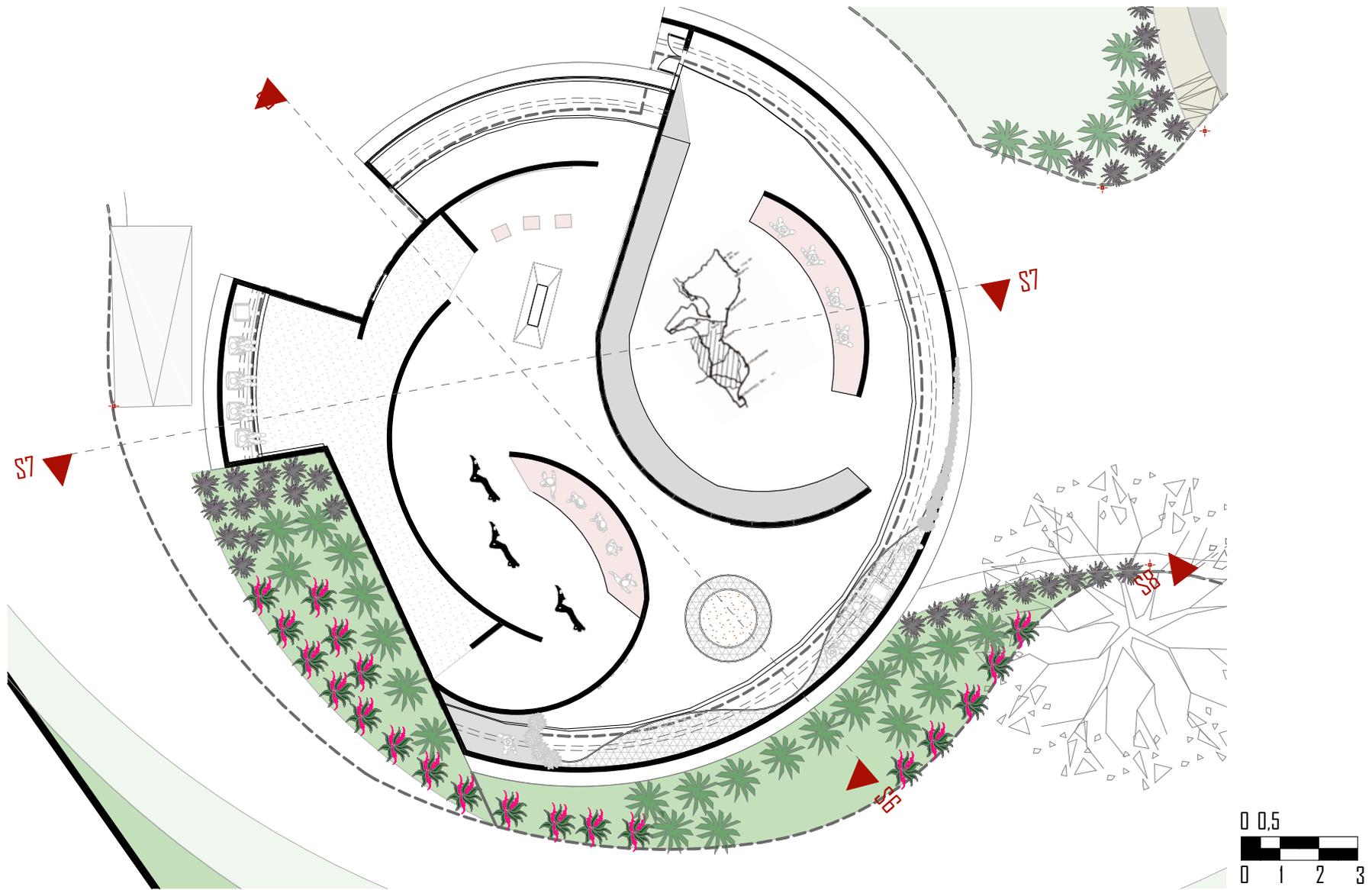
Os **percursos estreitos** representam os **caminhos difíceis da resistência**, da fuga e do **exílio**, evocando o sofrimento, a luta e a dor da perda.

Os **percursos alargados** simbolizam os **momentos de glória, expansão e prosperidade** do Império, onde o povo caminhava com liberdade e orgulho.

A exposição culmina num espaço **distorcido, fragmentado e silencioso**, que simboliza o início da **perda da memória histórica** e o **esquecimento coletivo**. É um convite à reflexão sobre aquilo que se perdeu e aquilo que ainda pode ser resgatado.

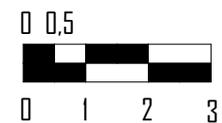


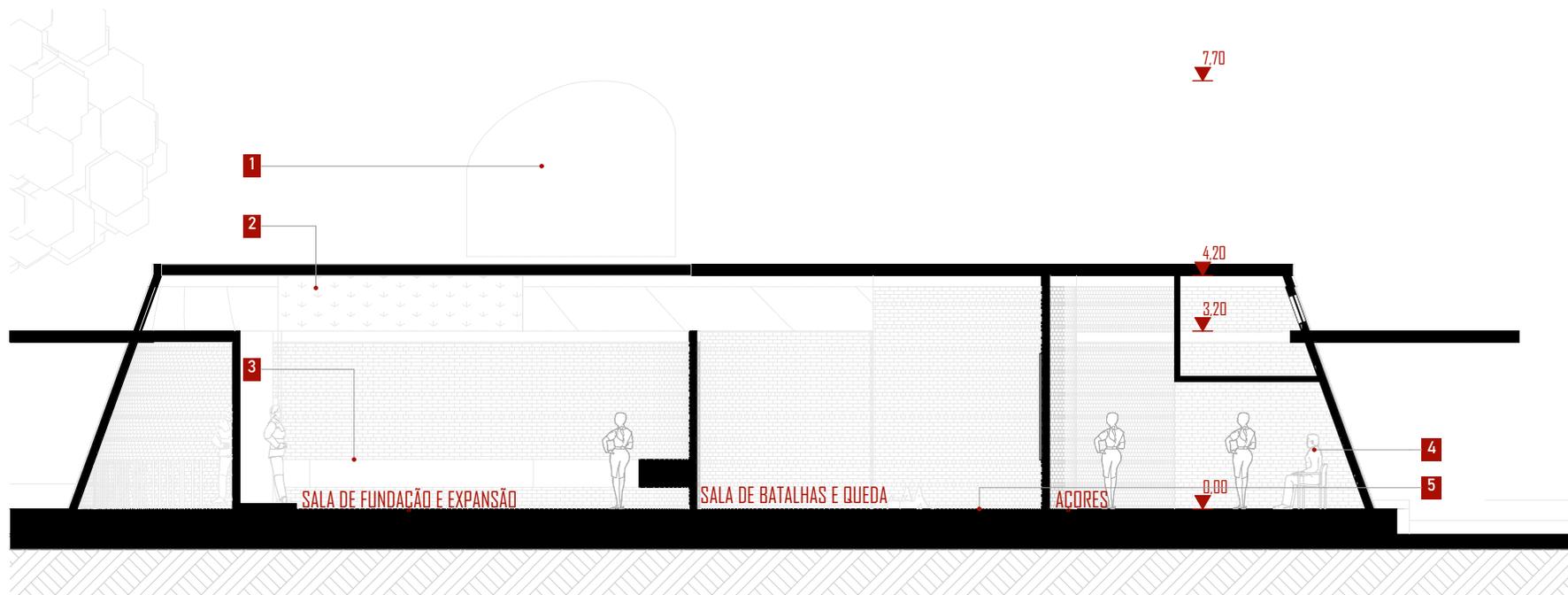
EXPOSIÇÃO PERMANENTE | MOBILADA



EXPOSIÇÃO PERMANENTE | **CORTES****LEGENDA**

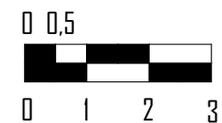
- 1** POÇO DE LUZ NATURAL TIPO CLARABOIA , ESTRUTURA EM ALVENARIA, ABERTURA SUPERIOR COM VIDRO TEMPERADO LAMINADO 8 mm
- 2** JANELA DE CORRER COM DUAS FOLHAS DE VIDRO TRANSPARENTE 6mm, EM CAIXILHARIA DE ALUMÍNIO ANODIZADO
- 3**
- 4** PAVIMENTO EM AREIA BRANCA COM ESPESSURA DE 10cm EM REPRESENTAÇÃO A FOGUEIRA DAS RESIDÊNCIAS
- 5** PAREDE DE TIJOLO ECOLÓGICO(12,5X25X9) IMPERMEABILIZADA(RESINA ACRÍLICA)
- 6** PAVIMENTO EM PEDRA NATURAL BRUTA (PEDRA IRREGULAR E NÃO POLIDA).SUPERFÍCIE RÚSTICA E TEXTURADA, CONFERE SENSAÇÃO DE DESCONFORTO



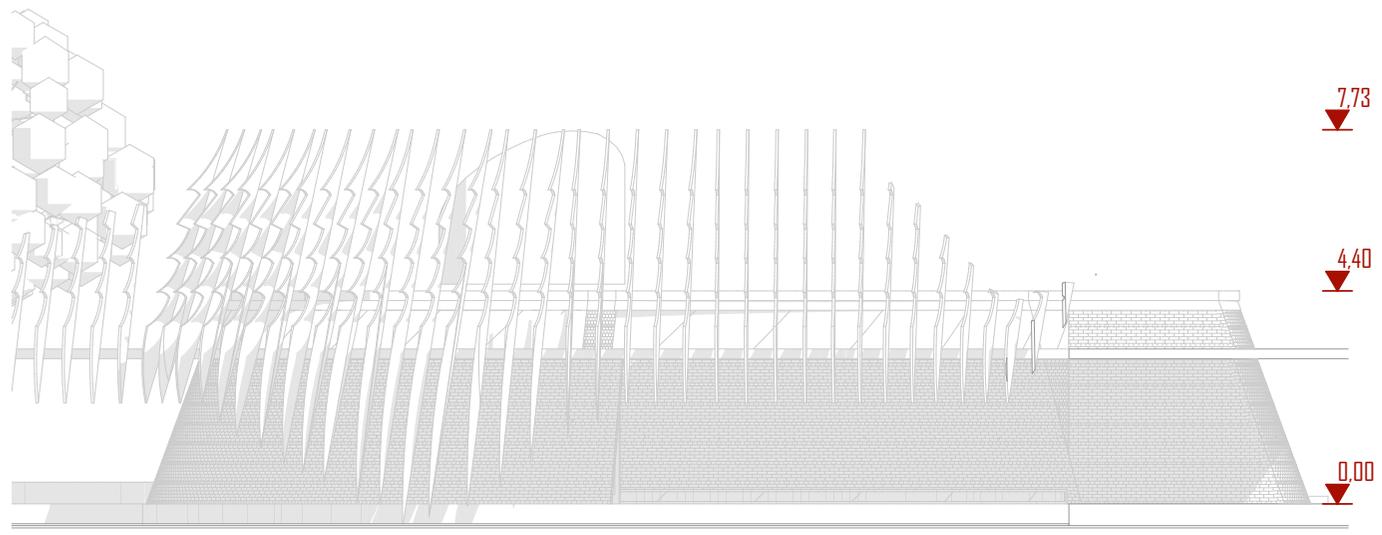
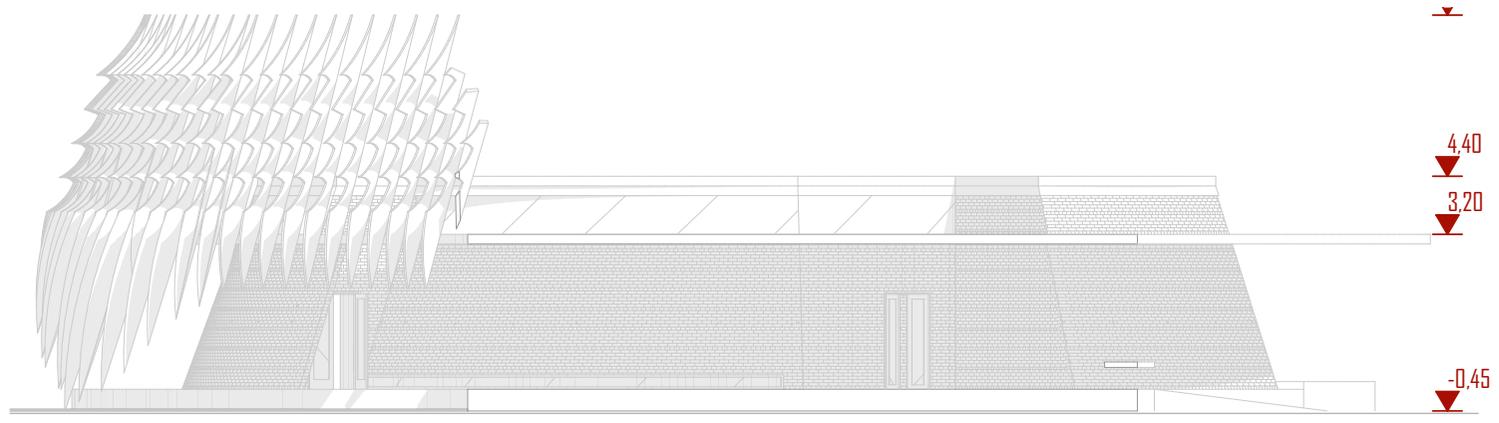


LEGENDA

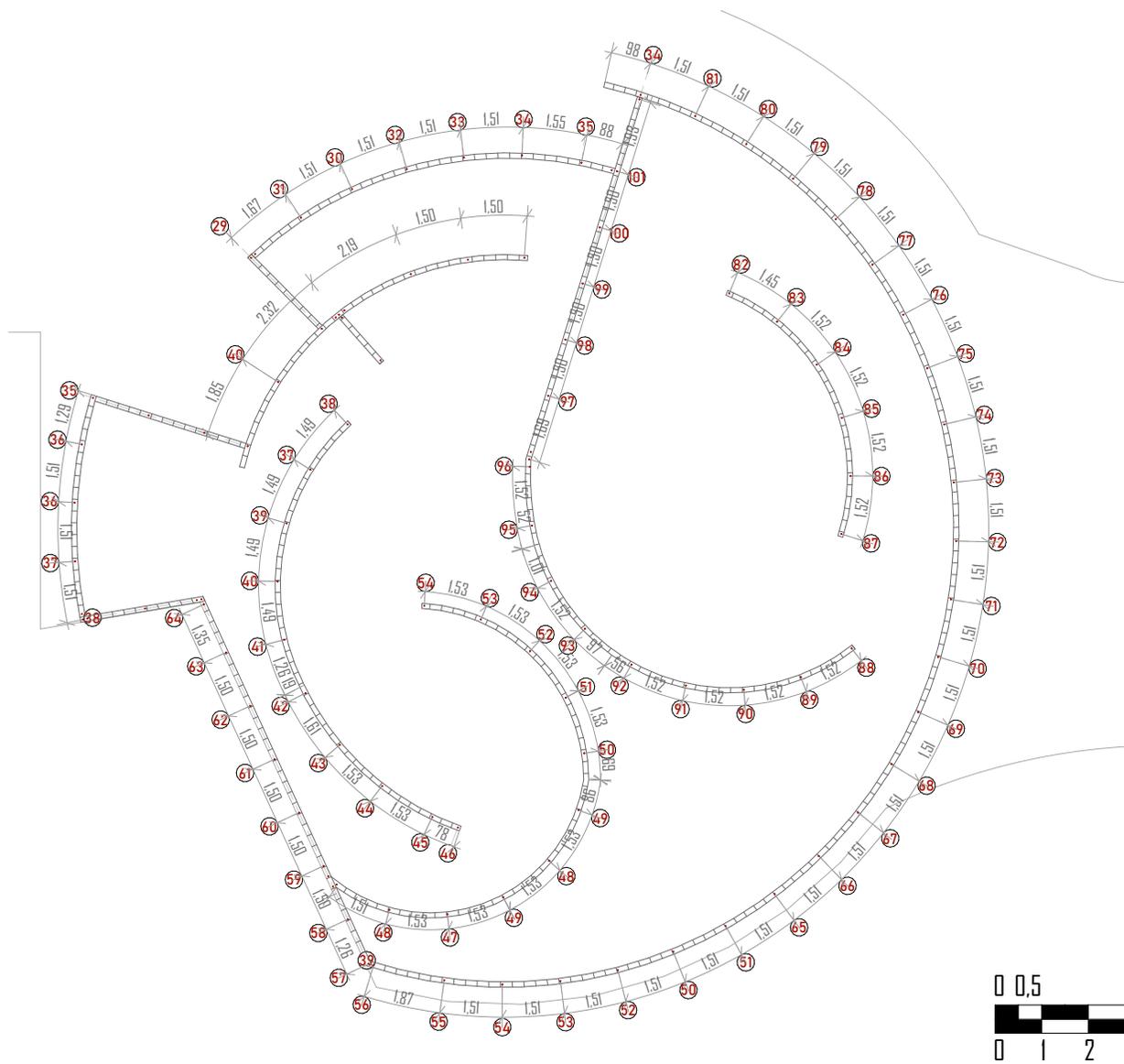
- 1** POÇO DE LUZ
- 2** PAREDE TEXTURIZADA COM PADRÕES ORNAMENTAIS INSPIRADOS NO VESTUÁRIO, EXECUTADA EM REBOCO ARTESANAL
- 3** BASE DE EXPOSIÇÃO SUSPensa EM ESTRUTURA METÁLICA, LETREIRO INFORMATIVO INTEGRADO EM ACRÍLICO COM TEXTO EM ALTO-RELEVO E TRADUÇÃO EM BRAILLE
- 4** ESCULTURA HUMANIZADA DE NGUNGHANE E COMPANHEIROS EM AÇORES PRODUZIDA EM RESINA ARTÍSTICA DE ALTO DESEMPENHO
- 5** PAVIMENTO EM CIMENTO QUEIMADO COM ACABAMENTO LISO E SELADO



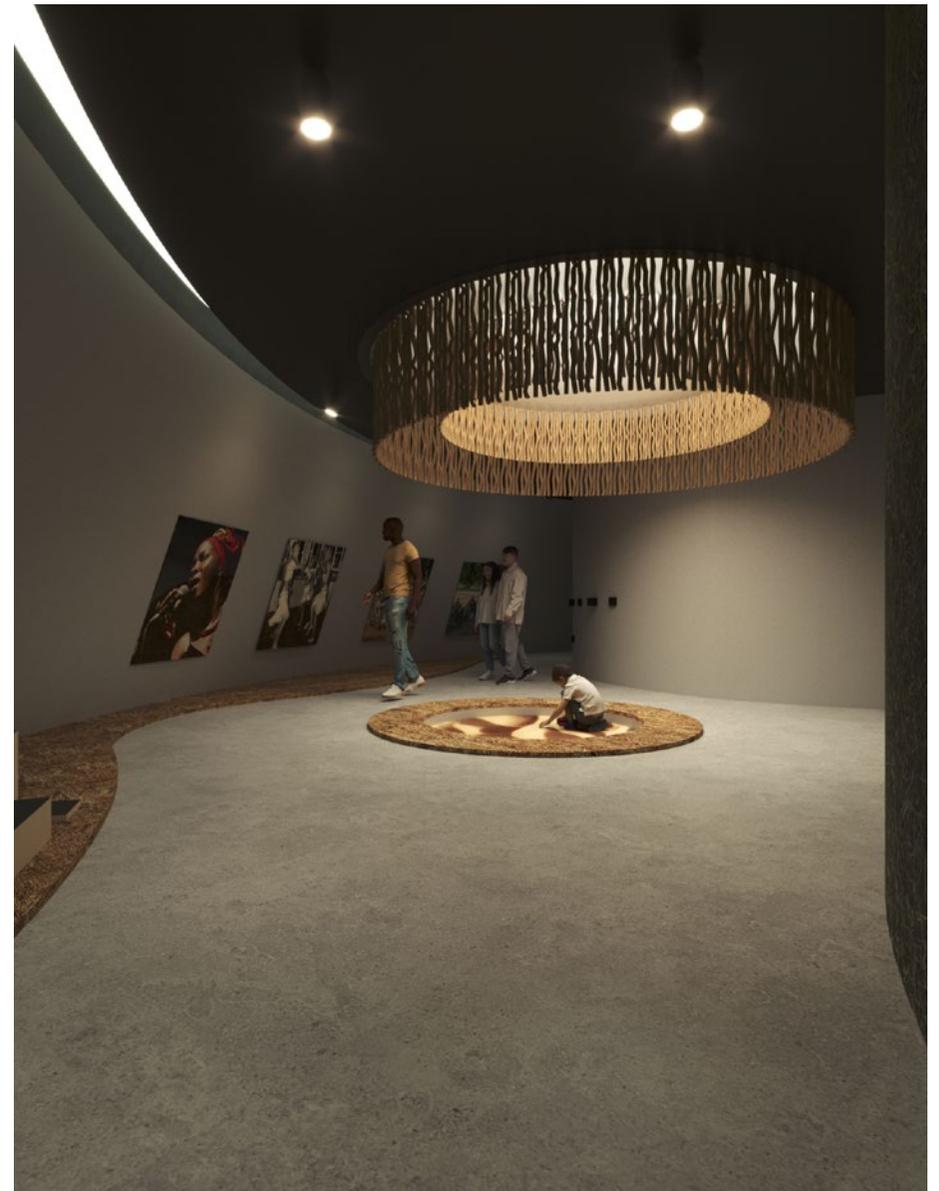
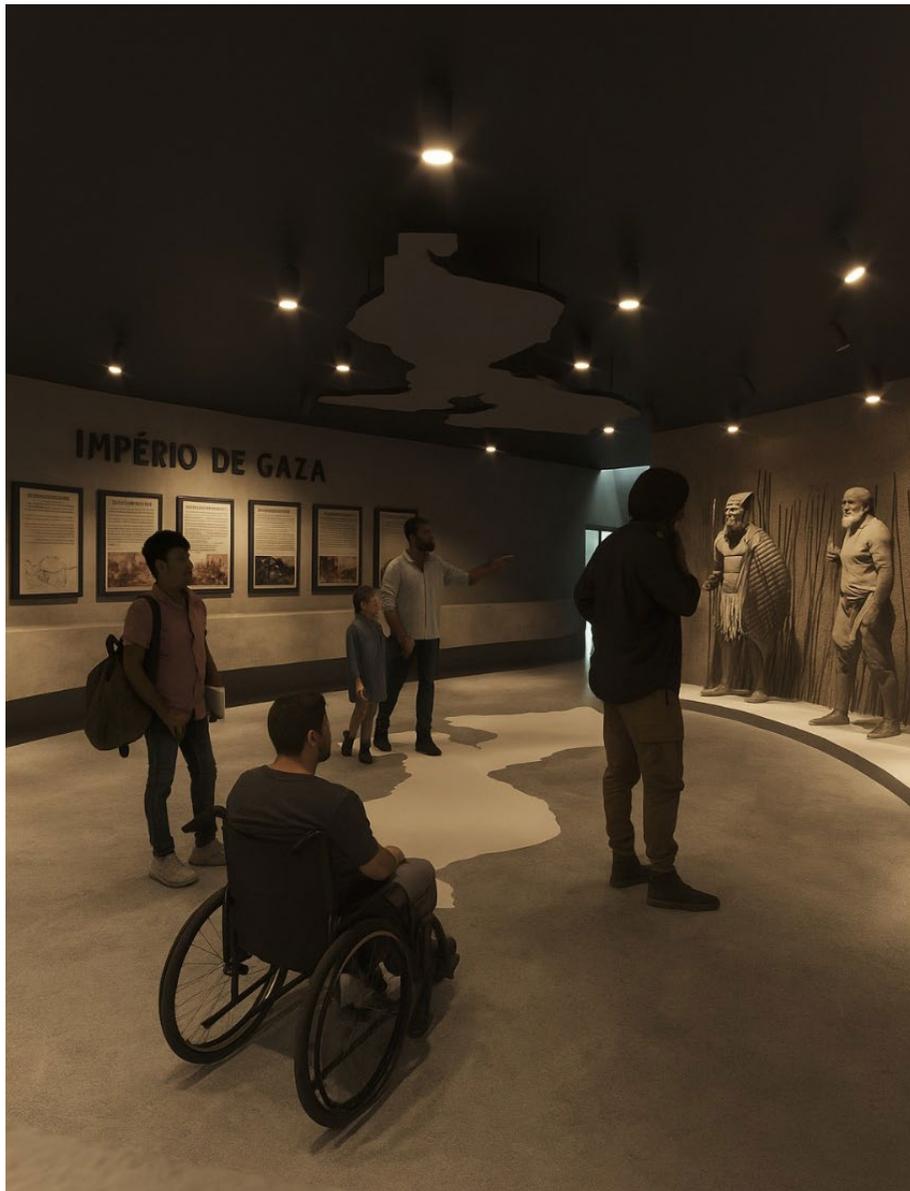
EXPOSIÇÃO PERMANENTE | **ALÇADOS**

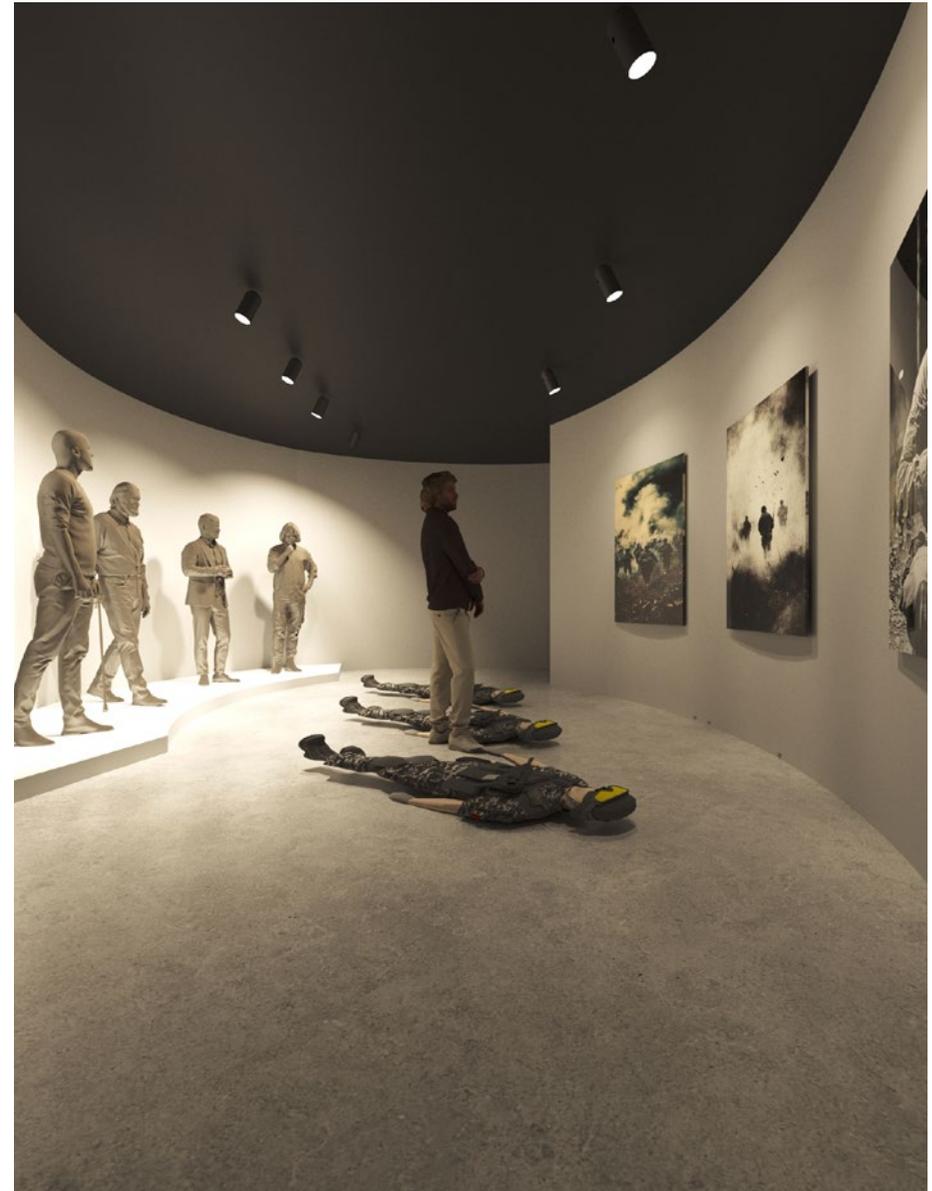


EXPOSIÇÃO PERMANENTE | ESTRUTURA



EXPOSIÇÃO PERMANENTE | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**



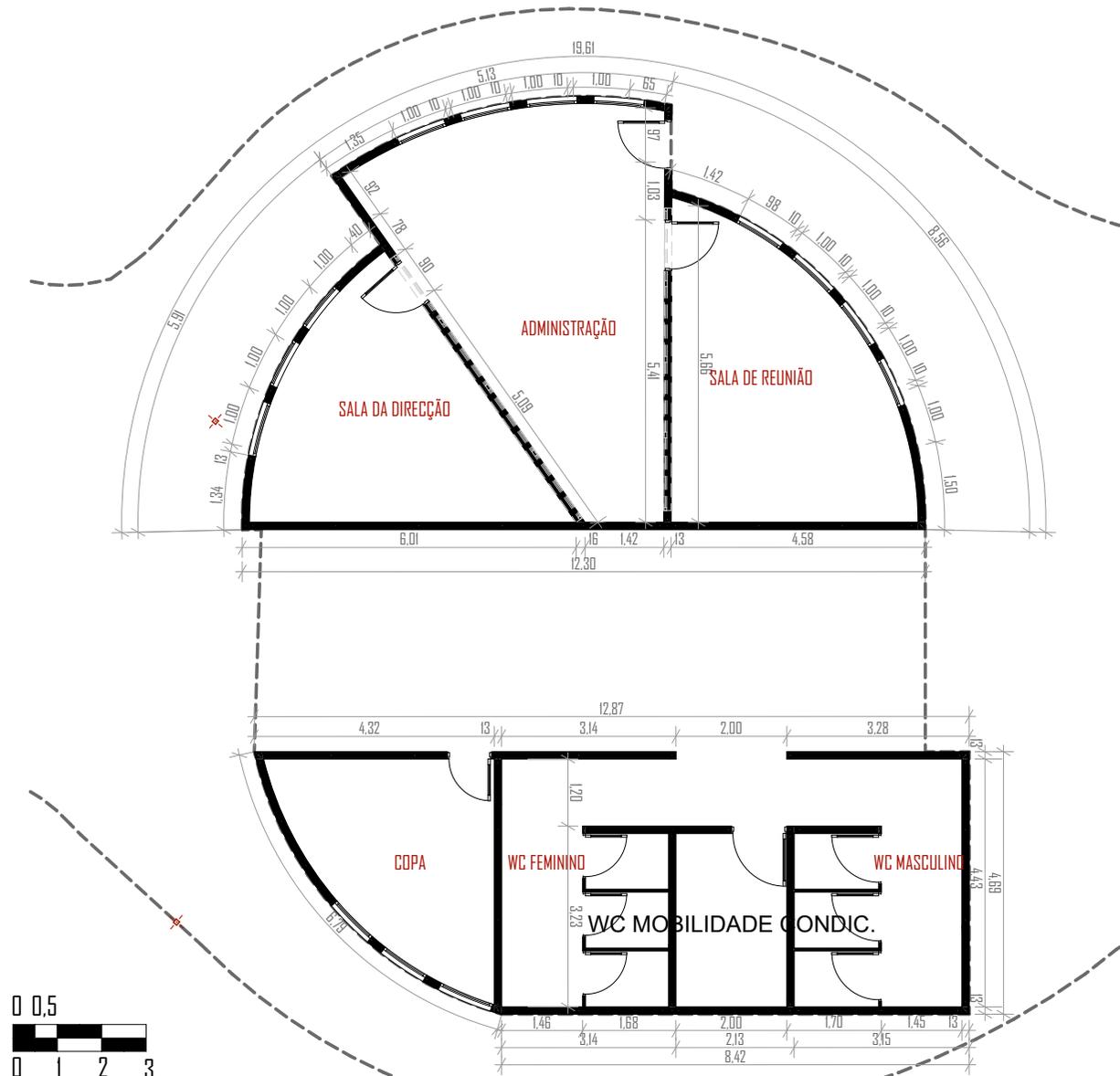


ADMINISTRAÇÃO | ZONEAMENTO

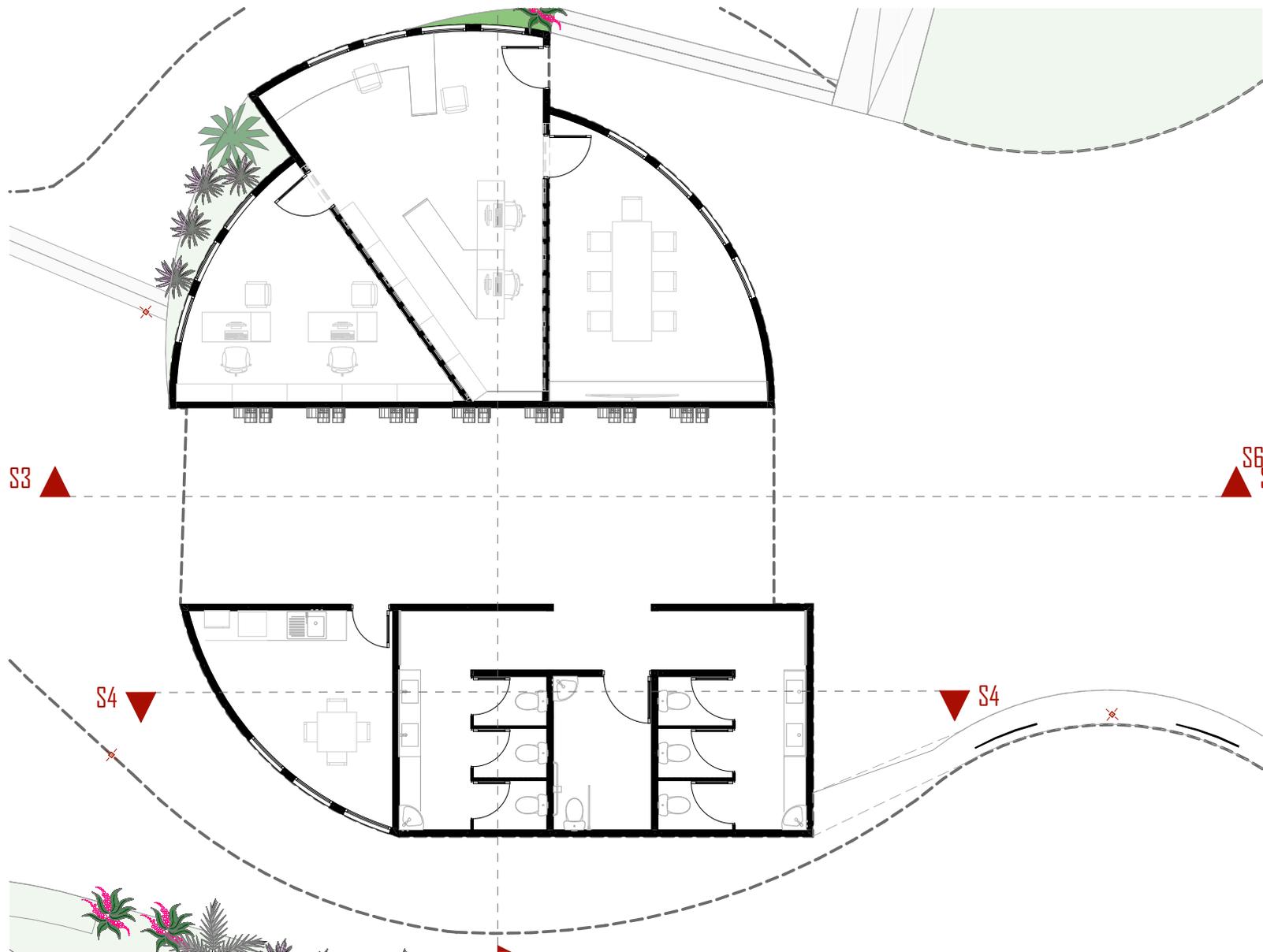
A área administrativa garante o bom funcionamento do Centro.

Composta por uma sala de escritórios e apoio ao visitante conjunta, sala da direcção e sala de reuniões, está estrategicamente posicionada num ponto de fácil acesso, sem interferir nas zonas expositivas e comunitárias.

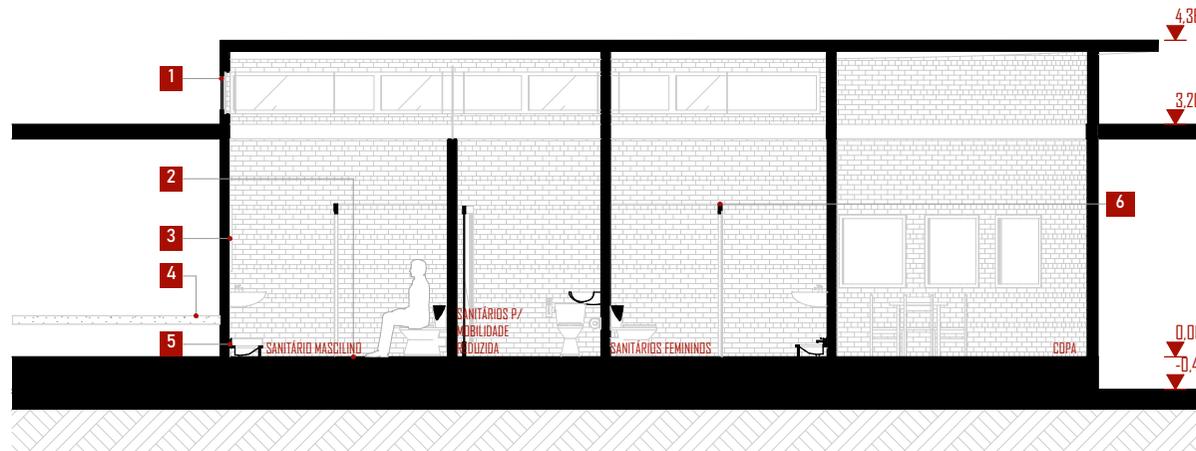
Organiza, coordena e dá suporte às actividades culturais, educativas e logísticas do espaço, assegurando a gestão eficiente e a continuidade da missão do Centro.



ADMINISTRAÇÃO | MOBILADA

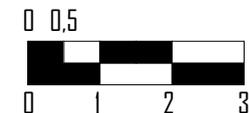


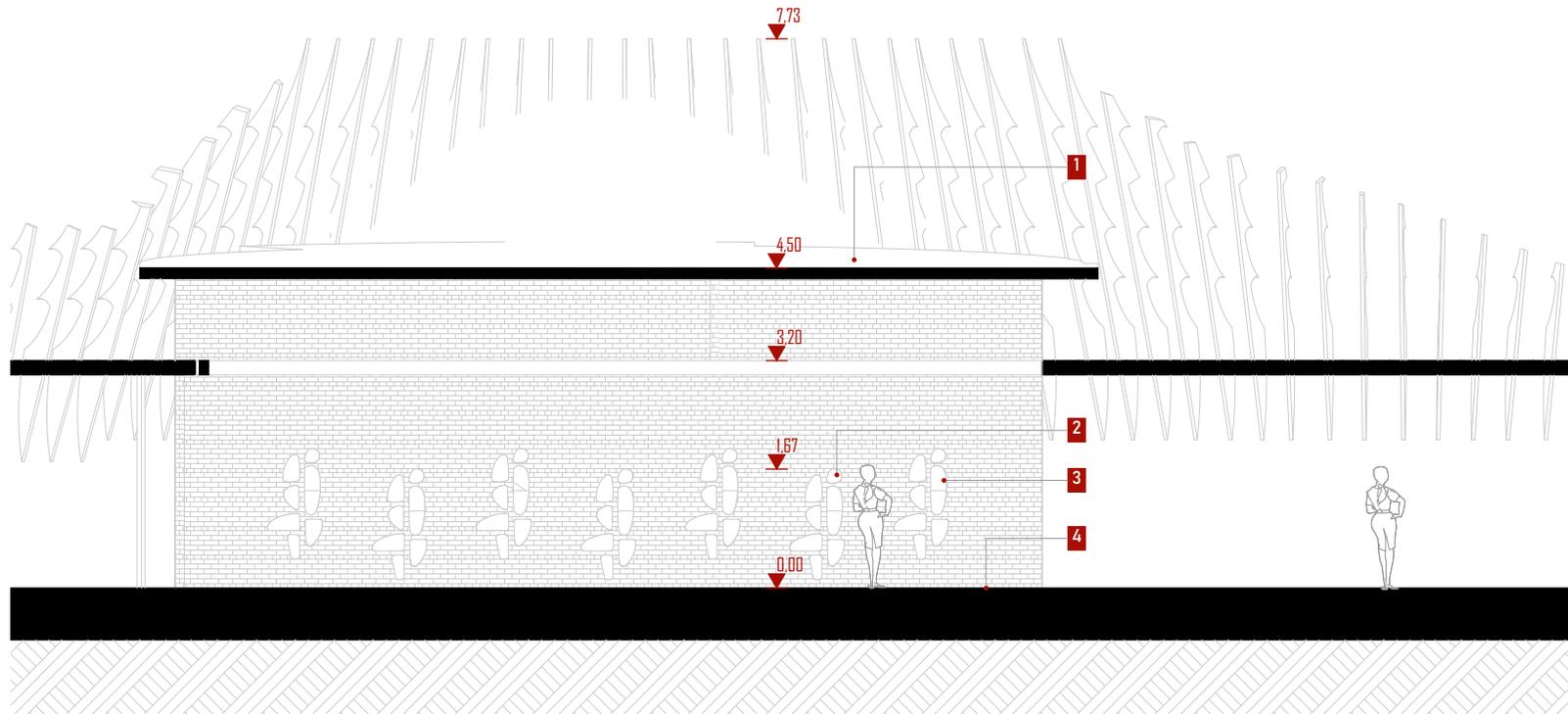
ADMINISTRAÇÃO | **CORTES**



LEGENDA

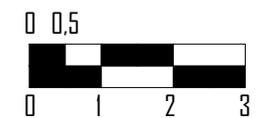
- 1** JANELA BASCULANTE COM CAIXILHO EM MADEIRA CHANFUTA ENVERNIZADA, COM ABERTURA HORIZONTAL, VIDRO SIMPLES DE 4mm
- 2** LAJE DE PAVIMENTO REVESTIDA COM TIJOLEIRA CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 30X30 cm, JUNTA SELADA, ASSENTADA EM ARGAMASSA COLANTE SOBRE BETONILHA DE REGULARIZAÇÃO
- 3** ESPELHO
- 4** BANCO COM ESTRUTURA DE BETÃO E REVESTIDO DE ESTEIRA, FIXADA MECANICAMENTE (Parafusos inoxidáveis)
- 5** LAVATÓRIA EM AÇO INOX AISI 304, COM CUBA ÚNICA, PROJECTADA PARA LAVAGEM E ESPREMEDURA DE MOPES
- 6** DIVISÓRIA SANITÁRIA EM COMPACTO FENÓLICO (HPL) 12mm, SUPORTADA POR PERFIS DE ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXAÇÃO MECÂNICA

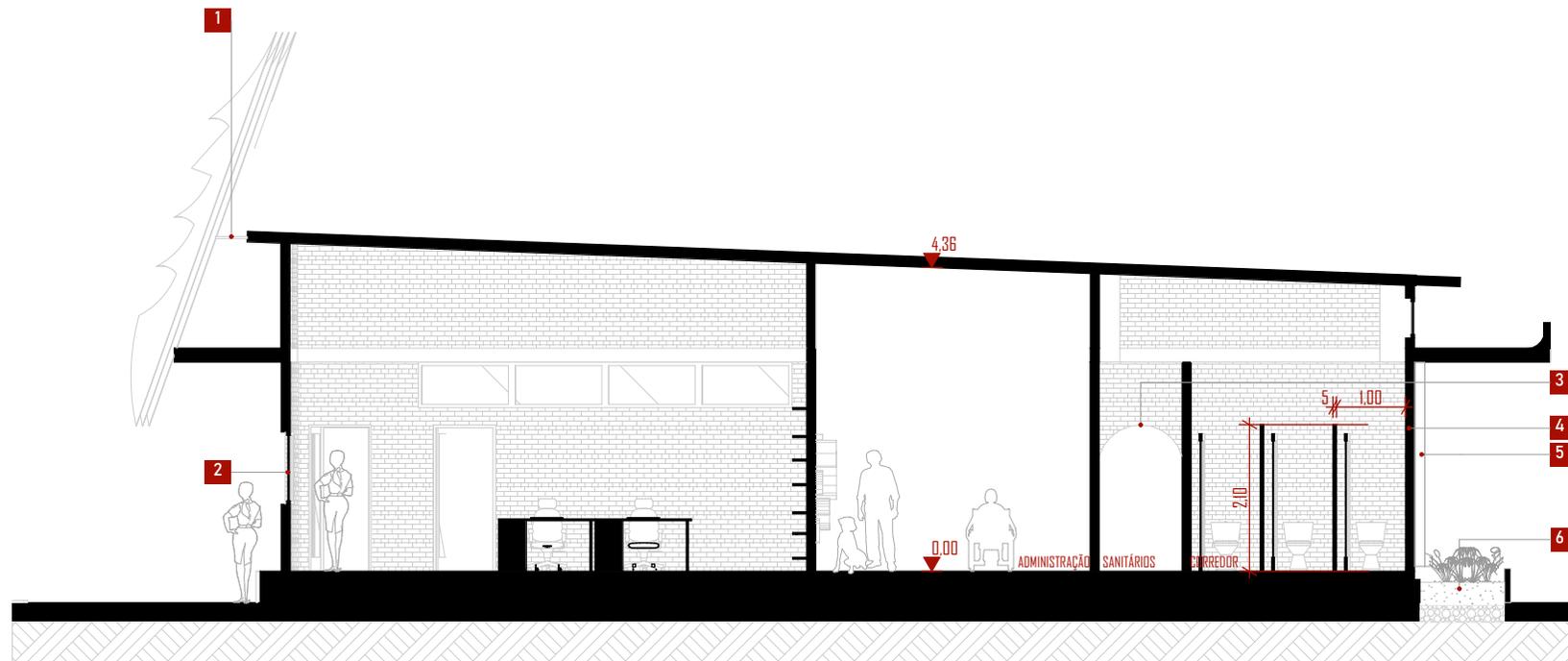




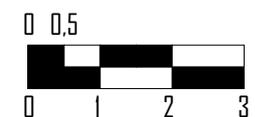
LEGENDA

- 1** CHAPA SANDUÍCHE METÁLICA COM NÚCLEO ISOLANTE TERMOACÚSTICO (EPS OU PU), ESPESSURA DE 50mm, INCLINAÇÃO DE 15%.
- 2** CACIFOS INDIVIDUAIS EM MADEIRA CHANFUTA, COM ACABAMENTO EM VERNIZ. FECHADURA DE SEGREDO COM PUXADOR EMBUTIDO. 7 EM REPRESENTAÇÃO AS 7 MULHERES DO REI NGUNGUNHANE
- 3** ESPELHO FIXO COM VIDRO REFLETOR 4mm, INSTALADO NUMA MOLDURA DE MADEIRA MACIÇA
- 4** LAJE DE PAVIMENTO 200mm ESP. EM BETONILHA SIMPLES REVESTIDA DE CIMENTO QUEIMADO

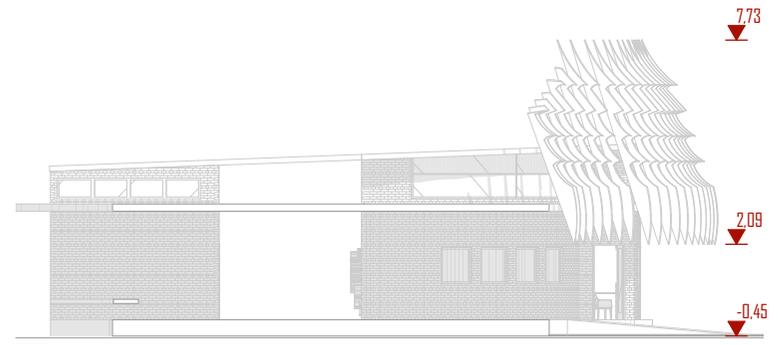
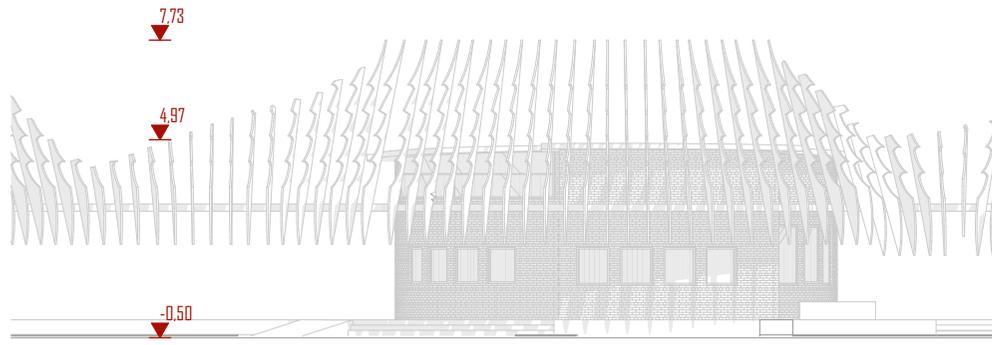
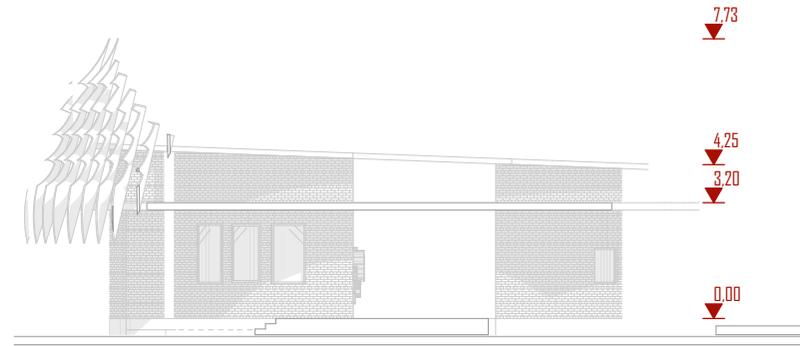
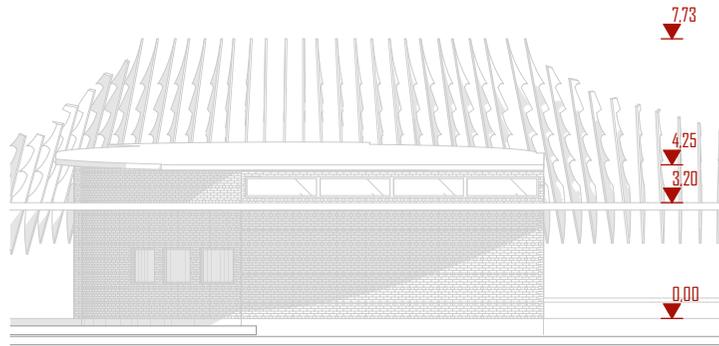


ADMINISTRAÇÃO | **CORTES****LEGENDA**

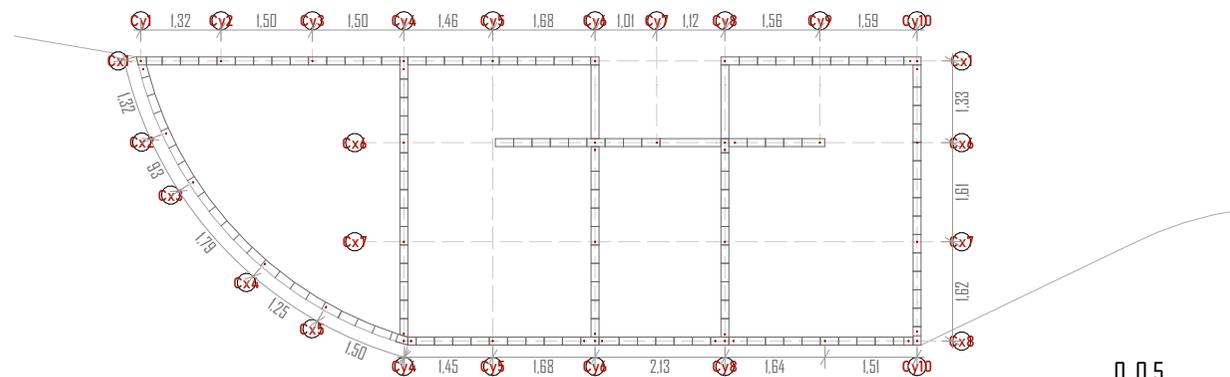
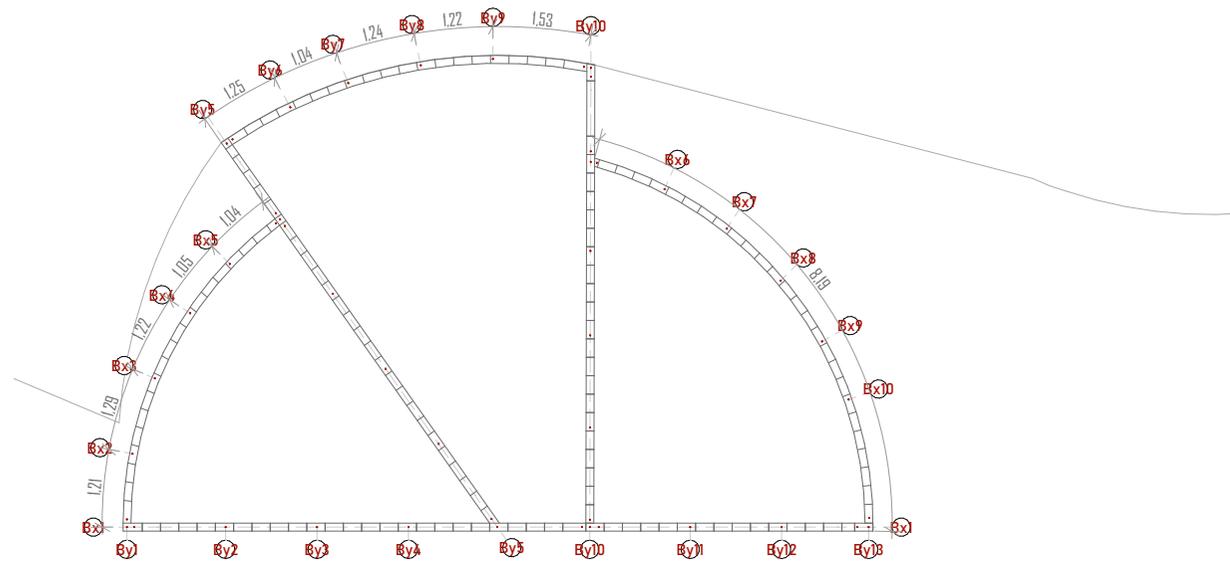
- 1** QUEBRA-SOL EM RIPAS VERTICAIS DE MADEIRA TRATADA E ENVERNIZADA
- 2** JANELA DE CORRER COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA TRATADA E ENVERNIZADA, FOLHAS DESLIZANTES COM VIDRO SIMPLES 4 mm
- 3** VÃO DE PORTA EM ARCO SEMICIRCULAR, EXECUTADO EM ALVENARIA DE TIJOLOS
- 4** PAREDE DE TIJOLO ECOLÓGICO(12,5X25X9) IMPERMEABILIZADA(RESINA AGRÍLICA) E ACABA COM REBOCO EXTERNO(GESSO)
- 5** TUDO DE QUEDA DE ÁGUA EM PVC
- 6** VASO COM SISTEMA DE CAMADAS DRENANTES



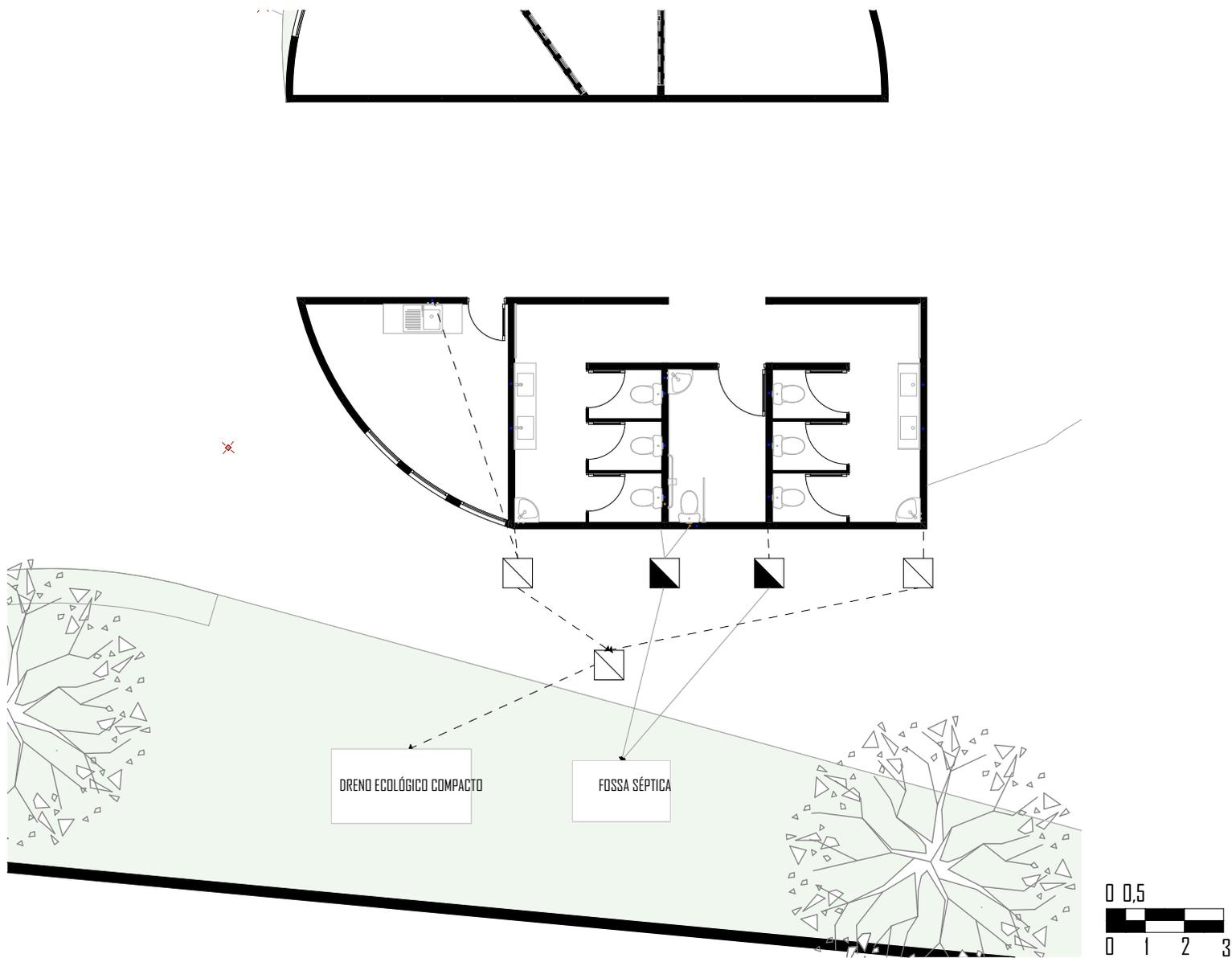
ADMINISTRAÇÃO | **ALÇADOS**



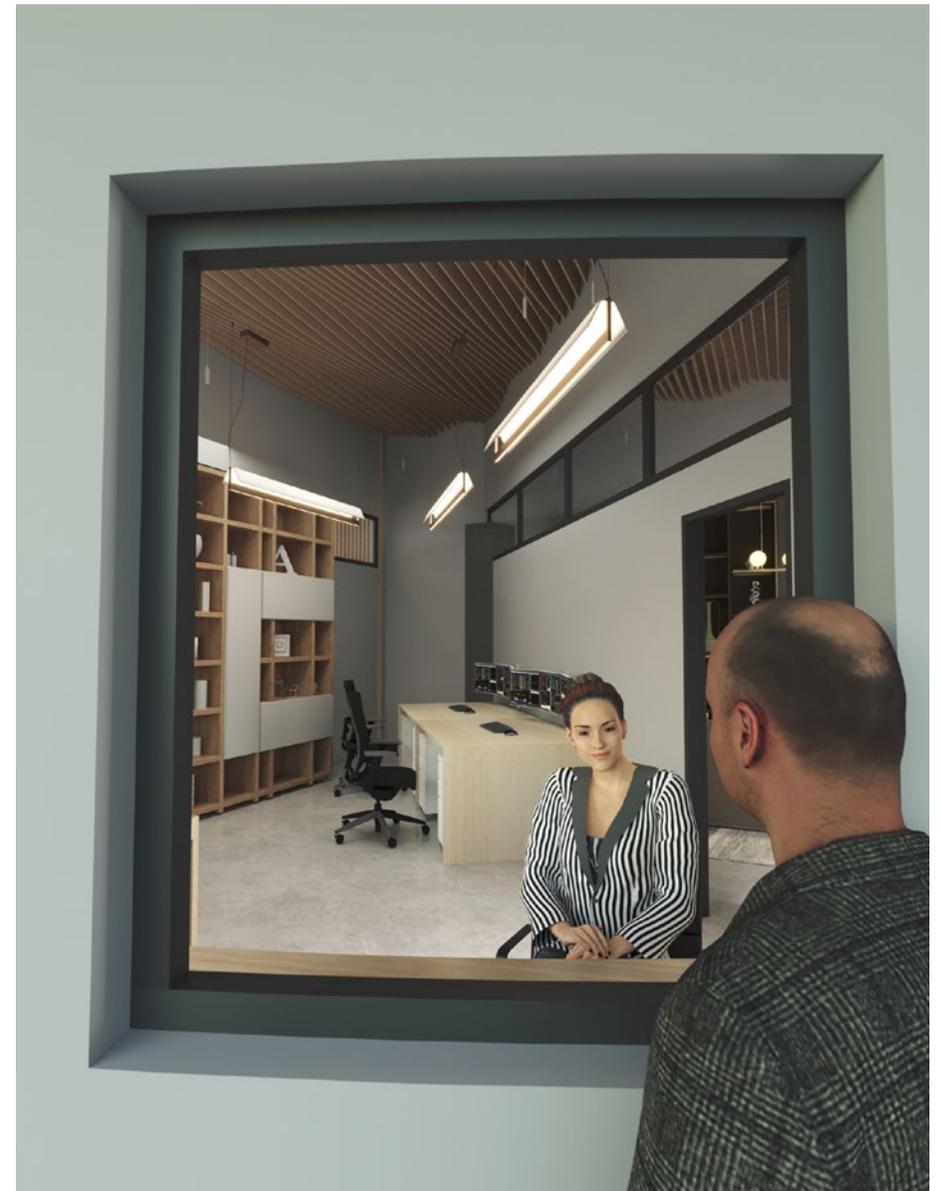
ADMINISTRAÇÃO | ESTRUTURA

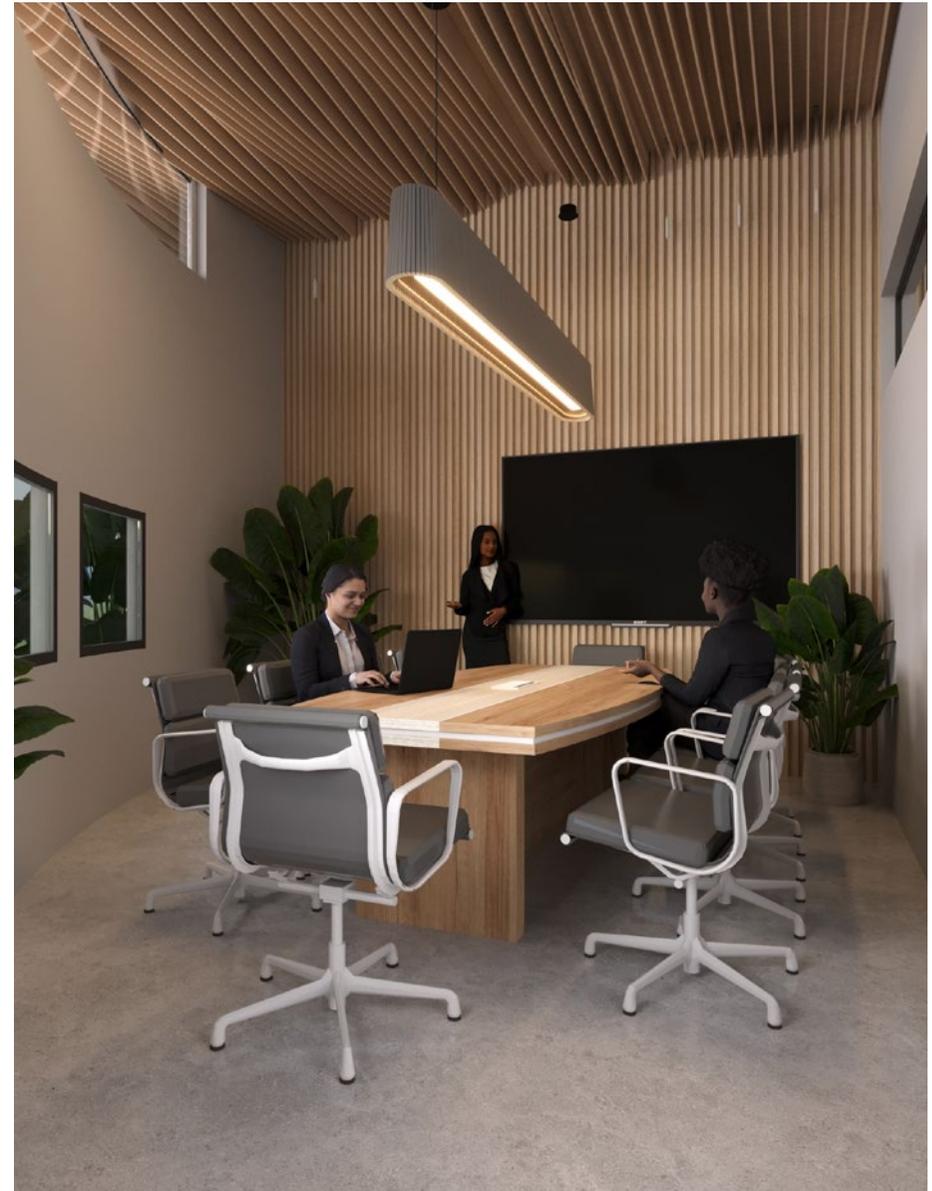


ADMINISTRAÇÃO | HIDRÁULICA



ADMINISTRAÇÃO | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**





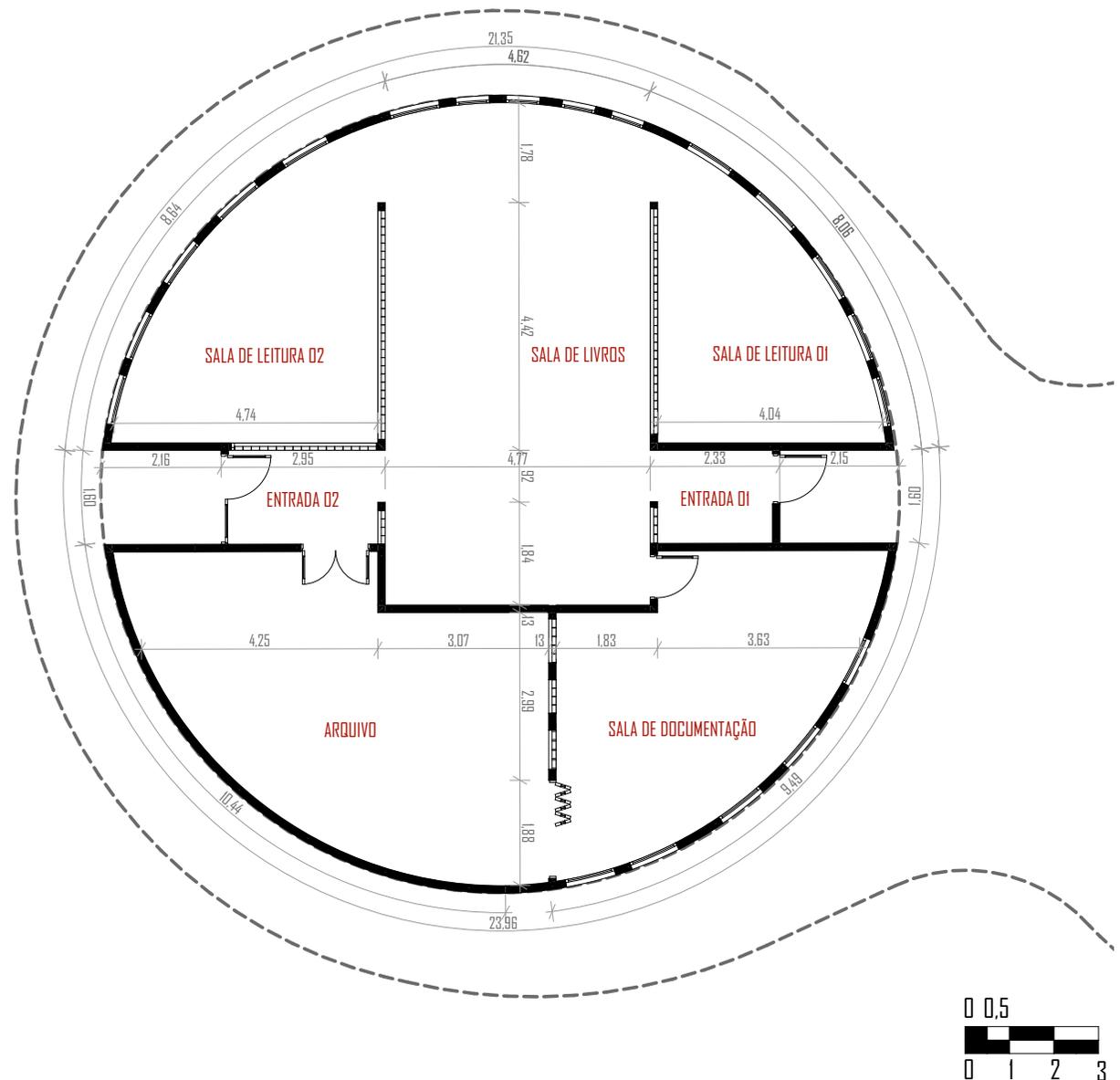
BIBLIOTECA | ZONEAMENTO

A biblioteca é um santuário de saber. No seu interior, os espaços são fluidamente conectados, adaptando-se à necessidade de introspecção ou colaboração.

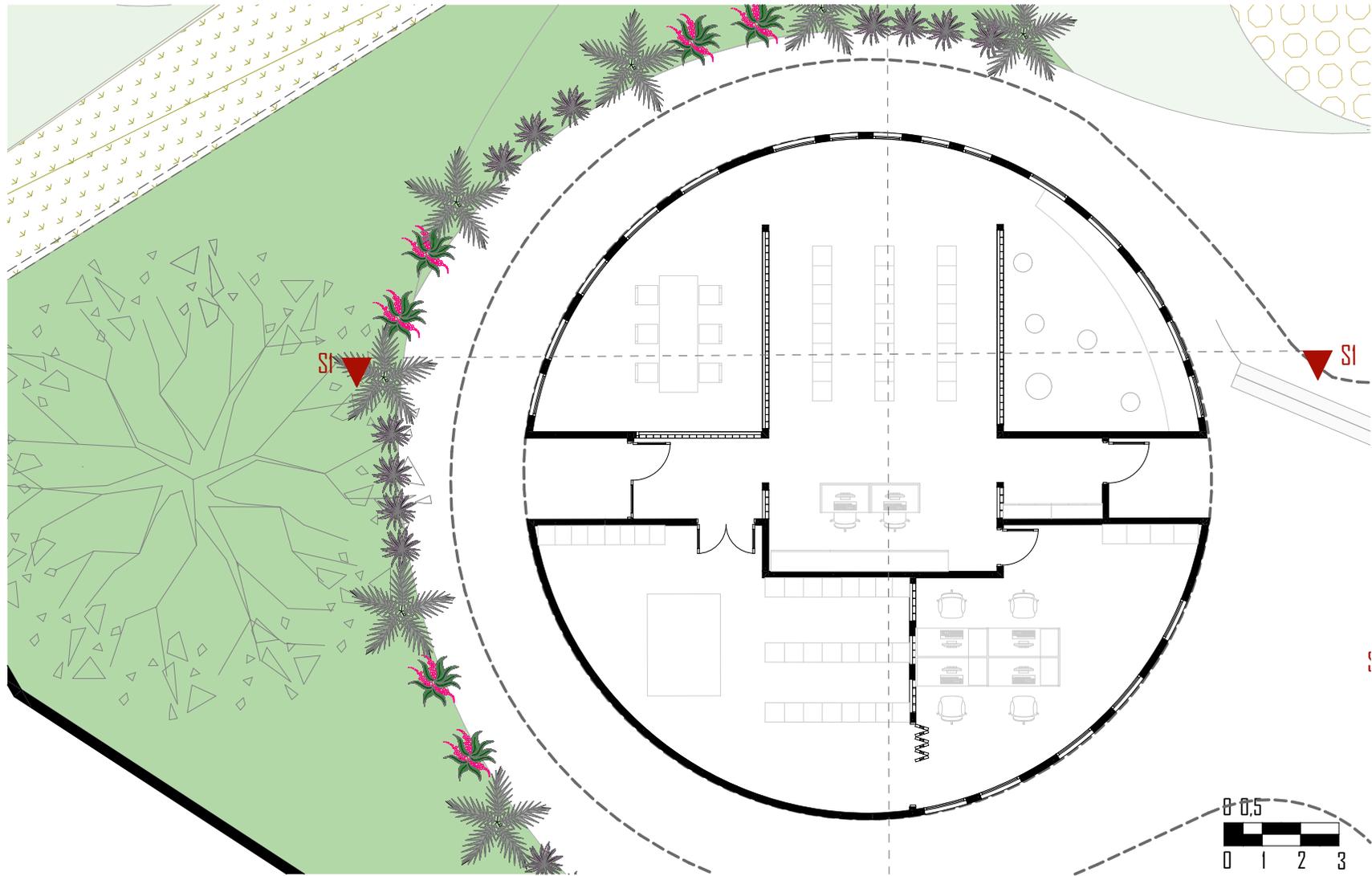
Salas aconchegantes convidam à leitura tranquila, à música suave e ao jogo criativo, expressões distintas de aprendizagem e descanso.

Uma sala de concentração, voltada para a zona mais silenciosa do terreno, oferece foco absoluto e recolhimento.

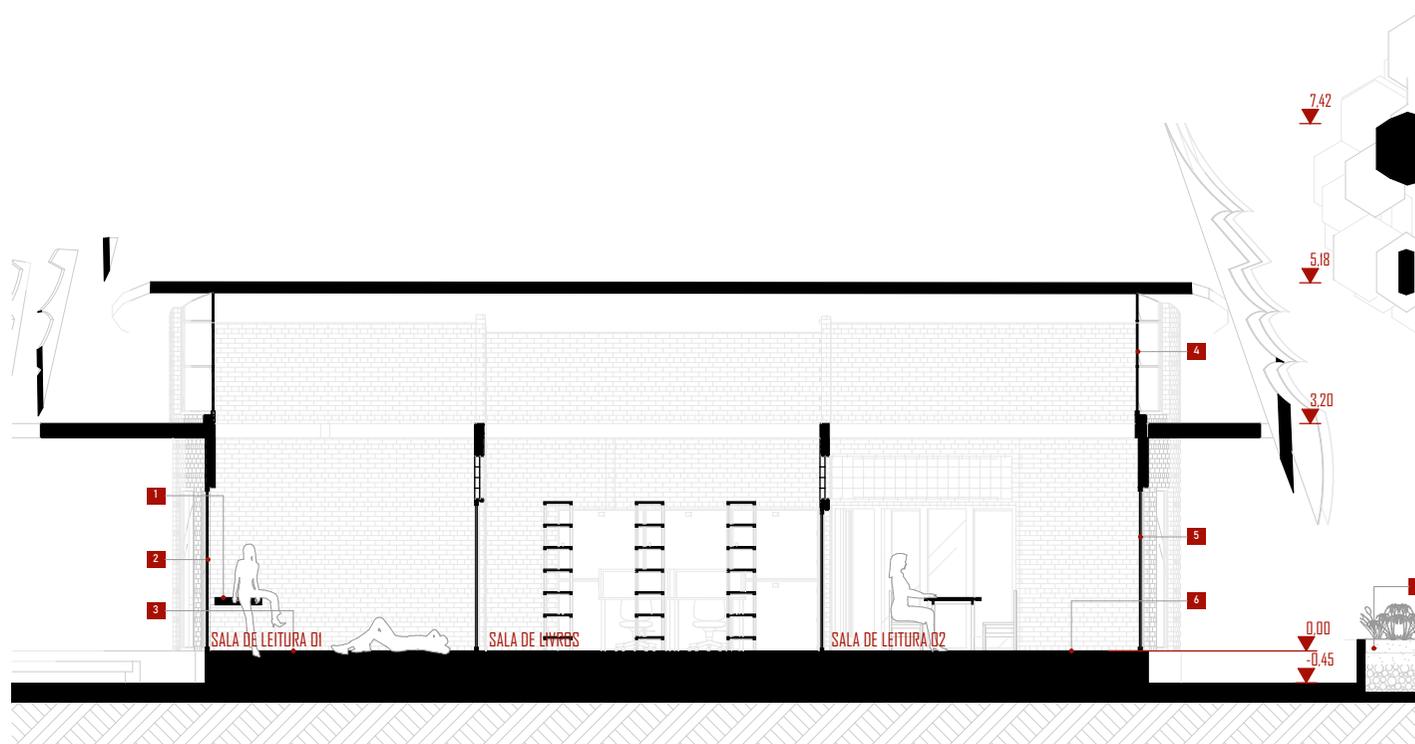
Na parte posterior, a área de arquivo e documentação restrita preserva a herança documental, promovendo a investigação histórica e a produção de novos conhecimentos.



BIBLIOTECA | MOBILADA

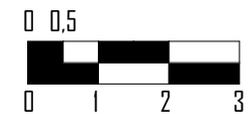


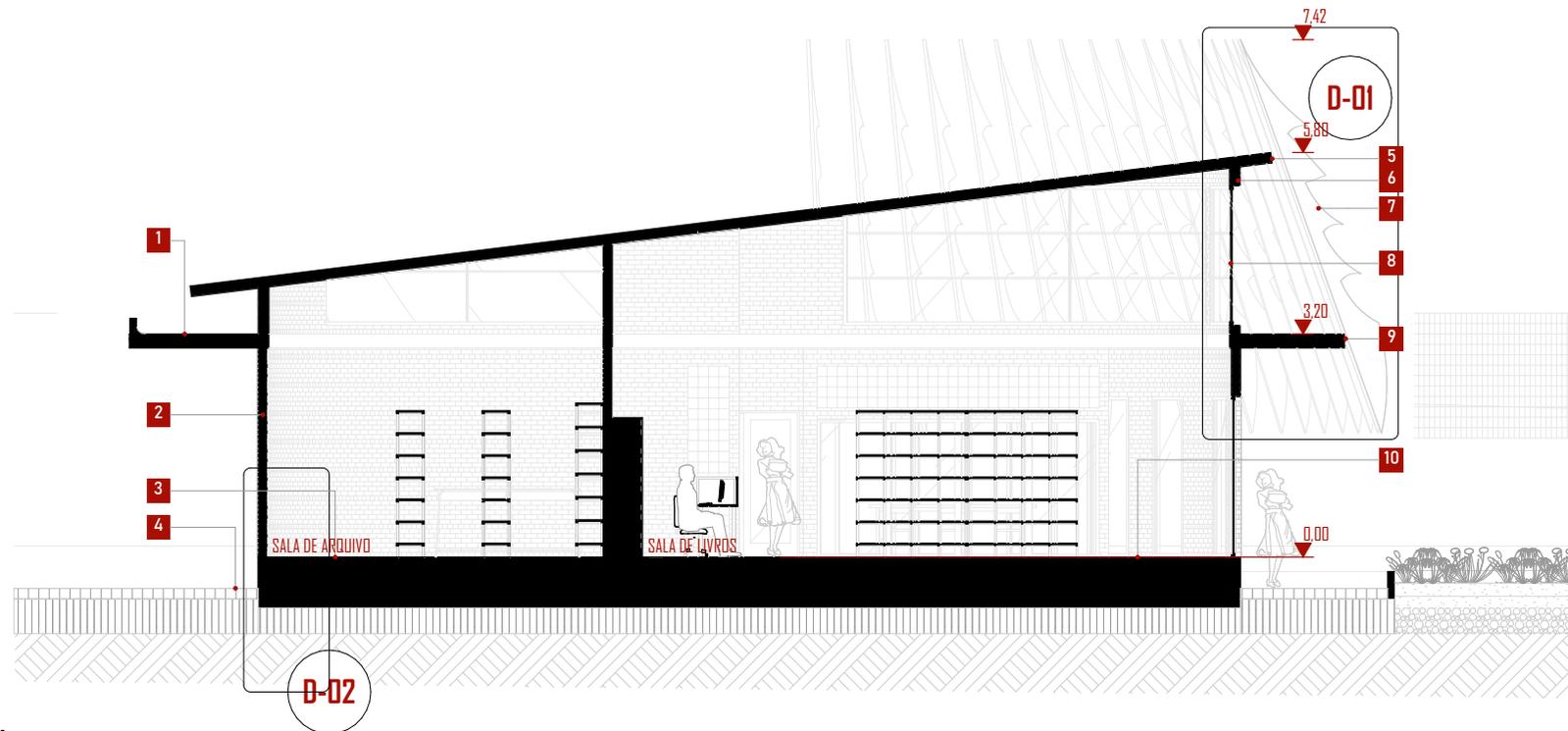
BIBLIOTECA | **CORTES**



LEGENDA

- 1** BANCO DE BETÃO ARMADO SUSPENSO
- 2** JANELA DE PIVOTANTE COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA TRATADA E ENVERNIZADA, FOLHAS DESLIZANTES COM VIDRO SIMPLES 4 mm
- 3** LAJE DE PAVIMENTO REVESTIDA COM ALCATIFA TUFADA 100% NYLON, PELO CURTO (3-5 MM), EM PLACAS 50X50 CM, BASE BITUMINOSA, CLASSE DE USO 32
- 4** JANELA DE CORRER
- 5** JANELA FIXA
- 6** LAJE DE PAVIMENTO COM REVESTIMENTO EM CIMENTO QUEIMADO
- 7** JARDIM DE CHUVA



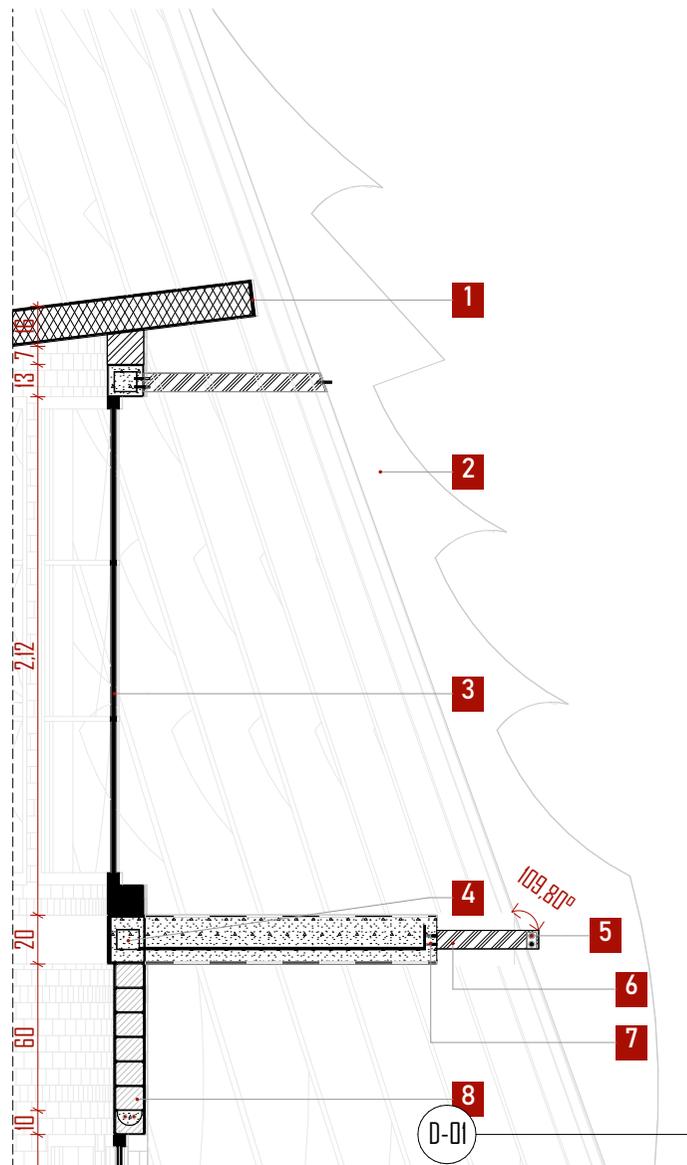


LEGENDA

- | | |
|--|---|
| <p>1 CALEIRA IMPERMEABILIZADA COM MEMBRANA LÍQUIDA</p> <p>2 PAREDE DE TIJOLO ECOLÓGICO(12,5X25X9) IMPERMEABILIZADA(RESINA ACRÍLICA)</p> <p>3 PAVIMENTO EM CIMENTO QUEIMADO COM ACABAMENTO LISO E SELADO</p> <p>4 PAVIMENTO EXTERIOR EM PAVÊ</p> <p>5 COBERTURA EM CHAPA SANDWICH ONDULADA(40mm);INCLINAÇÃO DE 15%</p> | <p>6 ESTRUTURA METÁLICA PARA O SUPORTE DA COBERTURA</p> <p>7 QUEBRA-SOL EM RIPAS VERTICAIS DE MADEIRA TRATADA E ENVERNIZADA</p> <p>8 JANELA GUILHONTINA COM CAIXILHO DE MADEIRA CHANFUTA E FOLHA DE VIDRO SIMPLES 6mm</p> <p>9 LAJE DE COBERTURA EM BETÃO ARMADO(15mm)</p> <p>10 LAJE DE PAVIMENTO 200mm REVESTIDA DE CIMENTO QUEIMADO</p> |
|--|---|



BIBLIOTECA | **DETALHES**

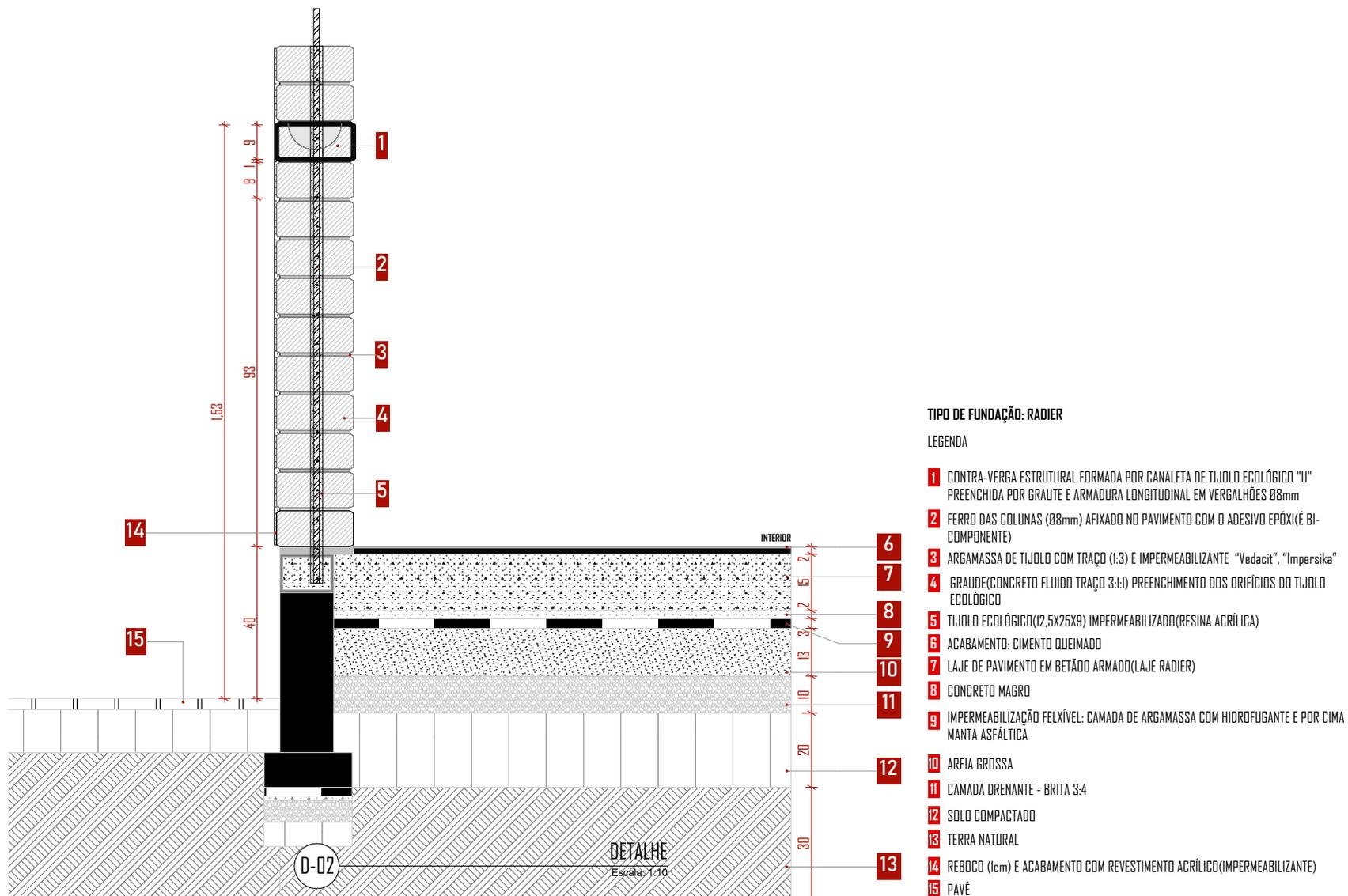


LEGENDA

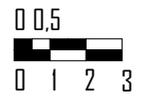
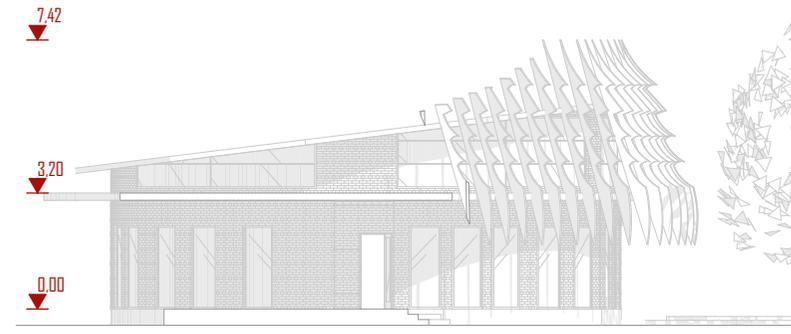
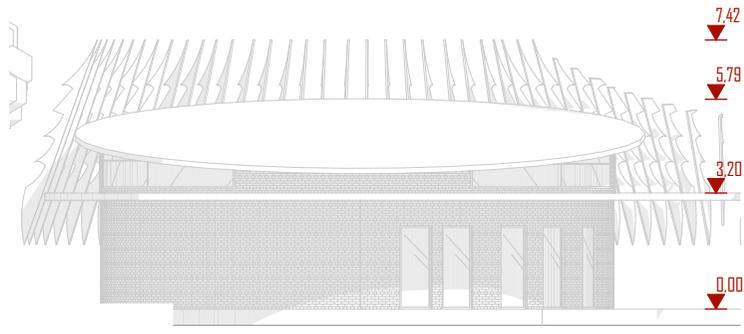
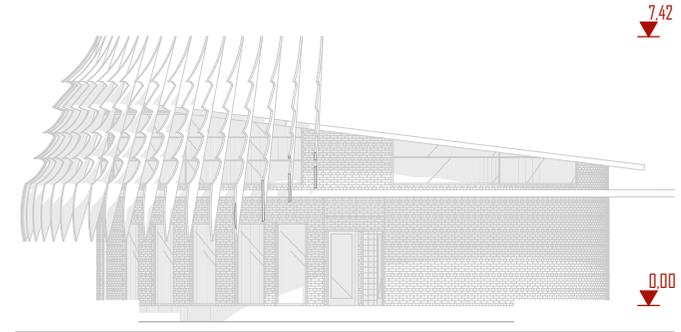
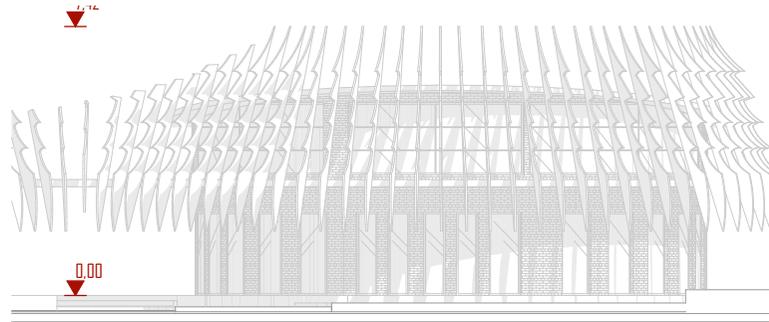
- 1** COBERTURA EM CHAPA SANDWICH(40mm) COM ISOLAMENTO TÉRMICO E ACÚSTICO INTERNO (EPS ou PU)
- 2** QUEBRA-SÓIS VERTICAIS INCLINADOS EXECUTADOS EM MADEIRA TRATADA, INSTALADOS COM INCLINAÇÃO DE 115° EM RELAÇÃO AO PLANO VERTICAL, PARA CONTROLE SOLAR(INVERNO E VERÃO)
- 3** JANELA DE CORRER EM CAIXILHARIA DE MADEIRA
- 4** VERGA ESTRUTURAL FORMADA POR CANALETA DE TIJOLO ECOLÓGICO PREENCHIDA POR GRAUTE E ARMADURA LONGITUDINAL EM VERGALHÕES Ø8 mm
- 5** PARAFUSOS GALVANIZADOS AUTOATARRAZANTE Ø 6 mm
- 6** SUPORTE EM AÇO PINTADO TIPO "L", COM ESPESURA MÍNIMA DE 5 MM, FIXADO MECANICAMENTE AOS QUEBRA-SÓIS ATRAVÉS DE PARAFUSOS GALVANIZADOS
- 7** ESPERAS METÁLICAS EMBUTIDAS NO MOMENTO DA BETONAGEM CHUMBADOS NA LAJE DE COBERTURA EM BETÃO ARMADO ATRAVÉS DE CHUMBADORES METÁLICOS EXPANSIVOS
- 8** TIJOLO ECOLÓGICO(12,5X25X9) IMPERMEABILIZADO(RESINA ACRÍLICA)

DETALHE

Escala: 1:20



BIBLIOTECA | **ALÇADOS**

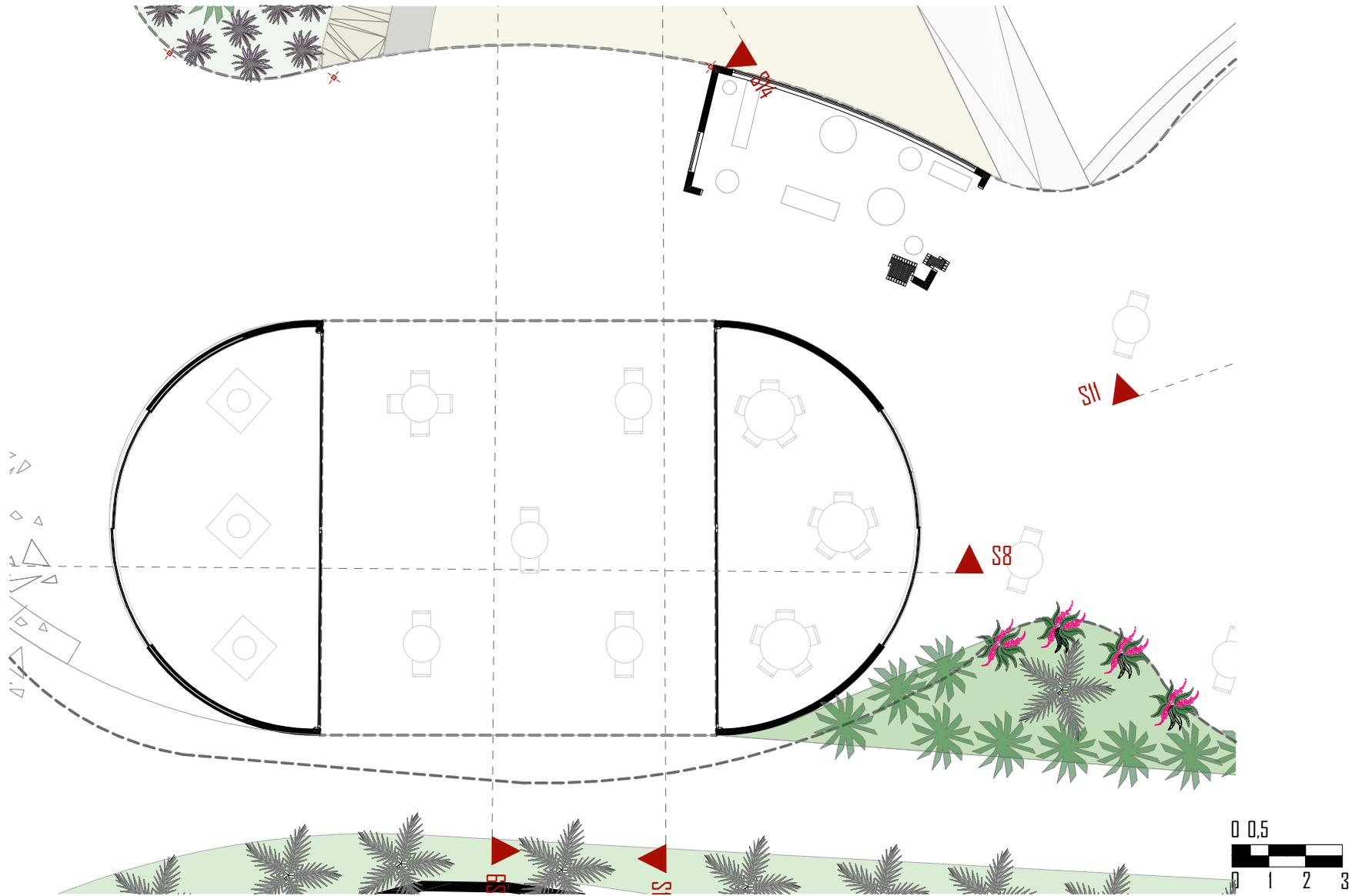


BIBLIOTECA | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**

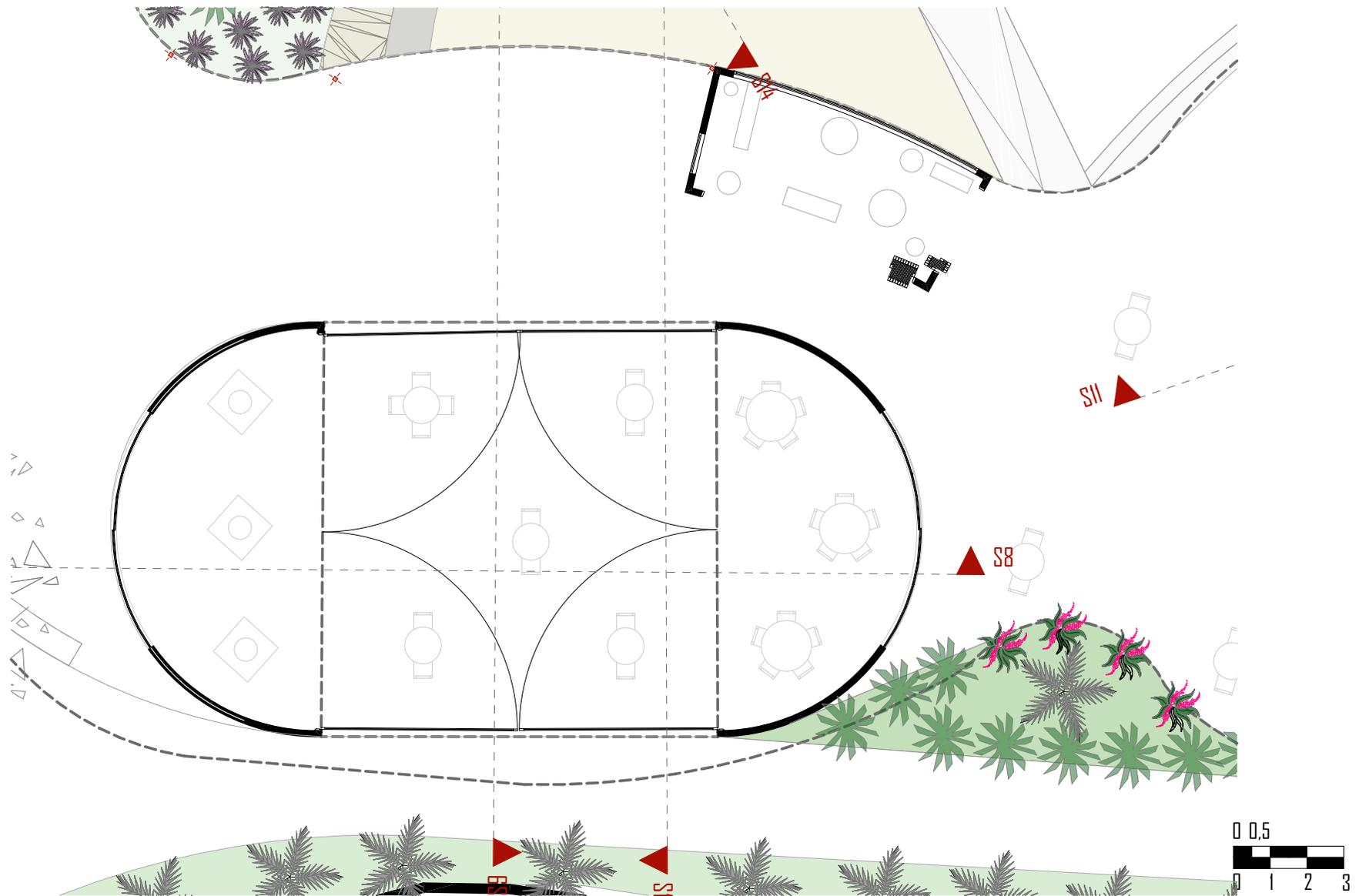




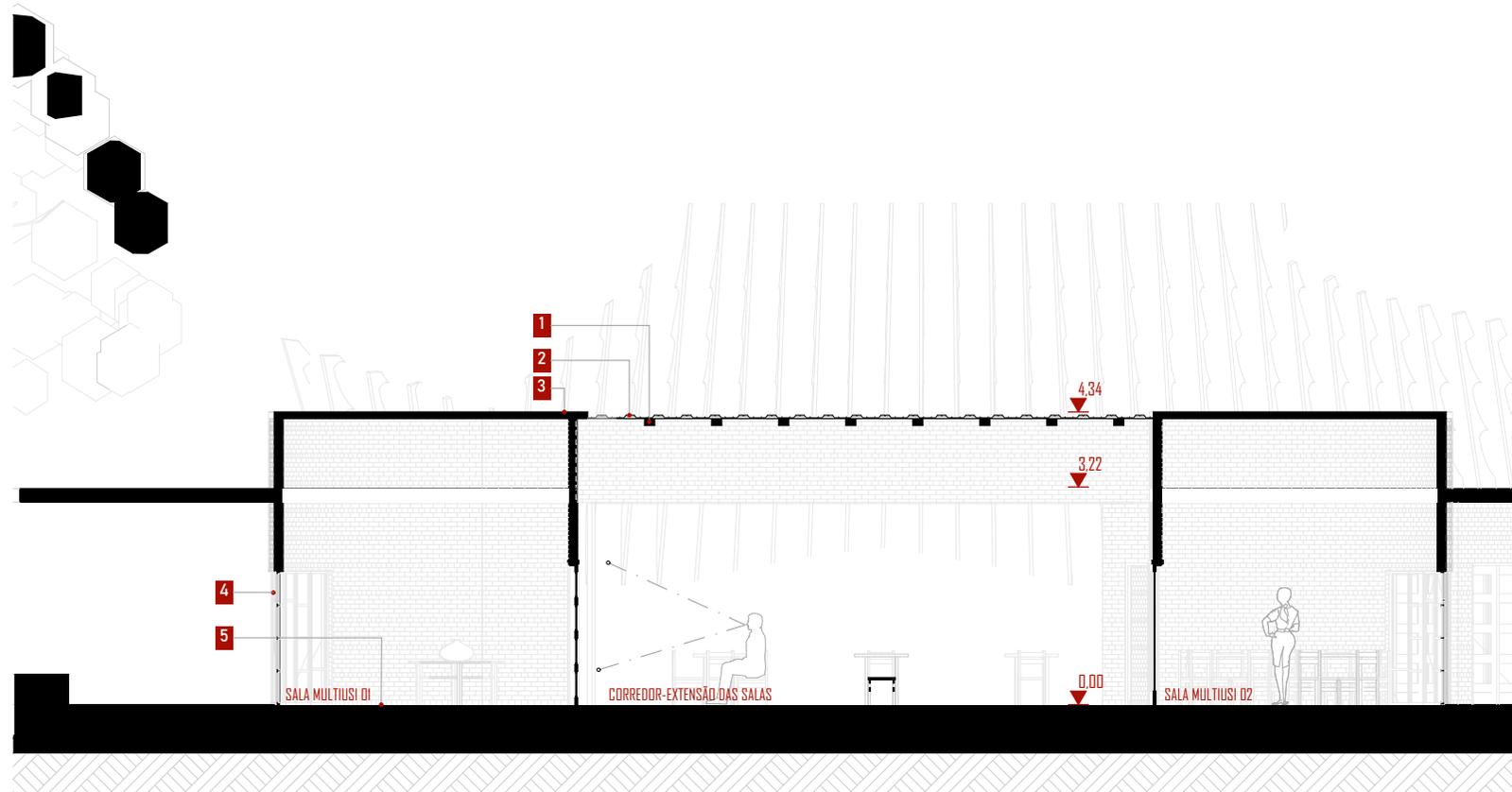
SALA MULTIUSO E LOJA | **MOBILADA**



SALA MULTIUSO E LOJA | **MOBILADA**



SALA MULTIUSO E LOJA | CORTES

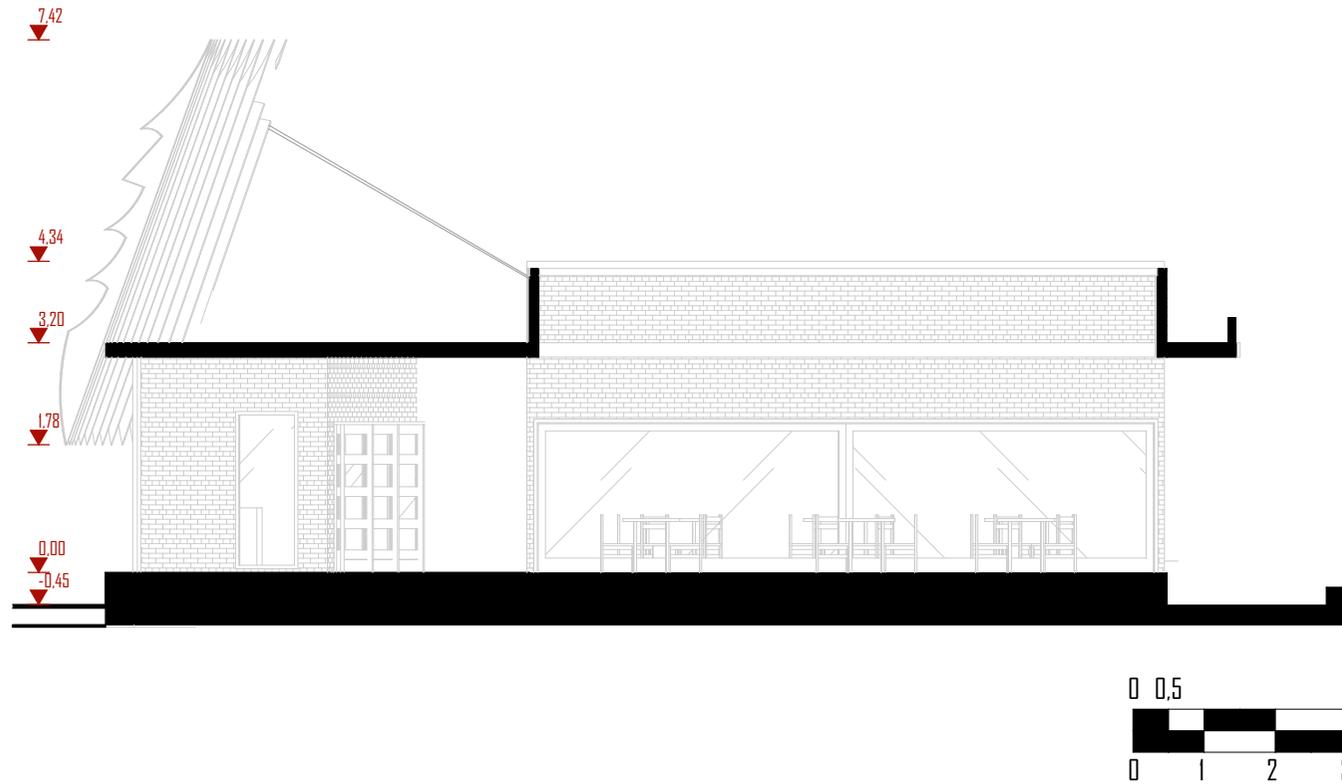


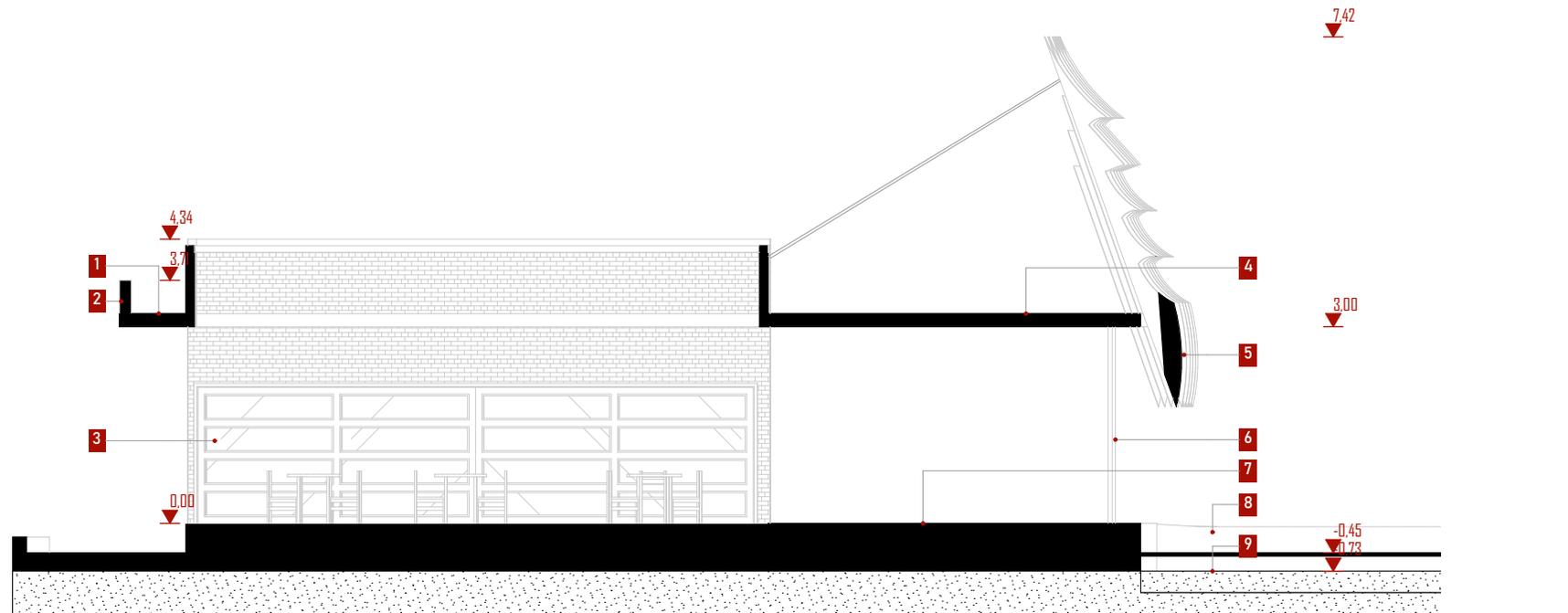
LEGENDA

- 1** ESTRUTURA METÁLICA DE SUPORTE DA COBERTURA
- 2** COBERTURA EM CHAPA SANDWICH ONDULADA(40mm);INCLINAÇÃO DE 15%
- 3** PORTAS DE CORRER EMBUTIDAS COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA, FOLHAS DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 6mm
- 4** LAJE DE COBERTURA
- 5** LAJE DE PAVIMENTO COM ACABAMENTO EM CIMENTO QUEIMADO



SALA MULTIUSO E LOJA | **CORTES**



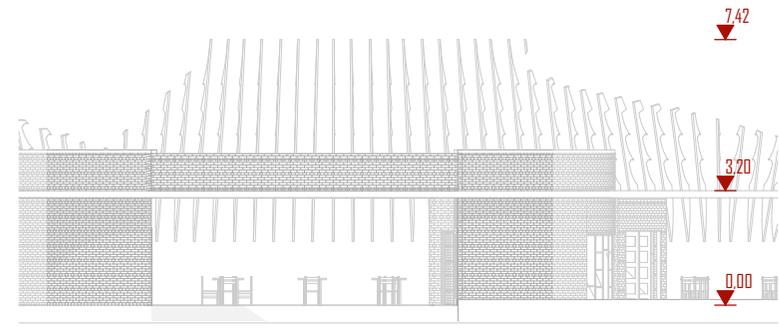
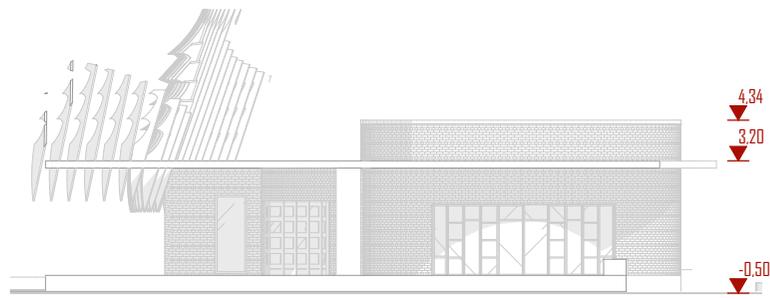
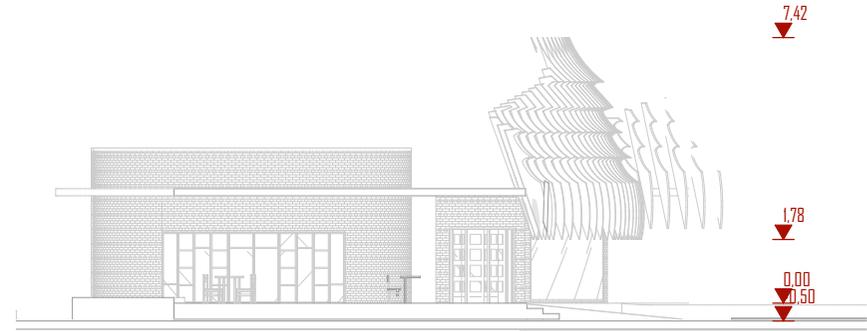
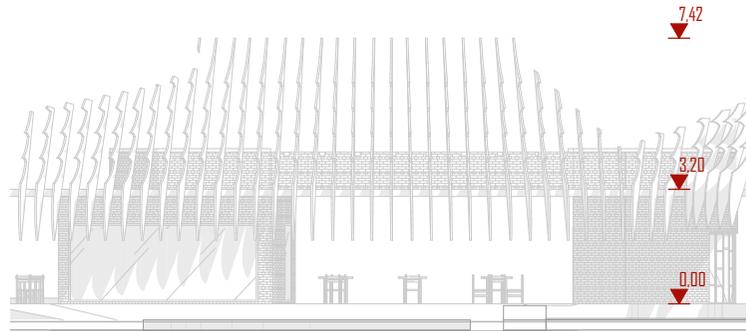


LEGENDA

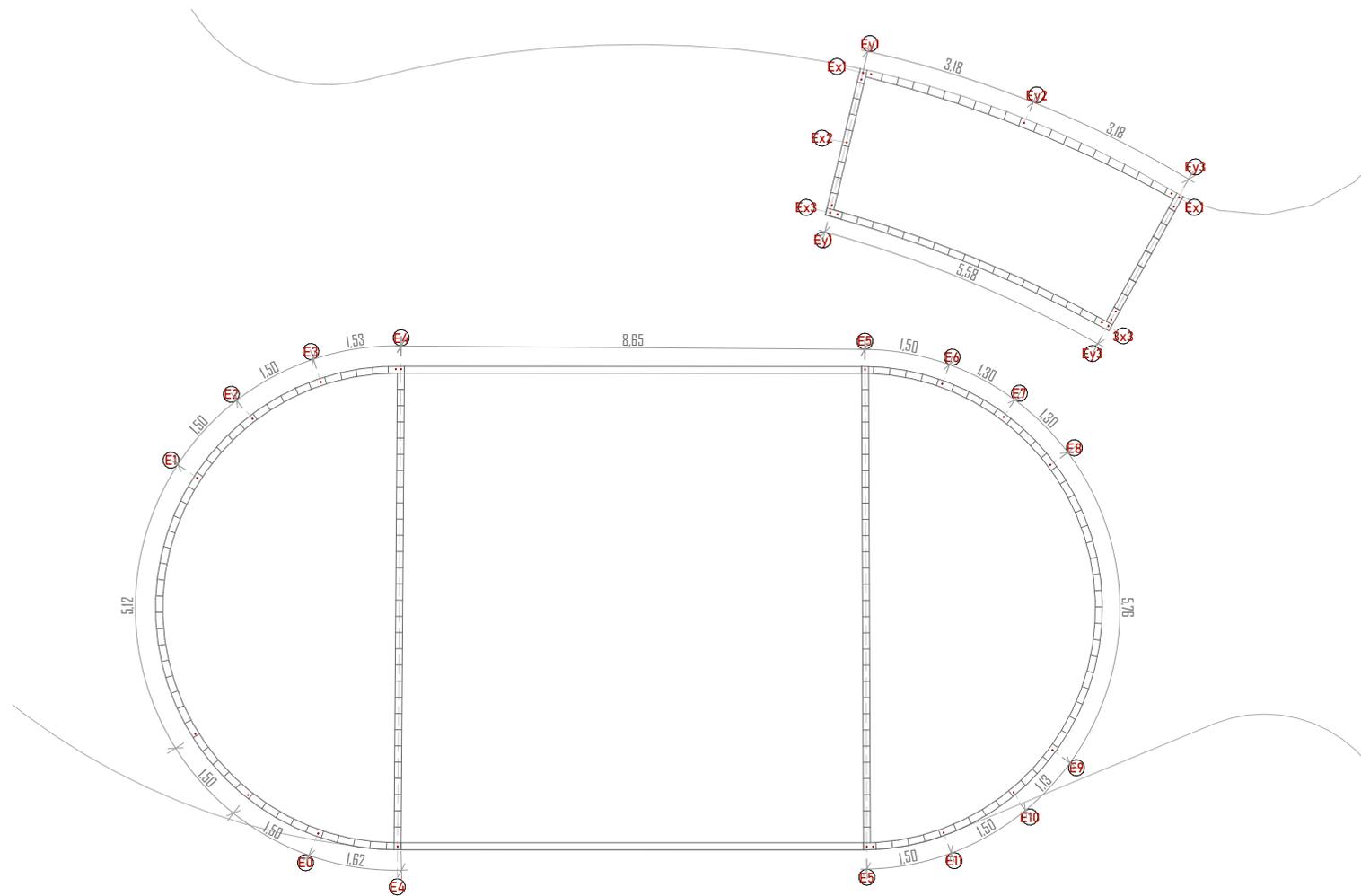
- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1 CALEIRA IMPERMEABILIZADA | 6 PILARES DE SUPORTE DA COBERTURA |
| 2 CALEIRA IMPERMEABILIZADA | 7 LAJE DE PAVIMENTO COM ACABAMENTO EM CIMENTO QUEIMADO |
| 3 PORTA DE ABRIR DUPLA | 8 ARQUIBANCADAS COM ESTRUTURA DE BETÃO E COM REVESTIMENTO COM ESTEIRA AFIXADA DE FORMA MECÂNICA |
| 4 LAJE DE COBERTURA | 9 PAVIMENTO EM AREIA BRANCA |
| 5 QUEBRA-SÓIS EM MADEIRA | |



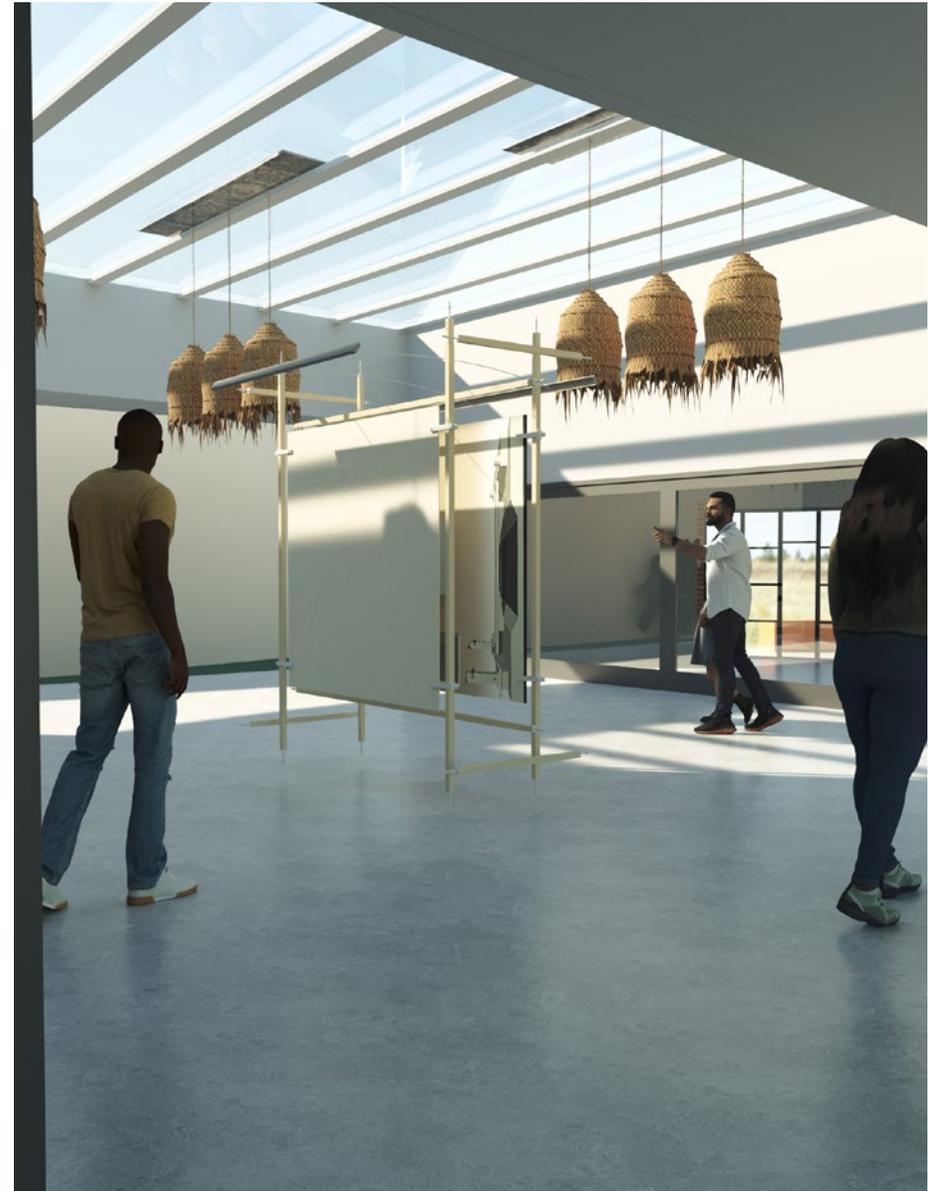
SALA MULTIUSO E LOJA | **ALÇADOS**



SALA MULTIUSO E LOJA | **ESTRUTURA**



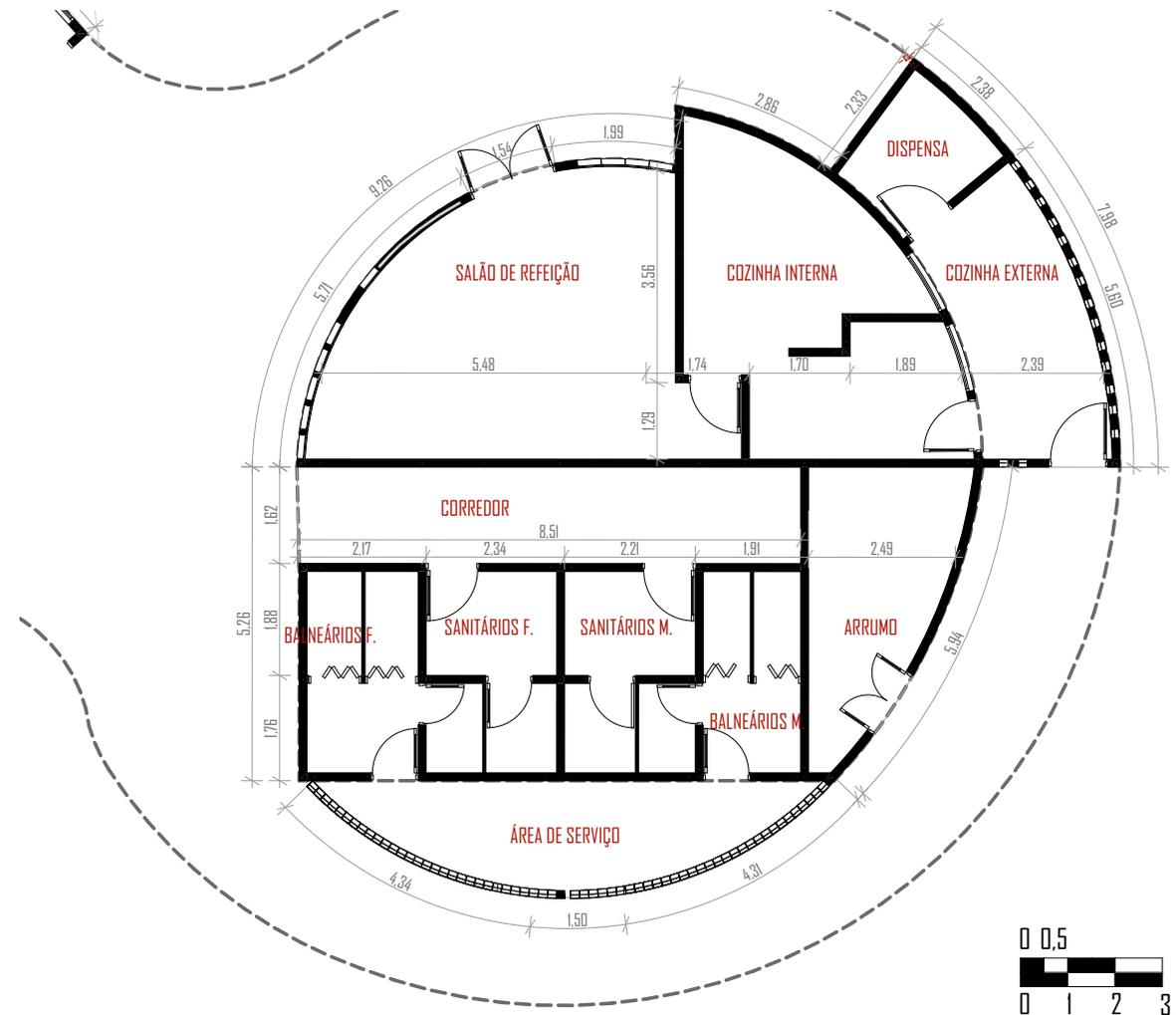
SALA MULTIUSO E LOJA | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**



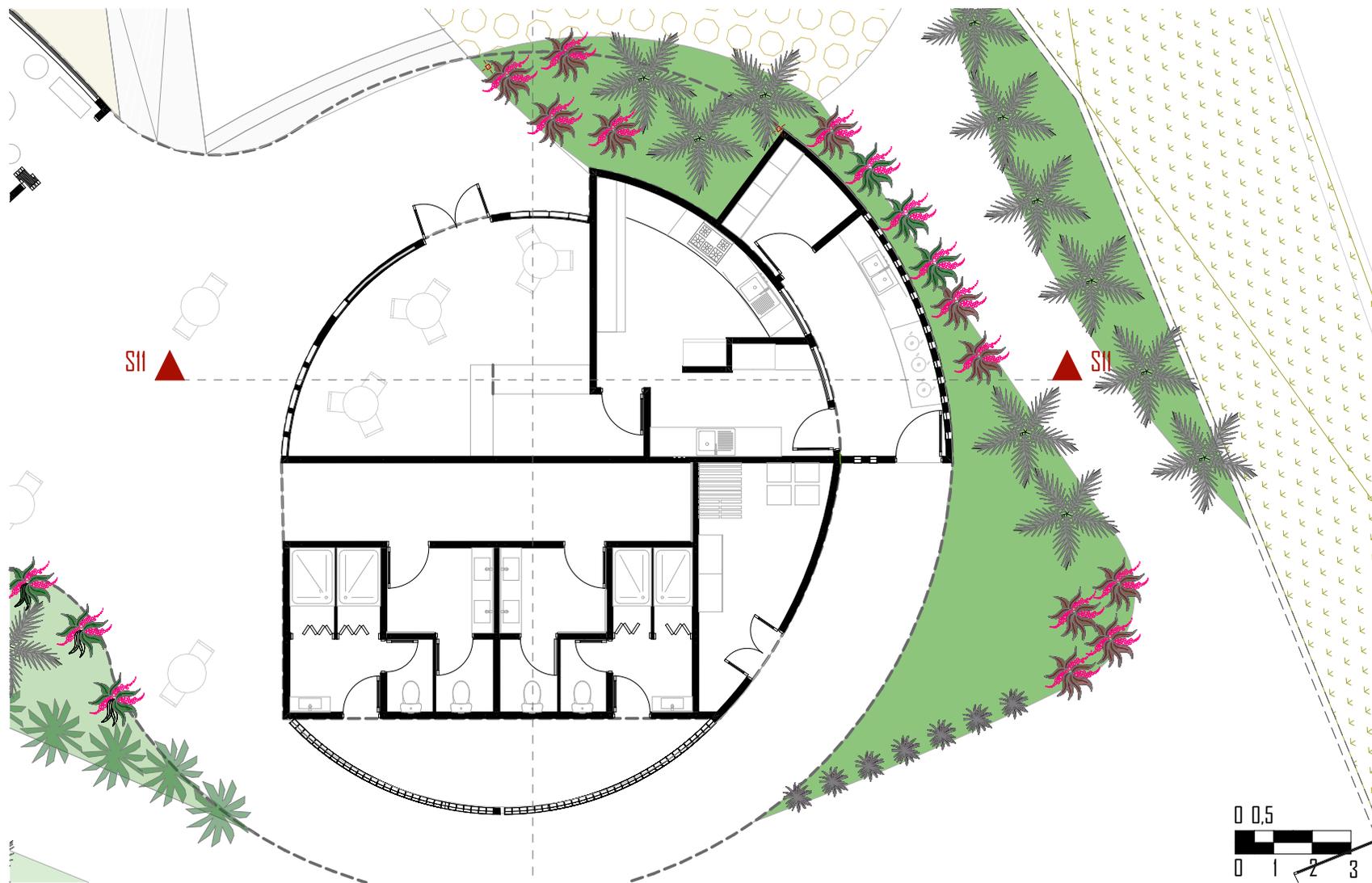
RESTAURANTE | ZONEAMENTO

Aberto ao verde e em ligação fluida com a sala multiuso e a loja, o restaurante é mais do que um espaço para refeições, é um ponto de encontro intergeracional, onde a comida e as histórias são partilhadas com o mesmo valor.

Num ambiente acolhedor, permeável e enraizado na identidade cultural, vive-se uma experiência gastronómica autêntica, que honra a diversidade e os saberes das regiões que integraram o antigo Reino de Gaza: Gaza, Inhambane, Manica e Maputo. Comer torna-se um ato cultural, uma celebração do que fomos, do que somos e do que ainda podemos ser.



RESTAURANTE | MOBILADA

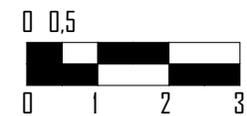


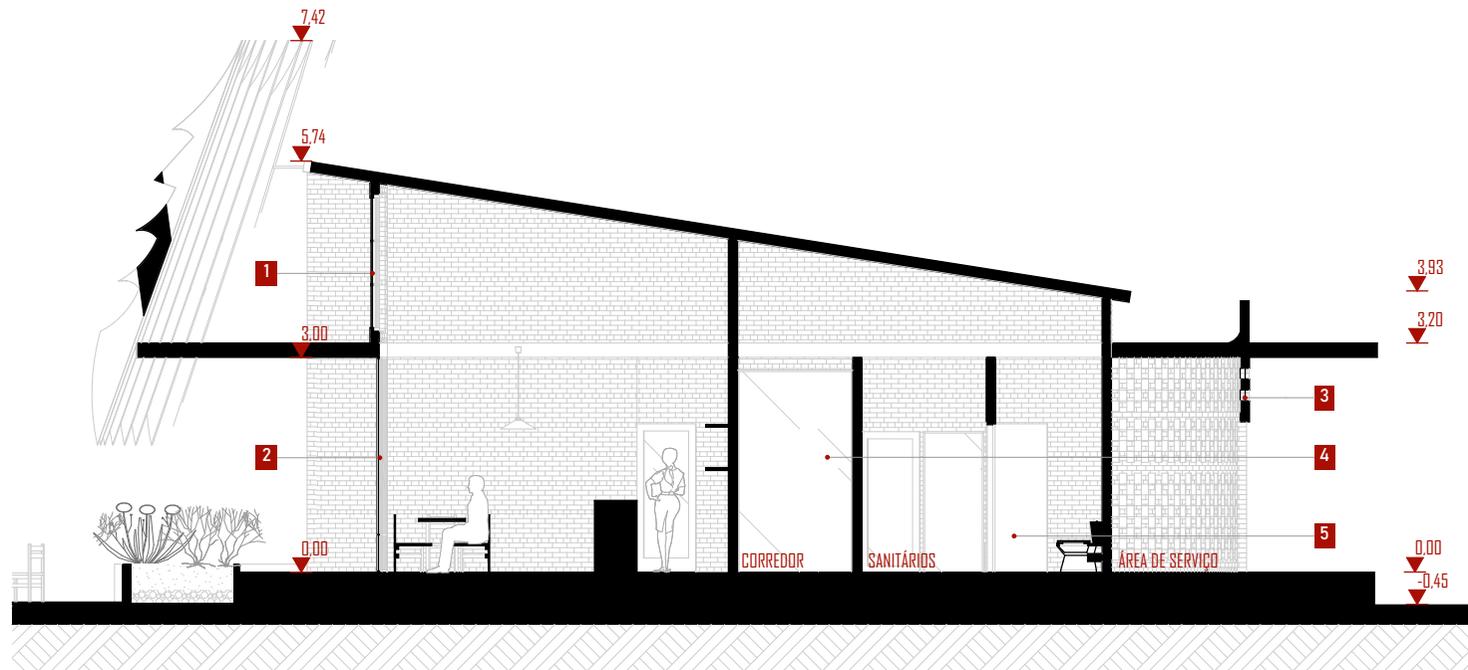
RESTAURANTE | **CORTES**



LEGENDA

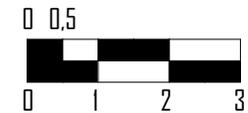
- 1** QUEBRA-SÓIS DE MADEIRA FIXOS VERTICIAS, COM LÂMINAS EM RIPAS DE MADEIRA TRATADA
- 2** PORTAS DE CORRER EMBUTIDAS COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA
- 3** GRELHA VAZADA CERÂMICA 15X15 cm
- 4** JANELA GUILHOTINA MÚLTIPLA COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA ENVERNIZADA
- 5** JANELA GUILHOTINA SIMPLES
- 6** PISO EM REVESTIMENTO CERÂMICO ANTIDERRAPANTE
- 7** PAVIMENTO EM BASE DE AREIA COMPACTADA, ESPESSURA MÍNIMA DE 10 cm



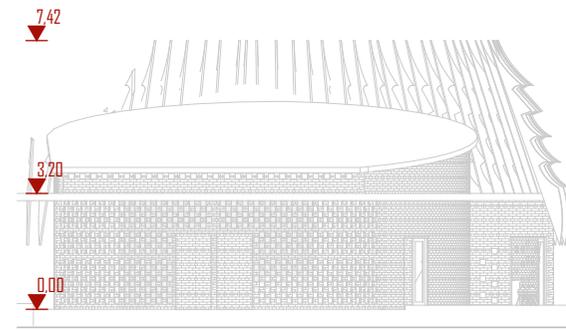
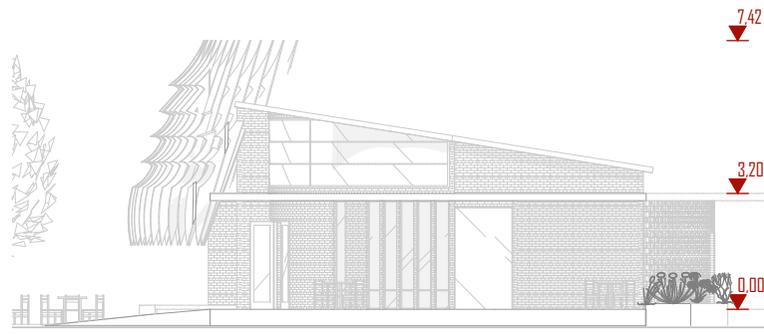
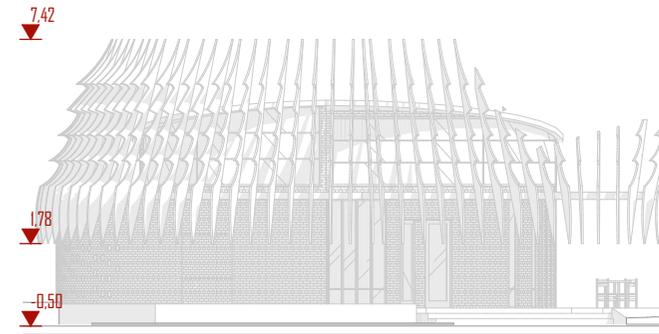
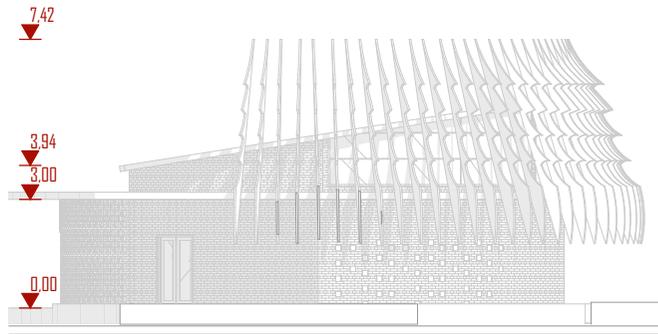


LEGENDA

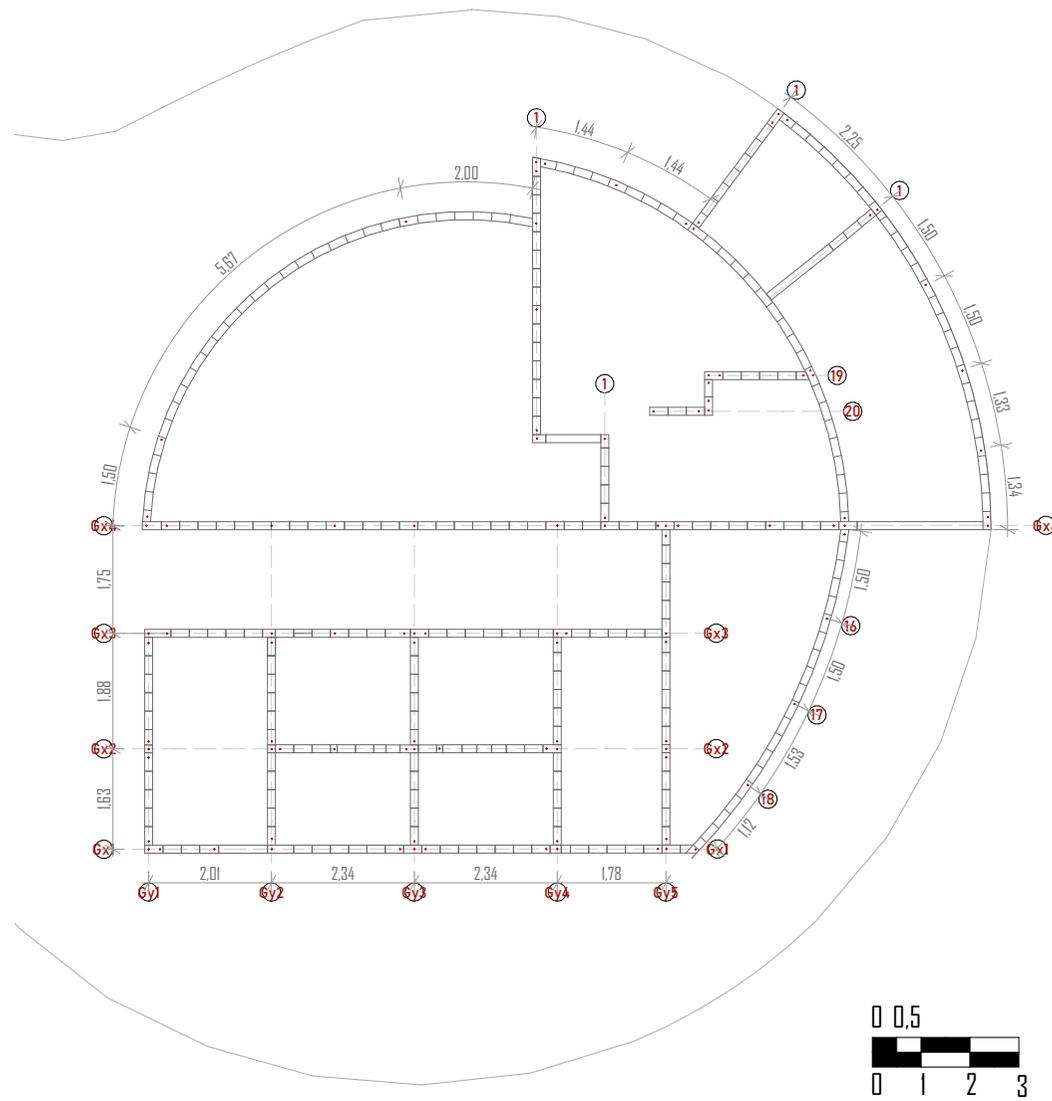
- 1** QUEBRA-SÓIS DE MADEIRA
- 2** PORTAS DE CORRER EMBUTIDAS COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA, FOLHAS DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 6mm
- 3** GRELHA VAZADA CERÂMICA 15X15 cm PARA VENTILAÇÃO NATURAL E ILUMINAÇÃO DIFUSA
- 4** ESPELHO COM VIDRO REFLETOR 4mm FIXADO EM MOLDEIRA DE MADEIRA MACIÇA ENVERNIZADA
- 5** PORTA DE DIVISÓRIA EM FOLHA SIMPLES DE COMPACTO FENÓLICO 12mm, ESTRUTURA EM PERFIS DE ALUMÍNIO ANODIZADO



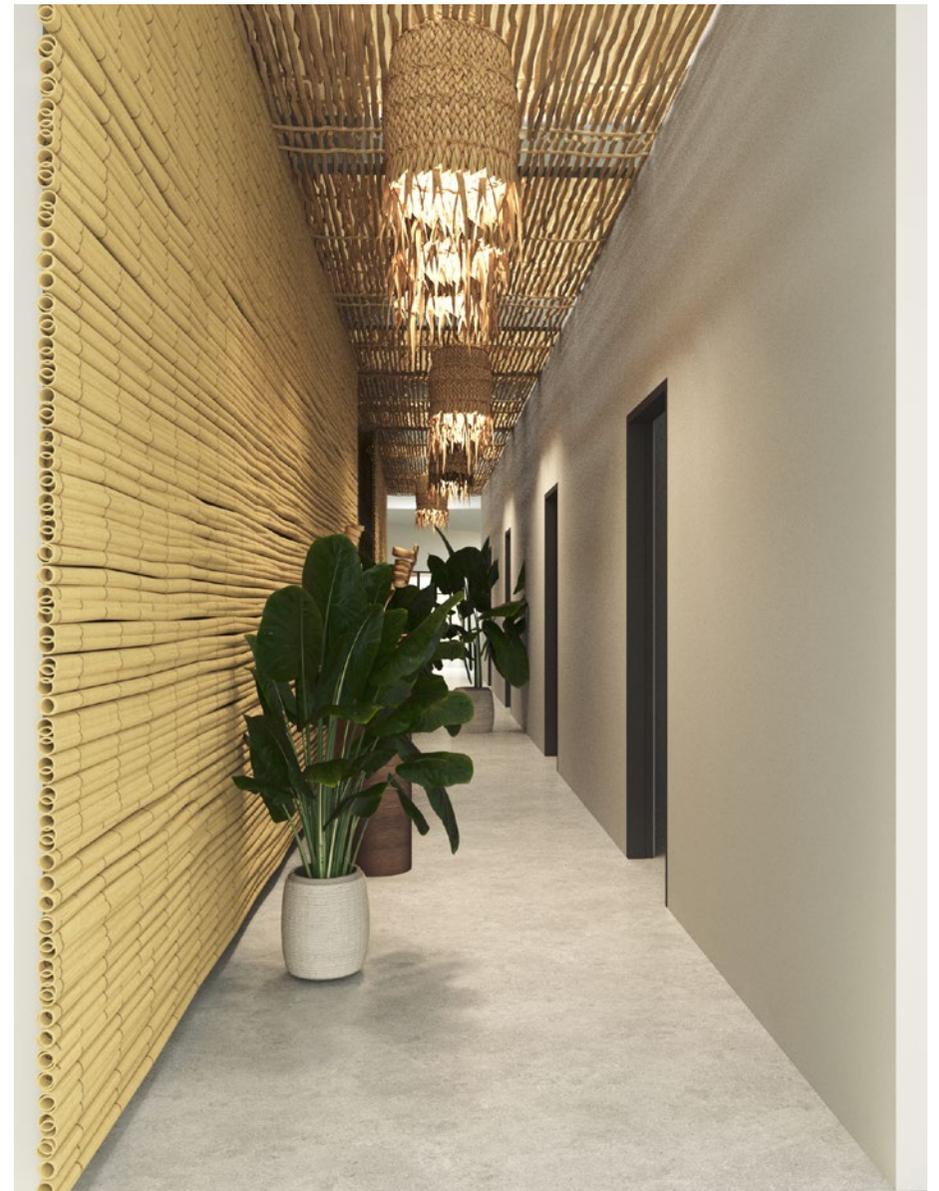
RESTAURANTE | **ALÇADOS**



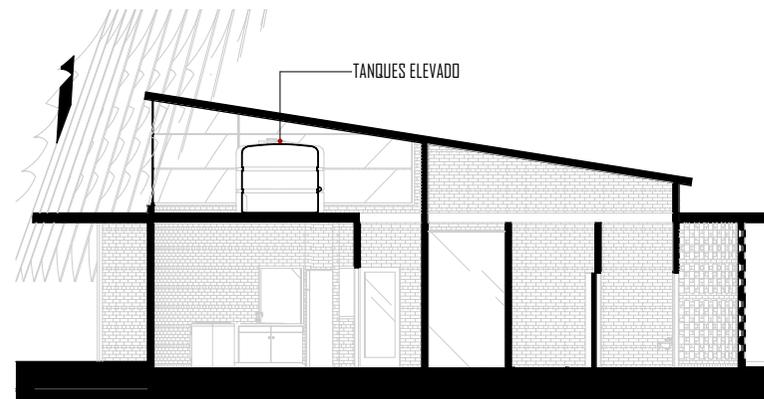
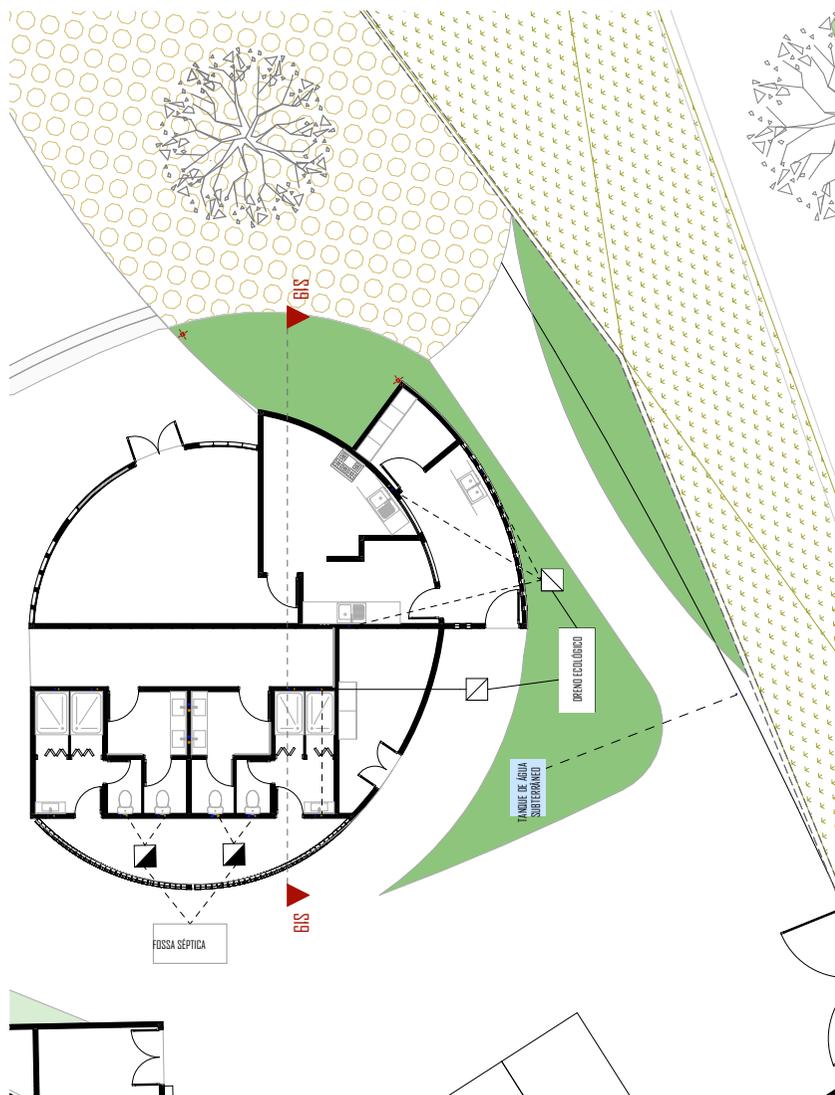
RESTAURANTE | ESTRUTURA



RESTAURANTE | **IMAGENS TRIDIMENSIONAIS**



RESTAURANTE | HIDRÁULICA



LEGENDA

- CAIXA DE INSPEÇÃO DE ÁGUAS NEGRAS 60x60cm
- ▣ CAIXA DE RETENÇÃO DE GORDURA 60x60cm

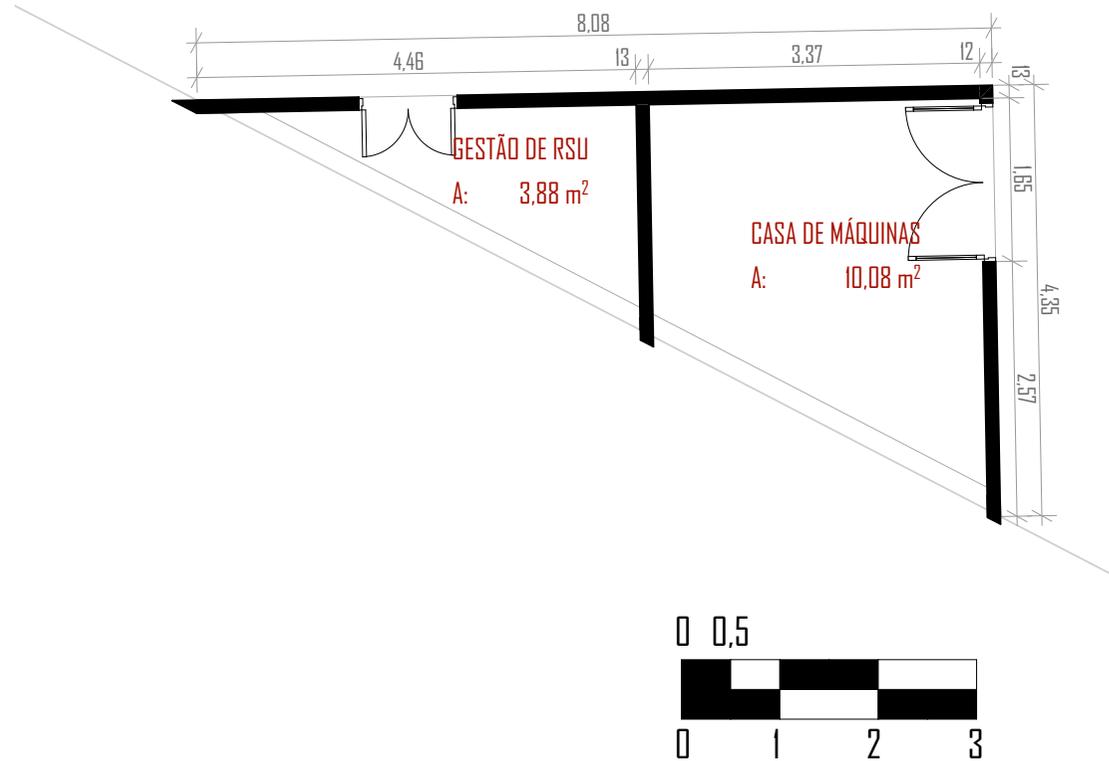


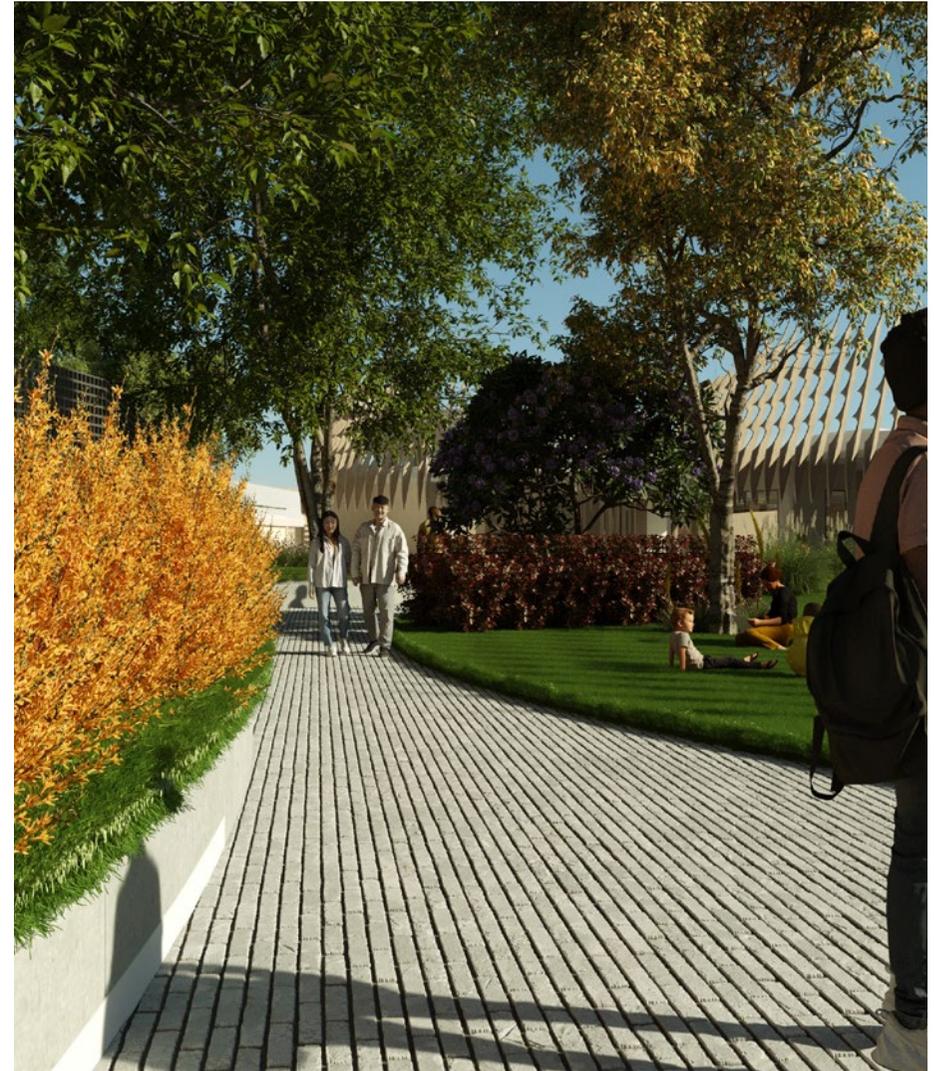
CASA DE MÁQUINAS | ZONEAMENTO

Garante a segurança dos usuários em caso de sinistro, articulando circulações principais de evacuação (curtos, directos, sinalizados e sem obstáculos), saídas de emergência, pontos de encontro e extintores.

Espaço técnico reservado ao funcionamento dos sistemas essenciais do edifício, como abastecimento de água, energia e drenagem.

Está discretamente posicionada para não interferir com a experiência dos visitantes, mas acessível para manutenção eficiente.





PAISAGISMO | DESCRIÇÃO

O paisagismo desempenha um papel essencial na articulação entre o espaço interno (Centro de Interpretação), Terminal Rodoviária da Junta e a praça pública envolvente, de forma que um se torne a extensão natural do outro. A concepção paisagística valoriza o fluxo livre, a permanência, a contemplação e a aprendizagem, criando uma transição suave entre estes.

Zona de circulação: A malha de circulação respeita os fluxos existentes na área, reforçando os três principais pontos de entrada da praça. A entrada principal do Centro de Interpretação é recuada, formando um átrio de recepção que funciona como zona de transição. Os caminhos são delineados em pavê drenante, que permite a permeabilidade do solo, evitando poças de água e reforçando o sistema de drenagem natural. Estes se organizam e orientam o movimento dos visitantes, articulando-se com os eixos de circulação e as zonas funcionais.

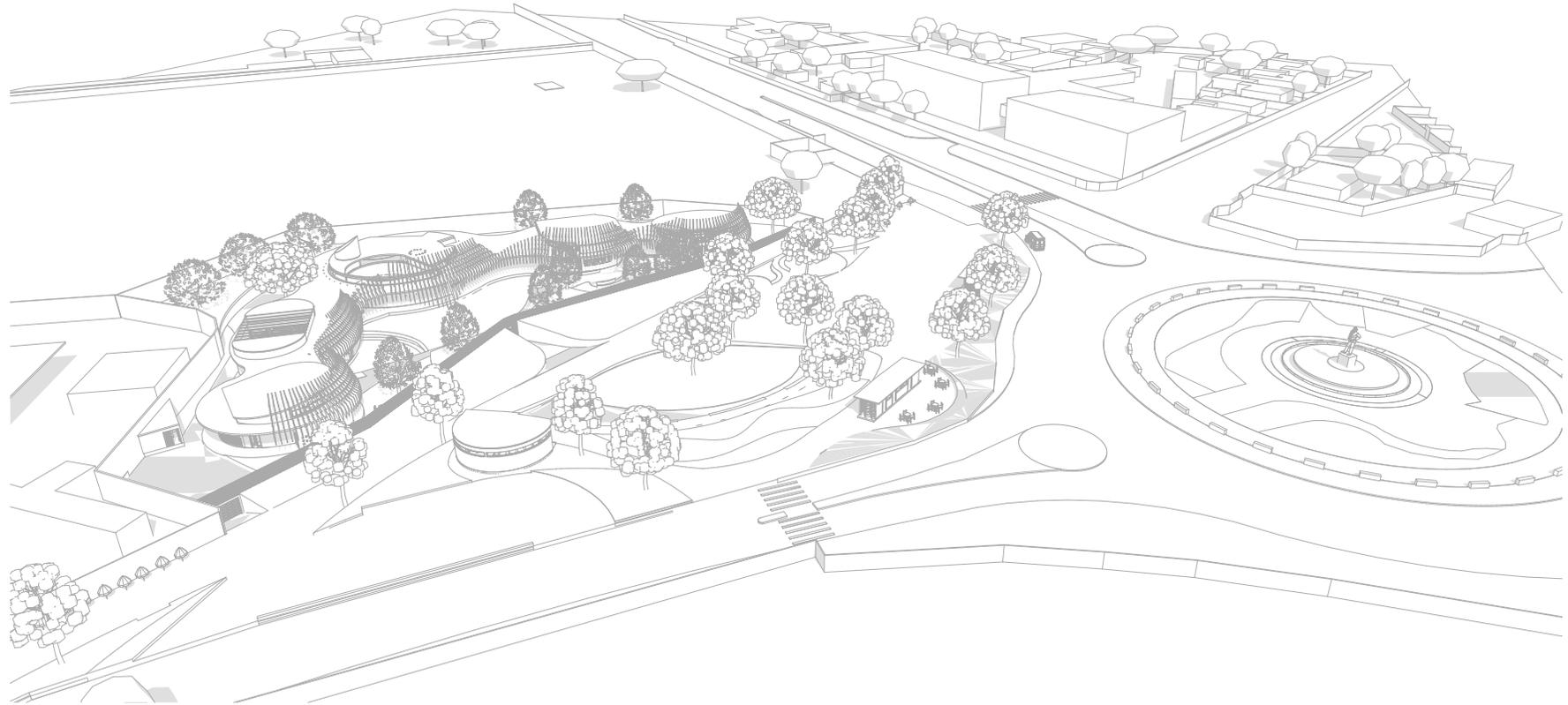
Zona de estacionamento: foi definido num ponto estratégico, próximo à zona de apoio e serviços, delimitado por vegetação e pinos de proteção que organizam o fluxo de entrada e saída. O corredor de circulação central garante o acesso, enquanto as vagas são dispostas lateralmente, otimizando o espaço.

Zona de contemplação: As eras verdes são compostas por espécies comuns na paisagem moçambicana, complementadas por espécies nativas representativas das províncias que integravam o Império de Gaza. Este resgate cria uma biografia botânica que reforça o carácter didático e simbólico do centro. Foram priorizadas espécies resistentes a longos períodos de seca, de baixa manutenção, garantindo viabilidade económica e resiliência climática. O centro dos jardins é marcado por uma árvore de grande porte em memória à árvore de Manjacaze. Para gestão eficiente das águas pluviais, foram criados jardins de chuva, com ligeiras inclinações que direcionam o escoamento e impedem o acúmulo de vendedores informais, organizando o uso do espaço de forma discreta.

Zona de lazer: contempla um anfiteatro ao ar livre, playground para crianças e zonas de descanso distribuídas ao longo dos percursos, criando pontos de pausa e convívio. Estas áreas são flexíveis, permitindo usos múltiplos, desde pequenas apresentações culturais a actividades recreativas informais.

Zona de comércio: integra pequenos quiosques e bancas comerciais, respeitando a prática de comércio informal que já ocorre atualmente na praça. Estes pontos de venda foram estrategicamente implantados próximos às entradas, reforçando a vigilância natural, incentivando maior circulação de pessoas e garantindo melhores oportunidades de negócio. A presença de zonas de refeição de apoio permite que os visitantes tenham opções de consumo sem imposição, mantendo a lógica de liberdade de uso.

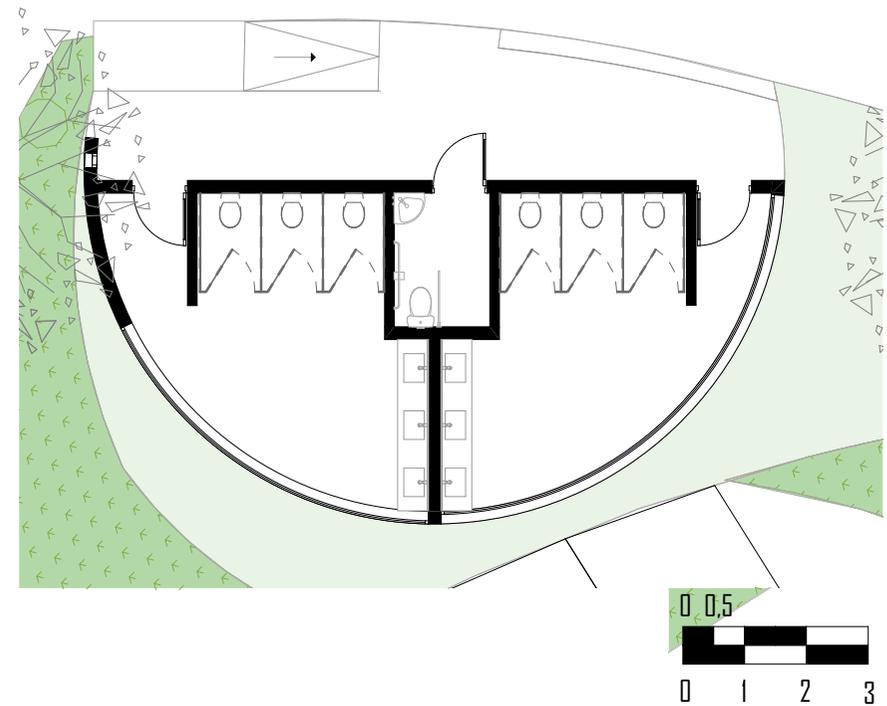
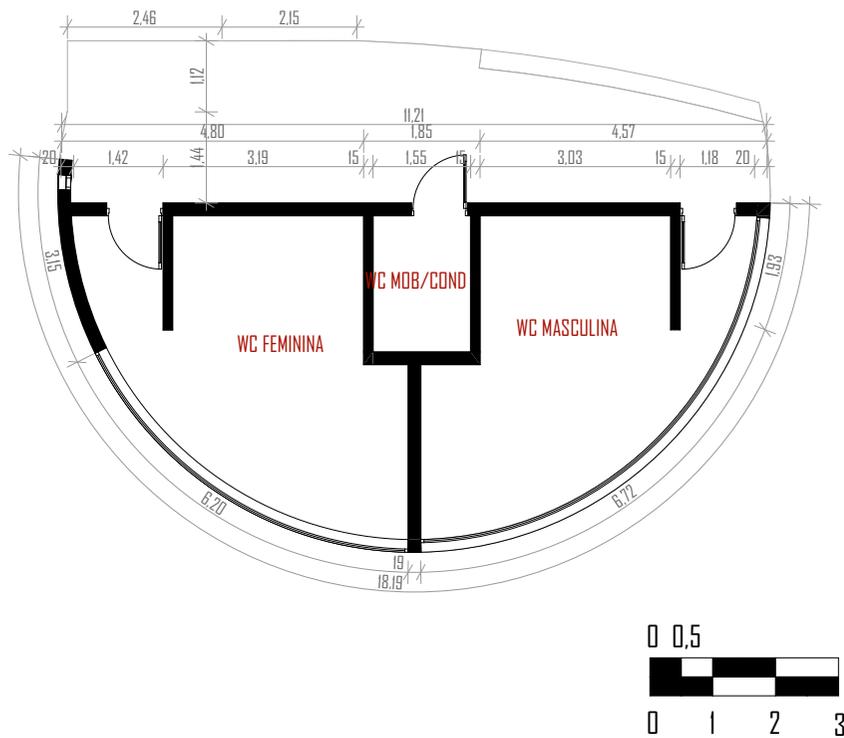


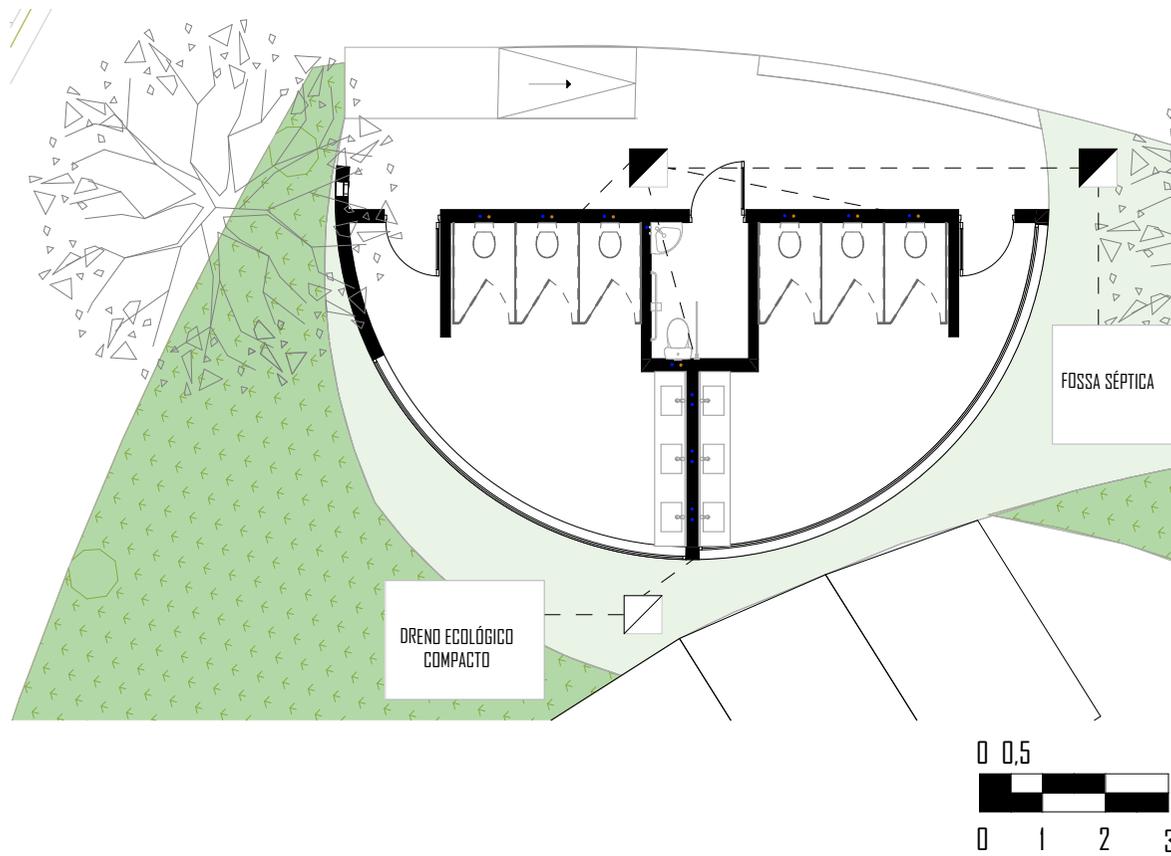


PAISAGISMO | DESCRIÇÃO

Sanitários públicos: para garantir a melhor funcionalidade e comodidade do espaço, foram projectados sanitários públicos que atendem de forma inclusiva a todo o público.

Estes sanitários estão implantados numa posição estratégica, no centro da praça pública, de forma a assegurar acesso rápido e fácil a partir de todos os sectores.





INFRAESTRUTURA

Abastecimento de água: é garantido através de ligação à rede pública (FIPAG), com a água a ser inicialmente direcionada para um tanque subterrâneo de armazenamento. A partir deste, a água é elevada por bomba elétrica para os tanques superiores, localizados sobre as áreas húmidas (instalações sanitárias), garantindo eficiência na distribuição.

Em caso de falha no fornecimento de energia, o sistema foi concebido para funcionar por gravidade, assegurando o abastecimento contínuo, mesmo em situações de emergência.

1. Consumo diário

- Fluxo diário=30 pessoas
- Consumo diário/pessoa=50l
- CD=número de utentes x consumo diário/pessoa
- CD=1500l/dia

2. Volume Total para o Consumo Diário

- VTCD= Consumo diário x Coeficiente de segurança(1,5)
- VTCD=1500 l/dia x 1,5
- VTCD=2250 l/dia

3. Incêndio

- Incêndio(25% do VTCD)=562,5l
- Volume Total(VT) : (VTCD + Incêndio)= 2812,5l

4. Dimensionamento dos reservatórios

- Elevado(40% do VT)= 1125 m³
- Inferior(60% do VT)= 1687,5 m³

Saneamento e Reuso de Águas Cinzentas: o sistema contempla a separação das águas residuais em dois tipos:

1. **Águas negras (provenientes das sanitas):** são conduzidas por tubagens em PVC até caixas de visita técnicas de 60x60 cm, que funcionam como pontos de inspeção e transição. Destas, seguem por gravidade até uma fossa séptica convencional(para 30 pessoas) , garantindo o tratamento dos efluentes antes da infiltração final no solo.

Estimativa de contribuição diária de esgoto (Qd)

- A quantidade de esgoto doméstico= 40 l/pessoa/dia
- Qd=30 pessoas x 40 l
- Qd= 1.200 litros/dia = 1,2 m³/dia

Capacidade mínima da fossa (Vf)

- $Vf = N \times C + Vc$
- $Vf = 30 \times 40 + (1800 + (30-6) \times 150)$
- $Vf = 1.200 + (1800 + 24 \times 150)$
- $Vf = 1.200 + (1800 + 3.600)$
- $Vf = 1.200 + 5.400 = 6.600 \text{ litros} = 6,6 \text{ m}^3$

Dimensionamento da fossa séptica

- Tempo de detenção hidráulica de 24 a 36 horas.
- Volume=comprimento x largura x profundidade mínima
- Volume Total = $3,0 \times 1,5 \times 1,5 = 6,75 \text{ m}^3$
- Volume de cada fossa séptica= 3,38 m³

2. **Águas cinzentas e gordurosas (lavatórios, duches, lavatórios de cozinha):** passam por caixas de gordura e caixas de visita específicas, separando resíduos sólidos e óleos.

As águas cinzentas, gordurosas tratadas e águas pluviais são então direcionadas para um dreno ecológico compacto, constituído por camadas sucessivas de areia lavada, carvão ativado vegetal e brita, permitindo a filtragem natural. A água resultante é reaproveitada para irrigação dos jardins, promovendo a sustentabilidade hídrica do edifício, reduzindo o consumo de água potável e promovendo a economia circular no uso dos recursos naturais.

As tubagens horizontais principais serão embutidas na sapata tipo radier, com declives adequados para garantir o correto escoamento dos efluentes.As tubagens verticais secundárias, destinadas à coleta dos pontos de uso (lavatórios, chuveiros, pias, etc.), serão conduzidas pelos furos dos tijolos ecológicos, facilitando a execução das redes sem comprometer a integridade das paredes.

Consumo de água para a Irrigação

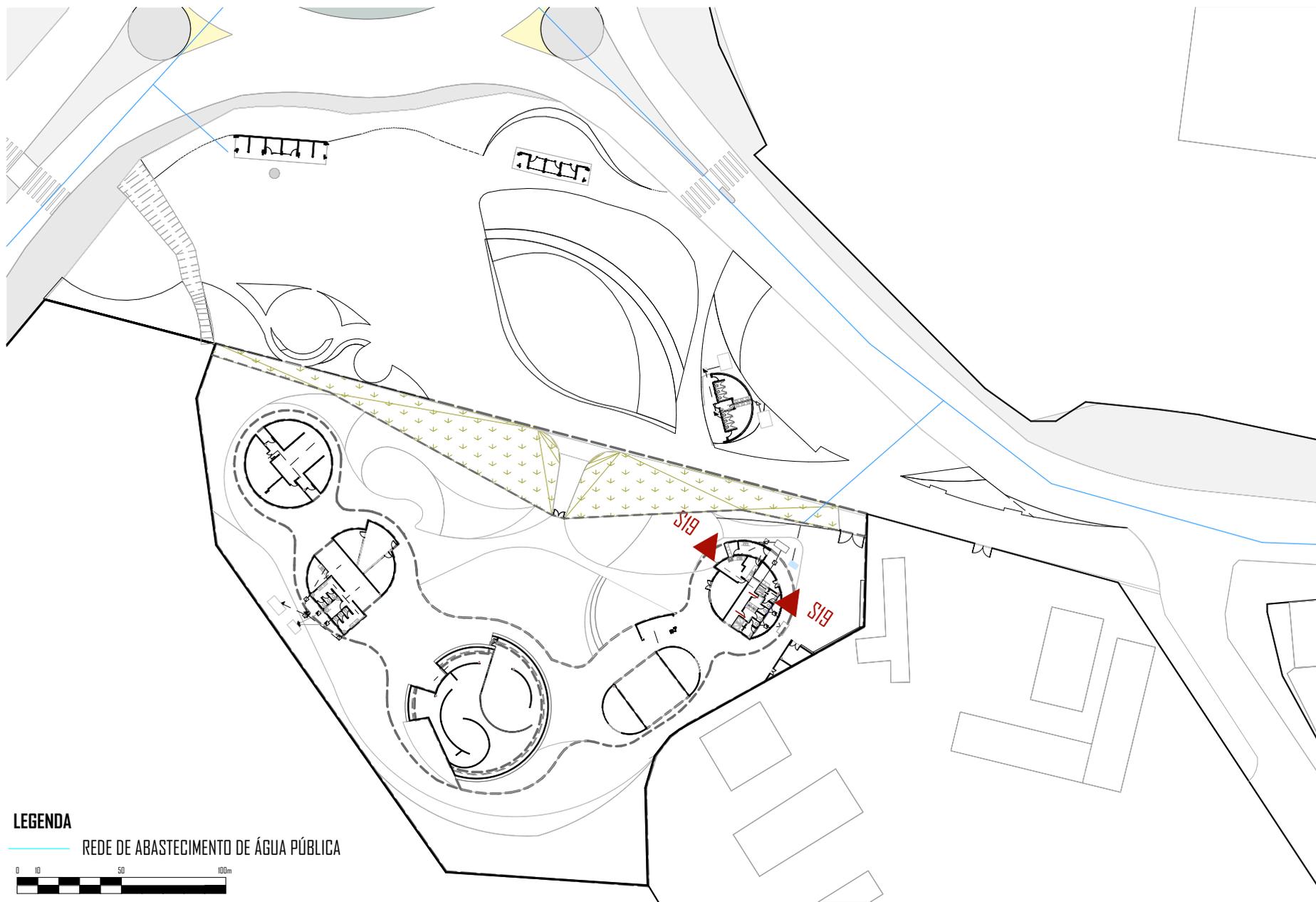
- Vegetação nativa: 2-4 L/m²/dia(média conservadora: 3 l/m²/dia)
- CD= Área verde total x Consumo médio
- CD= 2484 m² x 3 l/m²/dia
- CD=7452 l//dia

NB: A irrigação das áreas verdes é feita 2 vezes por semana

Tanque da água tratada(reuso)=10.000l

- Reaproveitamento diário*= 2555 l

NB:calculado consoante o consumo diário /equipamentos(chuveiro, laboratórios)/estimativa de uso.



LEGENDA

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PÚBLICA



Eléctrico: a edificação será abastecida com energia eléctrica proveniente da rede pública (EDM), sendo esta a principal fonte de alimentação do sistema eléctrico. Para assegurar o funcionamento ininterrupto das áreas essenciais do edifício, está previsto um gerador de emergência automático, que entra em funcionamento sempre que houver falha no fornecimento da EDM. O quadro eléctrico será dimensionado para permitir o comutador automático entre a rede da EDM e o gerador, garantindo continuidade de operação com tempo mínimo de transição.

A distribuição será feita através dos furos internos dos tijolos ecológicos, aproveitando sua estrutura modular para condução dos eletrodutos verticais, sem necessidade de cortes ou canalizações adicionais nas paredes.

Recolha e Gestão de Resíduos Sólidos: no âmbito da promoção de práticas sustentáveis, será implementado no Centro de Interpretação um sistema de recolha seletiva de resíduos sólidos, com pontos estrategicamente distribuídos tanto no interior como na área externa do espaço. O objetivo é facilitar a separação na origem e promover a valorização dos resíduos produzidos diariamente.

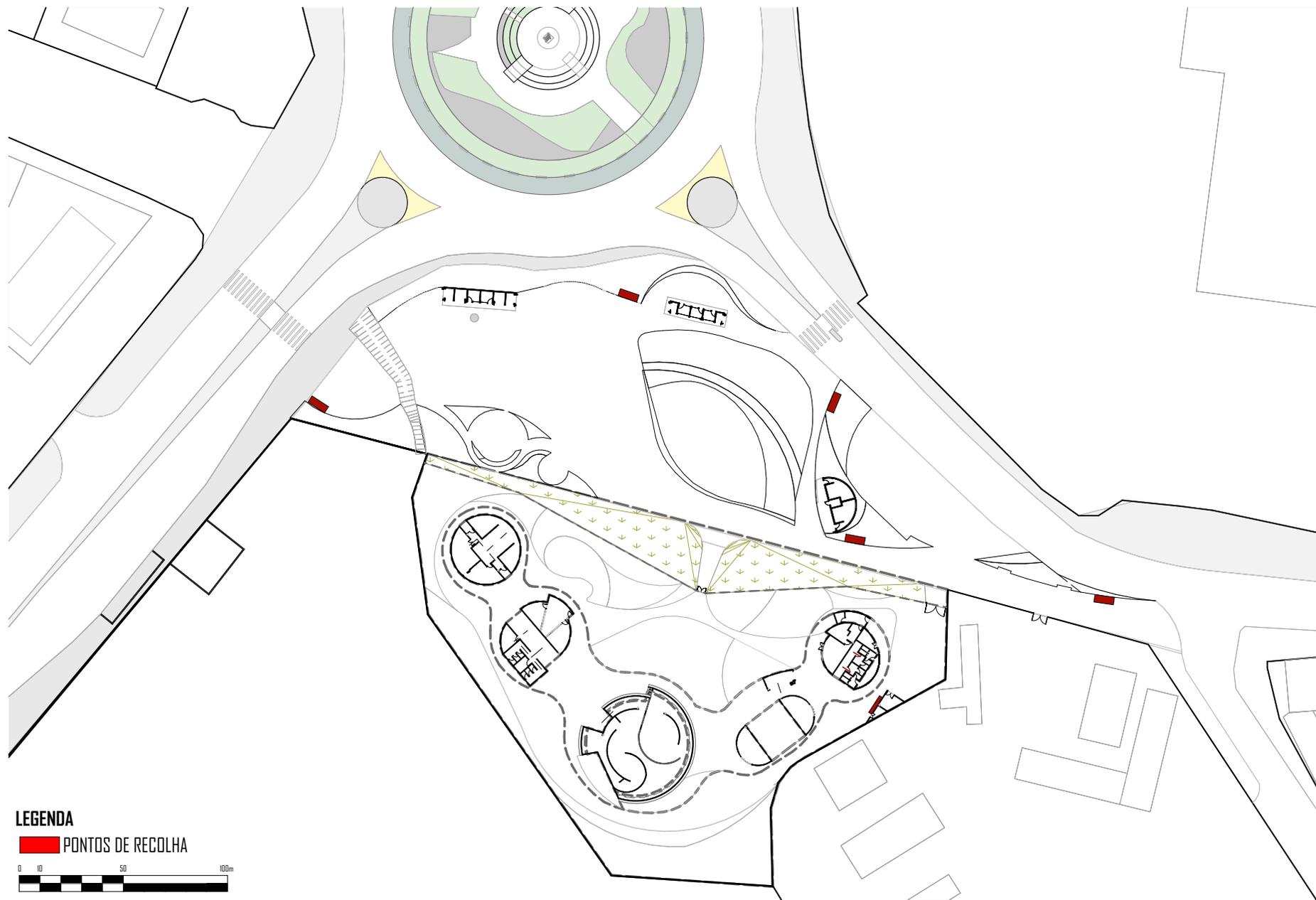
O sistema será composto por contentores devidamente identificados para os diferentes tipos de resíduos:

- orgânicos;
- plásticos
- papel/cartão;
- vidro; e
- metais.

Os resíduos plásticos e orgânicos terão um destino final específico e sustentável: serão entregues ao Centro de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos do bairro de Chamanculo C, organização comunitária que se dedica à reciclagem de materiais plásticos e à produção de composto orgânico a partir de resíduos biodegradáveis.

Os demais resíduos, como papel, vidro, metais e rejeitos não recicláveis, serão recolhidos pelo sistema de gestão municipal de resíduos sólidos urbanos, garantindo a sua remoção adequada e segura.





LEGENDA

 PONTOS DE RECOLHA



Sistema de Incêndio: o sistema de segurança contra incêndios do foi concebido de forma a garantir a proteção de todos os ocupantes e do próprio património. Cada sala do edifício está equipada com um extintor de incêndio adequado ao tipo de risco existente, permitindo uma resposta imediata em caso de princípio de fogo.

O layout do centro foi pensado com corredores amplos e bem sinalizados, que conduzem de forma intuitiva às saídas de emergência, dimensionadas para garantir um escoamento rápido e seguro. Todos os caminhos de evacuação convergem para um ponto de concentração central, localizado à frente da entrada pedonal principal da área de intervenção, facilitando o controlo de presença e a atuação dos serviços de emergência.

Sistema Estrutural: a escolha do sistema estrutural equilibra tradição e contemporaneidade, respeitando os princípios de baixo custo, facilidade de execução/manutenção e uso inteligente de recursos, sem abdicar do simbolismo arquitectónico.

- **Fundação**

Opta-se por uma fundação tipo radier em laje, de 80cm de profundidade, que distribui uniformemente as cargas dos edifícios circulares sobre a laje de pavimento e posteriormente para terreno, evitando recalques.

- **Fechamento Perimetral**

As paredes são compostas por tijolo ecológico de solo-cimento com sistema de encaixe, dispostos em fiadas horizontais com junta seca ou argamassa fina, conforme especificações técnicas. O sistema inclui canaletas verticais preenchidas com betão armado e armaduras longitudinais Ø10 mm, localizadas estrategicamente nos cantos, encontros de paredes e vãos de portas e janelas, garantindo a estabilidade e o contraventamento das alvenarias.

O fechamento perimetral garante isolamento térmico e desempenho estrutural adequado, podendo receber acabamento aparente ou reboco e pintura, de acordo com a proposta estética do projeto. As paredes são assentadas sobre fundação tipo radier, com barreira impermeabilizante horizontal para evitar a ascensão capilar.

- **Cobertura**

A cobertura é sustentada por pilares metálicos, que vencem os vãos principais sem comprometer a leitura aberta e fluída dos espaços internos. O sistema de cobertura dos edifícios é constituído por chapas sanduíche, que oferecem isolamento térmico eficiente, proteção contra intempéries.

Cobertura plana

A cobertura plana projetada para interligar os diferentes volumes circulares assume um papel essencial na narrativa arquitetónica e sensorial do conjunto. Mais do que uma simples proteção contra o sol e a chuva, ela atua como um elemento unificador, criando continuidade espacial, guiando o percurso imersivo e filtrando a luz de forma dinâmica.

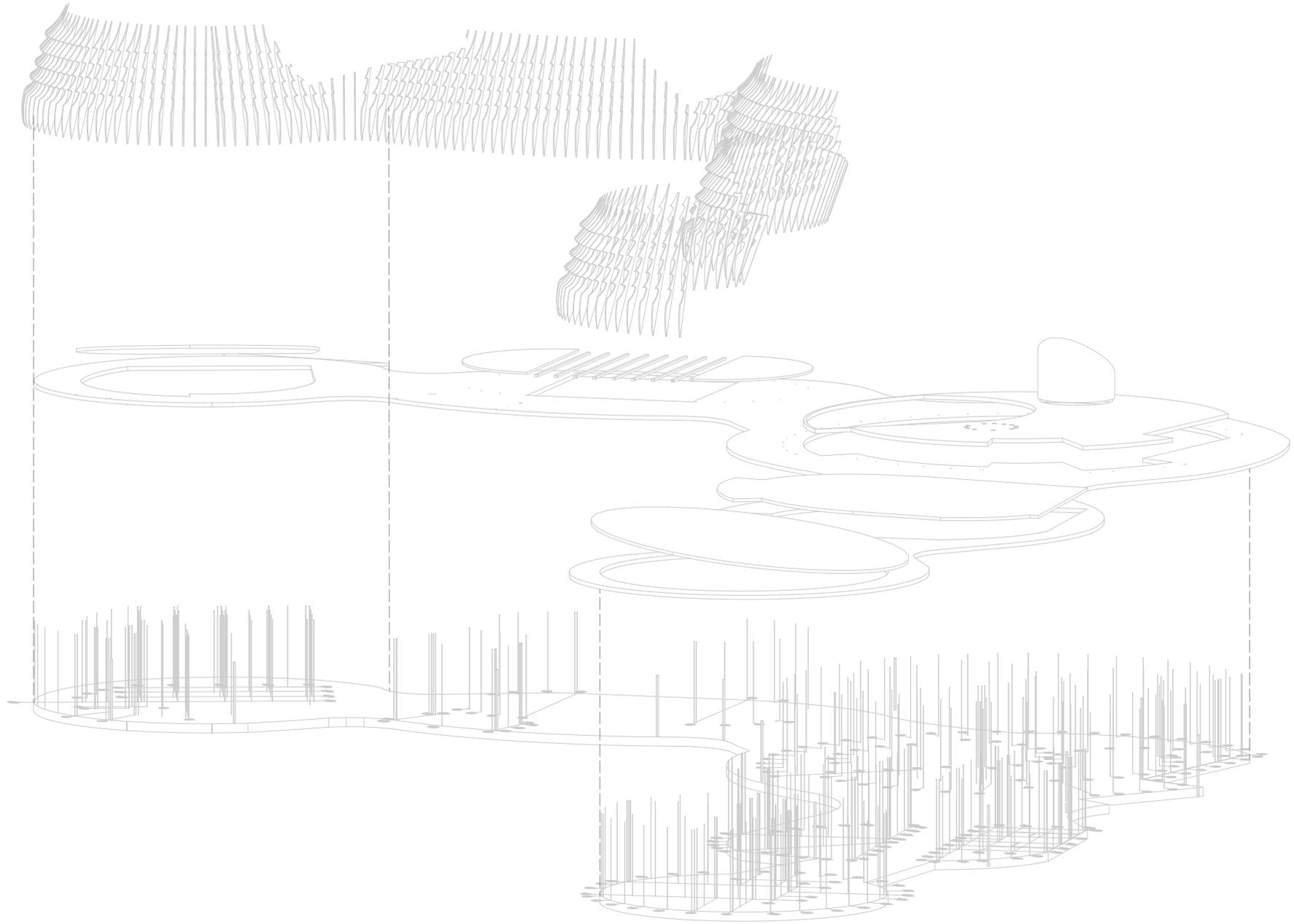
Na fachada principal, os quebra-sóis assumem a forma de lanças tradicionais dos guerreiros do Império de Gaza.

Cada ponta evoca os líderes, comandantes e soldados que deram a sua vida em defesa da soberania e identidade do seu povo. Estas lanças não são apenas proteção contra o sol, são um grito silencioso de resistência, uma homenagem esculpida em sombra e luz, visível desde longe, para que ninguém esqueça o que foi defendido com coragem.

É sustentada por perfis metálicos tubulares I e estabelece uma hierarquia de cheios e vazios (definido pelo padrão das capulanas) que articula zonas de transição entre interior e exterior. Assim, os corredores cobertos tornam-se áreas de pausa, encontro e contemplação, onde a luz natural, modulada pelas ripas filtrantes, desenha padrões no pavimento.

A estrutura é composta por uma malha metálica principal:

- vigas metálicas IPE, interligadas a perfis metálicos verticais (I Ø114 mm) ancorados na sapata, garantindo estabilidade e leveza visual.
- Sobre a malha estrutural, é instalada uma chapa translúcida de policarbonato, que assegura proteção pluvial sem obstruir totalmente a passagem de luz difusa.
- Abaixo da cobertura translúcida, é fixada uma segunda camada filtrante, composta por caniço, amarradas encaixadas em caibros leves, permitindo um jogo de luz e sombra que varia ao longo do dia, conferindo vitalidade e movimento ao percurso coberto. O sistema construtivo é modular, permitindo manutenção simples e eventual substituição das ripas de caniço ao longo do tempo.



ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

Espaços	Área(m²)	Custo unitário(USD/m²)	Subtotal(USD)
Sala de exposição	352	800	281 600,00
Sala Multiuso	58,32	700	40 824,00
Biblioteca	110,44	600	66 264,00
Loja	14,27	600	8 562,00
Restaurante	60,59	600	36 354,00
Administração	63,75	600	38 250,00
Áreas húmidas(balneários,- sanitários,copa)	76,69	650	49 848,50
Áreas comuns	814,03	400	325 612,00
TOTAL GERAL(USD)			847 314,50
TOTAL GERAL(MZN)			54 228 128,00

Capítulo VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota Conclusiva

Esta investigação, desde o seu enquadramento teórico e histórico até à definição da solução projectual, procurou reafirmar o compromisso da arquitectura enquanto instrumento de preservação, interpretação e valorização da memória colectiva. Ao escolher como objeto o Centro de Interpretação do Império de Gaza, lança-se luz sobre um legado que, embora essencial para a compreensão da formação identitária de Moçambique, permanece ainda insuficientemente representado nos roteiros institucionais de memória e nas políticas públicas actuais.

A reflexão proposta revela que a arquitectura, para além do seu carácter funcional, carrega uma força simbólica e narrativa capaz de traduzir histórias, valores e imaginários de um povo. Assim, o projecto não se limita a reconstituir o passado em forma física, mas assume a responsabilidade de interpretá-lo, contextualizá-lo às dinâmicas contemporâneas e devolver-lhe vida através de experiências sensoriais e espaços de diálogo.

Para além de oferecer um espaço de fruição cultural, o centro proposto pretende ser um catalisador de novos olhares sobre o património e um convite à construção de identidades mais sólidas, conscientes e partilhadas. Ao criar condições para a participação activa da comunidade, para o diálogo intergeracional e para a produção de conhecimento, o projecto aponta caminhos para que o passado se mantenha vivo, não como memória estática, mas como narrativa dinâmica, capaz de dialogar com o presente e inspirar o futuro.

Capítulo IX

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Centros de interpretação

1. AKDN, s.d. Mapungubwe Interpretation Centre. [Online]
2. Available at: <https://the.akdn/en/how-we-work/our-agencies/aga-khan-trust-culture/akaa/mapungubwe-interpretation-centre>
3. DIAS, H. M. (s.d.). Centro de Interpretação do Patrimônio: Aplicabilidade no Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos. Obtido de <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/Heitor%20Miguel%20Chaves%20Dias%20-%20-%20banner.pdf#:~:text=Centros%20de%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20usam%20da%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20para,as%20suas%20diferen%C3%A7as%20para%20com%20um%20museu?>
4. Fagan, G. (1 de Fevereiro de 2010). Centro de Interpretação de Mapungubwe por Peter Rich Architects, Parque Nacional de Mapungubwe, África do Sul. The Architectural Review. Obtido de <https://www.architectural-review.com/today/mapungubwe-interpretation-centre-by-peter-rich-architects-mapungubwe-national-park-south-africa>
5. Matias, L. (11 de Setembro de 2015). Monumento inaugurado immortaliza luta contra "apartheid". DW. Obtido de <https://www.dw.com/pt-002/monumento-inaugurado-em-matola-immortaliza-luta-e-vit%C3%B3ria-contra-apartheid/a-18709944>
6. Miramar. (17 de Abril de 2023). Monumento da Matola com cada vez menos visitantes. Obtido de <https://youtu.be/gWJIUvQknd8?si=CaFuhK2LFiYjTD8>
7. PETERRICHARCHITECTS. (2009). MAPUNGUBWE INTERPRETATION CENTRE. Obtido de <https://www.peterricharchitects.com/mapungubwe-interpretation-centre>

Chamanculo "C"

8. AVSI. (2023). Chamanculo C- Catálogo do Patrimônio Histórico e Cultural. Maputo.
9. ConselhoMunicipaldeMaputo. (2015). PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO - REGULAMENTO.
10. ConselhoMunicipaldeMaputo. (Novembro de 2015). PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO DE CHAMANCULO C- RELATÓRIO. Obtido em 2024
11. INE. (2021). Folheto Distrital Nhlamankulo. Obtido em 2020, de <https://ine.gov.mz/documents/20119/446664/Distrito%20Municipal%20Nhlamankulo.pdf/10b-242d3-4675-58be-0870-55e8bc1037d7?version=1.0&t=1675763849487&download=true>
12. INE. (Junho de 2023). MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE. UNFPA. Obtido em 2024, de https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracao_-_mario-20-07-23_0.pdf
13. INE. (Dezembro de 2023). Padrão Linguístico em Moçambique. Obtido em 2024, de https://www.ine.gov.mz/documents/20119/181704/Padrao_Linguistico%20-%2002-02-24.pdf/a15b9dda-91de-66bb-504a-7e8e4920a63c?version=1.0&t=1714480466031&download=true

14. Lage, J. (2020). Influências no processo de formação do tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo: o caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A. Revista de Morfologia Urbana. Obtido em 2025, de <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/105>
15. Tsevele. (06 de Junho de 2023). De Lhambankulu à Chamanculo: a história, a fama e o triunfo da arte. Tsevele. Obtido de <https://tsevele.co.mz/blog/de-lhambankulu-a-chamanculo-a-historia-a-fama-e-o-triunfo-da-arte/252>

Espaços públicos

16. Carr Stephen; Francis Mark ; Rivlin, Leanine G., & Stone, Andrew M. (1992). Public Space.
17. GEHL, Jan, 2013. Cidades para Pessoas. s.l.:s.n.
18. INS. (4 de Abril de 2025). Divulgados Resultados do InCRÓNICA. Maputo. Obtido de <https://ins.gov.mz/divulgados-os-resultados-do-incronica-2024-na-cidade-de-maputo/#:~:text=Segundo%20Mocumbi%2C%20os%20resultados%20do%20InCR%C3%93NICA%20%E2%80%93-sedentarismo%2C%20obesidade%2C%20hipertens%C3%A3o%20arterial%2C%20diabetes%20e%20hipercoles.>

História do Império de Gaza

19. Costa, Gomes. (1899). Gaza(1897-1898).
20. DELAGOABAYWORLD. (19 de Setembro de 2017). ZIXAXA E GUNGUNHANA NA ILHA TERCEIRA, AÇORES, INÍCIO DO SÉC.XX. Obtido de <https://delagoabayworld.wordpress.com/2017/09/16/zixaxa-e-gungunhana-na-ilha-terceira-acores-inicio-do-sec-xx/>
21. EscolaMMO. (12 de Junho de 2013). O Estado de Gaza. Obtido de MMO Escola: <https://escola.mmo.co.mz/historia/o-estado-de-gaza/>
22. Gungunhana, o Vencido – Parte I e II (1997). [Filme]. Obtido de <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/gungunhana-o-vencido-parte-i/>
23. Junod, H. A. (1996). Usos e Costumes dos Bantu Tomo II. (A. H. Moçambique, Ed.) Obtido em 2024
24. Martusamak. (2018). De Pastores a Imperadores: As invasões Nguni no Sul de Moçambique (pt. 3). Obtido de Steemit: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/de-pastores-a-imperadores-as-invasoes-nguni-no-sul-de-mocambique-pt-3>
25. MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, J. (1897). Campanha contra o Maguguana nos Territórios de Gaza em 1897. Lisboa.
26. Péliissier, R. (2000). História de Moçambique. Volume I : formação e ocupação 1854-1918. (E. Estampa, Ed.)
27. Rocha, S. d. (2025). Gungunhana.Quando Portugal Raptou um Rei. CNN Portugal. Obtido de <https://open.spotify.com/show/1SK4UfXteyqvO2ww3vagKZ?si=d729de20ed8345b5>

28. Santos, G. A. (2007). Reino de Gaza: O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897). São Paulo. Obtido de <https://macua.blogs.com/files/reino-de-gaza-o-desafio-portugues-na-ocupacao-do-sul-de-mocambique-1821-1897.pdf>
29. Serra, C., Moreira, J., & Medeiros, E. (1982). História de Moçambique, Volume II – Agressão Imperialista (1886–1930). (Tempo, Ed.) Maputo: Departamento de História da UEM.
30. Simão, A. S. (2000). Gwaza Muthini 1895-2000(n.º 15 da Coleção Embondeiro) (Vol. 15). (M. ARPAC (Arquivo do Património Cultural, Ed.)
31. Vilhena, M. d. (1995). Quatro prisioneiros africanos em Açores. Universidade dos Açores, Departamento de Mínguas e Literatura Moderna. Obtido de <https://repositorio.uac.pt/entities/publication/4c1db176-2132-4533-912b-b9d524195ff3>
32. Vilhena, M. d. (1996). Gugunhana no Seu Reino. (E. Colibri, Ed.) Lisboa.
33. Y, D. (21 de Setembro de 2013). Gungunyane: the Lion of Gaza or the Last African King of Mozambique. African Heritage. Obtido de <https://afrolegends.com/2013/09/21/gungunyane-the-lion-of-gaza-or-the-last-african-king-of-mozambique/>

Legislação e Património

34. Cultura, M. d. (2007). COLECTÂNEA DA LEGISLAÇÃO CULTURAL DE MOÇAMBIQUE. Obtido em Março de 2024, de https://arqueologia2014.weebly.com/uploads/3/7/2/3/37232577/1_colectanea_da_legislacao_cultural_de_mocambique.pdf
35. Manda, A., Cassical, P., & Maria, P. (Janeiro de 2024). Desafios na incorporação da diversidade cultural nas estruturas do poder moçambicano na administração (público e privado): questões étnicas, tribais e culturais. Njinga & Sepé, IV. Obtido de <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/download/1333/1205/6332>
36. Silva, R. d. (2015). Falta de coordenação prejudica preservação de património. Obtido em 2024, de <https://www.dw.com/pt-002/falta-de-coordena%C3%A7%C3%A3o-prejudica-preserva%C3%A7%C3%A3o-de-patrim%C3%B3nio-cultural-mo%C3%A7ambicano/a-18340842>
37. UNESCO. (Outubro de 2003). CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL. Obtido de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>
38. UNESCO. (s.d.). Salvaguarda sem congelamento. Obtido em 2024, de <https://ich.unesco.org/en/safeguarding-00012#:~:text=Existe%20o%20risco%20de%20que%20certos%20elementos,imaterial%20em%20alguma%20forma%20pura%20ou%20primordial.>

Standards, Dimensionamento e Conforto bioclimático

39. Forjaz, J., Lage, L., Guedes, M., Lopes, L., Lopes, Â., & Pereira, M. (s.d.). ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE(MANUAL DE BOAS PRÁTICAS).
40. Littlefield, D. (2008). Metric Handbook: Planning and Design Data. (P. Buxton, Ed.) Routledge.
41. Neufert, E. (1936). Arte de projetar em arquitetura.

